

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**  
**DOUTORADO EM LINGÜÍSTICA**

**CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DE CARTAS OFICIAIS**  
**DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

**Maria Cristina de Assis Pinto Fonseca**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Lingüística da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Doutora em Lingüística.**

**Orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa**

**Recife – Pe**  
**2003**

**Maria Cristina de Assis Pinto Fonseca**

**CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DE CARTAS OFICIAIS  
DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

**EXAMINADORES:**

---

Profª. Dra. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha

---

Profª. Dra. Ilza Ribeiro

---

Prof. Dr. Marcus Carvalho

---

Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa (Orientador)

---

Profª. Dra. Virgínia Leal

A

Meus filhos

Meu marido

Meus pais

Meus irmãos

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, que me permitiu viver este momento;

Ao Prof. Dr. Marlos Pessoa, pela seriedade e competência na orientação;

Às Professoras Dóris Arruda e Virgínia Leal, pela leitura crítica e valiosas sugestões durante o Exame de Qualificação;

Ao historiador Wellington Aguiar, do Arquivo Histórico da Paraíba e a todo o corpo técnico da Instituição, especialmente a Fátima, pela ajuda durante as transcrições. Também agradeço a Denise, atual diretora, pela compreensão e gentileza no atendimento;

Aos Professores Linalda de Arruda Mello, minha orientadora no Mestrado, e José Maria Barbosa Gomes (*in memoria*), por terem me despertado para a pesquisa e para o estudo histórico da língua;

Às Profas. Dras. Eliane Ferraz e Maria Ester de Sousa, pelas leituras, ricas em sugestões e estímulos; à Profa. Dra. Elizabeth Christiano, pela leitura do anteprojeto;

À Coordenação e professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPE, pelo acolhimento e aos funcionários Eraldo e Diva, pela gentileza no atendimento;

Aos professores e do DLCV da Universidade Federal da Paraíba, pela liberação das atividades docentes, e a Veralúcia e Izilda, pelo apoio e disponibilidade, sempre;

Às professoras Vitória Lima e Inês Silveira, pelas referências bibliográficas;

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos;

Minha gratidão a Ana Coutinho, Evangelina Brito, Fátima Almeida, Graça Carvalho, Marluce Santos, amigas e irmãs, que, de várias maneiras e por diversas vezes, contribuíram para a realização deste trabalho;

Sou grata a toda minha família e em particular neste momento a minha sobrinha Gracinha e a Zefa, Odete, Tatá e Socorro, irmãs e amigas, que me incentivaram e apoiaram nesta empreitada.

E agradeço a Dinho, meu marido, e em especial a Rodolfo, Rannieri e Marcella, meus filhos, que com paciência e compreensão souberam respeitar meus horários e ausências.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar cartas oficiais enviadas a diferentes autoridades da administração pública paraibana, no período entre 1774 e 1874. O *corpus*, com 203 cartas, foi selecionado a partir de documentos manuscritos preservados no Arquivo Histórico da Paraíba, transcritos sem alteração na grafia, acentuação, fronteira entre as palavras e mantendo-se as variantes fonológicas, morfológicas e sintáticas. A fundamentação teórica tem um caráter interdisciplinar, utilizando elementos da História Social da Linguagem, da Lingüística Histórica e da Lingüística de Texto, além de conceitos de Paleografia, indispensáveis para a abordagem de textos de épocas passadas. Partindo-se do princípio de que condições sócio-históricas de produção se refletem em marcas textuais próprias, buscou-se verificar os fenômenos lingüísticos de uma perspectiva histórico-textual, com base nos níveis de análise lingüística apresentados por Oesterreicher (1994; 1996), a partir de conceitos elaborados por Coseriu (1979; 1979a; 1980,1982, 1995). A análise das cartas revelou uma grande variação no domínio da modalidade escrita, que decorre da situação sócio-histórica de produção dos textos. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a investigação da história da língua portuguesa, com a organização e análise de textos que documentam o uso burocrático da língua na época colonial e imperial, período relevante para a história do português brasileiro.

## ABSTRACT

This work has the aim to study official letters sent to different authorities from Paraíba public administration, in the period from 1774 to 1874. The corpus, with 203 letters, was selected from handwritten documents preserved in the Arquivo Histórico da Paraíba, transcribed without alteration in the writing, accentuation, borders between the words and maintaining the phonological, morphological and syntactic varieties. The theoretical foundation has an interdisciplinary character, using elements from the social history of the language, the historical linguistic and by the linguistic of the text, besides concepts of paleography, essential to the approach of texts of past epochs. Starting from the principle that social-historical conditions of production reflect in proper text marks, it was searched to verify the linguistic phenomenon from a textual-historical perspective, based on the levels of linguistic analysis presented by Oesterreicher (1994;1996), from concepts drawn up by Coseriu (1979;1979a;1980,1982,1995). The analysis of the letters revealed a big variation in the command of the written skill, that takes place from the social-historical situation of the production of texts. We hope that this work can contribute for the investigation of the history of the Portuguese language, with the organization and analysis of texts that register the bureaucratic use of the language in the colonial and imperial epoch, a very relevant period for the history of the Brazilian Portuguese.

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 2 - AS ABORDAGENS HISTÓRICO-DIACRÔNICA E TEXTUAL NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM .....	23
2.1 A perspectiva histórico-diacrônica .....	23
2.2 A perspectiva textual .....	31
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	43
CAPÍTULO 4 - HISTÓRIA SOCIAL E LINGÜÍSTICA DO BRASIL E DA PARAÍBA	
4.1 Introdução .....	68
4.2 A estrutura política e burocrática do Brasil colonial.....	68
4.3 A leitura e a escrita no Brasil colonial .....	71
4.3. A implantação da língua portuguesa no Brasil .....	76
4.4 Elementos da história social da Paraíba até o século XIX.....	82
4.4.1 Das origens .....	82
4.4.2 Da estrutura político-administrativa e econômica .....	83
4.4.3 Da sociedade .....	87
4.4.4 Da instrução .....	88
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE .....	94
5.1 Considerações prévias .....	94
5.1.1 Sobre a organização de um <i>corpus</i> diacrônico .....	94
5.2 Descrição do <i>corpus</i> .....	100
5.3 O contexto de produção das cartas .....	103
5.4 Tipologia de manuscritos brasileiros na Colônia e Império .....	113
5.4.1 A tipologia textual do <i>corpus</i> .....	119
5.5 Lendo os textos do Brasil Colonial e imperial .....	120
5.6 Os propósitos comunicativos dos textos .....	134



5.7 Características gerais de cartas coloniais e imperiais, numa perspectiva histórico-textual .....	145
5.7.1 Aspectos formais .....	147
5.7.2 A textualidade .....	152
5.7.3 A pontuação .....	162
5.8 Características lingüísticas .....	170
5.8.1 Aspectos da ortografia .....	171
5.8.2 Aspectos do léxico .....	181
5.8.3 Aspectos morfosintáticos .....	185
5.8.4 A frase .....	193
5.9 Competência escrita de cunho oral: divergências do modelo tradicional	194
CONCLUSÃO .....	212
BIBLIOGRAFIA .....	216
ANEXOS .....	240
1 Tabelas das estruturas administrativas de Portugal - de 1750 a 1808 .....	242
2 Cartas .....	
(C 22) Logo q V. Sa receber aprezenete fará com toda	
(C 67) Il <sup>mos</sup> Senhores Senadores Sendo Convidado	
(C 88) Illmos, e Exmos Senr A treis dias	
(C 177) Illmo Sr Coronel Bento da Costa	
(C 202) Secretaria da Policia da Parahyba	

## CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, depois de um período de hegemonia dos estudos sincrônicos, a perspectiva histórico-diacrônica tem sido retomada no debate lingüístico, tanto nacional quanto internacionalmente. No plano nacional, o interesse pela história da língua portuguesa e nela, em especial, do português brasileiro, provocou, em várias regiões do país, a partir da década de 80 do século passado, o desenvolvimento de projetos<sup>1</sup>, seminários, programas e pesquisas individuais e coletivas, com orientações teóricas diversas, que têm entre suas preocupações centrais a reescrita da história da língua portuguesa, mais especificamente do português brasileiro. Muitos estudiosos reunidos nos seminários já realizados, interessados em reconstruir a história da língua constataram que

estamos muito longe de traçar a história do português brasileiro em sua totalidade. Parece mais factível consagrar-se ao conhecimento diacrônico das **variedades regionais** do português brasileiro para, num segundo momento, obter-se a visão do conjunto (Castilho, 1998:15).

Este estudo insere-se nessa retomada e pretende contribuir para a história social e lingüística do português no Brasil, através da análise de um *corpus* diacrônico formado por textos oficiais de caráter administrativo relacionados à Paraíba<sup>2</sup>. Trata-se de cartas<sup>3</sup> de

---

<sup>1</sup> Entre eles merece destaque o projeto “Para a história do português brasileiro”, que nasceu da iniciativa do Prof. Ataliba de Castilho, envolvendo várias instituições e pesquisadores brasileiros, em convênio com universidades alemãs, como as Universidades de Tübingen, Leipzig, Munique. O projeto abrange os seguintes conjuntos de atividades: constituição de um *corpus* diacrônico, pesquisas em história social e em mudança gramatical. Há pesquisas em andamento em Salvador, Recife, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, na Paraíba e em organização no Amazonas, Mato Grosso, entre outros. Na Universidade de Campinas, desenvolve-se a pesquisa diacrônica dentro do quadro teórico do gerativismo paramétrico associado à sociolingüística laboviana, a partir dos trabalhos de Fernando Tarallo e Mary Kato.

<sup>2</sup> No Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba, existem dois *corpora* sincrônicos relacionados ao português paraibano: um, o Atlas do Lingüístico da Paraíba (*ALPB*), da autoria de Maria do Socorro Silva Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, com dois dos três volumes editados em 1984 (Cardoso, 1999); o outro, VAL-Pb, coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira, na linha

autores diversos, vindas de diferentes locais, dirigidas a autoridades paraibanas entre 1774 e 1874.

A motivação para estudar a língua portuguesa no Brasil seguindo uma orientação histórica, além de ter um caráter pessoal<sup>4</sup>, decorre de uma preocupação que surgiu no contato com os alunos de Letras. Durante as aulas do Português Histórico na graduação, percebia-se que a descrição do percurso seguido pela língua parava no século XVI, com a transplantação para o Brasil, havendo uma lacuna entre este século e os seguintes, até chegar ao século XX, quando predominaram os estudos sincrônicos. Os manuais de história da língua geralmente se centravam na origem românica do português até a chegada dos portugueses ao Brasil e, com menor ênfase, na influência lingüística dos índios e dos negros. Com o retorno dos estudos históricos, há uma preocupação em reescrever a história do português brasileiro, mostrar quais suas características e em que se distingue do português europeu. Para isso, crescem em todo o país pesquisas como as já citadas, que envolvem estudos de mudança gramatical, de história social e de organização de *corpus* diacrônico para subsidiarem os estudos lingüísticos.

Considerando a relação indissociável entre língua e sociedade, levantamos a hipótese de que as *condições sócio-históricas vão se refletir em marcas textuais próprias*, ou seja, *a organização interna — fenômenos textuais e lingüísticos — dos textos produzidos por autores de pouca escolaridade distingue-se da organização de textos de autores com domínio das técnicas da escrita*. Isso pode significar que:

---

sociolingüística laboviana, teve início em 1993 e apresenta um conjunto de entrevistas realizadas com 60 informantes da comunidade lingüística de João Pessoa, cujos dados estão estratificados de acordo com a faixa etária, sexo e ano de escolarização (Hora, & Pedrosa, 2002).

<sup>3</sup>A princípio, optamos por utilizar a denominação *cartas*, sem distinguir ofícios, requerimentos, pareceres, cartas régias.

<sup>4</sup> O interesse pela história de língua vem desde a graduação, permanecendo no mestrado realizado na Universidade Federal da Paraíba, onde defendi a dissertação “Concordância verbal na Demanda do Santo Graal” em 1986, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Linalda de Arruda Mello.

- Mesmo se tratando de textos burocráticos, formais e obedecendo a modelos já estabelecidos, será possível encontrar na organização lingüístico-textual, diferenças resultantes das condições sócio-históricas em que foram produzidas.

- Determinados fenômenos lingüísticos recebem influência da oralidade, motivados pela falta de competência na escrita, decorrente, por sua vez, do analfabetismo ou da pouca escolaridade, predominantes na sociedade colonial brasileira.

Corroborando a idéia de Schlieben-Lange (1993) de que as pessoas que não dominam a modalidade escrita continuam confiando nas técnicas do falar e por isso tendem a escrever como falam, considera-se ainda a possibilidade de detectar usos lingüísticos que permitam identificar variantes apontadas na literatura como específicas da modalidade brasileira do português na época em que começa a adquirir uma feição própria em relação à modalidade européia. Espera-se verificar se isso realmente ocorre e como as características se realizam nas cartas.

Constituem, portanto, objetivos deste estudo

## GERAL

*analisar as características textuais e lingüísticas de cartas administrativas, que fazem parte de um corpus diacrônico, formado a partir de documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX preservados no Arquivo Histórico da Paraíba, que possam fornecer subsídios para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil.*

## ESPECÍFICOS:

- a) Descrever a organização interna dessas cartas, analisando fenômenos textuais e lingüísticos, a partir de uma perspectiva histórico-textual;
- b) Verificar o grau de variação que as cartas apresentam no nível do domínio das regras da escrita, por parte dos remetentes;

- c) Descrever as condições sócio-históricas em que se inserem, destacando aspectos como estrutura social, política e burocrática, leitura e escrita, escolarização;
- d) Analisar até que ponto há, nos textos, um afastamento do escrito, no sentido concepcional, e uma aproximação, em certos aspectos, do falado.

Conforme Schlieben-Lange (1993), *em situações históricas determinadas, falamos em formas de textos, orientados para uma finalidade*. Por esse motivo, considerando-se que o estudo de uma língua e da história dessa língua se faz com base em textos em seu contexto de uso (Brandão, 2000) e que deve ser feito levando em conta a sociedade que produz essa língua (Orlandi, 1987), é necessário, antes de partir para a descrição propriamente lingüística, proceder a uma análise textual, descrever esses textos, mostrar como se caracterizam, situá-los em seu contexto de produção e organizá-los numa tipologia, a partir de suas características textuais e lingüísticas.

A primeira tarefa que se impôs foi selecionar os textos a serem estudados, levantando um *corpus* com base em alguns critérios. A partir daí começaram os problemas. Muitos critérios de análise geralmente não puderam ser definidos previamente, já que o lingüista historiador da língua só pode dispor dos textos escritos preservados ao longo dos tempos e não sabe o que vai encontrar: o gênero textual que se conservou em cada época, os autores (idade, sexo, nacionalidade, grau de escolaridade ou de habilidade com a escrita, por exemplo). Lobo (1998) já se refere à dificuldade de encontrar os manuscritos em bom estado de conservação ou de ter acesso a eles e aponta três fatores como limitadores do campo de investigação do lingüista historiador da língua: a documentação que se conservou, o estado de conservação em que se encontra e os marcos temporais que tais documentos abrangem. Torna-se necessário, então, que, delimitando-se a época de maior interesse para o estudioso, de acordo com o fenômeno que se quer observar, selecionem-se diferentes tipos de documentos (Elizaincín, 1998).

A opção pelos séculos XVIII e XIX, quando a escrita se difunde na sociedade colonial brasileira, decorre, por um lado, de razões exteriores, de ordem material: eram as cartas mais antigas encontradas no Arquivo Histórico da Paraíba, um dos poucos locais onde foi

possível ter acesso aos manuscritos. Por outro lado, o recorte temporal justifica-se pela possibilidade de estudar mais amplamente a fase apontada por vários estudiosos (Teyssier, 1994; Pinto, 1992), como inicial do português brasileiro, verificando nos próprios manuscritos, a partir das primeiras ocorrências, as transformações sofridas pela língua portuguesa no Brasil. Segundo Pinto (1992), até meados do século XIX, a modalidade escrita do português brasileiro seguia o modelo português. A partir dessa época começam a surgir as tentativas ocasionais de cunhar padrões próprios e os escritores recorrem à oralidade, indiretamente provada nos textos escritos, que atestavam a diferenciação progressiva, sem que, por longo tempo, isso atingisse as consciências ou provocasse reações na sociedade.

A variante brasileira começou a aparecer na literatura brasileira, principalmente através dos gêneros tidos como menores. Até os românticos começarem a entrever a existência dessa variante e a empreender a defesa de uma expressão literária própria, o referencial ideal literário era o que se ensinava e praticava na metrópole, levando à eliminação dos traços relacionados com a oralidade brasileira, tidos como “provincianismos”.

A escolha por cartas de caráter burocrático, relacionadas à administração pública, decorre, em primeiro lugar, de ser um dos gêneros mais utilizados, de maior circulação na sociedade da época, segundo Barbosa (2002), em que o acesso à escrita era restrito a poucas pessoas. Além disso, conforme Maia (1986), textos burocráticos, por serem escritos com alguma finalidade prática, trazem explicitamente *onde*, *quando*, *para quem* e *por quem* foram escritos, permitindo ao lingüista avaliar o grau de correspondência e de identificação entre o texto e o dialeto do local e da época em que foi escrito. Desse modo, apesar da formalidade de que se reveste a escrita da época e da similaridade na forma dos textos, é possível saber se a sua utilização para o conhecimento desse dialeto e, por extensão, da língua oral da época será satisfatória (Maia, 1986).

No caso desta pesquisa, é necessário considerar ainda o contexto sócio-histórico em que as cartas foram escritas, discutindo-se acontecimentos da história social do Brasil e da Paraíba que se refletem na língua e nas características textuais. Os textos são colocados numa

situação específica da cultura, o que caracteriza um estudo sob a denominação Lingüística Histórica em seu sentido amplo, ou seja, *todo estudo lingüístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados, portanto, historicamente contextualizado* (Mattos e Silva, 1999).

A preocupação em seguir a tradição da língua portuguesa escrita se reflete na língua dos manuscritos, o que se justifica pelo gênero de texto — correspondência administrativa —, pela posição social do autor e pela época em que foi escrita. Entretanto, uma análise preliminar do *corpus* permite observar que há uma grande variação no domínio da modalidade escrita por parte dos autores: ao lado de pessoas que demonstram habilidade em redigir, encontram-se outras que denotam pouca experiência no manejo da escrita. Certas marcas lingüísticas das cartas apresentam semelhanças com as de textos produzidos por autores que Oesterreicher (1994, 1996) chama de “*semicultos*”<sup>5</sup>.

Para demonstrar a variação com relação ao domínio da escrita revelada nessas cartas, apresentam-se trechos de duas delas, que podem ser consultadas no volume II, sob o número que se encontra entre parênteses. A primeira delas foi escrita por religioso, em 1834, João Bispo<sup>6</sup> de Pernambuco, que reclama do abandono em que se encontra a matriz de uma freguesia e pede providências ao vice-presidente da província, no sentido de fazer as reformas necessárias, já que considera o governo provincial o responsável pela conservação das igrejas. Trata-se de uma pessoa que demonstra habilidade com a escrita, apresentando seus argumentos de maneira coerente, com clareza na exposição das idéias. Divide o assunto em parágrafos e usa as palavras sem ambigüidade e sem repetições. Do ponto de vista sintático, por exemplo, preocupa-se com a integridade das orações. No *corpus* é a carta 144:

---

<sup>5</sup> Embora reconheça que a denominação não é satisfatória, Oesterreicher (1994: 158-9) usa essa denominação ao tratar de textos produzidos por soldados cronistas na conquista da América, chamando de “*semicultos*” autores de escassa cultura e sem prática no ofício de escrever. Neste estudo, segue-se a terminologia do autor.

<sup>6</sup> A palavra, no manuscrito, encontra-se abreviada. As letras em itálico denotam o desdobramento da abreviatura.

- (1) *Infelizm<sup>te</sup> presenciei, Ex<sup>mo</sup> S<sup>or</sup>, o abandono da Matriz da Fre/g<sup>a</sup> de Taipú, a m<sup>tos</sup> annos em projecto, sem q' /tenha havido q<sup>m</sup> promova a sua edificação. Com Gr<sup>de</sup> magoa entrei na Igre-/ja de S. Miguel, onde presentem<sup>te</sup> se administra os Sacra/m<sup>tos</sup> com tal indecencia, q' não admite ali a existencia do /Sm<sup>o</sup> Sacram<sup>to</sup>. Que inconvenientes não experimentaõ o po-/vos pela carencia do Pão Celestial, q<sup>do</sup> sóm<sup>e</sup> o podem receber de-/la precaria celebração do incruento sacrificio? Não é deste mo-/do, Ex<sup>mo</sup> S<sup>os</sup> q' podemos esperar a prosperid<sup>de</sup> de um Paiz, on/de não floresce a Religião domin<sup>te</sup>, q' o Throno deve defen-/der, e proteger. (C 144)*

Por outro lado, encontram-se cartas como a 113, que, mesmo tendo sido assinada por uma autoridade, um juiz ordinário, revela um indivíduo inábil com a escrita: as idéias são confusas, com mudanças bruscas de assunto, há muitas repetições de palavras e flutuação na grafia. A letra da assinatura é insegura, tremula, diferente do restante da carta, o que leva a deduzir que foi ditada para ser escrita por outra pessoa.

- (2) *O estado infilis em que deprezente seacha esta Villa e seu /termo pelas mortes ea Suadas q' diariamente estão Co-/mitidos huma tropa de Omens armados ou para me / espresar de Cabras fascinerozos vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos Comd<sup>es</sup> daquela Villa /specialmente o Re/gente Joze Fran<sup>o</sup> da Silva Cap<sup>Mor</sup> Joze Dantas e Luis /José da Cunha Comandado esta patrulha p. Manu-/el Alves Afonso Omem fasineroso edemuitas culpas /que unido Com Alixandre Xavier de Azevedo perten/dem matar aalguns Sidadoens deste termo tendo já / perisido miseravelmente João de Ant. Barreto e Vi -/dal Cristalino nas sanguinolentas ma'os de dizaseis/ Cabras e Seu xefe Manuel Alves Afonso nestes dizem (C 113)*

Para entender melhor as características dessas cartas, utiliza-se neste trabalho o modelo de análise proposto por Oesterreicher (1994; 1999) e Stoll (1996), ao estudar textos escritos por soldados cronistas na América espanhola. Por serem produzidos por autores de escassa cultura escolar, esses textos trazem divergências das obras de escritores apontados como modelos, ou seja, distinguem-se dos literários, tradicionalmente investigados na Linguística Histórica e na Filologia. O autor avalia esses textos sob três perspectivas: *textual*, *histórica*



e *universal*, que procedem de conceitos elaborados por Coseriu (1979, 1979a, 1982). Na análise leva-se em consideração a situação comunicativa do produtor e os propósitos vinculados à produção dos textos.

Considera-se, com Coseriu (1982), que a língua se realiza por indivíduos particulares, de acordo com tradições históricas ou seja, do ponto de vista histórico, a língua se concretiza num modo de falar peculiar de uma comunidade, de acordo com as tradições dessa comunidade. Entretanto, muitas cartas aqui investigadas, embora se relacionem com os governantes, com a elite colonial, revelam um tipo de produção textual de *semi-oralidade* (Schlieben-Lange, 1993), já que havia os que mal dominavam a escrita<sup>7</sup>. Frequentemente, cargos burocráticos eram ocupados por pessoas que não tinham habilidade ou experiência com a escrita, e, de acordo com Schwartz (1979), quanto mais distantes do reino, menos domínio da escrita era demonstrado. Para ser escrivão, nos séculos XVI e seguintes, por exemplo, era necessária pouca alfabetização:

Se os manuscritos existentes podem servir como índice, os melhores escrivães se encontravam no Tribunal de Lisboa e os piores, semi-analfabetos, em vilarejos coloniais pobres. Geralmente, os letrados evitavam servir como tabeliães e estes cargos eram preenchidos por homens de educação rudimentar (Schwartz, 1979:57).

Em decorrência desses fatores, nem todos os produtores dos textos conseguiam aproveitar as possibilidades do texto escrito e, por isso, suas produções apresentam divergências da norma escrita culta, o que transparece em passagens cheias de repetições, interferências da língua falada, registro das palavras escritas como se pronunciavam e construções de variedades de menor prestígio.

Levando-se em conta que o uso da língua está condicionado por fatores como grau de familiaridade, de cultura e de proximidade dos interlocutores, e que é possível encontrar

---

<sup>7</sup> Muitos textos eram ditados e produzidos para serem lidos em voz alta, em virtude do analfabetismo e da pouca escolaridade da maioria da população da época.

textos de outros autores da mesma época, sem apresentarem problemas para serem entendidos como os citados, acredita-se que determinados fenômenos lingüísticos recebam influência da oralidade<sup>8</sup>, motivados pela falta de competência na modalidade escrita, decorrente, por sua vez, do analfabetismo ou da pouca escolaridade, predominantes na sociedade colonial brasileira.

É preciso, então, uma reflexão teórica e sistemática que estude e explique como se constituem e organizam, do ponto de vista textual e lingüístico, quais as suas características formais, que tipo de produtor e qual a competência na manipulação do texto. A descrição de aspectos textuais dessas cartas, de um lado, permite observar como era utilizada a língua no período e de outro, possibilita trazer à discussão a questão dos gêneros textuais, principalmente no que se refere àqueles em circulação no período. Torna-se possível, então, fornecer elementos para reconstruir a produção escrita do período estudado, através da descrição de um gênero específico de textos, ou para uma visão textual da época, com a reconstituição do português burocrático dos períodos colonial e imperial brasileiros.

Sabendo-se que entre os objetivos dessas cartas estava transmitir informação, ordem ou fazer alguma solicitação, busca-se saber de que maneira isso era feito: se os autores das cartas introduziam diretamente o assunto, se usavam de floreios, se recorriam a metáforas. Importa verificar de que maneira os autores se posicionam, se expressam e como se estabelecem as relações sociais neste espaço discursivo. Então, com o intuito de se observarem essas questões, procedeu-se à seleção das cartas.

Para a seleção e análise do *corpus*, a metodologia consistiu em dois momentos: a *organização do corpus* e a *análise dos textos*. Para a *organização do corpus*, seguiram-se os seguintes passos:

- seleção dos documentos, em que se consideraram o estado de conservação, a variedade de estilos dentro do gênero carta;

---

<sup>8</sup> Embora não se possuam registros da língua falada da época, pode-se hipotetizar que, desconhecendo a escrita prestigiosa da época, os autores se baseassem no oral, para produzir o escrito.

- transcrição<sup>9</sup> de 203 cartas oficiais, de um período compreendido entre 1774 e 1874;
- digitação das cópias manuscritas, já que, de início<sup>10</sup>, não foi permitida a reprodução em xerox e os textos não são microfilmados;
- revisão da transcrição digitada, de modo a reproduzir o mais fielmente possível as suas fontes.

Para a *análise dos textos*, observaram-se as seguintes etapas:

- levantamento da literatura sobre as abordagens histórico-diacrônica e textual nos estudos lingüísticos e sobre aspectos teóricos abordados na análise;
- estudo do contexto sócio-histórico e lingüístico em que se inserem as cartas, com enfoque especial para a história social da Paraíba;
- seleção de passagens dos textos para serem comentadas ao longo da tese;
- identificação dos remetentes e destinatários das cartas, bem como suas respectivas funções ou cargos;
- confrontação dos textos, a fim de serem determinadas quais características de cada período presentes nas cartas. As ocorrências não foram determinadas previamente, mas de acordo com o aparecimento recorrente nos textos;
- análise de aspectos textuais e lingüístico-gramaticais gerais, do ponto de vista histórico-textual.

Ao longo da pesquisa, alguns critérios foram se estabelecendo. Evitou-se a análise de fenômenos repetidos, pouco frequentes ou que deixarem dúvidas, em virtude do estado de conservação do material pesquisado. Pequenas observações de caráter histórico, lingüístico ou paleográfico, com relação às marcas temporais, conservação e outros aspectos foram comentadas em notas de rodapé. Na análise dos textos selecionados, destacou-se apenas o trecho em discussão. Caso o leitor se interesse em ver a carta na íntegra, poderá consultar o segundo volume. Entre parênteses, colocou-se o número correspondente à carta em destaque: (C 01), ou seja, carta n.º 1, (C 02), carta n.º 2, (C 50), carta n.º 50, e assim por

---

<sup>9</sup> As transcrições dos textos foram feitas de maneira conservadora, mantendo-se as abreviaturas, as variantes fonológicas, morfológicas e sintáticas. Além disso, não se promoveu alteração na pontuação, acentuação gráfica e fronteiras das palavras e linhas.

<sup>10</sup> Após a conclusão da pesquisa, permitiu-se que fossem fotocopiados alguns exemplares para ilustração.

diante. Nos trechos selecionados para comentários, diferentemente do que ocorre no volume II (em que as linhas se mantêm conforme o manuscrito), a mudança de linha foi indicada por uma barra inclinada (/).

Sempre que possível, embora não fosse prioridade, buscaram-se informações sobre os remetentes e destinatários das cartas, relevantes para entender as características textuais: grau de escolaridade, naturalidade ou nacionalidade, tempo de residência na região. E ainda se os textos são autênticos, escritos ou ditados pelo autor que apenas assinou ou se redigidos por escrivães<sup>11</sup>

A preocupação com o estudo do texto, não apenas como pretexto para exploração de formas gramaticais, isoladas do contexto, mas numa dimensão histórico-textual, pressupõe uma concepção de língua integrada à realidade social, histórica e cultural de seus falantes. Por esse motivo, esse estudo apresenta uma perspectiva interdisciplinar, em que se tomam como parâmetros elementos da História Social da Linguagem, da Lingüística Histórica e da Lingüística Textual, além de noções de Filologia<sup>12</sup> e Paleografia, necessárias para a abordagem de textos de épocas passadas.

Para o cotejo com as regras gramaticais e ortográficas dos séculos XVIII e XIX, tomou-se como referência a 4ª edição da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em Lisboa em 1866 e a *Breve instrucçam para ensinar a doutrina Christãa, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Lingoa Portugueza e em sua Orthografia*, normas metodológicas para professores no século XVIII.

---

<sup>11</sup> Como critério dessa autenticidade, foi utilizada a comparação do desenho e da tinta da assinatura presentes na carta com a letra do restante do documento.

<sup>12</sup> Lobo (1998: 179), ressalta a importância de conhecimentos filológicos para lidar com textos escritos, a fim de *distinguir nos hábitos da escrita do passado os que têm significado, do ponto de vista lingüístico, dos que não têm, e a fim, também de que os resultados da sua análise não sejam de pronto descartados, em virtude do pecado original da má constituição do corpus*.

Com o intuito de facilitar a consulta dos textos, optou-se por dividir este trabalho em dois volumes. O primeiro, apresenta a seguinte estrutura:

- a) Após este capítulo introdutório, segue-se o segundo, intitulado *As abordagens histórico-diacrônica e textual nos estudos da linguagem*, em que foram focalizados: os principais objetivos e métodos utilizados **de** e **na** pesquisa histórica; estudos referentes à história da língua portuguesa e, mais especificamente, do português brasileiro. Em seguida, como este trabalho parte do estudo de textos de épocas anteriores da língua, enfocou-se brevemente o percurso seguido pelos estudos textuais, tanto no âmbito da Filologia e Edição de Textos quanto da Lingüística Textual.
- b) No terceiro capítulo, tratou-se dos pressupostos teóricos, a partir da concepção de língua como *falar* de Eugênio Coseriu (1979, 1979a, 1982), além de outras idéias do autor, como determinação e entorno<sup>13</sup> e perspectivas de abordagem do lingüístico. As reflexões de Coseriu embasam pesquisas desenvolvidas por Oesterreicher (1994, 1996, 1999) e Stoll (1996) sobre textos produzidos por soldados cronistas na conquista da América espanhola, cujo modelo de análise adota-se neste estudo, e o estudo de Schlieben-Lange (1993) a respeito de da produção de textos em contextos semi-orais.
- c) O quarto capítulo traça o *Contexto sócio-histórico e lingüístico de produção das cartas*, com articulações entre a história da Paraíba e do Brasil. Contemplam-se questões como as relações sociais e burocráticas durante os períodos colonial e imperial, a escolarização e o analfabetismo, a predominância e o papel da cultura oral, o acesso aos textos escritos e a difusão da escrita, relevantes para a compreensão de temas abordados nas cartas. Em seguida, consideram-se a implantação da língua portuguesa no Brasil e as hipóteses explicativas para a origem do português brasileiro.
- d) No quinto capítulo, que corresponde à *Análise*, descrevem-se o *corpus* e as circunstâncias de produção das cartas, os autores e os destinatários. Fazem-se algumas considerações sobre a constituição de um *corpus* de textos de épocas

---

<sup>13</sup> Instrumentos circunstanciais da atividade lingüística (Coseriu, 1979).

passadas, necessário para subsidiar os estudos histórico-diacrônicos da linguagem. Devido à já citada variação com relação ao código escrito apresentada pelos autores dos textos, as características das cartas serão levantadas a partir do confronto com o modelo da época<sup>14</sup>. Esses fenômenos serão estudados sob os pontos de vista *histórico-textual e lingüístico*.

Na análise, considerou-se o *corpus* representativo de segmentos distintos da sociedade, num período de cem anos. Esses documentos, gerados em sua maioria pela administração pública, revelam-se bastante adequados para o estudo sociolingüístico, numa perspectiva histórica. Levando-se em conta que o falante utiliza modelos textuais produzidos pela comunidade em que se insere, a abordagem textual volta-se tanto para a questão da textualidade e quanto para aspectos formais, possibilitando conhecer como a língua estava sendo usada na época, principalmente no uso de textos relacionados à burocracia administrativa.

O segundo volume organizou-se da seguinte forma:

- a) Introdução, apresentando os critérios filológicos adotados para a transcrição dos documentos;
- b) Transcrição de 203 cartas oficiais, segundo a ordem cronológica em que foram redigidas;
- c) Glossário ilustrativo de termos que apresentaram problemas para a compreensão dos textos;
- d) Lista de abreviaturas encontradas nas cartas;
- e) Relação dos remetentes, com informações sobre os identificados;
- f) Relação dos destinatários, com informações sobre os identificados;

A análise das cartas evidenciou como traço mais característico a variação com relação à habilidade com a escrita por parte dos autores e co-autores, mesmo considerando-se de

---

<sup>14</sup> Tomam-se como modelo as cartas escritas por pessoas que desempenham funções no quadro da alta burocracia.

autoridades e de profissionais da escrita, como os escrivães. Espera-se que o *corpus* e os dados deste trabalho possam contribuir para o estudo da história do português brasileiro, especialmente no que se refere à Paraíba.

## CAPÍTULO 2 - AS ABORDAGENS HISTÓRICO-DIACRÔNICA E TEXTUAL NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

*“Assim, penso que nos devemos não só uma história do português brasileiro, mas também uma história geral da língua portuguesa.”*

Mattos e Silva (1998)

O trabalho científico, de acordo com Faraco (1991), não age diretamente sobre os fatos: ocorre por meio de pressupostos teóricos gerais. Isso faz com que existam diferentes quadros teóricos, mais de uma descrição ou hipótese para explicar o mesmo evento. Com a lingüística histórica não foi diferente. As questões relacionadas à história das línguas e à mudança lingüística foram abordadas por várias teorias ao longo dos tempos. O propósito deste capítulo é fazer breve incursão sobre os objetivos e métodos da lingüística histórica, bem como sobre as diversas orientações teóricas que nortearam os estudos históricos, principalmente os relativos ao português, desenvolvidos no Brasil nos últimos anos. Em seguida, enveredando pelos caminhos dos estudos textuais, pretende-se mostrar sucintamente como os textos de épocas passadas foram abordados ao longo dos tempos na Filologia e, mais recentemente, pela Lingüística Textual.

### 2.1 A perspectiva histórico-diacrônica

A Lingüística Histórica — tradicionalmente entendida como *“a reflexão sobre mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realizada dentro dos pressupostos da prática científica moderna”* (Faraco, 1991: 83) — tem buscado, através de sistemas teóricos diversos, apresentar, compreender e explicar as transformações que ocorrem nas línguas.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Mattos e Silva (1999) propõe uma distinção entre *“lingüística histórica stricto sensu, que se concentra na mudança lingüística no tempo, levando em consideração fatores intralingüísticos ou estruturais e fatores extralingüísticos ou sócio-históricos”*, *“lingüística histórica lato sensu, todo estudo lingüístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados, portanto, historicamente contextualizados”* e *“lingüística diacrônica, que, tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática. Neste*



Quando surgiu, nos fins do século XVIII, e em seguida, no decorrer do século XIX, tinha como centro de interesse reconstruir a história das línguas através da comparação (Mattos e Silva, 1998). No entanto, o interesse por estágios anteriores da língua não é recente: antes dessa época, uma reflexão histórica pode ser detectada nos trabalhos filológicos desenvolvidos por diferentes povos e em diversas culturas. É possível verificar que já existe a consciência de que as línguas mudam com o tempo. Há muito já se sabia, por exemplo, das relações entre o sânscrito e algumas línguas antigas e modernas, e também da origem latina das línguas românicas (francês, espanhol, português, italiano etc.). Percebe-se também um certo interesse pela mudança lingüística em diferentes sociedades ao longo dos séculos, através da preocupação em estudar e preservar documentos antigos em diferentes sociedades: nos estudos lingüísticos da Índia, no século IV a. C., nas discussões filosóficas dos gregos no terceiro século a. C., ou mesmo nos trabalhos filológicos dos árabes, para fixar o Alcorão, e dos modistas da Idade Média.

Antes do século XVIII, já havia estudos baseados na comparação de línguas. Entretanto, segundo Robins (1983), eram trabalhos esporádicos, que representavam muitas vezes pesquisas e opiniões isoladas. Para a lingüística antiga, até o século XIX, a linguagem era compreendida como uma realidade estável, atemporal, objetiva, fora do homem e, conforme Lyons (1981) explica, não havia consciência de que a mudança lingüística fosse universal, contínua e consideravelmente regular. As pesquisas lingüísticas ocupavam-se principalmente com textos escritos, encarados como obras de arte, e a língua falada do cotidiano, tanto da aristocracia quanto do povo, ficou negligenciada. Tinham como objeto a estrutura da linguagem, preocupando-se em estabelecer o “certo” e o “errado”, numa tendência normativa. Entretanto, já nos fins do século XVIII, as pesquisas começaram a se desenvolver em torno de questões históricas, com a descoberta e consolidação do método comparativo. Convencionou-se citar o ano de 1786 como um marco inicial de uma reflexão sistemática a respeito das mudanças lingüísticas. Neste ano, William Jones apresentou

---

trabalho, o termo lingüística histórica é usado em sentido amplo, uma vez que tomam-se por base textos “datados e localizados”, em que se considera o contexto sócio-histórico.

semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim<sup>16</sup>, dando origem à Lingüística histórico-comparativa, que, de maneira geral, tinha como objetivo reconstruir a história das línguas (Auerbach, 1972). Criaram-se, a partir de então, áreas especializadas no estudo das diversas línguas indo-européias – ressaltam-se os trabalhos pioneiros de Franz Bopp (1791-1867), Rasmus Rask (1787–1832) e Jacob Grimm (1785-1863) – entre as quais se destaca o desenvolvimento da filologia românica e o estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim, a partir da obra de Friedrich Diez.

No tocante à língua portuguesa, especificamente, os trabalhos sobre as línguas românicas de Diez e posteriormente os de Meyer Lübke foram fundamentais. Tanto na Europa quanto na América, nos fins do século XIX e no XX, surgiram gramáticas históricas, dicionários etimológicos e obras de filologia e história da língua, até hoje consultados, principalmente no que se refere às origens e evolução da língua, nomeadamente nos aspectos morfológico e fonético. Destacam-se, entre outros, José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Carolina de Michaëlis, José Joaquim Nunes, Joseph Hüber, Sousa da Silveira, Said Ali, Edwin Williams, Epifânio Dias, Serafim da Silva Neto, Edith Pimentel Pinto, Luís Lindley Cintra, Celso Cunha, Antônio Houaiss.

Muitas vezes, os estudos dos textos apresentavam uma perspectiva muito mais literária que lingüística, utilizando a língua em análises que tinham outros objetivos que não o ato lingüístico em si mesmo. Essa abrangência pode ser verificada através dos seguintes conceitos de Silva Neto (1977:16):

A Lingüística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas... A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas... Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia na Antigüidade era o estudo dos textos; hoje porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estado da língua.

---

<sup>16</sup> Para Robins (1983), as referências existentes desde fins do século XVI sobre o sânscrito não eram tão aprofundadas e nem apresentaram conseqüências tão importantes quanto os estudos de Jones.

Na metade do século XIX, a obra de Schleicher trouxe uma visão de língua como organismo vivo, com existência própria, fora dos seus falantes. Entretanto, essa concepção naturalista de língua foi criticada no manifesto neogramático, publicado em 1878. O manifesto introduz uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança, passando a encarar língua como ligada ao indivíduo falante. Para os neogramáticos, o objetivo da ciência da linguagem — entendida como apenas e necessariamente histórica — era investigar os mecanismos de mudança lingüística, notadamente no campo da Fonética e da Dialetoлогия, e não somente reconstruir estágios remotos das línguas, conforme o modelo anterior. Os neogramáticos trouxeram maior rigor aos procedimentos metodológicos, resultante da crítica aos antecessores, e imprimiram uma nova direção à Lingüística Histórica. Contribuíram decisivamente para os estudos históricos, resultando em um período de intensa produtividade, mesmo que muitas das formulações por eles elaboradas tenham recebido crítica de diversos lingüistas e tenham sido reformuladas em trabalhos mais recentes.

No século XX, os estudos diacrônicos perderam sua hegemonia em detrimento dos sincrônicos.<sup>17</sup> É possível distinguir dois paradigmas predominantes na lingüística deste século: o *Formalismo* e o *Funcionalismo*. O primeiro tem como objetivo investigar a *forma* lingüística e como os elementos e os padrões da língua são formados e organizados; ao segundo interessa observar a *função* das formas lingüísticas, isto é, de que maneira esses elementos e padrões são postos em uso. Essas duas grandes linhas de pensamento interpretam de maneira diversa as mudanças lingüísticas: a primeira, representada pelo *Estruturalismo* e pelo *Gerativismo*, percebe as mudanças como decorrentes de algo interno, inerentes à própria língua, de acordo com o pensamento neogramático; a segunda, representada pela *Dialetoлогия* e *Sociolingüística*, considera-as articuladas com o

---

<sup>17</sup> Apesar de, no decorrer do século passado, a sincronia predominar sobre a diacronia, os estudos históricos continuaram a ser feitos na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, a proposta funcionalista de Coseriu (1979) apresenta uma visão da língua como um sistema em movimento, em permanente sistematização; considera descrição e história estudos diferenciados, mas concebe as línguas como objetos históricos, que devem, portanto, ser estudadas dos pontos de vista descritivo e histórico.

contexto social e com o falante. Segundo Faraco (1991), esses pensamentos muitas vezes se interpenetram e se mesclam e percebê-los distintamente contribui para a compreensão dos caminhos percorridos pela Lingüística Histórica.

Sob a denominação de Estruturalismo enquadram-se várias elaborações teóricas que têm em comum a concepção imanentista da linguagem e que se originam basicamente no trabalho de Ferdinand de Saussure (1995: 271), para quem é perfeitamente possível investigar a língua sem conhecer as circunstâncias em meio às quais ela se desenvolveu: *A lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.*

Essa abordagem imanente da língua excluiu da descrição lingüística tudo o que seja estranho ao organismo, ao sistema da língua; no lugar de preocupar-se com a evolução histórica, a prioridade dos estudos lingüísticos passou a ser a *função* desempenhada pelos elementos lingüísticos de um sistema, como se depreende das palavras:

O estudo do comportamento humano perde suas melhores oportunidades quando tenta traçar as causas históricas dos acontecimentos individuais. Em vez disso, ele deve concentrar-se em primeiro lugar nas funções que os eventos têm numa estrutura social geral. Deve tratar os fatos sociais como parte de um sistema de convenções e valores (Saussure, 1995: 93).

Saussure opunha-se ao pensamento neogramático, que percebia a lingüística como necessariamente histórica, ao defender que a descrição sincrônica de línguas particulares podia também ser científica e explicativa. Para ele, segundo Lyons (1981), os modos de explicação sincrônico e diacrônico são complementares. Faraco (1991) considera que a contribuição metodológica do Estruturalismo para a Lingüística Histórica foi a exigência de se analisar as mudanças sistematicamente e não isoladamente, ou seja, relacionando-as com outros elementos da língua, antes, durante e depois da mudança. Por outro lado, critica o fato de reduzir a mudança a uma questão exclusivamente imanente, como se a língua fosse uma realidade autônoma.

O Gerativismo, que se desenvolveu nos anos 50 a partir das idéias do lingüista americano Noam Chomsky, influenciou não só a Lingüística, mas também a Filosofia e a Psicologia, entre outras, trazendo uma prática científica centrada na construção de modelos teórico-dedutivos. A teoria geral da linguagem concebida por Chomsky fundamentou-se numa hipótese fortemente inatista, e seria tarefa básica da lingüística criar a chamada “gramática universal”, um modelo dos mecanismos estruturais para a aquisição da linguagem, inato aos falantes de uma língua. No tocante à diacronia, a lingüística gerativa teve dois momentos distintos. Inicialmente via a gramática como conjunto de regras e as mudanças como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou ainda, reordenando sua aplicação. Posteriormente, em fins da década de 70, passou a adotar um modelo de gramática que opera com base em alguns princípios gerais, buscando *justificar* e não mais *derivar* sentenças da língua, encarando a gramática universal como um conjunto de parâmetros variáveis e retomando a abordagem tipológica das línguas humanas. Com essas alterações teóricas, a mudança lingüística passou a ser entendida como correlacionada com alterações na fixação de parâmetros, isto é, a mudança encarada como direcionada por forças internas à língua.

Os estudos estruturalistas e gerativistas tiveram grande repercussão no Brasil. A perspectiva histórico-filológica que foi hegemônica até pelo menos o início da década de 60 deixou de ter a primazia nas investigações sobre a linguagem com a inclusão da disciplina Lingüística nos cursos de Letras do país. Desenvolveram-se pesquisas sincrônicas descritivas sobre a língua contemporânea e pesquisas interpretativas teóricas, baseadas na obra de Saussure e dos estruturalistas americanos, às quais se seguiram os modelos gerativistas, estudos por natureza a-históricos. Na linha estruturalista destaca-se a obra fundamental de Mattoso Câmara que, conforme Sousa da Silveira avaliou no prefácio dos “Princípios de Lingüística Geral” (Câmara, 1970: 10-11), *pôs ordem dentro de muito cérebro*<sup>18</sup>.

A outra linha seguida pelos estudos da linguagem no século XX concebe a língua como integrada à vida e à história das sociedades que as falam, e nela surgiram pesquisas em

---

<sup>18</sup> Com relação ao estruturalismo diacrônico, destaca-se a contribuição de Mattoso Câmara, com a “História e estrutura da língua portuguesa”, editada primeiro em inglês e posteriormente traduzida e publicada no Brasil.

diferentes áreas das ciências humanas, como a História, a Sociologia, Antropologia e a Psicologia. Seguindo essa orientação, destaca-se a contribuição da Dialetoлогия e da Sociolingüística. A Dialetoлогия, desenvolvida principalmente na Europa, já a partir do século XIX, considerava a variabilidade da língua no espaço geográfico e fundamentava-se na distribuição de uma comunidade em uma certa área geográfica como fator de diferenciação lingüística, em outras palavras, considera-se que os habitantes de uma área geográfica trazem as marcas na linguagem de suas experiências sociais, históricas e culturais peculiares a cada região. São representantes o alemão Georg Wenker e o suíço Jules Gilliéron. A orientação dialetológica teve grande repercussão nos estudos de historicistas brasileiros, tais como Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto, que buscaram conhecer as variedades regionais do Brasil. (Cf. Mattos e Silva, 1999). Por outro lado, as pesquisas que começaram a surgir na área da *dialetoлогия* na primeira metade do século XX tiveram repercussão em estudos sincrônicos que buscavam conhecer a realidade lingüística brasileira. Com relação à língua portuguesa, tanto no Brasil (Antenor Nascentes, Nelson Rossi, Socorro Aragão, entre outros) quanto em Portugal (Paiva Boléo, Lindley Cintra) há tradição em estudos dialetológicos, com a descrição dos dialetos e variedades da língua, que surgiram a partir do trabalho pioneiro de Leite de Vasconcelos.

Já a Sociolingüística, que surgiu na década de 60 nos Estados Unidos, a partir da obra de Labov, Weinreich e Herzog, estuda a variação social no uso da língua, correlacionando, de modo sistemático, as formas lingüísticas variantes a determinados fatos sociais. Sob o rótulo de sociolingüística, abrigam-se várias correntes e orientações de pesquisa, que estudam a língua em uso em contexto social, mas com enfoques diferentes e uma grande variação de assuntos, entre as quais: a sociologia da linguagem, a sociolingüística interacional, a dialetologia social, a etnografia da comunicação e sociolingüística variacional. A Sociolingüística abriu novas perspectivas para o estudo histórico, ao operar com o conceito de *mudança em progresso*, e procurando sistematizá-lo. Com relação à contribuição da Sociolingüística à Lingüística Histórica, Castro (1991:15) afirma que são vantagens mútuas:

a sociolinguística procura, e encontra, nos estados passados de uma língua os dados que podem validar ou invalidar as hipóteses que formulou para explicar uma mudança actualmente em curso; e a linguística histórica tem a possibilidade que até aqui lhe escapava, de ver processarem-se perante os seus olhos mudanças análogas àquelas que se deram no passado e que apenas podia conjecturar (Castro, 1991: 15).

No Brasil os problemas sociolinguísticos do português brasileiro são enfocados no projeto NURC, de carácter interinstitucional, com o objetivo de desvendar a chamada *norma culta* ou *normas cultas*<sup>19</sup> das principais capitais brasileiras. Também decorrente da sociolinguística, desenvolve-se o estudo dos crioulos de base portuguesa. Mattos e Silva (1998, 1999) destaca a contribuição das abordagens *sociolinguísticas*, das *funcionalistas*, quando centradas em problemas diacrônicos, e do *gerativismo paramétrico* para a volta dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil renascidos na segunda metade do século passado, mesmo reconhecendo que tanto os modelos diacrônicos do estruturalismo, como os modelos diacrônicos do gerativismo são a-históricos, porque excluem os fatores sociais do estudo linguísticos. Para a Mattos e Silva (1999), não houve descontinuidade nos estudos linguísticos brasileiros, no âmbito da *Linguística Histórica lato sensu*, mas “reorientações teóricas e metodológicas” no sentido do rigor científico tanto para a Dialectologia quanto para a Sociolinguística. Segundo a autora, se por um lado os estudos histórico-diacrônicos são favorecidos por teorias linguísticas vindas de fora, por outro, o retorno dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil decorre sobretudo de uma “*motivação interna, nossa, que é a questão linguística da língua que usamos, o português brasileiro, língua oficial majoritária de nosso país*” (1998: 23). Nesse sentido, o problema — o português brasileiro — a ser melhor compreendido e explicitado, se apresenta como um terreno propício, motivador para o desenvolvimento da *Linguística Histórica stricto e lato sensu* no país.

---

<sup>19</sup> A acepção de “norma” com que os estudos sociolinguísticos labovianos têm estudado a variação dialetal do português brasileiro é a de *habitual, freqüente, usual* (Ribeiro, 2002).

No momento atual, Mattos e Silva (1998) aponta os seguintes campos de pesquisa dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil<sup>20</sup>: a) *reconstrução de uma história social lingüística do Brasil*; b) *reconstrução de uma sócio-história lingüística ou de uma sociolingüística histórica*; c) *reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro e âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro*. Essas abordagens, além de outras possíveis, indicam que os estudos histórico-diacrônicos estão muito vivos no Brasil, levando à composição de uma reescrita da História da Língua Portuguesa, que *das suas origens escritas nos inícios do século XIII até a nossa contemporaneidade, não dispõe de um relato histórico circunstanciado e fundamentado teórica e empiricamente* (Mattos e Silva, 1998: 31).

## 2.2 A perspectiva textual

A partir da década de 70 do século passado, começou a surgir, em diversas disciplinas das ciências humanas, o reconhecimento de que os estudos lingüísticos não deveriam ser circunscritos à análise gramatical no nível da sentença, mas tomar por objeto o uso efetivo da língua através dos textos. A visão impressionista ou filológica que durante muito tempo dominou os estudos lingüísticos, abordando o texto com finalidades prescritivas, já havia começado a perder espaço entre os formalistas russos, acentuando-se nos anos 70 e 80 do século XX.

Como se sabe, uma das mais antigas atividades da Filologia<sup>21</sup> e, no dizer de Auerbach (1972), “a mais nobre e a mais autêntica”, voltava-se para a *edição crítica de textos*, buscando constituir textos autênticos e preservá-los dos estragos do tempo, das alterações e adições provocadas pelo descuido das pessoas. O centro das atenções eram os textos

---

<sup>20</sup> No caso dos estudos histórico-diacrônicos sobre o português brasileiro, ver “Orientações atuais da Lingüística Histórica brasileira”, de Mattos e Silva (1999).

<sup>21</sup> Segundo Câmara (1975), esses estudos desenvolveram-se primeiramente na Índia e durante o período helenístico em Alexandria, onde se misturavam aos estudos gramaticais de caráter normativo e filosóficos. No Renascimento, com o conhecido retorno aos ideais clássicos, procurava-se imitar os autores da Antiguidade grega e latina, para o que era necessário possuir seus textos em forma autêntica (Auerbach, 1972).



literários, as obras dos autores clássicos perdidas no tempo e de que se tinha notícia muitas vezes através de cópias ou da referência de outros autores. Além dessa, Auerbach (1972) aponta uma outra atividade filológica voltada para o texto: a *explicação de textos*, ou *comentários*, tão antiga quanto a primeira e que muitas vezes servia para promover o estudo gramatical, o da versificação, entre outros.

Com o surgimento e impulso da Lingüística Textual, o foco de atenção dos estudos da linguagem passou da palavra ou da frase isolada para o texto, considerado como unidade básica de comunicação humana.<sup>22</sup> Costuma-se apontar três fases da *lingüística textual*, que se distinguem por uma gradual ampliação de seu objeto de análise<sup>23</sup>: inicialmente, ainda influenciada pelas gramáticas *estrutural* e *gerativa*, em geral, dedicava-se à *análise transfrástica*; o segundo, o da construção de *gramáticas textuais*, buscava refletir sobre fenômenos lingüísticos inexplicáveis por meio de uma lingüística frasal; e o terceiro, o da construção de *teorias do texto*, voltava-se para o estudo dos textos em seu contexto pragmático. Na primeira fase encontram-se orientações bastante heterogêneas, algumas estruturalistas, como os trabalhos de Harweg e Weinrich, e outras gerativistas, como Isenberg, Thümme; no segundo momento, entre os vários modelos de gramáticas textuais, destaca-se o de Petöfi e no terceiro momento, com a investigação se estendendo do texto ao contexto, sobressaem-se os trabalhos de Dressler e Schmidt.

No Brasil, segundo Koch (1999), o desenvolvimento da *lingüística textual* apresenta três momentos: o primeiro, introduz esse ramo da ciência lingüística, seus objetivos, pressupostos e categorias de análise, além de traçar um panorama geral do que se vinha fazendo nesse domínio em outros países. De início, as pesquisas sobre o texto centraram-se, entre outros: nos *critérios de textualidade*, baseadas nos trabalhos de Beaugrande & Dressler; entre esses aspectos, a coesão textual, sob a perspectiva de Halliday e Hasan e da

---

<sup>22</sup> Sobre Lingüística Textual ver Fávero e Koch (1998), Koch (1999), Marcuschi (1983), van Dijk (2000).

<sup>23</sup> O termo *lingüística textual* foi empregado originalmente por Coseriu em *Determinação e Entorno: dois problemas da lingüística do falar* (1955), in *Teoria da linguagem e lingüística geral* (1979), embora com sentido diferente do atual. A conotação que lhe é atribuída atualmente foi empregada pela primeira vez por Weinrich (Fávero e Koch, 1998).

escola funcionalista de Praga; no *emprego textual dos tempos verbais*, fundamentadas basicamente em Weinrich; nos *tipos de texto*, influenciados por Van Dijk. O segundo momento ocorreu na década de 80, com as primeiras pesquisas nas universidades e conseqüentes publicações. Os estudos textuais centraram-se na *classificação dos mecanismos textuais*, fundamentalmente com base em sua função textual, sob influência de autores alemães como Meyer-Hermann e Kallmeyer, e na *conceituação de coerência*, inspirados em Charolles. No momento atual, adota-se uma perspectiva sócio-interacional no tratamento da linguagem, num diálogo com as ciências humanas e, em decorrência, há uma volta para os *processos e estratégias sócio-cognitivas envolvidas no processamento textual*. Nas diversas áreas para onde se voltam as pesquisas, destaca-se a que se dedica ao estudo dos *gêneros textuais*, retomando, com bastante ênfase, a questão da *tipologia textual*, da *referenciação* e do *estudo do texto falado*, além da aplicação de conceitos básicos da Linguística Textual à alfabetização, à aquisição da escrita, ao ensino de língua materna.

Abre-se aqui um parêntese para apresentar os critérios de textualidade, que serão abordados nas cartas.

### **Os fatores de textualidade**

Ao tomar o texto como *uma ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal*, Costa Val (1991:3) destaca os fatores apontados por Beaugrande e Dressler como responsáveis pela textualidade. Desses fatores, a *coerência e a coesão*, responsáveis pelo material conceitual e lingüístico do texto, e a *intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade*, fatores pragmáticos, que têm a ver com o funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa.

A intencionalidade e a aceitabilidade são fatores relacionados aos protagonistas do ato de comunicação. A primeira refere-se ao empenho, à intenção em produzir uma manifestação coerente e coesa, que permita ao produtor satisfazer os objetivos que têm em mente numa

determinada situação comunicativa. A segunda relaciona-se com a atitude do receptor de aceitar essa manifestação lingüística como um texto coerente, coeso. Costa Val (1991:11) lembra que o produtor, para alcançar a aceitabilidade do receptor, normalmente utiliza determinadas estratégias estabelecidas por Grice como *máximas conversacionais*: necessidade de cooperação, qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), pertinência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apresentadas (precisão, clareza, concisão, ordenação).

A situacionalidade é a adequação do texto à situação comunicativa; refere-se ao contexto extralingüístico propriamente dito. É nesse sentido que o referente de dêiticos, isto é, de palavras como *amanhã, hoje, eu* só pode ser encontrado na própria situação comunicativa. Costa Val (1991) ressalta que, cumprindo o texto uma função sociocomunicativa, fatores pragmáticos têm influência decisiva para a construção do sentido e permitem que o texto seja reconhecido como emprego normal da língua. Entre esses fatores pragmáticos, são apontados a intenção do produtor, o contexto, os conhecimentos partilhados dos produtores, características e crenças do produtor e do receptor do texto. Nos textos escritos, os dois tipos *contextualizadores* (os *contextualizadores* propriamente ditos: assinatura, local, data e outros elementos gráficos; e *perspectivos*: título, início de texto, autor, estilo de época) são considerados fatores importantes para a construção da coerência de um texto, fato que se comprova facilmente nas cartas investigadas (Marcuschi, 1983).

Koch (1995) aponta a coerência como responsável pelo sentido do texto, relacionando-a ao modo como os *elementos expressos na superfície textual e aqueles que se encontram implicitados vêm a permitir aos usuários do texto a construção de um sentido, devido à atuação de uma série de fatores de ordem cognitiva, sociocultural, situacional, interacional*. Segundo Costa Val (1991), a coerência depende do partilhar do conhecimento entre os interlocutores. A coesão, por outro lado, refere-se ao modo como os constituintes textuais se encontram explicitamente interligados (Koch, 1995). É construída através de mecanismos gramaticais e lexicais. Esses fatores têm sido estudados para saber quais as características que fazem com que *um texto seja um texto e não uma seqüência de frases* (Costa Val: 1991:5) e como os textos funcionam.

No século XX surgiram diferentes teorias textuais, pragmáticas e discursivas que, sob perspectivas diferentes, herdadas do diálogo com os diversos quadros teóricos — a lógica e a filosofia da linguagem, a antropologia estrutural, os estudos cognitivos, a psicanálise lacaniana, o materialismo histórico, entre outros — e com graus de formalização e de estabilização dos objetos também diferentes, têm em comum o interesse pelo *discurso* e a recusa em ver a língua apenas como suporte para a transmissão de informações. Essas teorias contribuíram para uma mudança de paradigma nos estudos lingüísticos: do *sistema* para o *discurso*. Trazem uma nova concepção de língua<sup>24</sup>, encarando-a concomitantemente como um sistema formal e como uma instituição social em que o sujeito se inscreve, embora a noção de “sujeito” e de “exterior” não seja a mesma em cada uma delas.

As diferentes maneiras de conceber o texto e o discurso podem ser reunidas em duas principais correntes: *teoria do texto* e *teoria do discurso*. A primeira considera o texto pronto e preocupa-se com o processo cognitivo para ser produzido, constituído e compreendido; a segunda prioriza as condições sócio-históricas, culturais e ideológicas de sua produção, percebidas e analisadas através das marcas lingüísticas presentes no texto (Travaglia, 1991).

### **Sobre a noção de contexto**

---

<sup>24</sup> Koch (2002) distingue três concepções clássicas de língua, correspondendo, cada uma delas, aos conceitos de sujeito e de texto: enquanto *representação do pensamento*, *estrutura* e *lugar de interação*. A primeira relaciona-se com um *sujeito psicológico*, individual, cartesiano, que comanda suas ações e seu dizer e o texto é visto como *produto lógico do pensamento*. A segunda exclui o sujeito falante do processo de produção, é *assujeitado*, determinado e constituído por esse sistema e o texto é visto como um *produto da codificação de um emissor*, cabendo apenas ao interlocutor decodificá-lo, já que, desse ponto de vista, o texto é considerado totalmente explícito. A terceira, vê o sujeito como *entidade psicossocial* de caráter ativo, situado social, histórica e ideologicamente e ocupando uma posição privilegiada no discurso e o texto é concebido como *lugar da interação*, no qual há lugar para os mais variados tipos de implícitos, detectáveis no contexto sociocognitivo dos participantes da interação.

A relação entre língua e sociedade vem sendo destacada por inúmeros estudiosos, a exemplo de Bakhtin (1999:113), segundo o qual *a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais*, e de Orlandi (1987), que considera necessário pensar na natureza dos laços que unem a língua e a sociedade, inserindo o lingüístico no vasto campo das ações sociais em geral. Também Maingueneau (2001:29) destaca a importância de procedimentos pragmáticos ligados ao contexto para interpretar um enunciado, *uma vez que o conhecimento de língua está longe de ser suficiente para interpretar um enunciado*. Entretanto, há diversas concepções de contexto, que variam tanto com relação ao tempo, quanto com relação ao autor.

Na fase inicial das pesquisas sobre o texto, por exemplo, na *análise transfrástica*, o contexto era concebido apenas como entorno verbal – o *co-texto*. Na perspectiva da Pragmática, com a teoria dos Atos de Fala e Teoria da Atividade Verbal, passou-se a estudar e descrever as ações dos usuários da língua em situações de interlocução.

A Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior Filosofia da Linguagem, estendendo-se pela Lingüística Pragmática e teve como pioneiro J. L. Austin, seguido por Searle, entre outros. Segundo Koch (2000), esses autores concebiam a linguagem como uma forma de ação, estudando diversos tipos de ações humanas realizadas através da linguagem, ou seja, os *atos de fala*: o ato *locucionário*, o ato *ilocucionário* e o *perlocucionário*. O ato *locucionário*, produção de um enunciado de acordo com as regras da língua, constitui-se de um ato de referência, através do qual designa-se uma entidade do mundo extralingüístico, e de um ato de predicação, por meio do qual atribui-se uma certa propriedade, comportamento ou estado a essa entidade; o ato *ilocucionário* é orientado para influenciar o comportamento do locutor e pode ser realizado de forma *explícita*, por exemplo, através de verbos performativos ou *implícita*, isto é, sem o uso desses verbos; e o ato *perlocucionário*, o que leva o locutor a exercer a ação sobre o interlocutor.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> A Teoria dos Atos de Fala tem recebido críticas e reformulações. As críticas são, principalmente no sentido de que é unilateral, isto é, coloca-se a ênfase exclusivamente no locutor, e também no sentido de que trata da ação em enunciados isolados, fora de seu contexto. Além disso, chama-se a atenção para o fato de que num

A Teoria da Atividade Verbal, desenvolvida principalmente por Leontev e Luria, seguindo algumas idéias de Vigotsky, parte do princípio de que a linguagem é uma *atividade social*, realizada para determinados fins. Nesse sentido, segundo Koch (2000:24), toda atividade lingüística seria formada por um *enunciado*, produzido com dada *intenção* ou propósito, sob certas *condições* necessárias para atingir o objetivo e as *conseqüências* decorrentes da realização do objetivo. Vê-se, portanto, que uma análise dessa maneira vai além dos elementos lingüísticos constituintes do texto, inserindo dados extra-lingüísticos, situacionais.

Aos poucos, o *contexto sociocognitivo* passou a ser considerado, já que para que duas pessoas se compreendam, seus conhecimentos enciclopédico, sociointeracional, procedural e demais conhecimentos devem ser pelo menos parcialmente compartilhados. Atualmente, a noção de contexto na Lingüística Textual abrange o co-texto, a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores (Koch, 2002).

Para Maingueneau (2001), a noção de contexto não se liga necessariamente ao ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação: além do ambiente físico (contexto situacional), considera importantes para a interpretação do sentido dos textos o *cotexto* (seqüências verbais encontradas antes ou depois da unidade a ser interpretada) e os *saberes anteriores à enunciação*. Lembra também que, contemporaneamente, a reflexão sobre a linguagem afastou-se da concepção em que caberia ao contexto apenas um papel secundário, devendo o destinatário especificar o sentido que estaria parcialmente contido no enunciado. O autor defende a idéia de que todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico e o sentido é reconstituído a partir de indicações presentes no enunciado produzido, da mobilização de saberes diversos, da construção de hipóteses, embora nada garanta que o que foi reconstituído coincida com as representações do enunciador.

---

texto, apesar de se realizarem vários tipos de atos, há sempre um objetivo principal, para o que concorrem os demais (Dijk, 2000).

Bronckart (1999: 93), referindo-se à produção textual, define *contexto de produção* como o conjunto dos parâmetros que podem influenciar a forma como um texto é organizado. Segundo ele, alguns fatores exercem influência necessária, mas não mecânica, sobre a organização dos textos, dividindo-os em dois conjuntos: um que se refere ao mundo físico e outro que se refere ao mundo social e ao subjetivo. No primeiro plano, todo texto resulta de um comportamento verbal concreto, desenvolvido por um agente situado nas coordenadas do espaço e do tempo. Quatro parâmetros definem esse contexto físico: o *lugar de produção* (lugar físico em que o texto é produzido), o *momento de produção* (a extensão de tempo durante o qual o texto é produzido), o *emissor/locutor/produtor* (pessoa/máquina que produz fisicamente, na modalidade oral ou escrita, o texto) e o *receptor/co-produtor/interlocutor* (pessoa(s) que pode(m) receber concretamente o texto).

O segundo plano citado por Bronckart refere-se ao contexto sociosubjetivo, que pode ser também decomposto em quatro parâmetros: o *lugar social* (quadro de formação social, instituição e ao modo de interação em que o texto é produzido), a *posição social do emissor* (o papel que desempenha na interação em curso), a *posição social do receptor* (o papel que desempenha na interação em curso), o *objetivo da interação* (o ponto de vista do enunciados, o(s) efeito(s) que o texto pode produzir no destinatário). Bronckart distingue *emissor e receptor*, que produz ou recebe um texto, *de enunciador e destinatário*, que corresponde ao papel social assumido pelo emissor e pelo receptor.

Koch (2002) ressalta que, sob a noção de contexto, oculta-se a hipótese de que toda análise lingüística deve ser feita considerando-se os elementos exteriores aos dados e fatos lingüísticos analisados. No entanto, segundo a autora, existem duas atitudes relacionadas com a análise fora de contexto: uma que privilegia a análise formal, descontextualizada (análises formais, “*langue*”, sistema), e outra que procede a um movimento de (re)contextualização (abordagens etnolingüísticas, interacionistas, entre outras).

De acordo com Ducrot (1987), para reconstruir o momento e as condições de produção dos textos, deve-se partir das marcas presentes nos próprios textos. Essas marcas, existentes nas línguas naturais, permitem ao interlocutor reconhecer o modo como o que foi dito pelo

locutor deve ser lido: uma possibilidade, uma certeza, uma conseqüência, uma necessidade. Segundo ele, *interpretar uma produção lingüística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação* (Ducrot, 1987:173).

Como se vê, para interpretar um enunciado, são necessários procedimentos que Maingueneau (2001:29) chama pragmáticos *porque exigem do destinatário uma análise do contexto e não somente interpretação semântica, seu conhecimento da língua*. O autor reafirma o papel ativo do destinatário: *ele próprio deve definir o contexto do qual vai tirar informações necessárias para interpretar um enunciado*.

Os estudos do texto e do discurso preocupam-se com a organização global do seu objeto de pesquisa e examinam as relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos. Essa nova maneira de encarar o texto, segundo Barros (1999), trouxe para os estudos lingüísticos uma mudança de posicionamento: com a pragmática dos atos de linguagem, por exemplo, a concepção de língua como lugar de representação apenas de significados objetivos foi substituída pela consideração de língua como meio convencional de agir no mundo. Com as teorias da argumentação, a sociolingüística interacional ou a análise da conversação, a linguagem passou a ser considerada como um instrumento de argumentação e de interação e não apenas transmissão de informação.

Verificou-se que com as teorias do texto e do discurso, o objeto dos estudos lingüísticos passou a ser o texto, unidade de sentido no lugar da frase. Além disso, a descrição das frases passou a ser condicionada pelos mecanismos de organização textual. Os novos estudos colocaram a intersubjetividade como anterior à subjetividade, isto é, a relação entre interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, mas também constrói os próprios sujeitos produtores do texto; o discurso passou a ser caracterizado como lugar ao mesmo tempo do social e do individual e a linguagem, definida pelo dialogismo em suas duas acepções, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo que cada texto mantém com outros textos. Por outro lado, essas novas teorias trouxeram uma reflexão sobre os gêneros textuais, em forma de estudos variados que se baseiam em diversas concepções e



apresentam diferentes tipologias, nos mais diversos domínios das ciências da linguagem humana. Cabem aqui algumas considerações sobre os gêneros textuais.

### **Breve percurso sobre a noção de gênero textual**

Na tradição ocidental, durante muito tempo, a expressão “gênero” esteve ligada aos gêneros literários. Entre as classificações literárias mais conhecidas, Brandão (2000:18-9) destaca as distinções entre *poesia* e *prosa*, entre os gêneros *lírico*, *épico* e *dramático*, entre *tragédia* e *comédia* e ainda a distinção entre os estilos *elevado*, *médio* e *humilde*. Além dessas classificações tradicionais da literatura, a retórica antiga classificava os discursos *deliberativo*, *judiciário* e *epidítico*. Já não é mais assim: a expressão gênero está espraiada em outros domínios das ciências humanas, como a Etnografia, a Sociologia, a Antropologia, o Folclore, a Retórica, Linguística, embora não represente a mesma idéia em todas elas. Atualmente, no campo da linguística, há uma enorme variedade de tipologias, resultante do interesse sobre os gêneros, ao longo dos tempos. Essa variedade pode ser comprovada pela metalinguagem utilizada e pelo uso indistinto de termos como *gênero*, *tipos*, *modos*, *modalidades de organização textual*, *espécies de texto e de discurso* e, embora muitos estudiosos, como os citados por Bronckart (1999:138) constatem que *os gêneros nunca podem ser objetos de uma classificação racional, estável e definitiva*<sup>26</sup>, do ponto de vista teórico e terminológico é importante que se distingam essas noções<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Em “*Gêneros textuais: o que são e como se classificam?*”, Marcuschi (2000) faz uma revisão do quadro teórico sobre tipologia textual, apontando quatro tipos de classificações: *as tipologias funcionais* — fundadas sobre o estudo das funções dos discursos (na perspectiva de Bühler, 1963); *as formais* — que tratam fundamentalmente da análise linguística dos tipos textuais como seqüências, sem se referirem a gêneros de maneira mais específica, como as de Brinker, Jean Michel Adam; *as interacionistas* — de Bakhtin, Bronckart (1999) (1992), segundo às quais, os textos têm determinação histórica, social, cognitiva, psicológica — e *as cognitivas* — como a de Dijk (1983). Há outros autores que a apresentam uma tipologia dos gêneros, como Bronckart (1999), que discute diferentes concepções de gênero e tipos de discurso, e Brandão (2000: 17-45) que também apresenta sua tipologia dos gêneros. A discussão sobre gêneros do discurso vai além dos objetivos deste trabalho.

<sup>27</sup> Com relação à distinção entre *tipo textual* e *gênero textual*, Marcuschi (2002:22-3), baseando-se em autores como Biber (1988), Swales (1990), Adam (1990) e Bronckart (1999), define *tipo textual* como uma

A questão dos gêneros voltou ao debate lingüístico motivada em grande parte pelas idéias de Bakhtin (1992), segundo a qual a comunicação humana seria dificultada se, a cada vez que o locutor fosse interagir, tivesse que criar um gênero. Os gêneros estão presentes no cotidiano das pessoas, relacionados a diferentes situações sociais, fazendo com que cada esfera da atividade humana elabore “tipos relativamente estáveis de enunciados”. O lingüista russo enfatiza a economia que é para o usuário da língua dominar os vários gêneros:

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um dos de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (Bakhtin, 1992:302).

Como se pode depreender dessas palavras, todos os enunciados dispõem de uma forma padrão e uma estabilidade relativa. Entretanto, deve-se ressaltar que os gêneros se transformam (Maingueneau, 2001); eles surgem, mudam, evoluem decaem e desaparecem,

---

espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). São tipos textuais *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. A expressão *gênero textual* é utilizada para designar textos materializados que se utilizam cotidianamente e que apresentam *características sócio-comunicativas*, definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Entre os inúmeros gêneros estão *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, outdoor, notícia jornalística* e assim por diante. Percebe-se, portanto, que a noção de texto está relacionada aos aspectos lingüísticos, enquanto a de gênero volta-se para o discurso, para o uso efetivo da língua em interações sociais.

de acordo com as transformações por que passam as sociedades. Este é o caso das cartas<sup>28</sup>, objeto de estudo deste trabalho, que ao longo dos tempos foram assumindo funções diferentes<sup>29</sup> (Pessoa, 2002).

Nesta pesquisa, o propósito de investigar a história da língua em seu uso social, com base em cartas oficiais, de caráter administrativo — portanto, textos não-literários —, implica proceder a uma análise, ainda que sucinta, do contexto sócio-histórico em que foram produzidos. Esses contextos, determinantes para se entender características textuais, só podem ser explicadas a partir da adoção de uma perspectiva histórico-textual na análise dos textos. No próximo capítulo, faz-se uma síntese de idéias de Coseriu, fundamentais para o modelo de análise de Oesterreicher (1994, 1996, 1999), Stoll (1996) e Schlieben-Lange (1993) em que se baseia este estudo.

---

<sup>28</sup> Sobre a evolução do gênero carta, ver Pessoa (2002). Segundo este autor, na Antigüidade e na Idade Média, a denominação *carta* (ou *charta*) estava associada a documento e *litterae* tinha mais caráter pessoal e espontâneo. O termo *epistula* é mais literário, guardando até hoje esse sentido.

<sup>29</sup> Pessoa (2002) faz o percurso do gênero carta, lembrando que na Antigüidade, as cartas particulares tinham o papel de informar. Durante a Idade Média, adquiriram outras funções, como substituir os mensageiros e servir como instrumento de papas e imperadores. No século XVI, cresceram de importância como gênero epistolar, além de serem usadas sob a forma de diários de bordo, cartas narrativas e relações de sucesso, para informar as descobertas das novas terras. Entre os séculos XVI e XVII, tiveram papel relevante na burocracia e nas correspondências de filósofos. No século XVIII, em virtude da diminuição de seu caráter de gênero retórico, adquiriram um valor literário e passaram a revelar uma língua mais natural e mais próxima do cotidiano. Ainda neste século, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, que a utilizavam na correspondência privada para parentes e amigos, enquanto outros gêneros como requerimentos e relatórios ganharam especificidade. Entre a segunda metade do século XIX e início de século XX, a carta se estabelece definitivamente.

### CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Partindo-se do princípio de que o estudo de uma língua deve partir dos textos – orais e escritos – produzidos nessa língua, é fundamental uma reflexão teórica que considere o texto como um todo, inserido em seu contexto de uso. Ocorre que, normalmente, os estudos históricos da língua são feitos com base em textos literários dos grandes autores, geralmente com fins normativos, que nem sempre refletem a heterogeneidade lingüística do lugar e do período investigado. As cartas que constituem o corpus deste trabalho se revestem de um caráter bastante peculiar, tanto do ponto de vista do contexto em que foram produzidas, quanto do nível de domínio da escrita que seus autores demonstram. São textos produzidos por autores de diferentes graus de cultura escolar, e por isso geralmente excluídos da tradição da Lingüística Histórica e da Filologia. Para melhor compreender suas características, a fundamentação teórica aqui adotada parte das propostas de análise de Oesterreicher (1994, 1996, 1999) e Stoll (1996), ao tratar dos textos produzidos por *semicultos* conquista da América espanhola, em virtude da afinidade que as cartas selecionadas apresentam com os textos analisados por esses autores. Apresentam-se ainda outras idéias, como a noção de semi-oralidade, a relação entre oralidade e escrita e o estado da sociedade em que ocorre essa relação, de Schlieben-Lange (1993), pertinentes para explicar o contexto sócio-histórico em que foram produzidas as cartas desta pesquisa. Nos seus trabalhos, esses autores retomam conceitos desenvolvidos por Eugênio Coseriu (1979; 1979a; 1980, 1982, 1995), lingüista e filósofo da linguagem, cujas reflexões trouxeram importantes contribuições para os estudos históricos da linguagem.

Coseriu (1979) desempenhou um papel pioneiro ao tomar a língua como uma matéria viva e evolutiva, que o homem inova sem cessar. Desenvolveu uma concepção de língua que se opõe à visão estática formulada por Saussure, propondo que ela seja vista como um sistema em movimento, em permanente sistematização: *a mudança na língua não é alteração ou deterioração [...] mas reconstrução, renovação do sistema, e assegura a sua continuidade e o seu funcionamento. A língua se faz mediante a mudança, e “morre” como tal quando deixa de mudar (1979a:237)*. Afirma ainda que, embora um “estado de língua” se torne praticamente idêntico a um estado anterior, não implica uma permanência desse estado,

mas que ele se *reconstitui/recria* com suficiente fidelidade pelo falar (1979a: 32). Tratando da mudança lingüística, Coseriu (1979a: 63) destaca: *A língua muda justamente porque não está feita, mas faz-se continuamente pela atividade lingüística* (Grifos do autor).

O objeto da Lingüística, enquanto “ciência da linguagem” só pode ser a linguagem<sup>30</sup>, em todos em seus aspectos. Esta se apresenta como *uma atividade humana específica e facilmente reconhecível*. Para o autor (1982, 1979; 1979a), a língua só funciona e só se realiza concretamente no *falar*, ou seja, o que existe são os atos lingüísticos, o discurso: *A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua* (1979:33). Essa comprovação, por um lado, permite definir o homem como *o ser falante* e por outro, abre a possibilidade duma valorização do não-falar, do *calar*, que pode converter-se em meio expressivo, embora não seja linguagem, uma vez que não tem significado próprio.

A linguagem como *falar* se realiza em todas as ocasiões *segundo uma técnica determinada e condicionada historicamente*, ou seja, de acordo com uma língua. Para o autor, as línguas são técnicas históricas da linguagem<sup>31</sup> e, na medida em que se acham estabelecidas como tradições firmes e peculiares, reconhecidas pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, costumam ser designadas por meio de adjetivos “próprios” que as identificam historicamente (língua *espanhola*, língua *alemã*). Nesse sentido, o falante se revela como pertencente a uma comunidade determinada historicamente, ou mesmo como

---

<sup>30</sup> Sobre o uso do termo linguagem, afirma Coseriu (1979:71): *O falar nomeia [...]um conceito que para nós se identifica com o falar concreto [...] trata-se, em última análise, do mesmo fenômeno, considerado de três pontos de vista distintos: 1) em sua realidade concreta; 2) em sua virtualidade e como condição, como substrato do falar concreto; 3) como abstração que se estrutura sobre base dos atos lingüísticos concretos; e que a língua só se comprova no falar*. Entretanto, o autor assinala que em línguas como o português, espanhol, italiano e francês faz-se a distinção entre língua e linguagem.

<sup>31</sup> Sobre o caráter técnico da língua, Coseriu afirma: *Na realidade, a capacidade de falar — ou melhor, de falar e, ao mesmo tempo, de entender o que é falado — não se fundamenta [...] num saber ‘teórico’ (como os lingüistas e gramáticos que descrevem a língua), mas sim, num saber claro e seguro. Trata-se [...] do saber que Leibniz chamou ‘claro-confuso’ (isto é, seguro, mas não justificável) e ‘distinto — inadequado’ (isto é, apenas parcialmente justificável, ou simplesmente um saber técnico)* (Coseriu, 1982:21).

alguém que assume a tradição idiomática de uma comunidade, ainda que temporariamente.

O autor ressalta:

a língua é um *saber falar*, saber *como se fala* numa determinada comunidade e segundo uma determinada comunidade e segundo uma tradição (Cosériu, 1979a:52).

Nesse sentido, o saber lingüístico é um *saber fazer*, isto é, é um *saber técnico* que o falante adquire de outros falantes. É a partir desse saber que o falante cria a sua expressão e só excepcionalmente cria seus próprios modelos.

Outro aspecto dessa concepção é conceber a língua como *energêia*, no sentido empregado por Humboldt: uma *atividade* livre e não *produto*. Apenas porque é atividade livre e finalista e porque é conhecida como tal, pode ser abstraída e estudada como “produto”. Cosériu lembra que, ao considerar a língua uma atividade, Humboldt queria destacar o “vivo” ou “livre” na linguagem, de acordo com o pensamento aristotélico, concebendo a linguagem como atividade criadora em *todas* as suas formas. Nesse sentido, o *falar* é uma atividade criadora, livre e finalista e é sempre novo. A linguagem é, em primeiro lugar, criação de significados, mas o indivíduo não inventa integralmente sua expressão: ele a cria ou estrutura a partir modelos anteriores, utilizando a técnica e um material anterior que o seu saber lingüístico lhe proporciona. A língua se refaz, não muda totalmente; o falante utiliza o sistema oferecido pela comunidade e aceita a realização que a *norma* tradicional lhe fornece:

O falante não emprega *outra* técnica, mas utiliza o *sistema* que se lhe oferece pela comunidade e, mais ainda, aceita também a realização que a *norma* tradicional lhe proporciona, porque esta é a *sua* tradição. Não inventa totalmente a sua expressão mas utiliza modelos anteriores, justamente por ser este indivíduo histórico e não aquele: porque a língua pertence à sua historicidade, ao seu modo determinado de ser. (Cosériu, 1979a: 64)

O autor (1979a) ressalta que a língua historicamente constituída é utilizada e manifestada no *falar*, mas no falar, a língua anterior ao ato é superada e “alterada” tanto pelas determinações finais da expressão quanto pelas determinações psicofísicas da realização fônica. Tais determinações vão de um simples cansaço ou excitação do falante até eventuais modificações produzidas na fisiologia do falar por fatores como o clima e raça.

Coseriu distingue a *linguagem como falar* de outras atividades expressivas que não se dirigem necessariamente a outro ser, mesmo que outros acolham e interpretem a expressão. Nesse sentido, aponta outra comprovação que se impõe com relação à linguagem: como falar de cada indivíduo, a língua é sempre um *falar com outro*. Para o autor (1982:18), a essência da linguagem está no diálogo, no ‘falar-um-com-o-outro’. Assim, ressalta Coseriu (1979:64) que a “*linguagem tem historicidade e é o próprio fundamento da historicidade do homem, porque é diálogo, falar com outro*”. O falar pressupõe “*falar e entender*”, ou seja, expressar-se de maneira a ser compreendido pelo outro. Nesse sentido, o sujeito falante, dentro das possibilidades que o sistema oferece — e até fora dele — tem a preocupação em adequar sua fala à fala do interlocutor. Por outro lado, o ouvinte não só entende o que o falante diz, como também percebe o modo, a maneira pela qual o diz. Pode-se dizer que essa concepção de linguagem defendida por Coseriu já vislumbra a preocupação com o outro, ao destacar a preocupação do falante em buscar ser compreendido pelo interlocutor.

O lingüista romeno (1979:214) defende a constituição de uma lingüística do *falar*, entendendo-se *falar* como uma atividade lingüística mais abrangente que a língua. Para o autor, uma lingüística do falar justifica-se como uma lingüística teórica que considere os problemas da linguagem no plano da atividade lingüística concreta. Ele afirma que se deve sempre distinguir entre os problemas históricos das línguas (que podem ser gerais) e os problemas universais do falar. Assim, segundo o autor, uma análise dos textos não pode ser feita com exatidão sem o conhecimento da técnica da atividade lingüística, pois a superação da língua que ocorre em todo o discurso só pode ser explicada pelas possibilidades universais do falar. Vê-se, portanto, que para a Lingüística da fala, a consideração da

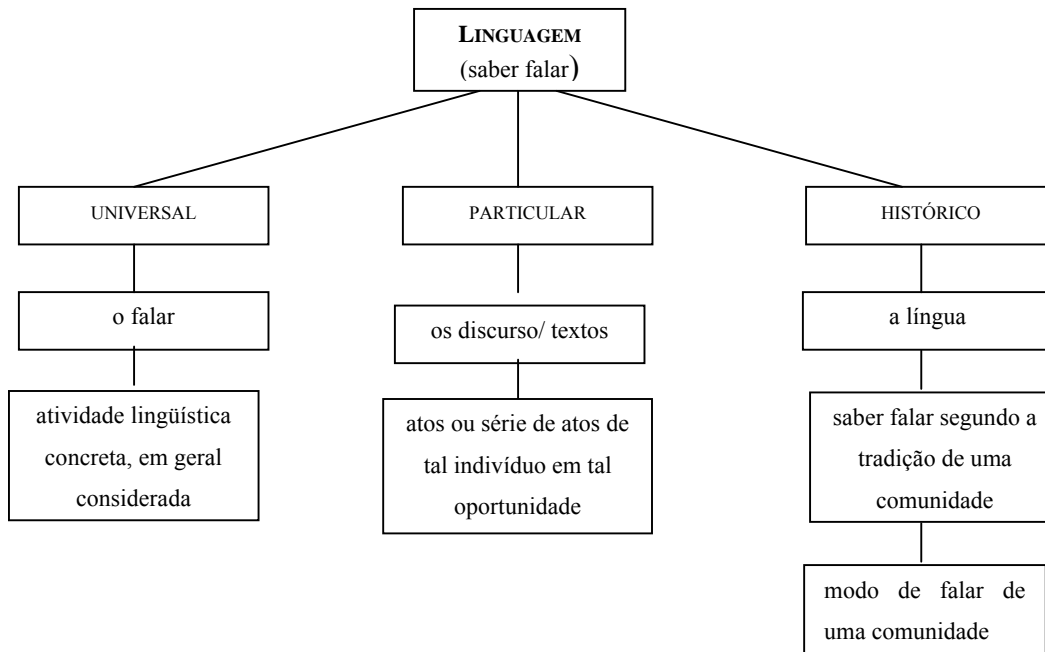
linguagem em funcionamento, em criação individual no seio da(s) comunidade(s) tem um papel central e determinante.

Partindo de uma distinção aristotélica, segundo a qual uma atividade pode ser considerada a) *como tal* b) *como atividade em potência* e c) *como atividade realizada em seus produtos*, Coseriu (1979) distingue três perspectivas de se perceber a língua: uma *universal*, outra *histórica* e outra *particular*. No primeiro aspecto, ou seja, na *atividade como tal*, do ponto de vista *universal*, trata-se do *falar*, a ação concreta, considerada em geral; no *histórico*, refere-se ao modo de falar de uma comunidade, é a língua concreta. No *particular*, trata-se do discurso (o ato ou a série de atos) de um indivíduo em tal oportunidade. Como *atividade em potência*, do ponto de vista *histórico*, trata-se da língua enquanto acervo idiomático, ou seja, *saber falar* segundo a tradição de uma comunidade. Como *atividade realizada em seus produtos*, não pode haver um ponto de vista propriamente universal, já que se trata sempre de produtos particulares (pode-se falar apenas na totalidade de textos); do ponto de vista *histórico*, identifica-se novamente com a língua, o produto histórico, na medida em que se conserva (isto é, na medida em que é aceita para atos ulteriores e é inserida na tradição); no *particular*, é o próprio texto.

Coseriu ressalta que não se trata de três realidades distintas, mas de três maneiras de encarar a mesma realidade: *o falar é uma atividade **universal** que se realiza por indivíduos **particulares** enquanto membros de comunidades **históricas*** (1979a). Estes três aspectos ou níveis que formam a realidade da linguagem e que se referem à totalidade do lingüístico, são, em certa medida, independentes uns dos outros. Nesse sentido, por se tratar de uma atividade muito complexa que se desenvolve simultaneamente em três níveis — o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível particular dos discursos — as normas intrínsecas são também muito complexas (seguidas intuitivamente pelos falantes e intuitivamente aplicadas como critérios de juízos sobre o falar pelos ouvintes. O quadro seguinte sintetiza esses aspectos:



Quadro 1 - Níveis ou atividades lingüísticas



Este é um resumo da concepção de Eugênio Coseriu sobre o funcionamento da linguagem. Outras idéias do autor serão retomadas em diálogo com os próximos autores. As idéias sobre os níveis de atividade lingüística desenvolvidas por Coseriu serviram de base para o trabalho de outros autores como Oesterreicher (1994, 1996, 1999), Stoll (1996) e Schlieben-Lange (1993). Oesterreicher (1994, 1996), em seu estudo sobre o espanhol em textos escritos por *semicultos*, aborda a configuração desses textos a partir dos níveis universal, histórico e textual. De acordo com Oesterreicher (1996: 318), as características dos textos, do ponto de vista universal, decorrem de alguns parâmetros que se referem a determinadas condições de comunicação, válidas universalmente. Essas condições de comunicação (entre elas, a *privacidade da comunicação*, a *espontaneidade*, a *participação emocional*, o *conhecimento mútuo dos interlocutores* e o *saber compartilhado etc.*) contribuem para certas estratégias discursivas, como o grau de planejamento, de elaboração sintática etc., e implicam determinadas regulações pragmáticas do discurso. Segundo o autor:

Com a aplicação desses parâmetros, faz-se patente um perfil concepcional<sup>32</sup> específico das tradições discursivas ou tipos de texto: este contínuo discursivo vai da ‘conversação familiar’, que seria um exemplo do extremo da concepção falada, ou proximidade comunicativa, passando por formas como ‘conversação telefônica’, ‘carta privada’, ‘consulta médica’, ‘mesa redonda’, ‘apresentação pessoal’, ‘entrevista com um político’, ‘entrevista publicada’, ‘sermão’, ‘conferência universitária’, ‘manuscrito de uma conferência’, ‘artigo científico’, até o ‘código jurídico’, que representaria o extremo da concepção escrita (Oesterreicher, 1996:319).

Oesterreicher (1999) lembra que, no nível *universal*, focaliza-se a *atividade do falar* numa perspectiva ampla, geral: o falar é uma atividade manifestada concretamente nos atos dos que falam, escutam, escrevem e lêem, sem que se leve em conta a especificidade histórica destes atos. Realizam-se, nesse sentido, diferentes tipos de atividades: os falantes sempre se referem a algo, orientam seus enunciados no tempo e no espaço, utilizam diferentes tipos de contextos.

Stoll (1996), analisando um manuscrito do século XVI, utiliza os mesmos níveis indicados por Coseriu e Oesterreicher e mostra que do nível universal, as características dos textos escritos por *semicultos*, determinadas por essas condições comunicativas, refletem-se em aspectos pragmáticos, sintáticos e semânticos. Do ponto de vista semântico, de acordo com Stoll (1996:435-6), aparecem as repetições de palavras que refletem a inflexibilidade do autor para variar a expressão; do ponto de vista sintático, surgem infrações contra a correção gramatical, e no ponto de vista pragmático, dificuldades relacionadas com o planejamento dos textos. Segundo a autora, em qualquer língua, nos textos de culturas e de épocas diferentes, quando prevalece por exemplo, a espontaneidade, a emoção e a dialogicidade em uma situação comunicativa, o discurso tende a ter um mínimo de planejamento e então surgem com maior frequência as repetições, os anacolutos, as elipses.

---

<sup>32</sup> Oesterreicher (1994:155-6) distingue, com base em Söll, o *medium* e a *concepção* em que se realiza toda manifestação lingüística: o *medium* corresponde ao canal em que os textos se concretizam e a *concepção*, a natureza cognitiva de sua organização.

Esses níveis são discutidos também por Schlieben-Lange (1993), segundo a qual, quando se fala, várias atividades são realizadas. Primeiramente, no nível universal fazem-se referências às coisas do mundo, de modo que o outro possa entender; através de conceitos que a língua histórica põe à disposição do falante, concebe-se o mundo, alteriza-se o discurso, mostram-se ou indicam-se as coisas, atividades realizadas com a ajuda dos contextos. Não são fenômenos específicos de uma língua determinada, ao contrário, eles aparecem em textos de diferentes culturas e épocas, sob condições parecidas. Numa acepção muito genérica, afirma Schlieben-Lange (1993), o *falar* é sempre um falar com outros sobre o mundo:

Dominamos, enquanto falantes, determinadas técnicas gerais do falar que, uma vez aprendidas na aquisição da primeira língua, podemos empregar em todas as outras línguas (Schlieben-Lange, 1993:18).

No nível histórico, todas as “técnicas” do falar que possibilitam a comunicação com outros existem sistematicamente em cada *língua histórica*, e se fala segundo o “modus” de uma *língua histórica*. Esse nível refere-se aos aspectos universais do lingüístico relacionados com a concretização histórica; trata-se das línguas ou idiomas que são estruturas e técnicas históricas constituídas por regras fônicas, morfossintáticas etc. Assim, têm importância as tradições discursivas<sup>33</sup> que, mesmo sendo em geral independentes de uma língua e de uma determinada comunidade lingüística, oferecem modelos para a produção e recepção discursiva, principalmente em relação à escrita.

No nível textual, o falar como “produto” é justamente o texto, ou seja, em situações históricas determinadas, *fala-se* em forma de textos, orientados para uma determinada finalidade. É a manifestação concreta e individual do lingüístico, através de discursos e de textos, ou seja, o enunciado efetivo: *ato ou a série de atos de tal indivíduo em tal*

---

<sup>33</sup> Por tradições discursivas entendem-se as tradições textuais historicamente transmitidas. Segundo Oesterreicher (1999), trata-se de formas que mudam no curso da história: criam-se novas formas, outras perdem a importância e se marginalizam.

*oportunidade* (Coseriu, 1979a: 43). Nesse nível, leva-se em conta se o autor observa as normas das tradições discursivas de um determinado período, uma vez que, de acordo com Schlieben-Lange (1993:19) *também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas* .

Partindo do fato de que a linguagem se manifesta como *falar*, Coseriu (1982) lembra que esta é uma atividade fundamentada numa *faculdade* e revela um *saber*. Por isso, de um lado, pertence ao plano *biológico* do homem (já que é fisiológica e psiquicamente condicionada) e por outro, ao plano *cultural* (o saber falar, enquanto conhecimento técnico da linguagem em suas modalidades materiais e semânticas).

No “saber falar”, Coseriu (1982:184) também distingue três estágios: o *universal* (conhecimento das modalidades universais da linguagem, isto é, da técnica universal do falar), o *histórico* (conhecimento de formas e conteúdos lingüísticos historicamente determinados) e o *circunstancial* (conhecimento de possibilidades que a linguagem oferece para diversas circunstâncias e para diversos momentos expressivos). Falando sobre os valores culturais, sobre o que é *norma* em cada um desses níveis, explica:

No nível universal, a norma é a da *congruência* com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral humano do “mundo”. No nível particular, a norma é a do *apropriado* (*do aristotélico πρέπου*), que pode ser diferenciado em *adequado* (com respeito às coisas de que se fala), *conveniente* (com respeito ao destinatário do discurso) e *oportuno* (com respeito às circunstâncias do falar). No nível histórico, temos, na perspectiva do sistema lingüístico, a norma da *correção* (conformidade do falar com o sistema lingüístico que se pretende realizar) e, na perspectiva da comunidade falante, a norma da *solidariedade* idiomática (conformidade com o falar “dos outros”, no mesmo âmbito funcional, que é a que determina a constituição e a continuidade das línguas históricas, das modalidades internas de estas (sic) e das línguas comuns (1995:58).

Schlieben-Lange (1993) alerta para o fato de que, em cada um desses níveis apresentados por Coseriu, a significação é abordada de maneira diferente. Para a autora, no nível da fala (o falar), interessa como o falante se refere ao mundo, a objetos e a estado de coisas e que uso faz de objetos de saber não-lingüístico. No nível das línguas históricas, importa como o plano do conteúdo é articulado no nível dos textos e de seu sentido. Desse modo, aos três níveis correspondem três tipos de objetos do saber: *saber elocucional*, *saber idiomático* e *saber expressivo*. A esses estágios correspondem três tipos de valores semânticos: a *designação* (referência ao mundo extralingüístico), o *significado* (conteúdo lingüístico como valor de língua) e o *sentido* (significação própria de cada “texto” ou “fragmento de texto”).

Os domínios dos três níveis percebem-se nitidamente, ao se estabelecerem os critérios de correção para cada um deles. Na avaliação dos textos que compõem o *corpus*, consideram-se esses conceitos. Conforme Schlieben-Lange (1993:19-20),

No nível da fala, trata-se de referir-se ao mundo de forma coerente, “lógica”. Uma língua (ou uma variedade dessa língua) é, então, falada “corretamente” quando o falante conhece seu funcionamento sistemático e sua norma, e fala “corretamente”, de acordo com esse saber. Assim, um texto é bem-sucedido quando seu produtor utiliza adequadamente os seus recursos lingüísticos, tendo em vista os objetivos estabelecidos, no sentido do “prepon” (aptum) da velha Retórica. Os critérios valorativos para o sucesso da fala nos diferentes níveis seriam, portanto, os seguintes:

coerência

correção

adequação

Com relação ao *saber idiomático*, distinguem-se o *saber idiomático extralingüístico*, que se refere ao saber tradicional e comum acerca das “coisas”, em que também se inserem as idéias e crenças tradicionais sobre as próprias coisas), o *saber idiomático textual*, ou seja, o conhecimento de “textos” transmitidos como tais numa comunidade lingüística, entre os quais, os provérbios, as frases feitas, etc.) e a *técnica tradicional do falar* (língua em sentido estrito). Vê-se, então, que o modelo para avaliação da fala (de uma perspectiva histórica) é, segundo Coseriu, a correção idiomática, de maneira que cada variedade da fala

pode, nesse sentido, ser falada corretamente. Os textos, por sua vez, são julgados a partir da sua adequação para a finalidade a que se propõe, isto é, verifica-se se sua forma é adequada para uma determinada finalidade em dada situação e a fala é julgada pelo parâmetro coerência. Schlieben-Lange (1993) explica o que se entende por coerência na terminologia de Coseriu:

Através dos atos de referência, de contextualização e do trabalho dialógico coletivo na construção da referência e do contexto, estabelecem-se mundos discursivos que necessitam ser consentâneos entre si e, uma vez construídos, precisam ser mantidos (Schlieben-Lange, 1993:22).

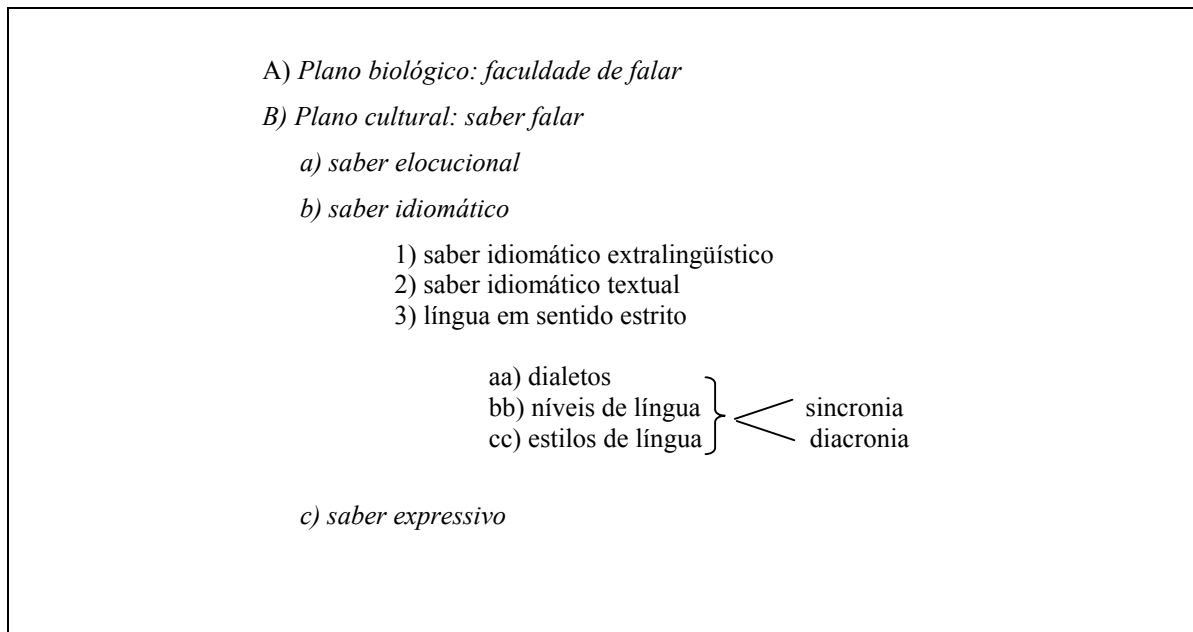
A autora lembra que a violação às normas de correção idiomática, que fundam as comunidades lingüísticas, leva o transgressor a correr o risco de ser considerado “bárbaro”. Por outro lado, quanto à transgressão às normas textuais, há textos rituais que devem ser repetidos literalmente, enquanto há outros, como os literários, que se caracterizam exatamente por romper com o já dito e suas normas.

Para Coseriu (1995), todo modo de falar, correspondente a uma modalidade duma língua histórica (língua regional, dialeto, nível ou estilo de língua) tem a sua própria correção, mas cada modalidade tem ao mesmo tempo a sua esfera de alteridade (o fato de ser a linguagem manifestação do “ser-com-outros”—da natureza político-social — do homem) e portanto, de vigência. Ele explica: um dialeto local tem vigência no âmbito local; e o estilo familiar, no âmbito da família. O lingüista conceitua língua *exemplar*, que corresponde à língua-padrão de uma língua comum e que representa a sua norma sócio-cultural, e língua *literária*, que é o estilo ou conjunto de estilos mais elevado da língua *exemplar*, a oficina onde constantemente se experimenta e se elabora a exemplaridade idiomática (Coseriu 1995:58).

Na língua, Coseriu (1982: 185) distingue ainda a *sincronia*, ou seja, a língua em seu funcionamento, da *diacronia*, a língua em seu desenvolvimento histórico. No nível histórico, segundo o lingüista romeno (1980), as línguas apresentam três grandes tipos de diferenças e, no sentido contrário à diferenciação, três tipos de unidades: as diferenças

referentes ao espaço geográfico (dialetos), ou *diatópicas*, diferenças entre as camadas sócio-culturais ou *diatráticas*, e diferenças de modalidades expressivas, segundo as circunstâncias permanentes ou ocasionais, ou diferenças *diafásicas*, cada um com a sua sincronia e diacronia. O autor resume suas idéias com relação à linguagem como “objeto real” no seguinte quadro:

Quadro 2 - Linguagem como ‘objeto real’



Extraído de Coseriu (1982: 187).

Coseriu (1982) explica que a *lingüística transformacional* adota o ponto de vista do *saber elocucional* e da *designação*. A *lingüística do texto* e a *pragmática* concentram-se no *saber expressivo* e adotam o ponto de vista do *sentido*; a *sociolingüística*, em seu sentido próprio, concentra-se na diferenciação sociocultural da linguagem, e, portanto, nos *níveis de língua*.

Outros conceitos desenvolvidos por Coseriu (1979) que pertencem à técnica geral do falar são a *determinação* e o *entorno*. Por *determinação* entende-se o conjunto de operações que, na linguagem como atividade, se realizam *para dizer algo acerca de algo com os signos da língua*, ou seja, para atualizar e dirigir para a realidade concreta um signo verbal, pertencente à língua. Coseriu (1979) apresenta quatro tipos de determinação nominal: *atualização*, *discriminação*, *delimitação* e *identificação*. Já o *entorno* pode ser entendido

como os instrumentos circunstanciais da atividade lingüística. De acordo com o autor, os *entornos* intervêm necessariamente em todo falar, pois não há discurso que não ocorra numa circunstância. Há quatro tipos de entorno: a *situação* (o espaço-tempo do discurso, enquanto criado pelo próprio discurso e ordenado em relação ao seu sujeito), a *região* (o espaço dentro de cujos limites um signo funciona em determinados sistemas de significação), o *contexto* (toda realidade que rodeia um signo) e o *universo de discurso* (sistema universal de significações a que pertence um discurso ou um enunciado e que determina sua validade).

Com relação ao *contexto* do falar, Coseriu (1979: 231) distingue o *idiomático*, que é a própria língua como contexto, o *verbal*, o discurso enquanto entorno de cada uma de suas partes, o dito antes, o dito depois, e *extraverbal*, que é constituído por todas as circunstâncias não-lingüísticas que se percebem diretamente ou são conhecidas pelos falantes. Distinguem-se vários subtipos: físico, empírico, natural, prático, histórico e cultural.

Coseriu ressalta que o reconhecimento dos entornos é imprescindível para a análise gramatical dos textos, pois os mesmos esquemas formais podem corresponder a funções inteiramente distintas, em entornos distintos. De acordo com o autor:

Em geral, uma lingüística propriamente funcional não pode descurar os entornos, nem mesmo os “extraverbais”, pois as funções reais não ocorrem na língua abstrata, mas no falar concreto. Isto é correto mesmo em relação à lingüística diacrônica, que não pode ignorar as circunstâncias gerais em que uma língua foi falada (Coseriu, 1979:236).

Além disso, considera que não se pode isolar a língua dos fatores externos, isto é, do que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes: as línguas são objetos históricos e, mesmo considerando *descrição* e *história* estudos diferenciados, defende que o estudo lingüístico deve integrar descrição e história:



A descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem e constituem juntas a lingüística histórica [...]A língua se faz [...] é um fazer-se num quadro de permanência e continuidade [...] Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura a sua funcionalidade como língua e o seu caráter de objeto histórico. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão (Cosseriu 1979: 236-238).

Schlieben-Lange (1993: 19-20) chama a atenção para as técnicas do *referir* e do *alterizar* que se modificam de acordo com a modalidade de que a fala se utiliza, principalmente com relação ao falar e ao escrever. Alerta, ainda, que as formas de transmissão dos textos em sociedades orais, não são as mesmas em todo lugar e em cada momento. Nesse sentido, Oesterreicher distingue o *meio* em que o ocorre o enunciado e a *concepção*, ou modo de organização do enunciado, uma vez que, para compreender a natureza do oral e do escrito, é necessário perceber, primeiramente, que essas modalidades se concretizam num *medium* e numa *concepção*.

O autor parte da distinção entre o *medium* (*meio*) ou canal em que toda manifestação lingüística se realiza e a *concepção*, ou seja, natureza cognitiva de sua organização. Essa distinção foi estabelecida por Ludwig Söll em seu trabalho sobre o francês falado e escrito. Do ponto de vista *medial*<sup>34</sup>, ocorre uma dicotomia entre o meio *fônico* e o *gráfico*, enquanto da perspectiva *concepcional*, os enunciados se situam num campo contínuo, limitado em seus extremos por dois pólos “ideais”: o *falado* e o *escrito*. No nível *concepcional*, não há uma dicotomia, e sim uma escala na qual ocorrem diferentes tipos e formas da expressão lingüística. Esse nível diz respeito ao grau de elaboração e de formalidade e informalidade dos enunciados e de certo modo se relaciona, segundo Oesterreicher (1996), com as idéias de Wallace Chafe (*informal* vs. *formal*, para diferenciar do aspecto medial *spoken* vs. *written*), de Basil Bernstein (*restricted* vs. *elaborated code*) e Giovanni Nencione (*parlato* vs. *scritto*). Nesta perspectiva, há várias possibilidades de

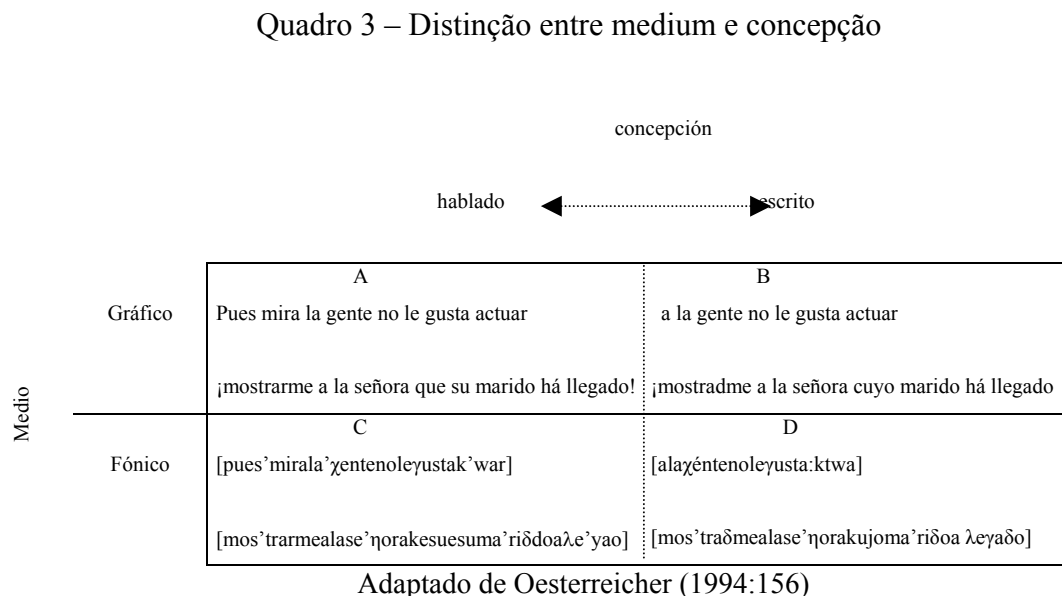
---

34 Do espanhol, *medial* e *concepcional*.

realização: uma conversa entre amigos em um bar corresponderia ao nível mais informal, mesclando o meio fônico à concepção do falado (*hablado*); uma carta privada em estilo coloquial mesclaria o meio gráfico com a concepção do falado; a leitura do texto de uma conferência envolveria o meio fônico e a concepção escrita e uma norma jurídica envolveria a concepção escrita ao meio gráfico. Então, em resumo:

- a) *nível medial* – ocorre uma dicotomia: o enunciado é **fônico** ou **gráfico**;
- b) *nível concepcional* – ocorre um contínuo, uma gradação limitada em seus extremos por dois pólos “ideais”: o **falado e o escrito**.

Para explicar os dois níveis, Oesterreicher apresenta o seguinte esquema:



Nesta representação, o *medium gráfico* separa-se do *fônico* por uma linha horizontal cheia que mostra uma separação rígida: há uma dicotomia. A *concepção* é representada por uma linha pontilhada, que mostra a gradação entre a concepção do *falado (hablado)* e do *escrito*.<sup>35</sup> No quadrante superior A se encontrariam textos escritos que foram concebidos como orais; um exemplo poderia ser as entrevistas orais que são posteriormente publicadas em revistas. No B, estariam os textos tipicamente escritos, ou seja, os que se apresentam no

<sup>35</sup> No gráfico, o autor utiliza textos em espanhol, que preferimos não traduzir.

meio gráfico e que foram concebidos como escritos, a exemplo de trabalhos científicos publicados em revistas especializadas.

Sabe-se que diferenças importantes decorrem da realização de um enunciado em um ou em outro meio.<sup>36</sup> De acordo com Oesterreicher (1986, 1996), é importante distinguir os problemas que se referem ao *meio* em que o enunciado se encontra, isto é, à diferença entre a realização fônica de um enunciado e sua manifestação gráfica. Entretanto, deve-se destacar também os *modos* ou *modalidades* da verbalização, ou seja, a *concepção* subjacente a esse enunciado. Nessa perspectiva, segundo o autor (1999:3), é importante distinguir *os graus de elaboração e as características internas dos discursos, que são determinadas pelas condições comunicativas e pelas estratégias de verbalização correspondentes a estas condições.*

No contínuo concepcional, como se falou anteriormente, os diferentes tipos e formas de expressão lingüística dependem de parâmetros decorrentes de determinadas condições de comunicação, universalmente válidas. De acordo com Oesterreicher (1996: 319), essas *condições comunicativas* contribuem para o aparecimento de certas *estratégias de verbalização*, como os graus de planejamento, de elaboração sintática e dos diversos tipos de progressão semântica, além de implicarem determinadas regulações pragmáticas do discurso. A aplicação desses parâmetros realça o perfil concepcional específico das tradições discursivas, isto é, um contínuo discursivo que vai do texto mais informal ao mais formal.

Partindo da distinção entre *meio* e *concepção*, Oesterreicher (1994, 1996) utiliza as expressões *linguagem de proximidade* para referir-se a um texto concepcionalmente *falado* e *linguagem de distância* para o concepcionalmente *escrito*.<sup>37</sup> Para esse autor, os textos que

---

<sup>36</sup> Inúmeros e variados estudos buscam explicar a relação entre a língua falada e a escrita, apontando não só as diferenças entre elas, mas também em que se assemelham. Marcuschi (2000; 2001), por exemplo, apresenta um resumo das principais tendências que se dedicam à análise das relações entre essas duas modalidades de uso da língua: a *perspectiva das dicotomias*, a *culturalista*, a *variacionista*, a *sociointeracionista*.

<sup>37</sup> Do espanhol *Inmediatez comunicativa e distancia comunicativa*.

utilizam a linguagem de distância correspondem ao ideal de escrita. São os que servem de referência em relação a outros textos. O *falado* (ou proximidade comunicativa) apresenta afinidade com a realização *fônica* passageira e o *escrito*, (ou distância comunicativa) apresenta afinidade com a realização *gráfica* que se mantêm. Por causa disso, é muito difícil captar as manifestações espontâneas e extremamente contextualizadas da proximidade, o que representa um problema, sobretudo para a lingüística diacrônica (Oesterreicher, 1996). Contudo, existem tradições discursivas inversas; assim, uma “carta privada” combina a *concepção* falada com o *meio* gráfico e uma conferência combina a *concepção* escrita com o *meio* fônico. Além disso, existe sempre a possibilidade de mudar o *meio* em qualquer enunciado, ou seja, passar do meio *fônico* para o *gráfico* e do *gráfico* para o *fônico*.

Schlieben-Lange (1995:116) distingue quatro tipos de passagem. De início, passagens que atingem apenas o *medium*, conservando a concepção original:

- a) *da oralidade à escrita*, no caso dos textos concepcionalmente orais que podem ser realizados pelo meio gráfico, como as anotações, transcrições e protocolos;
- b) *da escrita à oralidade*, textos concepcionalmente escritos que são realizados pelo meio fônico, isto é, lidos em voz alta.

Por outro lado, há passagens que atingem a concepção: um texto originalmente concebido como oral receber outra organização:

- a) *da oralidade à escrita*, a exemplo da transformação de experiências orais de pessoas alfabetizadas recém-alfabetizadas, que ainda não conhecem bem as técnicas concepcionais que a escrita requer;
- b) *da escrita à oralidade*, como textos próximos das possibilidades concepcionais de um público não-alfabetizado, sob forma de diálogo ou narração.

Pessoa (2001) ressalta a importância dessas passagens para o desenvolvimento lingüístico de uma dada sociedade, como, por exemplo, os protocolos ou relatos verbais e textos de natureza jurídica presentes em um processo jurídico. Em textos assim é possível apreender

certas características do oral concepcional, já que, em geral, não se tem a intenção de modificar a concepção original, mas reproduzi-las em forma de registro.<sup>38</sup> Destaca também o papel da leitura em voz alta no desenvolvimento lingüístico no passado, oferecendo oportunidade para a correção de problemas variacionais, o que possibilitou a interferência da língua na falada.

Essas passagens de um meio para outro e de uma concepção para outra remetem às noções de *graficização* e *escrituralização*. Oesterreicher (1999), denomina *graficização*<sup>39</sup> a todos os processos lingüísticos relacionados com a escrita e todos os fatos lingüísticos centrados no *meio gráfico*, sem implicações concepcionais diretas. Esse conceito abrange as transposições de um discurso fônico para o meio gráfico<sup>40</sup>; a relação entre os sons e as letras no interior de uma língua e todos os problemas relacionados ao processo de produção ou de recepção de textos escritos, descartando-se eventuais implicações concepcionais. A *escrituralização* relaciona-se a todos os processos lingüísticos e seus resultados que se referem a *implicações concepcionais* ligadas à distância comunicativa, ou seja, à escrita. Como exemplos, podem-se citar as modificações no perfil concepcional de discursos, de estruturas lingüísticas ou de tradições discursivas e das exigências na produção textual

A *graficização* e a *escrituralização* podem também ser vistas sob os níveis universal, histórico e textual. O nível universal refere-se a todas as exigências gerais dos processos de *graficização* e de *escrituralização*. No domínio da *graficização*, Oesterreicher (1999)

---

<sup>38</sup> Alves (1992), em sua dissertação de mestrado, trata da transformação de depoimentos de testemunhas em assentamentos escritos ditados por juízes durante os inquéritos em processos criminais., observando que o documento da audiência não registra a totalidade do depoimento prestado, mas apenas o essencial, buscando ser fiel ao que foi dito.

<sup>39</sup> Em francês, *passage au graphique*, em alemão *verschriftung* (Oesterreicher, 1999).

<sup>40</sup> Marcuschi (2001) designa *retextualização* (adaptação) a passagem do texto falado para o escrito e *transcrição* (transcodificação), a passagem de um texto de sua realização sonora para a forma gráfica, com base numa série de procedimentos convencionalizados. As mudanças operadas na *transcrição* não interferem na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo, enquanto que na *retextualização* há uma interferência na forma e na substância da expressão e na forma e na substância do conteúdo.

ressalta os resultados a que chegou a investigação sobre a produção e recepção das grafias de diferentes sistemas de escrita; com relação à *escrituralização*, houve também grandes avanços no âmbito da lingüística textual e nas pesquisas sobre a produção de textos. O autor insiste em que certos fenômenos (tipos de referenciação e predicação e orientação dêitica espaço-temporal e pessoal, diferenças na configuração e progressão semântica, diferenças na estruturação textual etc) têm implicações concepcionais e devem ser localizados no *continuum* conceitual já mencionado.

No nível histórico, a *graficização* refere-se ao momento em que as línguas adquirem representação em um sistema de escrita, e ocorre sempre em relação com as outras línguas.<sup>41</sup> Nas escritas alfabéticas, são importantes as relações entre forma e grafia, as questões de pontuação, o uso das maiúsculas, a direção da linearização gráfica, a *scriptio continua* ou *soluta*, convenções da estruturação formal do texto (parágrafo, convenções para mudar de página) e aspectos do “*layout*”. Opõe-se no nível textual, à leitura em voz alta de um texto. As transcrições, os protocolos e os textos ditados podem constituir-se exemplos de *graficização*.<sup>42</sup>

A *escrituralização* das línguas pressupõe um grande processo de elaboração e envolve dois aspectos: a elaboração *extensiva* — a língua ocupa sucessivamente as tradições discursivas da distância, ou seja, ela assume o máximo de funções comunicativas — e a elaboração

---

<sup>41</sup> Segundo Oesterreicher, nem toda notação no meio gráfico pode ser considerada uma escritura no sentido estrito. As imagens e símbolos dos códices astecas, por exemplo, são sistemas de comunicação, mas não representam *graficizações* da língua nahuatl. Só é possível falar de *graficização* de uma língua a partir do momento em que uma comunidade lingüística tem à sua disposição um verdadeiro sistema de escrita. Mesmo assim, isso não significa que essa comunidade já possui uma língua escrita no sentido concepcional, uma vez que a existência de uma língua escrita aceita como norma lingüística pressupõe sempre um longo processo de elaboração. V. os casos das línguas românicas.

<sup>42</sup> Oesterreicher (1999) chama a atenção para os protocolos e as cartas ditadas a escreventes por *semicultos* e analfabetos durante o século XVI na América. Nesses textos, entre a realização fônica e a redação gráfica observam-se correções, ampliações ou precisões que representam uma elaboração concepcional, isto é, há implicações concepcionais. Nestes casos, a redação do texto nunca é uma simples transposição medial (ou *graficização*), mas corresponde claramente à *escrituralização* de um discurso.

*intensiva* — a língua tem que desenvolver todos os elementos lingüísticos para a expressão elaborada e formal que caracteriza a produção discursiva no tocante à distância comunicativa. A *escrituralização*, no nível dos textos, é a passagem de um discurso do meio fônico para o gráfico, com ampliações, alterações, correções, ou seja, implica elaboração. Como exemplo podem-se citar os textos ditados para serem escritos por escrivães. Neste trabalho interessa observar os aspectos relacionados a esses processos no nível textual, já que os textos analisados são muitas vezes ditados, podendo sofrer alterações e ampliações.

É importante ressaltar que o processo de escrituralização de uma língua não se refere à língua como um todo, mas desenvolve-se gradativamente, seguindo as diferentes tradições discursivas da distância comunicativa. A graficização de um discurso individual é possível, A graficização de uma tradição discursiva<sup>43</sup> constitui uma mudança conceitual desde o início: segundo Oesterreicher (1999:6), as tradições discursivas modificam-se internamente, algumas perdem a importância e se marginalizam, criam-se novas formas. O autor ilustra o processo com epopéias medievais (como a *Chanson de Roland*, ou o *Poema de Mio Cid*) e o estilo formulaico da poesia oral. Essas epopéias baseiam-se originalmente em canções épicas anônimas muito breves que foram recitadas e apresentadas em público em certas ocasiões. Pertencem a uma literatura oral (poesia oral) que representa traços da distância comunicativa no interior de uma comunidade que não conhece a escrita e que, na Idade Média, transforma-se sob o impacto de uma literatura escrita em latim. Estas “novas” epopéias pressupõem um autor e uma redação no meio gráfico e continuam sendo recitadas e utilizando o estilo das formas tradicionais, que nas canções orientavam o processo de recepção no auditório e ajudavam na memorização.

Oesterreicher (1999:8) chama a atenção para os textos de autores *semicultos*<sup>44</sup>, como os soldados cronistas que redigiam textos historiográficos sobre o descobrimento e a conquista da América. Ao lado de historiadores profissionais, esses soldados, que não tinham

---

<sup>43</sup> Formas que mudam no curso da história (Oesterreicher, 1999:6).

<sup>44</sup> A preferência pela denominação *semicultos*, segundo o autor, decorre do fato de não estar ligada a determinadas teorias e de possuir certa continuidade com a tradição filológica de Léo Spitzer.

habilidade com a escrita, tentavam fazê-lo de acordo com as exigências da historiografia, produzindo suas obras sob as condições da comunicação escrita, mas sem aproveitar ou sem saber utilizar as possibilidades da escrita, como planejar, corrigir. Os textos produzidos por esses autores de cultura escolar escassa, sem formação literária e sem prática no ofício de escrever correspondem ao que ele chama de *competência escrita de cunho oral*<sup>45</sup>. São textos que apresentam mudanças, alterações significativas em relação à norma escrita, aproximando-se do falado concepcional.

Além da *competência escrita de cunho oral*, Oesterreicher (1996) enumera vários outros tipos de interferência da língua falada na escrita: línguas em contato, descuidos na expressão escrita, tentativa de adaptar a forma lingüística de um texto ao nível intelectual do leitor, exigências de simplicidade e compreensibilidade, o recurso estilístico “escrever como se fala”, o falado no texto dramático. Entretanto, Stoll (1996) alerta que não se deve confundir a *competência escrita de cunho oral* com outros tipos de presença do falado no escrito. Os elementos orais presentes nos textos de autores *semicultos* não decorrem de um recurso estilístico, nem de tentativa de imitar a língua falada. Também não são descuidos de uma pessoa que em princípio sabe escrever bem. Os *semicultos* buscam escrever de maneira adequada, mas não têm habilidade suficiente na redação de textos escritos, para atingir seus objetivos. Considera-se uma língua (ou uma variedade dessa língua) falada ‘corretamente’ quando o falante conhece seu funcionamento sistemático e sua norma, e fala ‘corretamente’ de acordo com esse saber, ou seja, um texto é bem-sucedido quando seu produtor utiliza adequadamente os seus recursos lingüísticos tendo em vista os objetivos a

---

<sup>45</sup> Tradução do espanhol de *competencia escrita de impronta oral*, expressão que vem do alemão **nähesprachlich geprägte schreibkompetenz**, significando literalmente competência escrita concepcionalmente marcada pela linguagem do imediato. Não se deve confundir com *competência comunicativa*, ou seja, aptidão para produzir e interpretar enunciados de maneira adequada às múltiplas situações, que tem como componente essencial a *competência genérica* (domínio das leis do discurso e dos gêneros do discurso); *competência lingüística* (domínio da língua em que o texto é produzido) e *competência enciclopédica* (conhecimento do mundo) (Maingueneau, 2001: 41-50).



que se propõe (Schlieben-Lange, 1993).<sup>46</sup> O que distingue os textos de *semicultos* é a falta de conhecimento do funcionamento da língua, pelo menos no que toca à variedade lingüística exigida pelo gênero escolhido ou às normas que regem a estrutura do texto, fazendo com que seus escritos apresentem desvios de natureza diversa.

De acordo com Schlieben-Lange (1993), os textos produzidos por pessoas recém-alfabetizadas ou que tratam de temas ainda não trabalhados por escrito, quando originados em meios “semi-orais” (quando já são dominadas técnicas da escrita, ainda permanecem por longo tempo restos de verbalização relacionados à oralidade<sup>47</sup>) além de denotarem insegurança ortográfica, são incompreensíveis sem o seu contexto de uso, porque os seus autores continuam a confiar na continuidade das técnicas do falar<sup>48</sup> nas quais se baseia a comunicação oral.

Nas cartas que pertencem ao *corpus* deste trabalho, é possível verificar ocorrências dessa natureza. Entretanto, não se pode esquecer de sua natureza de texto escrito formal e, além disso, de que algumas dessas cartas, mesmo sendo ditadas por pessoas de cultura escassa e pouco (ou nenhum) domínio das regras da escrita, são redigidas por intermediários, profissionais da escrita, que conhecem as normas do gênero epistolar<sup>49</sup>. Por esse motivo, as cartas apresentam a estrutura e fórmulas desse gênero, embora sejam ditadas por *semicultos*.

---

<sup>46</sup> Segundo esta autora, há textos rituais que devem ser repetidos literalmente ao lado de outros que se caracterizam justamente por transgredir e romper o já dito e suas normas. Os textos burocráticos apresentam fórmulas que obedecem a determinadas tradições, principalmente no tocante à *forma*.

<sup>47</sup> A noção de semi-oralidade, conforme Schlieben-Lange (1995) explica o uso da oralidade / escrita em determinados contextos sócio-históricos, como, por exemplo, no período de imposição do espanhol na América do Sul do século VI (Oesterreicher, 1994).

<sup>48</sup> A autora (1993:20) defende que as técnicas do falar, isto é, as técnicas do referir e do alterar se modificam e distinguem fundamentalmente de acordo com a modalidade de que a fala se utiliza. Além disso, essas técnicas diferem de acordo com o lugar e com o momento.

<sup>49</sup> Trata-se de casos de escrituralização (Oesterreicher, 1999), já que envolve alterações no texto ditado.

Oesterreicher (1999) destaca a importância dessa temática para a lingüística brasileira, já que se relaciona com um grave problema sócio-cultural, o analfabetismo que prevalece em certos estratos sociais. No Brasil, em favelas paulistanas, por exemplo, existem pessoas que funcionam como ‘pontes’ entre a cultura oral da periferia e a cultura escrita do centro; essas pessoas aprenderam a escrever e muitas vezes escrevem pequenos anúncios comerciais, cartas ou semelhantes para seus vizinhos, mas os textos mostram um domínio ainda insuficiente das exigências concepcionais da escrita.

Com relação ao estudo de textos de outras épocas, deve-se considerar que muitos dos que se preservaram não mostram diretamente as relações e as configurações discursivas em que foram produzidos: primeiro, porque a investigação diacrônica de *discursos* (textos orais) depende de uma documentação reduzida e indireta, principalmente se se considera que, em diacronia, a língua falada é analisada a partir de textos escritos que eventualmente deixam transparecer elementos da fala e, segundo, porque, quando há uma transposição medial de discursos e de tradições discursivas, ocorrem também alterações nas condições comunicativas e nos efeitos comunicativos. Torna-se necessário, então, fazer uma *recontextualização*, que consiste no processo de reconstrução das diversas relações semióticas do texto por parte do observador. Para conceituar *recontextualização*, Oesterreicher (1999) parte da noção de “espaço comunicativo”, segundo a qual todos os tipos de texto se realizam em situações históricas, sob condições que determinam os seus traços específicos e as diferentes modalidades de sua produção e recepção. Essas condições localizam um discurso no campo do contínuo concepcional entre a proximidade e a distância comunicativa.

Apesar de pretender representar a realidade lingüística, grande parte dessa realidade é encoberta, já que o texto apresenta apenas um segmento do evento comunicativo porque, quando ocorre a *graficização* de um discurso, há uma alteração na estrutura do discurso de origem, deformando este segmento no sentido da língua escrita. Para Oesterreicher (1999), os *discursos* de outras épocas que atualmente possuem forma gráfica muitas vezes não mostram claramente as relações e configurações discursivas originais. Textos jurídicos, teológicos, historiográficos e também literários, atualmente definidos como ‘públicos’,

‘monológicos’ etc, parecem, a princípio, muito mais claros do que discursos da oralidade que dependem principalmente dos contextos situacional e accional e de elementos de contextos extralingüísticos. Em certas fórmulas jurídicas, como os juramentos, por exemplo, as palavras fazem parte de um conjunto gestual e simbólico que não aparece no lingüístico. Em virtude da ausência de tais elementos e em função de opções interpretativas divergentes, não é possível fazer uma interpretação bem fundamentada dos eventos comunicativos, surgindo então interpretações diferentes de um mesmo texto. Por isso, de acordo com o autor, os textos do passado não devem ser identificados e interpretados na mesma perspectiva e com os mesmos instrumentos e categorias de nossa cultura escrita. Para poder captar a especificidade das formas de comunicação às quais pertencem os textos antigos, é necessário libertar-se dos juízos e preconceitos da época atual.

Pessoa (2001), analisando a oralidade concepcional na imprensa do Recife do século XIX, destaca a importância dos anúncios de jornal para o estudo do oral: revelam traços da língua falada numa dada época ou região; apontam o encontro entre o oral e o escrito numa dada variedade e ainda revelam elementos para se compreender o estágio de difusão da escrita na comunidade e uma parte de sua cultura. Por esse motivo considera-os mais fidedignos do que os textos que pretendem representar a língua falada de uma região e são o oposto deles. Além disso, afirma o autor:

Se considerarmos o estágio de difusão das técnicas da escrita numa comunidade em que a cultura oral exerce seu primado, é lícito admitir que o desenvolvimento da língua escrita possa ter sofrido algum tipo de influência dessa situação, face à mediação natural da oralidade para se alcançar o domínio da escrita. Não é exagero imaginar que, em tal situação, os indivíduos produtores de textos começam a participar da cultura escrita, fato que, em última análise, lhes possibilita a reelaboração de certos usos inspirados nos modelos da escrita. Trata-se então de um dado novo (Pessoa, 2001:28).

Considera-se que há vários tipos de implícitos nos textos que somente são detectáveis quando se tem o contexto sociocognitivo dos seus participantes. É interessante, então, que

se conheçam certos fatos extra-lingüísticos, significativos para a compreensão de assuntos tratados nos textos, entre eles, o nível de escolarização dos produtores e co-produtores dos textos, o tipo de relação existente entre eles e o destinatário das cartas. Dessa maneira, no intuito de fornecer bases para a compreensão da produção textual e da forma como os textos eram transmitidos no Brasil colonial e imperial, é necessário tecer algumas considerações sobre o contexto sócio-histórico e lingüístico em que surgiram.

## **CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA SOCIAL E LINGÜÍSTICA DO BRASIL E DA PARAÍBA**

### **4.1 Introdução**

Neste capítulo, busca-se estabelecer as correlações entre os fatos lingüísticos e os sociais. Para isso, serão feitas referências a acontecimentos históricos e a aspectos culturais do Brasil colonial e imperial, que podem ter influência na língua e na organização dos textos, sendo, portanto, relevantes para se compreender os indivíduos e suas relações refletidas nas cartas. Como exemplos desses acontecimentos cita-se a transferência da família real e de toda a corte portuguesa para o Brasil, que teve conseqüências profundas em diferentes aspectos da vida colonial e que provocou a relusitanização do português falado no Rio de Janeiro. No tocante à Paraíba, entre os temas importantes para entender não só o conteúdo, mas também determinadas características lingüísticas e textuais das cartas, destacam-se o nível de escolarização da população, o período de subordinação à capitania de Pernambuco, a urbanização da vida social, a caracterização social e étnica da sociedade local, a influência da cultura oral.

### **4.2 A estrutura política e burocrática do Brasil colonial**

Os padrões do governo e das instituições oficiais do Brasil baseavam-se em formas originárias de Portugal ou de áreas do Atlântico, África e Ásia, nas quais os portugueses tinham se expandido. Em linhas gerais, a estrutura da administração pública abrangia os setores do governo, do judiciário, da fazenda, da organização militar e do eclesiástico. De acordo com Schwartz (1979), no Brasil, desde o período colonial e durante duzentos e cinquenta anos, a sociedade e o governo estruturavam-se a partir de dois sistemas interligados de organização. No primeiro nível, a administração da metrópole funcionava através de normas burocráticas e de relações impessoais. No segundo, havia paralelamente, embora sem contar com o reconhecimento oficial, uma intensa e também formal rede de relações interpessoais primárias, que se baseavam em interesse, parentesco e objetivo comuns.

A administração colonial era composta pelo Senado da Câmara, formado de procuradores, tesoureiros, juízes singular e ordinário, escrivão de órfãos, almotacel e juízes de vintena. O corpo burocrático era restrito, como ocorre em profissões militares, de magistratura e empregos civis. As câmaras municipais antigas — os senados coloniais — tinham a função de representar os interesses do município perante o governo da capitania, o governo-geral ou o rei.

Na medida em que o Brasil crescia em importância para as finanças de Portugal e que crescia a estrutura burocrática, tornavam-se necessários mais cargos e funções para gerenciarem a vida colonial e conseqüentemente, crescia também o número de textos em circulação. Na administração pública atuavam dezenas de encarregados, em atividades relacionadas ao ofício de escrever. É bastante citada a publicação *Fiscais e Meirinhos*, de Salgado (1985), que cataloga 209 cargos criados entre os séculos XVI e XVIII, em muitos dos quais (em torno de 60) a função de escrever era essencial, como a dos militares, cujo domínio da escrita era exigido.<sup>50</sup>

Segundo Schwartz (1979), dentre os milhares de cargos burocráticos, somente por volta de quatrocentos eram reservados aos letrados, tanto no século XVI quanto no século XVII.

Havia três tipos desses cargos:

- a) no nível mais alto, os de natureza executiva ou consultiva eram ocupados pela antiga aristocracia militar e pelos nobres que possuíam terras: vice-reis da Índia, governadores do Brasil e embaixadores nas cortes européias;
- b) no nível intermediário, estavam os magistrados, letrados. Os magistrados eram burocratas profissionais e a magistratura tinha um papel central no governo real, tanto nas colônias quanto na metrópole;
- c) no terceiro nível da burocracia havia uma vasta teia de pequenos cargos, de tabeliães e escrivães a fiscais de portos e comissários da marinha. A importância

---

<sup>50</sup> Nos distritos do interior da Paraíba, os cargos de juízes ordinários e escrivães foram criados através de carta régia. Segundo Mariz (1980: 62), os juízes do povo, que tinham função ocasional ou provisória e os juízes dos índios, *podiam ser (...) e o eram sempre, analfabetos.*

de tais cargos variava bastante e muitos deles não requeriam qualquer habilidade ou experiência.

Os nobres que pertenciam ao nível mais alto da burocracia eram muitas vezes parentes do próprio rei e geralmente se tornavam conselheiros reais. Os magistrados profissionais em geral serviam de “mediador do poder” e de “guardião do sistema” e havia uma tendência a se perpetuarem nos cargos, os filhos sucedendo aos pais. Até o século XVI, era freqüente a ocupação da maioria dos cargos burocráticos pelos portugueses continentais. Posteriormente, os colonizadores tiveram acesso a eles. Pequenas funções burocráticas com renda, taxas e salários constituíam excelentes dádivas para fidalgos sem recursos, para os indigentes que haviam lutado contra os índios e para as velhas viúvas. Para ser escrivão, por exemplo, dependia-se da habilidade na leitura e na escrita, como se pode depreender das seguintes palavras:

A corte efetuava todos os seus negócios por escrito através de depoimento escrito ou testemunho reconhecido por tabelião. As partes em litígio podiam submeter objeções orais somente nas causas que envolvessem somas inferiores a um mil-réis e, uma vez que a soma era pequena, poucas causas desse tipo chegaram ao Tribunal. Esta dependência de declarações, testemunhos, questionários e depoimentos escritos emprestou grande importância ao cargo de escrivão. O impulso português de legalizar todas as ações refletiu possivelmente na importância desse cargo. Não podemos ignorar o fato de que, na categoria de intermediários entre os magistrados e as partes em litígio, os escrivães muitas vezes tinham uma função de tomar decisões. Tinham o poder de apressar ou retardar o litígio, sendo, assim, muito mais que simples anotadores de documentos legais (Schwartz, 1979: 115).

No entanto, acontecia de muitos cargos da burocracia profissional serem comprados ou adquiridos como recompensa oferecida pela Coroa, não sendo levada em consideração a

habilidade no momento em que as indicações eram feitas<sup>51</sup>. A função desses cargos não era puramente burocrática, já que permitiam à Coroa garantir lealdade e recompensar bons serviços. Nesse nível de administração, era comum as pessoas terem mais de um cargo, bem como o uso de representantes para preenchê-los. Era importante que as pessoas tivessem um mínimo de escolarização ou de conhecimentos das técnicas de ler e escrever para atuarem nessas funções. O cargo de tabelião, por exemplo, era muito importante e envolvia uma prova de aptidão, mas também não era difícil encontrar tabeliães sem muita habilidade com a escrita.

#### 4.2.2 A leitura e a escrita no Brasil colonial

A organização escolar no Brasil-colônia estava estreitamente relacionada com a política de colonização em capitânicas hereditárias. Essa política tinha a preocupação de converter os indígenas à fé católica, através da *catequese* e da *instrução*, tarefa dominada pelos jesuítas. Entretanto, mesmo à revelia das autoridades da Colônia, a instrução escolar não era acessível a todos, havia uma distância entre o que se pretendia e o que se praticava: enquanto a *instrução* se dirigia aos descendentes dos colonizadores, cabia aos índios serem *catequizados*, já que tanto para o colonizador quanto para a Companhia de Jesus era melhor um índio mais dócil, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra. (Ribeiro, 1986).

Nas escolas jesuíticas, cuja formação caracterizava-se pela rigidez de pensar e de interpretar a realidade, os estudos baseavam-se na literatura antiga e na língua latina. Nelas, os livros eram copiados à mão para que os alunos pudessem estudar. Durante os séculos XVI e XVII, os raros livros existentes pertenciam a poucos proprietários<sup>52</sup> — normalmente bibliotecas particulares e familiares — e estavam em grande parte relacionados à religião e à literatura. Segundo Villalta (1997), no Brasil e em Portugal, a leitura oral e pública por estudantes, a discussão dos conteúdos e o empréstimo de livros eram correntes. Quanto

---

<sup>51</sup> Na Paraíba, por exemplo, esse fato pode ser constatado no início do século, quando Fernando Delgado Freire de Castilho, governador entre 1798 e 1802, reclamou da desnecessária multiplicação de cargos, ofícios e empregos, repartidos por afilhados e protegidos sem qualquer qualificação (Melo, 2000:85).

<sup>52</sup> Havia uma quantidade maior apenas nos colégios jesuíticos.



maior a escassez de instrução, mais o livro<sup>53</sup> tornava-se um meio importante de acesso aos conhecimentos, uma importante fonte de saber. De modo geral, significavam *poder, saber e prazer* e eram utilizados tanto como objetos de leitura e fontes de conhecimentos, quanto como elementos de ornamentação e meios de acesso ao sagrado. O acesso a eles contribuía também para que os leitores questionassem ou reforçassem a ordem estabelecida, fosse ela política, sexual, religiosa ou econômica, tanto no aspecto privado quanto público.

Até o século XVII, era conveniente para a metrópole que a educação escolarizada fosse direcionada à camada dirigente, composta da pequena nobreza e seus descendentes. A instrução deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais, de acordo com o modelo de colonização adotado. Interessava à política colonial, segundo Ribeiro (1986), conquistar um capital necessário à passagem da etapa mercantil para a industrial do regime capitalista, mas Portugal, embora tivesse se antecipado na política mercantil, por razões externas e internas, não chegou à segunda etapa.

Com as reformas propostas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, surgiu uma nova orientação na política, no sentido de recuperar a economia de Portugal, buscando concentrar o poder real e modernizar a cultura portuguesa. Essa política teve reflexos no Brasil, onde se tornou necessário intensificar a fiscalização do desenvolvimento das ações. Conseqüentemente, verificou-se o aumento do aparelho administrativo e dos cargos de categoria inferior, exercidos pela população nascida na colônia. Isso significa, conforme Ribeiro (1986), trazer para a escola a instrução primária, que antes cabia à família, já que se faziam necessárias técnicas de leitura e escrita, para dar um preparo elementar a esse pessoal. Também o comércio do ouro exigia gente que manuseasse a escrita. A nova orientação buscou simplificar e abreviar os estudos, com o intuito de aumentar o interesse pelos cursos superiores, permitir o aperfeiçoamento da língua portuguesa, diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica, procurando torná-los mais práticos. O ensino passou a ser financiado *pelo e para* o Estado. Do ponto de vista pedagógico, segundo a mesma autora, essa nova organização constituiu um retrocesso,

---

<sup>53</sup> Entenda-se aqui por livros, como em Villalta (2000: 185), impressos de diversos tipos.

embora representasse um avanço ao exigir novos métodos e novos livros. Em todo o Brasil, continuava havendo dificuldades decorrentes do caráter pragmático, escasso e circunstancial das reformas pombalinas, já que o ensino das primeiras letras no nível secundário, passou a ser ministrado sob a forma de aulas avulsas, fragmentando o processo pedagógico.

Do século XVIII em diante, a posse de livros começou a tornar-se mais disseminada – embora continuasse a ocorrer de forma precária — e sua distribuição variava de acordo com a posição social e, principalmente, com a categoria profissional. Além disso, mesmo com o predomínio de obras religiosas, em algumas bibliotecas começaram a surgir livros sobre ciências e outros saberes profanos. O Brasil da época caracteriza-se pela política de difusão de técnicas da escrita, incentivada pela política do Marquês de Pombal. Pesquisas confirmam em parte a hipótese segundo a qual as elites culturais eram constituídas predominantemente por burocratas do governo da Capitania, ouvidores de comarca, advogados ou bacharéis e os clérigos (Sílvio Gabriel Diniz, apud Villalta, 2000). Mas isso não impedia, embora mais raro, que pessoas pertencentes a camadas inferiores da escala social também os possuíssem.

Até 1808, no Brasil não havia ensino superior nem tipografia, enquanto, desde o século XVI a América Espanhola tinha seis universidades. Quando a família real chegou ao Brasil em 1808, encontrou a colônia atrasada e culturalmente relegada (Tobias, 1986). Havia apenas escolas primárias e raras escolas do ensino médio. Eram mal dirigidas, com reduzida frequência de alunos e com pouca presença feminina.<sup>54</sup> Poucos livros circulavam e não havia gosto pela leitura. Segundo a filosofia aplicada nas colônias portuguesas, inclusive no Brasil, filhos de pobres e camponeses não deveriam aprender a ler e escrever, porque se alfabetizassem, poderiam almejar ter outras profissões além das que seus pais tiveram. A reforma educacional proposta por Ribeiro Sanches, médico judeu nascido em Portugal (1699-1783), recomendava que *não houvesse escolas públicas nem particulares, por dinheiro ou de graça, nas aldeias e nos lugares que contassem somente de duzentos*

---

<sup>54</sup> A ausência da universidade no Brasil tornava mais difícil uma norma brasileira legítima, mas contribuía para o surgimento de um dialeto próprio.

*fogos*<sup>55</sup> (“Cartas sobre a Educação da Mocidade”, apud Tobias, 1986). Sanches teve grande influência na formação da história da educação brasileira, pois foi o pedagogo e planejador prático de muitas das reformas pombalinas, embora tenha sido Verney quem inspirou Pombal.

A instalação da corte portuguesa no Brasil, a abertura dos portos e a elevação do Rio de Janeiro à capital do Reino provocaram transformações importantes e irreversíveis nas condições de vida colonial: surgiu uma civilização urbana, aumentou o setor de serviços e o nível educacional. Muitos costumes antigos, acentuados pelo isolamento em que viviam as pessoas, passaram a ser considerados rudes pelos proprietários rurais e comerciantes, que buscavam imitar os novos hábitos trazidos pela aristocracia. Com o aumento do número de pessoas envolvidas no setor de serviços e de pessoas com formação superior, a leitura tornou-se ainda mais uma exigência do exercício profissional. No caso do Rio de Janeiro, este fato ficou mais evidente por ter esta cidade se tornado, em 1763, capital do Vice-Reino do Brasil e, de 1808 a 1821, capital de todo o Império Português. Em Minas Gerais e certamente nas demais capitanias, de acordo com Villalta (1997), havia uma estreita relação entre a composição das livrarias e a condição social e os ofícios dos seus proprietários.

A desigualdade na distribuição dos que possuíam livros favorecia à sua valorização. Determinados livros só podiam ser adquiridos ou mesmo lidos através de uma concessão régia, obtida por meio de licenças. Entre 1768 e 1822, por exemplo, foram encaminhados a el-rei muitos pedidos de obtenção dessas licenças. O acesso e a leitura desses livros era uma ‘benesse e um privilégio’ concedido a poucos, já que a licença dependia do *status* e do ofício dos beneficiados, que não podiam ostentá-los publicamente. Villalta assim se refere à situação da educação na colônia:

A instrução escolar era prisioneira da orientação religiosa e calcava-se na repetição, sendo de algum modo refratária ao espírito científico nascente. O que contava, tanto do ponto de vista da organização dos estudos, quanto de sua apropriação pelas elites sociais, era a imitação dos textos clássicos

---

<sup>55</sup> Fogos = famílias. No Brasil, cidades com mais de duzentos fogos não eram freqüentes.

gregos e latinos, havendo uma grande valorização do exagero, da retórica e da eloquência. A instrução assim subordinava-se à civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados (Villalta, 1997: 351).

A valorização da escola variou de acordo com os grupos sociais, espaços e tempos, passando a ter mais prestígio a partir do século XVIII. Segundo Villalta (1997), o analfabetismo na Colônia devia ser superior a 60%, a tomar por base índice registrado no Porto, entre 1750 e 1820.<sup>56</sup> Enquanto reinava o analfabetismo, a leitura oral, pública e privada, proliferou, representando uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português, embora fosse comum entre os letrados. Entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo entre os que adquiriram o português em situação de oralidade, definiram-se as características do português brasileiro (Mattos e Silva, 1997).

A relação estabelecida com os livros, tanto nas igrejas quanto nos colégios, esteve perpassada pela oralidade. Nas igrejas, a leitura oral pública era realizada por *leitores*, clérigos que tinham essa função. Nos colégios jesuíticos e, posteriormente, nas aulas régias, os alunos costumavam fazer disputas orais sobre as matérias estudadas e apresentar publicamente seus trabalhos. Os inconfidentes mineiros transformavam espaços privados e públicos em locais de empréstimos, permutas de publicações, leitura e reparos de poesia, discussões sobre livros e sobre a situação da colônia. Além disso, a exemplo do que

---

<sup>56</sup> Baseado em dados do primeiro recenseamento geral do Brasil, feito em 1872, Bóris Fausto apresenta o seguinte panorama da instrução regular, após um século de implantação das reformas pombalinas: *os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total [estimada nesse recenseamento em 4.6 milhões], sem excluir crianças no primeiro ano de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16.8% da população entre seis e quinze anos freqüentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegavam a 8.000 o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar* (apud Mattos e Silva, 2001:279).

acontecia na Europa, a relação com os livros marcava-se também pela coexistência entre os letrados das leituras extensiva — leitura de textos diversos — e intensiva — leitura repetida dos mesmos escritos. Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura foi cada vez mais se tornando freqüente nas casas das elites intelectuais, embora o mesmo não ocorresse com as pessoas mais humildes, que continuavam sem possuir livros. De modo geral, é nesse contexto histórico que se insere a língua portuguesa transplantada para o Brasil.

### **4.3 A implantação da língua portuguesa no Brasil**

No tocante à implantação da língua, pode-se dizer que o processo de colonização do Brasil se deu efetivamente a partir de 1532, com a implantação das capitânicas hereditárias. No início, a colonização ocorreu apenas no litoral. Posteriormente, com a devastação das matas litorâneas para produzir cana-de-açúcar e a extrair lenha, foi aumentando a penetração em direção ao interior, permitindo o surgimento cada vez maior de núcleos onde se praticava a criação do gado de corte. Finalmente, outros núcleos são formados com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e a ação dos bandeirantes (Teyssier, 1994; Castro, 1991; Silva Neto, 1988). A língua portuguesa percorreu, portanto, um caminho longo, desde as décadas iniciais do século XVI, em que quase ficou relegada ao esquecimento, tanto por causa da indianização do colonizador português, quanto pela concorrência de outras línguas européias, como o espanhol, o francês e o holandês (Villalta, 1997).

Na chegada ao Brasil, os portugueses encontraram a terra povoada de índios, mais de um milhão deles, que apresentavam, do ponto de vista lingüístico, uma grande diversidade.<sup>57</sup> Os tupis, habitantes do litoral, denominados genericamente de Tupinambás, foram os que mais conviveram com os brancos. A principal língua falada pelos índios da costa era o tupi, uma espécie de segunda língua para os índios não tupis, conhecidos pelos jesuítas de tapuias, ou nheengáibas (língua ruim), denominação que não reflete a diversidade desses

---

<sup>57</sup> Aryon Rodrigues (apud Elia:1989) indica em torno de 350 línguas diferentes, atualmente distribuídas em dois troncos (tupi e macro-jê) e em diversas famílias (caribe, aruaque/arauá, famílias menores ao sul e ao norte do Amazonas).

povos. As línguas dos tapuias, denominadas travadas, eram bem mais complexas que o tupi e foram conservadas por muitos deles.

Os descobrimentos ibéricos tinham como lema, além da expansão do Império, a expansão da fé. Os contatos iniciais dos mercadores e exploradores com os gentios ocorriam através de “um jargão de base tupi”, mas para os jesuítas, a pregação *deveria ser feita na língua daquele a converter* (Rosa, 1997:107). Por considerarem que a variedade de línguas impedia a conversão, os jesuítas procuraram aprender o tupi, mas um tupi simplificado, despojado de seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos, *para se adaptar à consciência lingüística dos brancos*, o que explicaria a *fácil difusão entre os brancos* (Câmara Jr., 1975). Eles observaram que a comunicação entre as diversas tribos de índios era feita através de uma espécie de língua franca, citada por Fernão Cardim:

em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma delas é a principal que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, ainda que em algumas discrepam e esta é a que entendem os portugueses: é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade está em ter muitas composições (Cardim apud Rodrigues, 1983:23).

Essa língua foi estudada, fixada em catecismos, dicionários e gramáticas e institucionalizada como língua de contato entre colonizadores e índios. Surgiu então a expressão língua geral<sup>58</sup>, que indicava a língua de base tupi, de uso mais extenso numa região, usada também por grupos falantes de outros idiomas, e que durante muito tempo viveu lado a lado com a língua portuguesa. O tupi era utilizado pelos bandeirantes, pelas

---

<sup>58</sup> A denominação, genérica e no singular recobre uma grande diversidade, conforme alerta Mattos e Silva: *só podemos idealizar essa língua geral como heterogênea desde o século XVI, heterogeneidade que se tornará mais complexa ao longo da diacronia da colonização(...). Para a compreensão do que se chama genericamente língua geral, é fundamental o estudo de Aryon Rodrigues (1986: 99-109), em que, com precisão, apresenta uma caracterização diatópica e diacrônica das línguas gerais, já no plural, a paulista e a amazônica* (Mattos e Silva, 2001: 286)

famílias de portugueses e índios. A língua geral predominava, sobretudo, em São Paulo e no Amazonas, enquanto na costa, ensinado nas escolas, o português se impunha.

No início do século XVII, segundo Villalta (1997), a sobrevivência das línguas gerais foi afetada pelo aumento da participação de portugueses e africanos no conjunto da população, por conta de uma maior vinculação à política mercantilista. No Nordeste, em decorrência da agroexportação da cana-de-açúcar, ocorreu predominância do português. Enquanto a língua portuguesa, de caráter mais oficial do que público, era aprendida pelos poucos que freqüentavam as escolas dos padres e utilizada nos documentos escritos e nas cerimônias, o tupi era utilizado no domínio público, por grande parte da população. No Brasil holandês, do ponto de vista lingüístico, o português se restringia principalmente a ocasiões públicas, em que o contato com os “outros” era inevitável ou imprescindível, exigindo algum tipo de intercâmbio:

Uma dessas circunstâncias foi a evangelização: a “prudência” dos holandeses levou-os a usar o português, pois os missionários protestantes notaram que o uso do neerlandês era ineficaz na instrução religiosa dos africanos e gentios da terra (Villalta, 1997:343).

Até o século XVIII, ocorreu uma situação de *bilingüismo* e superioridade numérica dos indígenas. A partir dessa época, o português se sobrepôs às línguas indígenas. Castilho (1992) indica, como uma das causas da substituição, a extrema fragmentação do quadro lingüístico ameríndio. Teyssier (1994) acrescenta outras causas para a decadência da língua geral: a chegada de imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta de ouro e diamantes, o Diretório do Marquês de Pombal em 3 de maio de 1757 proibindo o uso da língua geral e obrigando o uso oficial da língua portuguesa e ainda a expulsão dos Jesuítas.

Durante os cerca de trezentos anos, o tupi, ou língua geral, e a língua portuguesa conviveram, no multilingüismo reinante, uma ao lado da outra, *nas Capitânicas do sertão brasileiro, influenciando-se reciprocamente, fundindo-se e cruzando-se* (Friderici, apud Rodrigues, 1983). Mas, além da língua geral e das inúmeras línguas indígenas, o português

concorreu também com as línguas dos africanos de diferentes grupos étnicos<sup>59</sup>, que desde o início foram trazidos ao Brasil. Segundo Pessoa (1997: 67), as maiores levas de escravos desembarcados no Brasil ocorreram em três etapas:

- a) Durante os séculos XVI e XVII, para o Nordeste;
- b) No século XVIII, com a descoberta do ouro, a importação é cerca de três vezes maior do que nos primeiros séculos;
- c) Na primeira metade do século XIX até 1850, a partir de quando o tráfico é definitivamente proibido.

Os primeiros africanos que vieram ao Brasil falavam línguas africanas *tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes, em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país* (Rodrigues, 1983:30). Entre eles, uns, os *boçais*, não falavam o português e outros falavam um pidgin de base portuguesa que aprendiam na costa da África. Os portugueses procuravam misturar grupos dialetais diferentes, que não se entendessem, para, através da diversidade étnica e lingüística, impedir que se unissem. Dessa forma buscavam mantê-los submissos e forçavam-nos a aprender a língua portuguesa.

Rodrigues (1983) afirma que houve uma língua geral negra para o entendimento entre os vários grupos africanos, do mesmo modo que a língua geral serviu de instrumento para falar com vários grupos de origem tupi. A diferença é que a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas, enquanto a *geral* negra foi criada pelos próprios negros. Foram duas línguas principais adotadas como *gerais*: o *nagô* ou iorubá, na Bahia e o *quimbundo*, no Rio de Janeiro e em Minas. Conforme lembram Cuesta e Luz (1983:216),

Esses dois crioulos – fundidos às vezes entre si ou com o crioulo tupi dos aborígenes – influenciaram profundamente a fala brasileira, dada a intimidade de negros e brancos nas grandes casas, onde tantas vezes o

---

<sup>59</sup> Castilho (1992) afirma que entre 1538 e 1855 vieram para o Brasil 18 milhões de escravos negros, integrantes de duas culturas: *banto* - que se fixaram no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, e *sudanesa* - que se estabeleceram principalmente na Bahia.



filho do senhor aprendia a falar pela boca da mãe preta e se criava entre moleques domésticos ou da própria sanzala (sic).

Branco e negro mantiveram um contato mais direto do que branco e índio. Desse contato, estima-se que, aproximadamente, 300 palavras africanas tenham ingressado no léxico da língua portuguesa no Brasil. O uso dos falares africanos foi gradativamente perdendo terreno pela expansão da língua portuguesa, restringindo-se aos domínios especializados, como os rituais religiosos, cânticos, danças populares.

Com o decréscimo da população negra, provocado, de um lado, pelo fim do contrabando de escravos e, de outro, pela alta taxa de mortalidade dos negros, face aos maltratos e doenças a que eram submetidos, a configuração étnica do Brasil começou a mudar. Para poder acolher a família real e os cerca de quinze mil portugueses que fugiam da invasão francesa, fatos novos aconteceram, como a abertura dos portos e a criação de novas instituições, a exemplo da imprensa. Tais fatos contribuíram para a ‘relusitanização’ do português falado no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Segundo Rodrigues (1983:37), no começo do século XIX, a língua falada no Brasil *ou era muito lusitanizada nos meios brancos das grandes cidades costeiras, ou ainda sofria deficiências na aprendizagem oral que negros e índios revelavam*, num permanente estado de guerra cultural e lingüística. A “vitória” da língua portuguesa, segundo este autor, não se deu de forma tão pacífica ou tão fácil, mas custou esforços, sangue, vidas.

As peculiaridades do português do Brasil começam a ser registradas na literatura já no século XVIII. Com a busca da autonomia literária pelos escritores do Romantismo e com a Independência, tudo o que diferencia a colônia da metrópole passa a ser valorizado e defendido: documentam-se com maior freqüência muitos traços da oralidade e palavras e expressões, antes tidas como ‘provincianismos’.

No século XIX, novos contingentes migratórios vieram ao Brasil, após a Independência: timidamente no Primeiro Reinado, mais fluentemente no Segundo Reinado e efetivamente com a República (Elia, 1989). Os primeiros imigrantes, alemães, permaneceram

inicialmente no Rio de Janeiro, na região de Petrópolis, e os seguintes, que se distinguiram na agricultura e na criação de centros urbanos, deslocaram-se para o Sul. Os italianos fixaram-se em São Paulo e na Serra Gaúcha, originando um notável surto industrial e a plantação de vinhedos no Rio Grande do Sul. Os japoneses destacaram-se na agricultura, encontrando-se hoje principalmente em São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Brasília. Aos poucos, esses imigrantes, bilíngües a princípio, tornaram-se falantes do português, na medida em que se integravam aos novos costumes, à nova pátria, que tem o português como a língua das escolas, da imprensa, da literatura, do rádio, da conversa do dia-a-dia. Ainda segundo Elia (1989:29), da terceira geração em diante, a aculturação entra num ritmo mais rápido e decisivo. No entanto, como Castro (1991) lembra, a rigor a população brasileira não é monolíngüe em português: há outras línguas européias, faladas por imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis e alemães; há cerca de 170 línguas índias e, ainda, vestígios de antigos crioulos de escravos.

Aos poucos, a língua portuguesa foi adquirindo uma feição peculiar face ao português de Portugal, constituindo o chamado *português brasileiro*. No momento atual, o Brasil apresenta diversidade em relação a dialetos regionais e diferenças urbano-rurais, o que é previsível devido à grande extensão territorial, mas é consenso entre os estudiosos da língua portuguesa que a diferença lingüística em função da classe social é mais evidente (Castro, 1991; Teyssier, 1994).

Diferentes teorias explicam a origem das particularidades apresentadas pelo português do Brasil. Alguns estudiosos justificam as mudanças ocorridas pela origem dos primeiros colonos, ou seja, pela região de onde vieram, ressaltando as semelhanças entre o português brasileiro e o português falado por habitantes do Sul de Portugal. Outros mostram as diferenças como originadas dos índios ou dos escravos africanos. Há também os que consideram as mudanças decorrentes da *deriva*, ou seja, de tendências próprias ao sistema, e ainda os que apontam para uma conjunção de fatores. Para explicar essas mudanças, os pesquisadores baseiam-se em hipóteses diferentes, resumidos por Castilho (1992) em três: a evolucionista, a crioulista e a internalista:

a hipótese evolucionista, que defende a existência de uma “língua brasileira”, a hipótese crioulística, que acentua a importância dos contactos lingüísticos no Brasil-Colônia, e a hipótese internalista, que acentua a importância da deriva, isto é, das tendências próprias ao sistema, para explicar a dimensão histórica do PB (português brasileiro). (Castilho, 1992:241).

Na Paraíba, a situação lingüística seguiu em linhas gerais, o que aconteceu nas demais regiões do Brasil. Do ponto de vista do acesso à escrita, também não era diferente do que ocorria principalmente nas mais pobres.

#### **4.4 Elementos da história social da Paraíba até o século XIX**

No período estudado, séculos XVIII e XIX, não havia grande difusão da escrita na Paraíba. A atividade educacional, que, no início da sua colonização, era exercida pelas ordens religiosas passou por períodos de inatividade, pelo menos no que concerne ao funcionamento de escolas de alfabetização e aulas de latim. Para entender melhor a educação da época e mais especificamente o uso da escrita nesse período, faz-se necessário um breve retrospecto do meio sócio-econômico e político em que as cartas se inserem.

##### **4.4.1 Das origens**

Ao ser criada, a Paraíba fazia parte da capitania de Itamaracá e seus limites estendiam-se do Rio Goiana à Baía da Traição. Nascia com finalidades econômicas e militares, uma vez que era necessário conquistar as terras para garantir o domínio português e o avanço da cultura canavieira que já se desenvolvia na Capitania de Pernambuco.

Nas três primeiras décadas do século XVI, o território era área de exploração do pau-brasil, com presença maciça de índios e ausência do colonizador português. O desmembramento e a criação da Capitania Real da Paraíba ocorreu em 1574, mas sua ocupação de fato só veio a acontecer a partir de 1585, quando, com o apoio de homens do comércio e da cultura canavieira pernambucana, foram organizadas expedições a fim de fixar os portugueses na

terra. Só então as terras foram sendo efetivamente ocupadas. Após a conquista da terra, houve a doação de 17 sesmarias. A exemplo do que aconteceu em outras regiões brasileiras, pessoas comuns, como comerciantes, parteiras, padres, empregadas domésticas e burocratas uniam-se aos aventureiros, provocando o surgimento de uma sociedade complexa em que, apesar da união de elementos raciais e culturais da Europa, África e América, conservou um forte sabor europeu em seu governo e na organização de sua elite (Schwartz, 1979).

No início do século XVII, a população da Paraíba era composta de cerca de 800 colonos e 14.000 índios<sup>60</sup>, em um território que se resumia a uma faixa litorânea com algumas incursões até o atual município de Pilar (Silveira, 1999). Os primeiros povoados, que posteriormente se tornariam vilas e cidades, foram surgindo ao longo dos rios Paraíba e Mamanguape. De 1585 a 1634, com o domínio holandês, a produção canavieira havia se desorganizado e, a partir de 1660, a criação de gado foi transferida para regiões mais distantes, permitindo, juntamente com a cultura do algodão, a ocupação de áreas interioranas, para o que concorreram dois grandes grupos: os Garcia d'Avila da Casa da Torre e os Oliveira Ledo.

#### **4.4.2 Da estrutura político-administrativa e econômica**

Do ponto de vista político-administrativo, até 1750 havia um só município; a cidade da Paraíba<sup>61</sup>, que se estendia da orla marítima ao Ceará. O capitão-mor exercia a jurisdição administrativa civil e militar. A judiciária era ocupada pelo ouvidor geral e corregedor da comarca, cuja ação se estendia sobre a Paraíba, Rio Grande do Norte e Itamaracá.<sup>62</sup>

As regiões da Paraíba - litoral, brejo e sertão<sup>63</sup> - distinguiam-se do ponto de vista econômico: a primeira, com a monocultura açucareira, caracterizava-se por ser escravocata e aristocratizante; a segunda, por uma cultura de subsistência e a terceira, pela pecuária,

---

<sup>60</sup> Agrupados, segundo Melo (2000: 47 e 70-2), em três grandes nações: tupis, cariris e tarairiús.

<sup>61</sup> Aires do Casal descreve a Paraíba desta época como “cidade medíocre” (apud Andrade, 1978).

<sup>62</sup> Itamaracá separou-se da Paraíba em 1740 e do Rio Grande do Norte, em 1818.

<sup>63</sup> Segundo Melo (2000), a palavra *sertão* proveio de uma corruptela de *desertão*, terra deserta.

com uma feição aparentemente democrática, absorvia outras categorias de trabalhadores e não só escravos (Silveira, 1999). A zona litorânea ligava-se mais ao litoral de Pernambuco ou Rio Grande do Norte do que ao interior da Paraíba. A ligação entre o sertão e o litoral era feita através de Campina Grande, que nasceu de uma aldeia ariú, em 1697, e tornou-se vila (Vila Nova da Rainha) em 1790. Muitos comerciantes saíam em longas caminhadas pelo interior para vender as mais diversas mercadorias, já que eram poucos os que estavam estabelecidos em lojas. Os tangerinos, ou comboieiros, como eram chamados, acompanhados de bagageiros, transportavam os produtos em tropas de burros, dando origem a cidades. Por volta de 1700, havia na capitania 18 igrejas, 5 conventos, 6 vilas, 37 engenhos, 869 fazendas e 9 391 fogos. Novas freguesias e vilas<sup>64</sup> foram sendo criadas ao longo do século XVIII, como se pode ver nos quadros abaixo:

Quadro 4 - Criação das freguesias do século XVIII

CAPITANIA DA CRIAÇÃO – CRIAÇÃO DE FREGUESIAS – SÉC. XVIII	
FREGUESIA	ANO
Nossa Senhora dos Anjos	1745
São José do Piancó	1745
Nossa Senhora de Assunção de Alhandra	1749
Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora	1750
N. S. da Penha de França (Taquara)	1758
N. S. do Pilar	1758
São Miguel da Baía da Traição	1762
Nossa Senhora dos Prazeres do Monte-Mor de Preguiça	1762
Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande	1769

Fonte: Irineu Pinto (1908).

<sup>64</sup> Esses dados dão uma idéia de como eram as vilas onde residiam os autores das cartas.

### Quadro 5 - Criação das freguesias do século XVIII

CAPITANIA DA CRIAÇÃO – CRIAÇÃO DE FREGUESIAS – SÉC. XVIII	
VILAS	DATA DE CRIAÇÃO
Alhandra	1758
Pilar	1758
São Miguel da Baía da Traição	1758
Monte-Mor de Preguiça	1762
Conde (Jacoca)	1768
Vila Nova de Pombal	1772
Vila Nova da Rainha (Campina Grande)	1790
Vila Real de São João dos Cariris Velhos <sup>65</sup>	1800
Jardim do Rio do Peixe (Souza)	1800

Fonte: Irineu Pinto (1908).

No ano de 1780, a população de algumas vilas paraibanas era assim distribuída: Mamanguape: 8.395; Conde: 1.959; Baía da Traição: 1.258; Campina Grande (Vila Nova da Rainha): 2.489; Cariris Velhos: 3.199; Pombal: 7.711(Leal s/d). Entre 1798 e 1805, a população da Paraíba aumentou de 39.894 para 49.358 pessoas, com predominância de mulatos, seguidos de brancos, negros e índios (Pinto, 1977).

Durante o século XVIII, a situação da Paraíba era de extrema pobreza, agravada não só por calamidades como secas e enchentes, mas também pela falta de assistência do Estado português às capitanias. Havia, além disso, muita extorsão, por parte da metrópole, com pedidos de donativos, pagos muitas vezes com produtos da terra (Oliveira, 1985).

Desde que a Paraíba foi fundada, havia uma grande dependência em relação à capitania de Pernambuco, tanto do ponto de vista da conquista do território — foi de lá que partiram as expedições apoiadas pelos proprietários e comerciantes pernambucanos para a conquista territorial — quanto do ponto de vista econômico, já que, por mais de trezentos anos, o seu

---

<sup>65</sup> Há uma referência à criação das vilas de São João e de Sousa na carta 44.

comércio com o exterior era feito através do Porto do Recife. De 1755 a 1799 essa dependência tornou-se oficial. Sobre a subordinação, afirma Oliveira (1985: 93):

a anexação se inseria dentro do plano de racionalização da política pombalina de conter gastos, concentrar recursos e não dispersá-los numa época de crise como a dos meados do século XVIII, em Portugal. Há um objetivo político de centralização, comando e fiscalização, através da jurisprudência de Pernambuco. Há também outro de controle da burguesia instalada no Recife, havendo possibilidade de articulação da área agrária com a comercial.

A esses interesses ligavam-se os do grupo comercial de Pernambuco.

Durante os 43 anos em que ficou subordinada a Pernambuco<sup>66</sup>, a população passou um período de grande dificuldade, decorrente do colapso em que se encontrava a produção açucareira, da inexistência de mão-de-obra e da transferência de rendas para a vizinha capitania de Pernambuco. Além disso, outros dois fatores contribuíam para o empobrecimento da capitania: a presença da Inquisição e a criação da Capitania de Comércio<sup>67</sup>. Os governantes queixavam-se da falta de autonomia política, militar e econômica para administrar a capitania, uma vez que, mesmo as administrações das capitanias estando separadas, as decisões pertenciam a Pernambuco. Antes até da anexação, cabia à capitania vizinha a superintendência das fortificações (Oliveira, 1985). Nas cartas de Jerônimo José de Melo e Castro (Cf. Oliveira, Menezes e Lima, 2002), governador da Paraíba no período da anexação, percebe-se o descontentamento do dirigente paraibano com a situação em que se encontrava a capitania. Por outro lado, as cartas do governador de Pernambuco, José César de Menezes a Melo e Castro, refletem a posição de comando, de superioridade, como se pode ver na carta seguinte (C 9), que trata de uma das constantes

---

<sup>66</sup> A capitania continuou administrada por um capitão-mor que tinha sua jurisdição dependente do governo pernambucano.

<sup>67</sup> Criada em 1759 e extinta por decreto da rainha Dona Maria em 8/5/1780, a Companhia de Comércio cobrava juros exorbitantes e praticava preços altíssimos, enquanto a Inquisição (1780) ajudava a transferir as riquezas da colônia para a metrópole, já que os que eram atingidos por ela tinham seus bens confiscados e incorporados ao patrimônio da coroa.

preocupações do governador pernambucano: o envio de tropas para completar os regimentos:

(3) *Alem da remessa das Recrutadas, que recomen/do a Vossa Senhoria, lhe ordeno tãobem faça tirar no Seu destrito, eme/dirija, com amayor brevidade, huma exacta Relação dividida/ nas Classes seguintes.(C 9)*

#### **4.4.3 Da sociedade**

A sociedade colonial era patriarcal e religiosa, dispendo a Igreja de bastante prestígio. Os proprietários dos engenhos e das fazendas de gado, com suas extensas parentelas estavam no topo da pirâmide social, embora em posições subalternas à burguesia comercial e à burocracia metropolitana portuguesa. As pessoas casavam-se em maior proporção por entre vinte e trinta anos de idade, embora se encontrassem pessoas casadas com 10 a 20 anos. Os filhos tendiam a seguir as mesmas profissões dos pais.

As pessoas, isoladas nas fazendas e engenhos, tinham dificuldade de se comunicar, já que as estradas, até o final do século XIX eram apenas picadas abertas no mato e ligavam o litoral paraibano mais à capitania de Pernambuco do que ao interior. Para se ter uma idéia do transporte da palavra escrita, é interessante destacar que só em 1829 foi regularmente criado o correio<sup>68</sup>(Melo, 2000).

Segundo Leal (s/d), em 1784, a população da Paraíba não diferia muito das demais regiões brasileiras, porém o cruzamento mestiço com os indígenas era menor. O número de escravos negros era pequeno, em relação à população livre (em torno de dois por cento). O trabalho escravo era mais freqüente no litoral e no brejo que no sertão. Os índios, já livres, moravam sob a direção dos chefes naturais, inspecionados por uma autoridade civil. Eram considerados indolentes e preguiçosos, uma vez que plantavam apenas para se manterem e

---

<sup>68</sup> Geralmente o papel de condutor das malas do correio era exercido pelos índios.



só procuravam outros trabalhos para adquirirem roupas ou algo semelhante<sup>69</sup>. Em carta de 1826, atendendo a uma Ordem Imperial que pede informações sobre os índios, escreve o vigário da Vila do Conde, Antônio Francisco Pereira Bahia:

*(4) tenho visto /nesta Villa, no tempo de vinte seis annos q. aqui rizido, varios Indios empregados de Juizes Ordinarios, publicam<sup>te</sup> trabalharem /alugados com huma Inxada namaõ, em.<sup>tas</sup> vezes a Pretos Cativos. (C 120)*

#### **4.4.4 Da instrução**

Na Paraíba, como nas demais capitanias, durante os primeiros anos de colonização, a educação estava a cargo das diversas ordens religiosas, principalmente dos jesuítas, que ensinavam aos filhos de colonos e a jovens índios os primeiros rudimentos de leitura, cálculo e escrita, além de lições de latim. Em 1593, os jesuítas foram expulsos pela primeira vez, em virtude de desentendimentos com os franciscanos, que contavam com o apoio do governador da capitania, Feliciano Coelho. Para substituí-los, os beneditinos passaram a ministrar aulas de latim, mas durante a ocupação holandesa na Paraíba, de 1634 a 1645, essas atividades foram proibidas, ficando a população desassistida. Só em 1666 seria reaberta a escola de latim no Mosteiro de São Bento. Em 1745 foi fundado o Seminário de São Gonçalo pelo Padre Malagrida, onde funcionou o Colégio da Paraíba, o primeiro “Estabelecimento de Ensino Geral do Estado” (Lopes, 1987).

Segundo Almeida (1978), durante todo o período monárquico, o Brasil, salvo alguns centros em que surgiam intelectuais, só tinha condições de ser uma nação atrasada, tanto do ponto de vista de riqueza material quanto em cultura intelectual e a Paraíba estava inserida nessa pobreza, uma vez que houve um período, na época colonial, que nem escolas de primeiras letras teve.

---

<sup>69</sup> O comportamento dos índios e a administração das comunidades indígenas são assuntos de diversas cartas (C 118, C 119, C 120, C 121, C 122).

Uma das primeiras medidas do Marquês de Pombal, a expulsão dos jesuítas, em 1759, teve como consequência o fechamento do único estabelecimento de ensino na Paraíba, fazendo com que durante muito tempo esta Capitania ficasse sem quaisquer escolas. Em alguns lugares, o ensino ficava por conta dos vigários das freguesias – que eram os únicos que tinham alguma instrução, ou das raras pessoas que mal sabiam ler e já ensinavam os alunos<sup>70</sup>. A carta seguinte, datada de 1822, reflete essa situação:

(5) *Esta Villa, eseu contorno naõ/só as apresenta uma numeroza mocidade para/asprimeiras letras, como até para Gramatica/Latina, por que oReverendissimo Parocho des-/ta Freguezia Virginio Rodrigues Campello,/quando aqui chegou daprimeira vêz com-/tava quazi trinta alunos, que ensinava gratuitam<sup>te</sup> (C 69)*

Algumas medidas culturais e educacionais foram tomadas pelo Marquês de Pombal para dinamizar a produção de matérias primas na Colônia em benefício da Metrópole, entre as quais a cobrança de um imposto - o subsídio literário<sup>71</sup> -, o apoio à constituição de academias científicas e literárias, e a criação de instituições educacionais e aulas régias voltadas para estudos práticos e científicos. No entanto, os acontecimentos, que culminaram com a expulsão dos jesuítas, prejudicaram ainda mais o já debilitado sistema educacional mantido por esses e também por outros religiosos, como beneditinos, franciscanos e carmelitas. Na Paraíba, ficaram desarticuladas diversas missões, como a de Alhandra, Jacoca, Taquara, São Miguel da Baía de Traição, Mamanguape e Pilar (Melo:2000).

Com recursos advindos do subsídio literário, foi instalada a escola de latim, criada por ordem régia, mas que ficara dezessete anos sem funcionar (Almeida, 1978). Essa cadeira só veio ter professor em 1783. Mesmo assim, não resolvia a questão da instrução na capitania. Só em 1784 foi criada, na capital paraibana, uma das “escolas menores de ler, escrever e

---

<sup>70</sup> Em 1762, o secretário da diretoria dos estudos de Pernambuco e capitanias anexas, José Jeodoro de Lemos Duarte, em visita à vila da Paraíba, verificou que o mestre de gramática latina, o pe. Bernardo Martins de Sousa, indo a Olinda ordenar-se, deixou seus 24 alunos sem aula durante dois meses (Andrade, 1978).

<sup>71</sup> Imposto que incidia sobre alguns produtos de consumo, utilizados para subsidiar a educação.

contar”, previstas na reforma do Marquês de Pombal. Faltavam ainda professores, manuais e livros sugeridos pelos novos métodos.

A instrução na Colônia ocorria mais no nível privado, preenchendo o vazio da escola pública e semipública inexistente ou escassa. Os que tinham interesse em instruir-se, precisavam deslocar-se por vários lugares. É o que atesta o ofício seguinte, enviado em 1822, pela Câmara do Senado da Vila Nova da Rainha à Junta Provincial:

*(6) ealem disto como esta Villa é oponto / central do Sertaõ do Cariri nenhum outro / lugar é taõ adequado para esse estabeli-/cimento, como ela. Segundo noseu termo / á Povoações, q não (\_\_\_\_\_) mui consideraveis / a exceSsaõ d’Alagoa Nova, p<sup>m</sup> todas ellas /apresentaõ amesma necessidade pella // pella falta demeios; que tem muitos Pais / desses emterem oseos filhos fora de suas cazas (C 69)*

No início do século XIX, com os espaços territoriais paraibanos já delimitados, a Paraíba começava a operar em termos econômicos, tentando recuperar-se das dificuldades por que passara no século anterior. Em abril de 1809 foi instalada a Junta de Real Fazenda, para substituir a Provedoria dependente de Pernambuco e em 1814 foi criado o Juizado de Fora.

As idéias revolucionárias no sentido de libertar o Brasil de Portugal, disseminadas em sociedades secretas, constituídas por padres, senhores de engenho e militares, uniram-se ao ideal do liberalismo trazido pelos filhos da elites que estudavam em universidades européias. O empobrecimento da Província, a falta de assistência e de serviços públicos provocaram revolta na população, acarretando diversos movimentos revolucionários, muitos originários de Pernambuco, com graves repercussões na Paraíba: a Conspiração dos Suassunas, em 1801; a Revolução Pernambucana ou Revolução dos Padres, em 1817; a Confederação do Equador ou o sacrifício de Frei Caneca, em 1824 e a Revolução Praieira, em 1849. Essas constantes revoltas e desordens causaram muitas vezes depredação pelo interior, como atesta o juiz ordinário de Alhandra, em 1825:

(7) *circunstancias, emq' nenhu cidadão probo / pode ter segurança individual com roubos, as/saSinios, eoutras perturbações, q' tem merecido / na atenção de V.Ex<sup>a</sup> a punição desim<sup>es72</sup> desaguiza-/dos, expedindo restrictas ordens a os Capitaes / Mores, e Com<sup>des</sup> de Policia desta Prov<sup>ca</sup> pa empregare / sobre estes factos toda a energia, eathe recommen/dando aelles, q' caza como sou enformado, al/gua das pessoas de confiança haja q' necessi-/tem de defeza, e Armas p<sup>a</sup> ella, recorraõ a V.Ex<sup>a</sup>/p' as mandar. (C 109)*

Com a entrada de novas idéias e pensamentos, livros e pessoas passou a haver uma crescente demanda em torno da educação escolar, agora encarada como instrumento de aristocratização. Tobias (1986) lembra que para D. João VI, a finalidade da educação era de formar, não o homem, não o brasileiro, mas sim exclusivamente o profissional. Daí a criação de escolas formadoras de oficiais, para defender a nação, e médicos e engenheiros, para as forças armadas. A leitura tornou-se uma exigência do exercício profissional, com o aumento do número de decretos, alvarás, cartas-régias e outros escritos. Surgiram tipografias, editando os primeiros periódicos. Em 1860, havia na Paraíba aproximadamente 3 ou 4 jornais, sendo o mais importante “O Despertador”, do qual era responsável o Dr. Felizardo Toscano de Brito, chefe do partido Liberal.

Na segunda metade do século XIX, a Paraíba contava com 208.952 habitantes, dos quais 180.479 eram livres e 28.473 escravos, distribuídos por 25 freguesias e três comarcas (Pinto, 1997). Quando assumiu o governo em 1860, o presidente Silva Nunes não tinha noção exata da extensão do território nem dos limites com as províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Havia poucos e imprecisos reconhecimentos, esboços de plantas de algumas das vilas: as cidades de Areia e Mamanguape, as vilas do Pilar, Ingá, Campina, Independência<sup>73</sup>, Bananeiras, Alagoa Nova, São João e Teixeira. Havia questões de limites com o ‘lugar Marcos da Baía da Traição’, termo de Mamanguape, com o Rio Grande do Norte; vila de Pedras de Fogo, da comarca do Pilar; povoação de Mata Virgem, termo de Cabaceiras, comarca de São João, com Pernambuco (Seixas, 1985).

---

<sup>72</sup> De semelhantes.

<sup>73</sup> Antigo nome de Guarabira.

Com relação à instrução pública, algumas mudanças surgidas na vida provincial só vieram a se acentuar após 1822. Foram instaladas pelo poder público várias cadeiras de instrução primária — todas para homens — na capital e em outras vilas. Até o final do século XIX, era comum os filhos dos senhores de engenho aprenderem a ler no interior dos engenhos e fazendas, por professores muitas vezes contratados pelos próprios proprietários. Após os estudos primários, uma pequena parcela chegava a freqüentar colégios secundários, em geral em Pernambuco, onde era maior a oferta nesse nível de ensino. Frequentemente professores particulares preparavam alunos para os exames parcelados, necessários ao ingresso nas faculdades. Depois que foi fundada, a Faculdade de Direito do Recife passou a ser o caminho percorrido por muitos filhos das elites paraibanas.

De acordo com Pinto (1977), em 1822 foram criadas, pela primeira vez, cadeiras de instrução primária nas vilas do Conde, Alhandra, São Miguel de Taipu, Pilar, Areia, Vila Nova da Rainha (Campina Grande), Vila Real de São João, Pombal e Vila Nova de Sousa. O método empregado para ensinar buscava também formar o caráter dos alunos, às vezes através do castigo corporal. Na Paraíba, a palmatória foi indicada oficialmente como meio de aprendizagem e de modificação de comportamento em 1837, através de decreto da Assembléia Legislativa. O Presidente da Província contestou esse uso, em mensagem enviada à Assembléia em 1848 (Vasconcelos apud Mello, 1956). No entanto essa prática permaneceu até os anos 30 do século XX. Nas escolas, o método utilizado para alfabetizar era o da soletração. A repetição e o recurso à memória constituíam a base do ensino, como geralmente ocorre nas sociedades onde há o predomínio da tradição oral (Galvão, 1998).

Uma das queixas mais freqüentes, no século XIX e até no XX, foi a maioria das aulas/escolas primárias — públicas e particulares — da Paraíba funcionar em locais improvisados, sem instalações sanitárias, iluminação, muitas vezes na residência do próprio professor. A instrução secundária, por sua vez, caracterizou-se no século XIX por ser predominantemente para alunos do sexo masculino<sup>74</sup>, pela atuação da iniciativa privada e

---

<sup>74</sup> A primeira cadeira para o sexo feminino foi criada em 18 de abril de 1828.

pela falta de organicidade, já que apenas foram reunidas em um mesmo espaço as antigas aulas régias. Além disso, métodos tradicionais continuaram a ser aplicados, privilegiando o aspecto literário (Ribeiro, 1986).

Em 1860 o presidente da província<sup>75</sup>, depois de uma viagem pelo interior, afirma em relatório ao seu sucessor que há lugares onde existem cadeiras de primeiras letras com um número reduzido de alunos e em lugares sem população e com professores bem remunerados: “*Em Província alguma do império são eles remunerados como na Paraíba*”.<sup>76</sup> Um perfil dos professores públicos predominantes até o final do século XIX e início do século XX foi traçado por Mello:

Indivíduos muitas vezes, que estavam em condições de frequentar a escola primária, recebiam o pomposo título de mestres, e estribados no protecionismo político, conseguiam uma vitaliciedade em que cimentavam o direito da ignorância. Chefes políticos, com simples recados, arranjavam o cargo de professor para pessoas semi-analfabetas, seus afilhados ou eleitores, que se eternizavam, ensinando o ABC às infelizes populações do interior. Era dessa forma a maioria do professorado (Mello apud Galvão: 1998:124).

É esse, em linhas gerais, o contexto sócio-histórico em que foram escritas as cartas selecionadas. A seguir, faz-se uma caracterização geral dos textos que constituem o *corpus* deste estudo.

---

<sup>75</sup> O cargo de presidente da província havia sido criado por uma comissão nomeada por D. Pedro I para elaborar um anteprojeto de constituição, após a dissolução da Assembléia Constituinte, em novembro de 1823. A constituição foi outorgada pelo monarca em 1824. (Silveira, 1999)

<sup>76</sup> Mensagem de 15 de junho de 1860, apud Seixas (1985: 37)

## 5 ANÁLISE

### 5.1 Considerações prévias

Neste capítulo, antes de iniciar a análise dos textos, tecem-se algumas considerações a respeito da organização de um *corpus* diacrônico e descreve-se o contexto de produção dos textos que o compõem. Em seguida, focalizam-se características gerais de manuscritos em circulação nos períodos colonial e imperial brasileiros, nos quais se inserem os documentos estudados, os propósitos comunicativos a que se prestam, bem como algumas dificuldades na leitura e interpretação desses manuscritos.

#### 5.1.1 Sobre a organização de um *corpus* diacrônico

Atualmente, em todo o Brasil, estão em construção diversos *corpora*, formados de gêneros textuais diferentes, para servir de base às análises lingüísticas diacrônicas referentes ao português brasileiro. Muitos estão relacionados ao Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, que constatou, logo nos primeiros seminários, a necessidade de se constituírem bancos de dados<sup>77</sup>, principalmente dos séculos XVIII e XIX, para definir as mudanças que ocorreram no português em formação no Brasil, em relação ao português europeu para cá transplantado em 1500 e nos séculos seguintes.

Nesse aspecto, várias questões podem ser levantadas. A primeira delas refere-se à seleção das fontes que vão embasar a análise. Essa seleção, por sua vez, vai depender de uma série de fatores que têm a ver com o propósito da pesquisa, (isto é, a que se destina o *corpus* a ser levantado), com o(s) período(s) abrangido(s), com a variante lingüística focalizada, os critérios de seleção dos textos (formal ou informal, literário ou não, pessoal ou público), com o gênero textual priorizado, com o(s) autor(es) dos textos (origem, idade, grau de instrução, sexo), entre outras questões. No caso específico de um *corpus* diacrônico

---

<sup>77</sup> Desde então, muitos *corpora* estão sendo elaborados e outros já concluídos e publicados, como os de Gilvan Muller, Afrânio Barbosa, Tânia Lobo, Marymárcia Guedes e Rosane de Andrade Berlink, entre outros. (cf. Matos e Silva, 2002)

relacionado ao português brasileiro, questiona-se ainda se devem ser selecionados apenas os textos de autores nascidos e criados no Brasil, ou se poderão ser considerados também os produzidos por brasileiros educados em Portugal. E ainda os redigidos por portugueses ou açorianos residentes no Brasil.

O levantamento de fontes documentais que possam servir para análises lingüísticas não é uma tarefa fácil, ao contrário, é *um empreendimento longo, trabalhoso e caro* (Oliveira, 1998:218). Às vezes, segundo o autor, a concepção que originou o empreendimento tem uma durabilidade menor que o próprio trabalho a ser feito, já que a tarefa é dificultada por fatores diversos, entre os quais, os meios de apresentação e os procedimentos de informatização que se tornam obsoletos, impedindo que se chegue ao final do *corpus*. Por outro lado, exige-se que os conceitos sociológicos e historiográficos sejam usados adequadamente. Por exemplo, não é possível determinar *a priori* quais conjuntos documentais serão incluídos ou excluídos da busca, já que os conceitos utilizados para selecionar o *corpus* não são constantes históricas: eles variam com o tempo e o que hoje pode ser tido como formal, em outros séculos pode ter sido considerado informal, como alerta Oliveira:

Relações hoje classificadas como informais não o eram, necessariamente, no século XVIII e vice-versa, de modo que temos de elaborar tipologias a partir da própria documentação, da documentação consigo mesma, o que implica um sério e minucioso conhecimento da sua natureza e das suas características (Oliveira, 1998:218-9).

Zumthor, em seu *A letra e a voz*, alerta para a necessidade de se historicizarem as categorias a serem trabalhadas:

Tratando-se da voz e das artes da voz, a oposição do “popular” ao “erudito” remete, quando muito, aos costumes predominantes neste ou naquele momento e meio. Atravessa as classes sociais e, no contexto humano dos séculos XI, XII e XIII, a sensibilidade e o pensamento dos indivíduos. Oral não significa popular, tanto quanto escrito não significa



erudito. Na verdade, o que a palavra erudito designa é uma tendência no seio de uma cultura comum, à satisfação de necessidades isoladas da globalidade vivida, à instauração de condutas autônomas, exprimíveis numa linguagem consciente de seus fins e móvel em relação a elas; *popular*, a tendência a alto grau de funcionalidade das formas, no interior de costumes ancorados na experiência cotidiana, com desígnios coletivos e em linguagem relativamente cristalizadas. Conhecem-se os impasses a que antigamente conduzia a imprudente adoção desses termos nos estudos sobre as diversas formas de poesia[...] Até há pouco, os historiadores foram vítimas de preconceitos vindos da época em que, pelo meados do século XIX, a Europa descobria (ou se poderia escrever “inventava”?) seu folclore e, em suas ilusões científicas, imaginava-se dúplice (Zumthor, 1993: 118-119).

Como se viu, não se pode determinar antecipadamente qual o tipo de texto a ser trabalhado, a extensão do *corpus* ou o número de informantes, já que não se sabe o que se conservou porque, muitas vezes, os diversos gêneros se encontram misturados nos arquivos. Isso faz com que, de acordo com Mattos e Silva (1991), o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua seja fragmentário e, por isso, o pesquisador terá que condicionar a seleção de dados de sua pesquisa aos documentos remanescentes:

Assim o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua — se ela é documentada por algum tipo de escrita ou de inscrição — é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador. O investigador dessa fase da história da língua não constituirá seu *corpus*, de acordo com os objetivos de sua pesquisa, mas terá de condicionar a seleção de seus dados à documentação remanescente. A partir desse condicionamento inicial é que recortará os dados que julgue necessários e suficientes para responder a suas questões.

Daí Labov (1982:20) ter definido muito adequadamente os estudos diacrônicos ao longo dos séculos — em oposição aos estudos de mudança lingüísticas em curso — como a “arte de fazer o melhor uso de maus

dados”. Maus dados porque “os fragmentos da documentação escrita que permanecem são o resultado de acidentes históricos para além do controle do investigador” (Mattos e Silva, 1991:28-9).

Com relação à língua portuguesa, desde a formação do galego-português até o século XVI, quando foram publicadas as gramáticas do português, o percurso da língua foi documentado apenas através de fontes escritas primárias. Tradicionalmente, essas fontes, após a formação do romance galego-português, são divididas em dois grandes grupos: a *documentação literária*, envolvendo a **poesia** — a lírica galego-portuguesa ou cancionero medieval português — e a **prosa**; e a *documentação não-literária* — textos de natureza jurídica (Castro, 1991:174). A partir do século XVI, acrescentam-se às já citadas gramáticas outros estudos como edições paleográficas ou diplomáticas e edições críticas, glossários, dicionários etimológicos, histórias da língua, entre outros estudos, que funcionam como fontes primárias e secundárias.<sup>78</sup> Segundo Castro (1991), é uma documentação insuficiente para se reconhecer a língua *falada* através de textos *escritos* pois, por um lado, nem sempre é fácil estabelecer a relação entre o plano da grafia e o plano da oralidade e, por outro, são poucos os documentos produzidos de cada período que sobrevivem.

Ao pesquisar a língua contemporânea, é possível ao lingüista reconhecer se determinada forma pertence ou não à sua língua, se a estrutura é gramatical ou agramatical, o que não ocorre com textos de outras épocas: diante de uma passagem obscura, o lingüista historiador da língua não pode simplesmente confiar na sua competência de falante e no seu discernimento:

---

<sup>78</sup> Até o século IX a língua portuguesa teve uma existência puramente oral (período **pré-literário**). A partir daí, começou a surgir a documentação escrita com várias finalidades pragmáticas, religiosas, artísticas (período do português **antigo**, até o reinado de D. João I e, daí até meados do século XVI, o português **médio**). As gramáticas servem como fontes primárias e secundárias, uma vez que descrevem um estado de língua, ao mesmo tempo que são um exemplo dele (Castro, 1991).

O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção (Castro, 1991:173).

No trabalho “Para uma história do português clássico”, apresentado durante o Congresso Internacional sobre o Português, realizado em Lisboa, o autor afirma que essa dificuldade se agrava se o período estudado for os séculos XVII, XVIII e XIX pois exige-se que o investigador vá

desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos (Castro, apud Lobo, 1998: 173).

Outro aspecto a considerar na seleção do *corpus* tem a ver com as dificuldades em controlar o grau de transparência do fenómeno analisado, quando representado pela escrita. Sabe-se que para o estudo das línguas, em geral, os diversos níveis de linguagem devem ser estudados e, por isso, todos os gêneros de texto interessam. Entretanto, para o historiador da língua, a maior dificuldade consiste em descrever a língua falada em épocas anteriores, já que dispõe apenas da modalidade escrita. Aguilar (1996) ressalta a contradição em que vive a Lingüística Histórica desde que se constituiu enquanto ciência: apesar considerar a mudança lingüística uma incorreção, uma dissidência, nascida de extratos mais “baixos” ou “incultos” da comunidade falante, busca a história dessas mudanças nos textos escritos, isto é, no suporte de transmissão da comunicação lingüística característico de setores cultos<sup>79</sup>, rejeitando as variantes pertencentes a camadas de pouco prestígio social. Além disso, na maior parte das culturas de língua escrita, os textos que têm se mantido pertencem à língua

---

79 Não se deve esquecer que durante muito tempo foi considerado “letrado” quem sabia ler e escrever.

literária. São textos fornecidos há mais de 2000 mil anos pela poética clássica e pela retórica como modelos estruturais para poesia, dramas e discursos jurídicos e políticos, apresentando uma língua cuidada, elaborada, mas, com maior frequência, uma língua conservadora, em que alterações ou mudanças demoram mais a ser aceitas. Tanto que, quando uma mudança chega a esse setor, costuma ser o de sua consagração definitiva. Isso pode acarretar, para muitos lingüistas, o risco de utilizarem a língua para outros objetivos, tais como a análise retórica, poética ou estilística, e não enquanto objeto de investigação lingüística propriamente dita.

Por outro lado, há a questão do gênero textual considerado adequado para a pesquisa histórica. Nesse sentido, Maia (1986), depois de ter analisado um extenso *corpus* de escrituras notariais produzidas na Galiza e no Norte de Portugal durante a Idade Média, afirma que, pelo fato de ser uma “linguagem” escrita e de ter um caráter bastante artificial, a língua desses documentos medievais nunca reflete fielmente a língua falada da época e da região a que se referem. Entretanto, eles deixam transparecer, de acordo com determinadas circunstâncias, que certos fatos da língua falada na época podem influenciar de modo mais ou menos acentuado a maneira como cada notário escreve. São decisivos para isso valores como a educação e o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que cada documento foi escrito. Sobre a possibilidade de se estudar a história social da língua falada de épocas passadas, Pessoa (2000: 85) considera que *é algo inteiramente possível, desde que se encontrem testemunhos e informações sobre o que se pensava a respeito dessa modalidade numa dada época.*

Também relacionado à constituição do *corpus* é o fato de a tradição da lingüística histórica frequentemente trabalhar o texto, geralmente o literário, com finalidades prescritivas. Isso faz com que muitos estudos sobre a história da língua portuguesa no Brasil, mesmo importantes, tragam uma visão fragmentada ou parcial dessa história. Em geral, busca-se apenas descrever aspectos gramaticais isolados, como, por exemplo, a evolução de determinadas estruturas lingüísticas, fonológicas, morfológicas ou sintáticas, consideradas independentemente do contexto e do texto. Além disso, muitos trabalhos descrevem a trajetória de determinadas formas através de um período da língua, dando primazia à *língua*

*exemplar*, utilizada na escrita, sem considerar as variações lingüísticas, diatópicas, diastráticas e diafásicas. Na seleção deste *corpus*, buscou-se transcrever cartas que pudessem revelar essas variações e os diferentes níveis de domínio da escrita. Veja-se, a seguir, a caracterização geral do *corpus*, do contexto de produção e algumas dificuldades encontradas na leitura e interpretação dos textos que o constituem.

## **5.2 Descrição do *corpus***

O *corpus* utilizado para este trabalho é constituído de 203 cartas oficiais de caráter administrativo, escritas nos séculos XVIII e XIX. Foram selecionados documentos preservados no Arquivo Histórico da Paraíba, que se localiza no Espaço Cultural, em João Pessoa. O acervo do Arquivo Histórico compreende um amplo e diversificado conjunto de textos dos períodos colonial e imperial brasileiros — além de outros mais recentes relacionados ao governo da Paraíba — e de jornais antigos. Os manuscritos estão catalogados em ordem cronológica e arquivados em caixas numeradas, na seguinte seqüência:

- a) caixas de 1 a 5 - documentos coloniais – de 1774 a 1822;
- b) caixas de 6 a 68 - documentos imperiais – de 1823 a 1888;
- c) caixas de 01 a 38 documentos republicanos – de 1889 a 1950.

Entre os documentos reunidos no Arquivo Histórico encontram-se requerimentos, cartas, listas, pareceres, certificados de patente, relação de presos, listas de nomes e donativos, atas de reunião, notificações, atestados, mensagens do Príncipe Regente, listas de escravos libertados, Fundo de Emancipação de vários municípios. Os mais antigos têm cópia modernizadora nos aspectos gráficos, manuscrita e/ou datilografada, e resumo. Os manuscritos selecionados para análise pertencem às caixas de 01 a 68, iniciando com o ano de 1774. Foi feito um levantamento preliminar dos textos, com consultas que tinham o objetivo de verificar o gênero de texto existente em cada caixa, a facilidade ou dificuldade de leitura que poderiam oferecer e uma visão prévia dos fenômenos que poderiam ser encontrados.

Para a análise dos textos, buscou-se fazer transcrições de forma conservadora. Mantiveram-se as variantes fonológicas, morfológicas e sintáticas, e também não se promoveu nenhuma alteração na pontuação, acentuação gráfica e fronteiras das palavras.<sup>80</sup> Os trechos em que aparecem ocorrências mais freqüentes ou que a nosso ver merecem destaque na análise, serão transcritos para este volume. Nesses casos, a seqüência não é a mesma do manuscrito: faz-se alteração na linha, marcando-se a mudança de linha através de uma barra inclinada [/]. A numeração das cartas no *corpus* é feita por ordem cronológica, começando pela mais antiga, de 1774, que é a número 1 (C 1) até a mais recente, de 1874.

Como se poderia esperar, há documentos danificados pela ação do tempo, apresentando manchas, pequenos orifícios e danos nas partes superiores e inferiores, o que, em muitos casos, gerou dificuldade na leitura; outros encontram-se relativamente bem conservados e é possível estudá-los sem grandes dificuldades. Muitos manuscritos foram escritos em papel almaço, de cor amarelada pelo tempo, ou de um azul esverdeado, com tinta em tons de marrom, decorrente, possivelmente da descoloração da tinta preta. São escritos quase em coluna, que ocupa do centro para a esquerda do papel.

Do ponto de vista cronológico, enquadram-se na fase que as gramáticas e manuais de história da língua classificam de português moderno (Cuesta e Luz, 1983; Cardoso e Cunha, 1978), mas apresentam grande variedade no tocante ao domínio das regras da escrita por parte de seus autores aproximando-se, em alguns aspectos, de fases anteriores da língua. Por exemplo, a grafia da palavra *pessoa*, ainda nasalizada (latim: *persona*>*pessõa*>*pessoa*), e o emprego de *mapa* no feminino, como ocorria até o século XVI:

(8) *seram' escrip-/tas todas as Pessõas, que pelas Leis dS.Mag<sup>e</sup> saõ obrigadas (C 13)*

(9) *Logo que /Souberemque alguma PeSsõa desembarcou ofaça iprender e (C 19)*

(10) *remeto a Mappa geral dafora [...]que demais se paçaõ das na Mappa (C 201)*

---

<sup>80</sup> Os critérios de transcrição estão listados no volume II.

É possível verificar, num mesmo documento, características que vão das normas cultas, ou *exemplar*, a variantes de menor prestígio. Em certas passagens, os autores fazem uso de variantes fonéticas, morfossintáticas e léxicas que normalmente não se empregam em textos mais formais. Trata-se de desvios da norma constitutiva da língua escrita culta e considera-se que muitas dessas marcas, freqüentes na oralidade, permitiriam vislumbrar parcialmente o português brasileiro que, a partir destes séculos, passa a ser registrado em textos escritos. Dessa forma, na análise, serão focalizadas, inicialmente, características gerais das cartas coloniais e, em seguida, as que se distanciam da norma escrita culta e aproximando-se do falado concepcional.

Muitos textos selecionados neste trabalho são escritos por profissionais da escrita, que apresentam em maior ou menor grau o conhecimento das normas da escrita. Outros não demonstram tanta familiaridade com o texto escrito, deixando transparecer um grau menor de escolaridade. Essa heterogeneidade na seleção dos autores foi intencional, pois é propósito deste estudo constituir um *corpus* que possibilite detectar possíveis variações lingüísticas decorrentes tanto dos níveis de letramento, de influências regionais, quanto da posição social<sup>81</sup>. Para tanto, é importante que se discutam o contexto em que foram produzidas.

---

<sup>81</sup> No início da pesquisa, esperava-se encontrar apenas textos com alto grau de formalidade, utilizando a linguagem de distância, de acordo com o modelo trazido da corte, da aristocracia portuguesa, visto serem de autoridades. Entretanto, nem todas as autoridades eram letradas. Para exemplificar, transcreve-se na íntegra, uma passagem de Oliveira Lima, citada em nota de rodapé por Silva Neto (1977: 79): *devo notar que a grosseira e solecística linguagem de D. Pedro I, aqui chegado, em 1808, nada tem que ver com o ambiente brasileiro, em si. É que Sua Alteza, sobre não ter estudos sérios, privava com a ralé colonial. É bem conhecido o caso de seu confidente, o Chalaça. Eram tantas as barbaridades da fala real que, em 1824, assim o admoestava o pai: “Quando escreveres, lembra-te que és um Príncipe e que os teus escritos são vistos por todo o mundo e debes ter cautela não só no que dizes mas também no modo de te explicares.*

### 5.3 O contexto de produção das cartas

Partindo das palavras de Coseriu (1979: 236) que “*explicar*” uma obra significa, antes de mais nada, reconstruir seus entornos<sup>82</sup>, como ponto de partida para uma análise das cartas deste *corpus*, importa apresentar, mesmo que de maneira sucinta, o contexto em que foram produzidas e as relações sociais, o produtor do texto e o produto, que é o próprio texto.

Barbosa (2002) destaca a importância de se estudar o contexto de produção de fontes escritas para o estudo da história da língua portuguesa. Em seu artigo sobre *O contexto dos textos coloniais*, lembra que para investigar o contexto de produção dos textos, a pesquisa lingüística contemporânea tem se confrontado com diversas categorias de classificação: sexo, faixa etária, grau de escolaridade e região, além de tipologias gerais de textos escritos, assumidas, segundo ele, sem muito ponderar, a partir das funções e situações de escritura. E exemplifica: um texto é considerado *jornalístico*, por exemplo, quando é escrito com a “função” de informar leitores; se é escrito em disputa judicial, para o embate entre empresas, a “situação” pressupõe um texto mais *formal*. Mas, alerta o autor, com relação à investigação lingüística voltada para o passado, as *funções, situações e categorias classificatórias* utilizadas *devem passar pelo crivo de uma diferente “littera”* (2002:423-4)<sup>83</sup>.

O autor lembra que existem diferenças de situação a serem controladas, como por exemplo, o diferente peso social da palavra escrita e o valor do homem que a domina em uma comunidade de analfabetos e em outra com a maioria de seus membros habilitados a ler e a escrever. Por outro lado, há outros fatores a considerar, como o fato de, dependendo da época e do lugar, um texto pode ter sido escrito por um *escrevedor* oficial e assinado por uma mulher, e assim por diante. Por conta dessas diferenças de situação, propõe que se busquem recortes com categorias tornadas mais objetivas por estarem baseadas em critérios

---

<sup>82</sup> Coseriu (1979) comenta que isso implica reconhecer o caráter propriamente lingüístico do comentário “filológico”, que em grande parte consiste em revelar os entornos em que o texto estudado adquire seu pleno sentido.

<sup>83</sup> Segundo o autor, a relação entre a Sociedade e a Escrita era diferente da relação que se tem hoje.



da época em foco, e não nos atuais, focalizando-se o texto por três vias: o contexto de produção, o produtor do texto e o produto, que é o próprio texto.

Com relação ao contexto de produção, interessa descobrir e descrever as relações sociais que cercam o ato de escrever no período em foco, buscando ajuda em outros campos, como a Historiografia. No que concerne ao produtor do texto, com a contribuição dos estudos filológicos e paleográficos, é possível controlar, desde a autenticidade do material até o domínio das técnicas de escrever dos autores. Com relação ao produto, deve-se analisar um mesmo fenômeno lingüístico, em diferentes *corpora* de materiais escritos de uma mesma época: *é preciso selecionar e controlar entre os tipos de textos coloniais os fenômenos lingüísticos relevantes para as questões da história da língua portuguesa* (Barbosa, 2002: 425).

No tocante aos locais de onde vieram, conforme já se falou anteriormente, há cartas oriundas de diferentes lugares, não só de vilas e termos da Paraíba, como também de outros estados brasileiros, como Pernambuco, Ceará, do Rio de Janeiro, embora desses últimos lugares, haja poucas cartas. Comparam-se essas cartas com as provenientes das vilas paraibanas, a fim de apresentar as características gerais das cartas oficiais de caráter administrativo, no período colonial e imperial.

Além das informações indiretas, por meio de historiadores, é possível encontrar informações sobre pessoas e lugares nas próprias cartas, como na seguinte, escrita em 1822:

*(11) Esta Villa, eseu contorno não/ só as apresenta uma numeroza mocidade para/asprimeiras letras, como até para Gramatica/Latina, por que oReverendissimo Parocho des-/ta Freguezia Virginio Rodrigues Campello,/quando aqui chegou daprimeira vêz con-/tava quazi trinta alunos, que ensinava/gratuitam<sup>te</sup> ; sendo entãõ apopulaçãõ muito/menor; ealem disto como esta Villa é oponto /central do Sertaõ do Cariri nehum outro/lugar é taõ adequado para esse estabeli-/cimento (C 69)*

As relações burocráticas e administrativas na colônia, por outro lado, assemelhavam-se aos modelos da metrópole, com os cargos públicos sendo bastante valorizados. Do mesmo

modo, os textos eram semelhantes aos da metrópole. Mas, segundo Mariz (1980: 62), nem sempre é fácil discriminar a hierarquia e as atribuições, confusas e às vezes misturadas dos funcionários da colônia, pois a organização nunca foi enquadrada em leis e regulamentos gerais e a documentação da época às vezes menos aclara que escurece .

No tocante à época, conforme já foi dito, os primeiros textos foram produzidos num período, do ponto de vista econômico, em que a população da Paraíba vivia em extrema pobreza, tanto pelas calamidades quanto pela falta de assistência em todos os sentidos. A instrução, no geral, estava direcionada à camada dirigente, composta da pequena nobreza e seus descendentes, e deveria servir aos interesses metropolitanos, de acordo com o modelo político de colonização adotado. Até o período final do século XVIII, havia poucos textos impressos já que, conforme referência anterior, só a partir da vinda de D. João VI, no início do século XIX, foi permitida a criação de tipografias e começam a surgir os primeiros jornais. Nesse sentido, há uma observação a fazer: na documentação preservada no Arquivo Histórico, com relação à correspondência oficial, o primeiro ofício impresso é datado de 1827, transcrito sob o nº C 128. Os demais são manuscritos:

#### Quadro 6 – Modelo de ofício impresso

Carta nº 128
NA CONFORMIDADE DAS ORDENS EXPEDIDAS A ESTA CHANCELARIA MÓR DA CORTE, E IMPERIO DO BRASIL, REMETTO A V. EX <sup>A</sup> O <u>DIPLOMA INCLUSO</u> , QUE TEM SIDO PUBLICADO ATÉ A DATA DESTE OFFICIO, PARA A SECRETARIA DESTE GOVERNO, <u>E DA JUNTA DA FAZENDA</u> .
DEOS GUARDA A V. EX <sup>A</sup> , RIO DE JANEIRO <u>12</u> DE <u>04</u> DE 18 <u>  </u> ( <u>1827</u> ANNO DO IMPERIO DO BRASIL )
_____ SENHOR _____ _____
PEDRO MACHADO DE MIRANDA MALHEIROS
CUMPRA-SE E REG. PAR DATA

Do ponto de vista dos acontecimentos sociais e políticos vividos pela Paraíba no período abrangido por este trabalho, partiu-se de uma época de subordinação, passando por outro, inserido em uma conjuntura de acontecimentos marcantes para a Colônia (vinda da família real, Independência política, 1º Reinado, regência, e 2º Reinado), em que a Paraíba tentava reconstruir-se. Durante todo esse tempo, ocorreram mudanças na administração pública e nas relações burocráticas refletidas nas cartas.

Os produtores dos textos, todos do sexo masculino, pertencem às mais diversas classes sociais e estão diretamente relacionadas com a administração das capitanias e das vilas. Têm grau de instrução variado. Entre os autores, há pessoas letradas e influentes, que exerceram cargos públicos de destaque, ligados à política brasileira ou portadores de títulos de nobreza: governador, ministro, cônsul, marquês. Há também outros que desempenharam as mais diversas profissões e cargos, ligados à vida militar ou civil: sargento, tenente, major, capitão, juiz, ouvidor, inspetor, vigário, delegado, agricultor, capitão-mor, comandante de polícia. E há ainda os que não fazem referência a qualquer cargo público, profissão ou atividade que desempenharam. Em certas ocasiões, a autoria é facilmente identificada, por se tratar de autoridade bastante conhecida e por serem de um mesmo remetente, como no caso já citado de José César de Menezes. Em outras, porém, não foi possível identificar o remetente nem a função que ocupava. No *corpus*, encontram-se cartas *halógrafas*, escritas e assinadas pela mesma pessoa, e *autógrafas*, em que uma pessoa escreve e outra assina. A identificação dos autores das cartas é ainda dificultada por serem muitas cartas apenas rubricadas ou trazerem o nome de forma abreviada.

A busca de informações a respeito dos remetentes e dos destinatários das cartas é uma etapa relevante, quando se pretende trabalhar com a história social da língua, mas bastante difícil e demorada de se executar, principalmente se o autor da carta é desconhecido. Também não é fácil conhecer algo mais que o nome, ou, no máximo, o cargo dessas pessoas: muitas vezes implica uma longa peregrinação em bibliotecas, cartórios, igrejas ou onde quer que seja possível obter informações, resultando muitas vezes em uma busca inútil. Com relação à escolaridade, Barbosa (2002), ressaltando o trabalho de Marquilhas (1996) sobre o assunto, considera o dado paleográfico como o mais objetivo para lidar com

o mundo colonial, uma vez que, embora atualmente a habilidade com a escrita vincule escolaridade e nível sociocultural, não é fácil saber se um membro da elite numa época passada era também hábil com a escrita.

Entretanto, o modo como cada produtor escreve se revela nas características textuais, em diferentes proporções e de acordo com influências diferentes. Castro (1991) considera alguns fatores decisivos para as características dos textos, entre eles, a educação do escriba que transcreve os textos. Muitas vezes, o que se considera “erro” do autor revela uma forma mais próxima da oralidade, mais inovadora, se for levado em conta que muitas das formas são consideradas características do português brasileiro, principalmente com relação à fonética. Outro fator determinante é a influência de modelos, tanto no aspecto lingüístico (a variedade lingüística, onde o produtor aprendeu a escrever e os hábitos gráficos), quanto nas tradições discursivas em que se inspira para escrever ou copiar. Por esse motivo, é importante que se obtenham informações sobre esses autores e sobre as circunstâncias históricas em que o texto foi escrito.

Um aspecto interessante verificado na análise das cartas, que é, em muitos casos, diante de determinadas circunstâncias, repete-se um mesmo ponto de vista, um mesmo discurso, de acordo com o pensamento predominante. Para exemplificar, vejamos as cartas seguintes, todas respondendo a um pedido de informações sobre os índios, percebe-se que os autores repetem sempre a mesma opinião, parecendo que os textos foram escritos pela mesma pessoa: os índios são descritos como pessoas indolentes, preguiçosas, ociosas, rebeldes, dadas ao roubo e à bebedeiras e por isso devem ser tratados com rigor. Na primeira delas, (C 121), de 1826, o locutor, informando sobre a *indule, Custumes, enclinaçõs dos Indios destas duas Villas do Conde, e Alhandra*, enfatiza a necessidade de serem *governados com hum jugo pezado q os obrigue atrabalhar*. Quem assina a carta é Feliz Correia de Souza, comandante das vilas citadas, que se apresenta como responsável pela informação *Conforme omeo pensar*. No entanto, por trás da opinião do locutor, vê-se o discurso do colonizador branco, que considera sua cultura superior à do gentio, cabendo ao índio ser subserviente, disciplinado, obediente à “civilização”.

(12) *Estes Indios/teriaõ melhor comportam<sup>lo</sup> se viveçem de baxo/dedesiplina deoutra Naçaõ aq<sup>m</sup> elles temesem. Governados/p. outro Indio seo semelhante nunca já mais poderaõ –/ter melhoram<sup>lo</sup>; p. q. q<sup>m</sup> vio hum vio todos, aconduta de/hum hé detodos, dom<sup>mo</sup> modo aOsiozidade; apreguiça emais/inclinaçõs, etudo q<sup>lo</sup> fazem eObraõ hé pegado às ramas /do seo gentilismo (C 121)*

O mesmo pensamento encontra-se na carta seguinte, assinada pelo vigário da vila do Conde Antônio Pereira Bahia, no mesmo ano de 1826:

(13) *Estes –/Indios naõ querem sivilizaçã p. mais exforços que se façaõ, p. que/sempre procuraõ os preñçipios dos seos Gintilismo, ep. q. o preñçipio/da sivilizaçã hé otimor, obediencia, e fidilia<sup>de</sup> nehuma destas ver-/tudes elles querem adotar; ep. isso nunca já mais se sivilizaraõ. (C 120)*

Na carta 122, enviada de Alhandra, o também vigário Braz de Mello Moniz expressa sua opinião, como ele mesmo ressalta *esegundo aomeo pençar*, mas permanece o mesmo pensamento de que devem ser dirigidos com rigor, para que possam se tornar “civilizados”, isto é, obedientes ao branco.

(14) *esegundo aomeo pençar deveraõ ser/regidos por pessoa dediferente qualidade, ederigidos por/hum Director deprobidade, que more dentro da Villa,/e naõ como oq.~ existe, que he só Director no nõme: oCus-/tume einclinação dos Indios he o ossio, eavadiaçã po-/is q.~ em nada seocupaõ; p.<sup>m</sup> sempre seinclinaõ mais aar-/te do Mar; em quanto naõ ter aproveitado as despesas que/tem feito o Thesouro Publico nesta Villa p.<sup>a</sup> sevilizar/aos Indios della he a cauza deserem os Professores indol-/lentes, enaõ cumprirem com oseo dever, enem o Regen/te, e Director obrigare, q.~ os Indios exercitem a Escolha (C 122)*

As cartas dirigem-se a diferentes autoridades, civil ou militar, de várias hierarquias: a governadores (posteriormente designado presidente da província), às Juntas Governativas<sup>84</sup>, a comandantes. As cartas do século XVIII são todas de um só autor: fazem parte de uma correspondência entre o Governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes e o da Paraíba, o capitão-mor Jerônimo José de Melo e Castro. No caso dos dois governadores, o *receptor*<sup>85</sup> chega a manter uma correspondência com o *produtor* do texto, caracterizando-se como seu *interlocutor* (Bronckart, 1999). É o que se percebe na carta seguinte, de 1774, em que José César de Menezes claramente refere-se a informações prestadas e responde a perguntas feitas por Jerônimo José, em correspondência anteriormente recebida:

(15) *Tenho recebido de V. S. tres cartas( ...) emq V S<sup>a</sup> mefala, dizendo não desceria dos Sertoens, desceo(...)a necessidade de Bandeira q/V. S<sup>a</sup> me reprezentou haver na Fortaleza de Cabedelo, ... (C 4)*

As cartas deste *corpus* estão inseridas numa situação de formalismo, de controle social e de uso da linguagem relacionada ao poder<sup>86</sup>. O que se espera das pessoas que exercem os cargos públicos é que elas pensem no interesse público, no interesse do rei, como recomenda o governador José César de Menezes, em 1774 e em 1778, respectivamente:

---

<sup>84</sup> A Paraíba foi governada por várias juntas governativas. Após a morte de alguns governadores, constituíram-se triunviratos para substituí-los (Jerônimo José de Melo e Castro, em 1798 e Antônio Caetano Pereira, em 1815). Em 1817, uma junta revolucionária composta de 4 membros assumiu o poder, durante pouco menos de dois meses. Em outubro de 1821 foi criada uma junta governativa composta de 7 membros, para dirigir a Paraíba, com a presença de senados das câmaras de várias vilas. Essa junta manifestou fidelidade a D. Pedro e se pronunciou pela autonomia e o regime constitucional. Houve ainda uma junta (5 membros) que governou de fevereiro de 1822 a fevereiro de 1823 e outra (7 membros) desta data até abril de 1824 (Leal, s/d; Silveira, 1999). Nesses casos, as cartas são destinadas à junta, e não a uma pessoa em particular.

<sup>85</sup> Receptor, na terminologia de Bronckart (1999) designa a pessoa que pode receber concretamente o texto

<sup>86</sup> Esse nível relaciona-se ao lugar social, ou seja, ao quadro de formação social, instituição e ao modo de interação em que o texto é produzido (Bronckart, 1999:94).

- (16) *com todas aquellas providencias /q. julgar mais convenientes a conseguir-se hum fim detan/to interesse para obem publico, que sempre devemSer hum dos= /principais objectos detodos os que tem ahonra de servir a/ S Mag<sup>e</sup> eprincipalmente deV. S.<sup>a</sup>, q' neste emprego se/tem feito distinto com taõ gloriosos creditos. (C 6)*
- (17) *dou aV.S<sup>a</sup> o bem merecido louvor de zello, comque promove/os intereSses da Real Fazenda, em Cuja Contemplaçaõ, eàos justos repa=/ros, que V.S<sup>a</sup> jaz nadita Sua carta, darei pela Junta da mesma (C 30)*

As relações sociais são marcadas pelas conveniências e a linguagem, principalmente a língua escrita, é utilizada como reguladora das relações de trabalho: há uma série de restrições que se refletem na padronização dos textos e na formalidade no uso da língua, como se pode verificar pela preocupação com a adequação e correção das nominatas solicitadas revelada nesta passagem da carta C 46, de 1800, assinada pelos membros da Câmara de São João:

- (18) *remetemos aV.S. as Nominatas/dos Portos das Ordenanças desta Vila q/V.S nos mandou fazer m<sup>lo</sup> nos regozija/remos q'vaõ ao agrado de V.S. aq<sup>m</sup> roge/mos queira relevar os erros q'nelas /emcontrar.(C 46)*

Nas cartas da segunda metade do século XVIII, enviadas pelo governador de Pernambuco ao governador da Paraíba, é possível perceber as relações de poder, através da assimetria, decorrente da posição de maior prestígio, de superioridade do enunciador<sup>87</sup>, mesmo ele se dirigindo a um outro que ocupa um cargo semelhante e, teoricamente se encontre em posição de igualdade. Essa posição de superioridade se explica pelas circunstâncias históricas, pela subordinação política, econômica e administrativa da Paraíba com relação a Pernambuco. Mesmo com a heterogeneidade de propósitos comunicativos, nessas predominam as ordens, os mandados: dificilmente o governador se expressa em tom de

---

<sup>87</sup> Com relação à posição social do emissor, ou com o papel que desempenha na interação em curso, Bronckart (1999) distingue *emissor* e *receptor* (produz ou recebe em texto) do de *enunciador* e *destinatário* (papel social assumido pelo emissor e pelo receptor).

solicitação, em igualdade, mesmo quando utiliza expressões de cortesia. Nesses casos, em que o locutor responsável pelo discurso está numa posição hierarquicamente superior ao interlocutor, predominam verbos que denotam *ordem*, *mandado*, como se percebe na passagem abaixo:

(19) *V.S.<sup>a</sup>. respeitando esta Real Determinação/aplicará todo o esforço em executala na parte, que lhe/ordeno, concorrendo com todo o auxilio preciso para a/pronta conducção, e embarque das ditas Madeiras (C 26)*

Na passagem seguinte, José César de Menezes, embora se dirija a outro governador, está claramente dando uma ordem, exigindo brevidade no atendimento dessa ordem, como denotam os verbos *ordenar* (C 2) e *advertir* (C 38), por exemplo. O mesmo acontece em outras cartas, em que ele exige zelo do destinatário, como a seguir, em que o tom de advertência é explícito:

(20) ***Ordено*** a V. S.<sup>a</sup> q' no seu destrito faça tirar, eme remeta com-a may/or brevidade humalista de todos os nossos Solteiros,... (C 2)

(21) ***Advirto*** mais a V. S.<sup>a</sup> q. de nenhuma forma consinta q' nos corpos Aux.<sup>es</sup>. Sirvaõ ese assente praça senão ahomens cazados, e Filhos Unicos de Viuva, (C 38)

Nos casos em que o remetente deve obediência ao destinatário, a relação transparece não só na escolha da linguagem adequada, mas ainda se percebe que o relato dos acontecimentos ganha um outro aspecto, os fatos são contados de acordo com o desejo do principal interessado. Aparecem então passagens formais, segmentos pouco espontâneos, cheios de frases feitas, como as que seguem:

(22) ***Estimo muito ter esta/ocasião de poder fazer este pequeno Serviço a V. Ex.<sup>cia</sup> e /desejo muito dever a V. Ex.<sup>ca</sup> o obsequio de me dizer se com effeito o dito Desertor chegou a essa cidade. (C 64)***



- (23) *praticados, desgraçadamente não /pude por em execução huãs Ordens taõ providentes,/e que tanto concorriaõ para a boa ordem, esucego pu-/blico deste lugar, porque tendo estado bastantemente/enfermo o Escrivaõ proprietario (C 78)*
- (24) *Tendo m<sup>to</sup> prazer em prestar os meus quasi/enuteis serviços à Nação, apesar de passar p<sup>ca</sup>/encommodo de estar fora do seio da m<sup>a</sup>/fam<sup>a</sup>, (C 89)*

Em passagens como essas, mesmo tendo-se em conta a subjetividade do autor (marcas de 1ª pessoa, assinatura), percebe-se que essa subjetividade, embora transpareça, é amenizada em virtude do cargo exercido, razão pela qual os interesses devem coincidir com os dos superiores.

- (25) *...eamesma arecadação da Real/ Fazenda, que tem os ultimos tempos mudaraõ, emteiramente / demodo mefirmaõ na rezulução quetomei: o que sertamente / não FaSso com outro experito, senaõ com ó deservir bem / a Sua Majestade.(C 12)*

Muitas cartas trazem claramente a importância de exercerem determinados cargos e como isso deve ser valorizado pelos subordinados, que devem demonstrar gratidão pela escolha, através de um comportamento “adequado”.

- (26) *conheço agrande honra comq V. S<sup>a</sup> Se distingue no Real /Serviço, oq não sucede a mayor parte dos Capitaens Mores/desta Cap, pois tenho achado muytos sem honra, esem verda/de por me terem remetido muytos mulatos, eNegros de/Carapinha fechada, Só afim de poderem servir osSeus afi/lhados, esquecendo-se do principal objeto de humhome e q/tem ahonra de ocupar o posto de capitão Mor. (C 9)*

Pelo que se verificou, os produtores dos textos tentam influenciar o comportamento dos destinatários, buscando, em uns casos, a obediência às ordens expedidas e, em outros, a manutenção das boas relações interpessoais. Diferentemente do que ocorre nas cartas pessoais, em que há uma preocupação com a *proximidade, afetividade e envolvimento*, as cartas oficiais, em geral, priorizam a *informatividade* e utilizam estratégias argumentativas

baseadas em elementos que legitimam certos *atos de fala expressivos e diretivos* usados para influenciar seus interlocutores (Koch, 2000; Silveira, 2002). Feitas essas considerações, passa-se à apresentação e caracterização geral dos manuscritos em circulação no período colonial e imperial brasileiro

#### **5.4 Tipologia de manuscritos brasileiros na Colônia e Império**

Faz-se aqui a apresentação dos gêneros encontrados no levantamento do *corpus*. Trata-se de uma tipologia para orientar a leitura e a apontar a diversidade textual encontrada. Barbosa (2002) distingue duas categorias gerais de textos manuscritos que circulavam no Brasil colonial: os da *administração pública* e os da *administração privada*. Nos documentos da administração pública distinguem-se os de *caráter deliberativo oficial* e os de *requerimento pessoal* junto à estrutura do poder. Nesse último caso é necessário que pelo menos um dos interessados esteja na condição de pessoa jurídica ou na de representação oficial de Estado. Com relação aos textos da administração privada, encontram-se os de instituições não governamentais, religiosos, monocultores das grandes fazendas, comerciantes em geral, extrativistas, pecuaristas etc. A denominação abrange os documentos trocados entre instituições não governamentais e ou entre particulares quando um deles, ou os dois estavam em condição de pessoa jurídica ou de representação individual. Tanto os da burocracia oficial quanto os da privada trabalhavam com poucas cópias de cada documento. A essas duas categorias somam-se, além dos textos literários, os de caráter pessoal, como as missivas familiares.

Quadro 7 - Textos coloniais em circulação no período colonial

<b>Administração pública</b>	<b>Administração privada</b>	<b>Textos particulares</b>
Requerimentos	Relatórios de finanças	
Representações	Mapas de produção (de fazendas agrícolas, de pecuária e do extrativismo)	Missivas (entre familiares, entre amigos, por interesses afetivos)
Ofícios		Diários
Alvarás		Etc.
Cartas (de lei, régias, etc)	Mapas de compra e venda	
Devassas	Cartas de comércio	
Relações de viagens	Missivas de controle interno do clero regular	
Testamento		
Certidões	Deliberações capitulares	
Etc.	Etc.	

Extraído de Barbosa (2002:427)

Tanto no aspecto paleográfico quanto no diplomático, esses manuscritos<sup>88</sup> apresentam influência tipicamente ibérica. Para isso contribuiu o fato de a escrita latina ter sido introduzida no Brasil pelos portugueses numa época em que, com a difusão da imprensa, decaía consideravelmente a produção manuscrita do livro, generalizando o uso da letra cursiva para a redação de documentos.

Acioli (1994) informa que até 1808, os documentos relacionados com questões oriundas do Brasil e que ultrapassavam a competência do governador geral ou vice-rei eram enviados ao Conselho Ultramarino. Muitos deles dirigiam-se ao rei através de requerimentos ou cartas. Os documentos régios, por sua vez, eram em forma de cartas, alvarás, concessões de mercês, provisões, ordens, tratados ou regimentos. Além desses, são também importantes historicamente outros documentos, como os registros das câmaras municipais, das igrejas e dos cartórios.

---

<sup>88</sup> Os manuscrito que envolvem questões relativas ao Brasil, mesmo oriundos de Portugal, são considerados brasileiros os manuscritos: cartas da colônia, documentos régios ou consultas do Conselho Ultramarino (Acioli, 1994).

Martinheira (1997)<sup>89</sup> apresenta uma tipologia de documentos produzidos pela Administração Central no Antigo Regime<sup>90</sup>, mostrando que cada época apresentava um certo estilo burocrático, fazendo com que as mesmas tipologias se alterassem na forma, fossem extintas ou sofressem adaptações. A natureza das diversas tipologias podia variar em decorrência de diversos fatores: da autoridade que expedia o documento, de quem fazia cumprir, a quem competia executar e ainda em decorrência das *circunstâncias do exercício, estruturação e divisão ou concentração dos poderes legislativo, executivo e judicial, e ainda consoante os regimes políticos* (Martinheira, 1997:11). É o caso de determinados formulários de Leis, alvarás, Provisões e outros papéis diplomáticos expedidos pelas Secretarias de Estado e Tribunais, regulados pelo Decreto Provisório das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa de 08 de Julho de 1821.

Entre os documentos enviados exclusivamente pelo rei, além da *carta de lei (lei, carta)* estavam o *alvará, alvará de lei (com força de lei, em forma de lei), provisão, provisões régias, regimento, estatuto, carta régia, decreto, resolução, carta patente*. Alguns desses documentos foram encontrados entre os textos selecionados, como a seguir, a *carta de lei*, um diploma legislativo que vigora perpetuamente, até revogação:

---

<sup>89</sup> Do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. O autor colaborou com o Projeto Resgate, na revisão dos textos do *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*.

<sup>90</sup> Principais órgãos da Administração do Antigo Regime: a Casa da Suplicação, o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Mesa da Consciência e Ordens, entre outros.

Quadro 8 – Documentos Administrativos – Carta, Carta de lei

	Carta, carta de lei, lei	Carta 117
1	<b>Intitulação:</b> nome (próprio) do soberano: podem por exceção conter a titulação do alvará. <i>Dom João por Graça de Deus, Eu El-Rei</i>	1826 junho 10  (1) <b>Dom Pedro pela Graça do Deos, e Unanime Aclamação dos Povos</b> , Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil. (2) <b>Faço saber</b> avós Presidente da Provincia da Parahiba do Norte: (3) Que sendo elle presente as duvidas que tem ocorrido na Chancellaria Mor do Imperio, sobre a exacta arrecadação dos Novos Direitos, que são devidos a Fazenda -Naional, pelas Mercês, de todos os officios de Justiça, e Fazenda (4) <b>Hey por bem</b> novamente <b>Ordenar</b> =vos, que com urgencia e responsabilidade, incumbais aos respectivos Ouvidores das Commarcas deSsa Provincia, procedaõ á novas Lotaçoens Expecificas de todos os officios de Justiça, e Fazenda, das suas Commarcas, cuja execuçaõ zelaraõ como lhes hé propria Epara remover as delongas, que a este respeito poSsaõ haver, Outro sim os mesmos Ouvidores encarregaraõ aos Juizes de Cada huma das Villas, a factura das competentes Lotaçoens, servindo de Escrivaõ odas Cameras, e insinuando ellas a forma de Proceder, e principalmente aos Juizes que não forem Letrados, cujos ProceSsos vos seraõ remetidos em tempo; a fim de serem por vós enviados ao Conselho da Fazenda, com a brevidade poSsivel, como cumpre a bem do Serviço. (5) <b>O Imperador o Mandou pelos Ministros</b> abaixo assignados do SeuConselho, e da Fazenda Victorianno Marques de Freitas afez, (6) <b>no Rio de Janeiro</b> , em dez de Junho de mil e oito centos e vinte e seis, Quinto da Independencia e do Imperio. Joao (ilegivel) de Mello e e B. Lacerda (ilegivel) afez escrevente).
2	<b>Notificação: Faço saber</b>	
3	<b>Narrativa ou exposição:</b> Motivo que deu origem ao ato	
4	<b>Dispositivo: Hey por bem; Pelo que mando</b> <i>Sou servido ordenar</i>	
5	<b>Cláusulas finais:</b> - <b>cominatórias</b> - <b>garantia</b> - <b>renúncia</b> - <b>corroboração</b> autenticação e validação  sanções; obrigações; direitos; que passem pela chancelaria, ou declarem que valham como se passassem	
6	<b>Protocolo final: Local, Data; Subscrição</b>	
7	<b>Assinatura</b> com seu título precedido de artigo <i>O Rei, a Rainha, o Príncipe</i> , com guarda	
8	<b>Referendo ou assinatura ou levar vista</b> Pelo Secretário de Estado se se expedir pela Secretaria de Estado, ou pelo Presidente do Tribunal ou Conselho, se a expedição é do Tribunal é pelo Tribunal ou Conselho.	Francisco Baptista Roiz Jose Fortunato de Br <sup>to</sup> Abreu Sousa Mendes
9	<b>Subscrição ou sumário:</b> Da matéria da providência, sem a qual é declarada sem nenhum efeito.	
10	<b>Assinatura:</b> Pelos Conselheiros quando não há Presidente do Tribunal	Por Dest <sup>ro</sup> do Cons <sup>o</sup> da Faz <sup>da</sup> de 5 de Julho de 1826%  (10)Cumpra-se eregiste-se Paraíba 27 de Julho de 1826 Alex <sup>e</sup> Fran <sup>co</sup> de Seixas Maxado Reg <sup>da</sup> à f 186 do Livro 2 <sup>o</sup> de Avisos Imperiaes Antonio Jose Henriques

Adaptado de MARTINHEIRA (1997)

As Cartas Régias são expedidas pelo rei e autorizadas com a sua assinatura, pelo que são também declaração da sua vontade. Costumam ser expedidas com um Aviso, em que se fecham. Apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 9 – Documentos Administrativos: Carta régia

	Carta régia	Carta 104
1	<p><b>Endereço, Intitulação e saudação:</b></p> <p><i>Fulano, Eu El-Rei vos envio muito saudar</i></p> <p><i>Fulano, amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar</i></p>	<p>1823 – Novembro 25</p> <p>Presidente e Membros do Governo Provisorio da Provincia da Parahyba. Amigos. (1) <b>Eu o Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil</b>, vos Envio muito saudar, Tendo consideração aos distinctos merecimentos, patriotismo, adhesão á Sagrada Causa deste Imperio, e mais qualidades recomendaveis que concorrem na pessoa de Felipe Neri Ferreira (2;3) <b>Houve por bem Nomear-lo</b> Prezidente de Ssa Provincia, em virtude da Carta de Ley de vinte de Outubro do presente anno, como vos constará da Carta Imperial, que lhe Mandei passar na data desta. Encomendo-vos portanto, que na forma costumada lhe deis posse de Sse Governo, que exercitades, com as ceremonias, que em semelhantes actos se pratica, do que se fará as sentos, que será por vós assignado, e lhe dareis as noticias, que julgardes convenientes ao Serviço Nacional. O Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Novembro de mil oito centos e vinte tres, segundo da Independencia do Imperio</p>
2	<p><b>Narrativa:</b> (motivo que justifica a carta)</p> <p>Pedido ao rei ou sua vontade direta</p>	<p>(4) <b>Imperador</b></p> <p>Joaõ Severiano Maciel da Costa</p>
3	<p><b>Dispositivo:</b></p> <p><i>Sou servido fazer mercê</i></p> <p><i>Hey por bem e me praz</i></p> <p><i>Sou servido ordenar</i></p>	<p>Cumpra-se e registre-se. Paraíba<sup>91</sup></p> <p>4 de Março de 1824</p> <p>Estevão Jose Luiz da Cunha(?)</p> <p>Presidente</p> <p>Antonio da Trindade Antunes Meira</p> <p>Joaõ Ribeiro de Vasconcelos Pessoa</p> <p>Secretr<sup>o</sup> Inter<sup>o</sup></p> <p>Pelo Imperador</p> <p>Para o Presidente e Membros do Governo Provisorio da Provincia da Parahiba<sup>92</sup></p>
4	<p><b>Assinatura</b> (como nos alvarás, com seu título sem precedência de artigo)</p> <p><i>Rei, Rainha, Príncipe</i></p>	

Adaptado de MARTINHEIRA (1997)

<sup>91</sup> Escrito no verso da carta.

<sup>92</sup> O endereçamento está escrito nas dobras. Há marca do selo

A *provisão* tanto poderia ser enviada pelo Rei, quanto pelos Secretários de Estado ou pelo Tribunal ou Conselho. Além dela, a *portaria*, o *aviso* eram também documentos remetidos pelos Secretários de Estado e Tribunais, sendo este último exclusivo das Secretarias de Estado. Os avisos são ordens expedidas em nome do rei pelos Secretários de Estado diretamente ao Presidente do Tribunal ou aos conselheiros do Tribunal ou aos conselheiros do Tribunal, ou ainda a qualquer magistrado, corporação ou particular, pelos quais se ordenava a execução das ordens reais.

Quadro 10 – Documentos Administrativos: Avisos

Avisos, ou cartas dos secretários		Carta 74
		1822
1	<b>Endereço:</b> <i>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor</i>	<p>(2)Manda Sua Alteza Real o príncipe Regente pela secretaria de Estado dos Negocios do Reino (3)remetter ao Governo Provisorio da Provincia da Paraiba do Norte as Portarias que na Data desta se expedem ás Camaras Da Dita Provincia, com exemplares do Manifesto do Mesmo Augusto Senhor nos Povos Deste Reino em que refere os poderosos e justificados motivos de seus procedimentos, sempre Dirigidos á felicidade e honra do Brasil: E há por bem que as faça distribuir pelas respectivas Camaras. Palacio do Rio de Janeiro em 7 D'Agosto de 1822</p> <p>(4)Jozê Bonifacio de Andrada e Silva</p> <p>Cumpra-se e registre-se Paraiba 27 de Agosto de 1822 Villar Falcaõ Carnº Carv<sup>l</sup></p>
2	<b>Intitulação e dispositivo:</b> <i>Manda El-Rei Nosso Senhor Sua Majestade é servida O Rei é servido A Rainha é servida O Príncipe</i>	
3	Segue-se a ordem régia a cumprir	
4	<b>Assinatura</b> <i>Do Secretário d Estado</i>	
5	<b>Endereço</b> (acaba com) nome ou dignidade da pessoa a quem é dirigido	

Adaptado de MARTINHEIRA (1997)

O ofício poderia ser enviado por diversas autoridades, inclusive os Secretários de Estado e Tribunais. Esses documentos tratam dos mais diferentes assuntos e se prestam aos mais propósitos variados, além de trazerem também local, data e cargo de quem o enviou e para quem foi destinado. É a tipologia mais freqüente, porque através dela se faz a correspondência dos assuntos correntes da administração.

Quadro 11 – Documentos Administrativos: Ofício

OFÍCIO		Carta 102
1	<b>Endereço:</b> <i>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor</i>	(1) Ill <sup>mo</sup> Sen <sup>r</sup>
2	<b>Narrativa ou exposição</b> Matéria do expediente	(2) Pello Escrivão da Camara respectiva, faço remeter a VS as pautas das pessoas q hao de Servir na Justiça os annos de 1824 thé 26 q tudo sefaz legalm <sup>te</sup> no dia 31 do mês passado de outubro em observansia do officio de VS da data de 9 dd <sup>to</sup> mês,
3	<b>Protocolo final:</b> Local e data	os quaes vaõ p V.S. as limpar como ordena nomesmo officio, e jumtam <sup>te</sup> as ballas com a competente bala
4	Acabam com <i>Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup></i>	(4) G <sup>e</sup> a VS (3) Villa Real do Brejo de Area 7 de 9 bro de 1823
5	<b>Assinatura</b> Nome e cargo da dignidade	Ill <sup>mos</sup> Sen <sup>r</sup> D <sup>r</sup> Fran <sup>co</sup> de Souza (Paraizo) Ouvidor G <sup>l</sup> e Corregedor da Comarca pella Lei (5) Joaq do Reg Toscano Brito Juis ordin <sup>io</sup>

Adaptado de MARTINHEIRA (1997)

Apesar da formalidade que apresentam, as cartas oficiais merecem destaque entre os inúmeros documentos de importância histórica produzidos no Brasil no período colonial, no sentido de refletir a língua usada em uma região, pelo seu caráter de documento datado e localizado.

#### 5.4.1 A tipologia textual do *corpus*

Dos documentos selecionados, encontram-se neste *corpus*, de acordo com a classificação feita por Martinheira: *carta de lei*, *carta régia*, *aviso dos secretários*, *ofícios*. Dentre esses, os ofícios serão focalizados com a denominação geral de cartas<sup>93</sup> por serem maioria

<sup>93</sup> Há uma distinção entre elas, dependente de vários fatores: atividade em que é usada, do relacionamento entre interlocutores, propósitos comunicativos, entre outros. Na época atual, a denominação é também bastante abrangente e, mesmo apresentando o formato externo peculiar — cabeçalho, data, assinatura, fórmulas iniciais e de encerramento — não engloba a diversidade de textos e de propósitos, já que pode



absoluta e por apresentarem maior heterogeneidade. Os demais, principalmente enviados de outras capitanias, servirão apenas para se estabelecer um paralelo entre eles. Os documentos enviados de Pernambuco e Rio Grande do Norte serão considerados na análise, o que se explica pelas circunstâncias históricas, isto é, pela ligação territorial e político-administrativa que esses estados tiveram com a Paraíba durante muito tempo.

Quadro 12 – Gêneros textuais do *corpus*

GÊNERO	QUANTIDADE	CARTA N°
Carta de lei	1	117
Carta régia	1	104
Aviso dos secretários	5	70,71,72,74,124
Ofício	Os demais	

A seguir, serão observadas algumas questões relativas à transcrição e interpretação dos textos.

### 5.5 Lendo os textos do Brasil colonial e imperial

Na introdução desta tese falou-se da necessidade de conhecimentos filológicos e paleográficos para a leitura de manuscritos antigos, a fim de evitar equívocos na reprodução e interpretação de tais manuscritos. Há pelo menos cinco categorias de erros freqüentes na interpretação de textos medievais (Silva Neto, 1956; Nicolau, 1985), que foram retomados por Rumeu, Barbosa e Callou (2002), na análise de textos coloniais na América portuguesa: *erros devidos à má compreensão de letras, erros devidos à ignorância de siglas e*

---

tratar dos mais diferentes assuntos. Segundo Marcuschi (2000), a noção de carta é *apenas um guia para realização de um grande número de outros gêneros*. Ao longo dos tempos, muitos documentos de natureza vária foram escritos em forma de carta (Pessoa, 2002). Isto porque, conforme Paredes Silva (1997), o corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação, desde vantagens de um determinado cartão de crédito até informações sobre condomínio e, dessa forma, os vários tipos de carta devem ser enquadrados em categorias diferentes, já que remetem a diferentes campos de atividades. Paredes Silva (1997:121) define carta como *uma unidade funcional da língua, empregada em situações características – ausência de contato imediato entre emissor e destinatário*.

*abreviaturas, erros devidos a saltos* (omissões de palavras ou de passagens do texto), *erros interpretativos devidos à falta de fronteira vocabular e erros de categoria específica* (isto é, erros cometidos por desconhecimento de um aspecto lingüístico já existente na língua).<sup>94</sup>

#### **a) erros devidos à má compreensão de letras**

No início da pesquisa, buscou-se selecionar os textos a partir dos documentos mais antigos que fosse possível encontrar nos arquivos. Entre os manuscritos catalogados, as cartas consideradas mais antigas, com resumo do assunto e cópia modernizadora (com a linguagem atualizada<sup>95</sup>), estavam arquivadas com a data de 1771. Entretanto, observando-se que o autor, José César de Menezes assinou-a como governador da Capitania, percebeu-se a possibilidade de algum engano, uma vez que o ato régio nomeando o governador é datado de julho de 1774 e que ele só tomou posse em agosto desse mesmo ano. Teria, então, o governador começado a exercer o cargo antes mesmo de ser nomeado? Após muitas dúvidas e pesquisas, constatou-se que houve uma confusão entre os números 1 e 4 na transcrição dos documentos, perfeitamente explicável pela semelhança entre as letras (e acrescente-se, entre os números) e pela pouca experiência com textos da época.

Do mesmo modo, cópias de outros documentos apresentavam equívocos em virtude de inexperiência ou de uma leitura descuidada, fazendo com que tais cópias não fossem consideradas apropriadas para este estudo, em que se busca revelar com a maior fidelidade possível, a utilização da língua no período. Por esse motivo, optou-se por fazer a transcrição diretamente do manuscrito, consultando as cópias modernizadoras, apenas nos casos de dúvidas e deixando uma observação na transcrição, caso a dúvida persista.

---

<sup>94</sup> Naturalmente, neste estudo não se tem a pretensão de infalibilidade nas transcrições, principalmente levando-se em conta que não foi permitida a reprodução fotográfica ou em microfilmes dos originais, mas há a preocupação em reproduzir os textos da maneira mais fiel possível.

<sup>95</sup> Essas cópias são de grande utilidade para pesquisadores de outras áreas, não interessados diretamente na língua da época (historiadores, por exemplo), uma vez que a modernização da grafia e da pontuação facilita a procura por informações sobre a sociedade, sobre fatos históricos, principalmente para o leitor/pesquisador com pouca experiência na leitura de textos antigos. Entretanto, mostram-se insuficientes para lingüistas.

Entretanto, de acordo com Nicolau (1985), é praticamente impossível a reprodução manual exata desses textos. Muitas vezes, a própria escrita dos manuscritos apresenta-se cheia de floreios que dificultam o reconhecimento das letras, podendo causar, como consequência, erro de leitura. Torna-se necessário, portanto, que se façam novas leituras, para assegurar a correta interpretação das letras.

## **b) erros decorrentes de má leitura de siglas e abreviaturas**

Um aspecto que se destaca nos textos coloniais é o uso bastante recorrente de abreviaturas<sup>96</sup>. Entre os sinais abreviativos em geral, há os que não têm valor fonológico e os especiais, os que substituem uma letra ou um grupo delas. As abreviaturas usadas nos documentos portugueses e brasileiros classificam-se em:

a) *Suspensão ou apócope* – supressão do final da palavra, que fica inacabada. Este sistema deriva-se das siglas; as abreviaturas não têm terminação.

Exemplos: V. A. = Vossa Alteza;

b) *Contração ou síncope* – supressão de letras intermediárias de uma palavra, permanecendo a terminação. Derivam-se das notas tironianas.

Exemplo: alg<sup>a</sup> = alguma

c) *Sinais especiais* – abreviaturas com características particulares. Neste caso, segundo Acioli (1994), as abreviações classificam-se por letras sobrepostas, exclusivamente vogais, que têm valores fixos em relação às letras que servem de

---

<sup>96</sup> Com relação ao sistema braquigráfico (do grego: *braqui* = curto e *praphien* = escrever, que significa escrever abreviado), Acioli (1994) ensina que há duas correntes para explicar a origem do sistema braquigráfico medieval: uma latina e outra bíblica. O sistema braquigráfico latino deriva-se de três maneiras diferentes de abreviar as palavras usadas pelos romanos: *siglas* (representação da palavra pela letra inicial, acompanhada por ponto, muito usadas nas inscrições. As letras invertidas indicavam o feminino das palavras e as geminadas o plural); *notas tironianas* ( há dois tipos de notas tironianas: **um**, em que cada nota tinha um radical ou sinal principal —letra inicial, ou a sílaba inicial, ou a primeira letra de cada sílaba — e uma terminação; **outro**, em que cada sílaba da palavra era substituída por um sinal especial, para cópias mais rápidas. Desse sistema chamado silabário originou-se a moderna estenografia) e *notae juris* (usadas apenas em documentos jurídicos, consistiam na substituição da palavra por um radical e uma terminação. Chegaram a ser proibidas, mas não desapareceram).

expoentes. As vogais **a, e, i, o**, por exemplo, têm valor de **ar, er, ir, or** ou **ra, re, ri, ro**, sobre as letras **c, g, p** e **t**. Derivam-se das *notae juris*.

Exemplo: out<sup>a</sup> = outra

- d) *Letras inclusas ou embebidas* – consiste na inserção de uma letra na outra, quando um traço de letra serve comumente para outra.
- e) *Monogramas* - letras ornamentais que substituem palavras, geralmente nomes próprios, algumas vezes entrelaçadas.

Para facilitar a leitura e evitar erros na transcrição dos documentos, o pesquisador deve ter conhecimento do uso de abreviaturas e siglas, freqüentes em textos antigos. Na transcrição de documentos que visem a fornecer subsídios para estudos lingüísticos, é importante que alguns critérios sejam estabelecidos previamente e que sejam rigorosamente cumpridos na transcrição. No caso de se optar pelo desdobramento, aconselha-se de alguma forma sejam marcadas na transcrição, por meio de itálico ou grifando a parte que foi omitida no original. No entanto, é preferível mantê-las como se encontram no documento, uma vez que *uma transcrição errada é responsável por muitos erros que historiador pode cometer, quando impossibilitado de consultar o original* (Acioli, 1994: 47).<sup>97</sup>

Neste estudo, inicialmente pensou-se em desenvolver as abreviaturas, entretanto, buscando respeitar a fidelidade ao texto, preferiu-se mantê-las como no original, desdobrando-as em uma lista no início do segundo volume ou, nos casos em que pudesse haver dificuldades para o entendimento dos textos, colocá-las em notas de rodapé.

(27) *aq trata da jurisdiçãõ, q S Mag Confere a V Sa, (C4)*

*o Then<sup>te</sup>. Cor<sup>el</sup> Bernardo Joze, e o Capitaõ Joaq<sup>n</sup> Fran<sup>co</sup> (C 37)*

*neSesa<sup>ras</sup>...” (C 1); “...Mamang.<sup>e</sup>...” (C 7, l. 12)*

---

<sup>97</sup> Existe uma publicação do Governo do Estado de São Paulo, de Maria Helena Ochi Flexor, de 1979, que traz inúmeras abreviaturas com sua identificação.

Nos textos estudados, embora o uso seja freqüente, não há uniformidade, ou seja, a mesma palavra pode ser abreviada de maneiras diferentes. Por exemplo:

(28) *Cap<sup>m</sup> Mor; Cap<sup>mor</sup> = capitão mor*

*Command<sup>te</sup>; Command<sup>e</sup> = comandante*

*Dod<sup>to</sup>; D<sup>to</sup> = dito*

*Gov<sup>or</sup>; Gov. = Governador*

As cartas 83, 84, 85, datadas de 1823, mostram bem o problema do desenvolvimento de abreviaturas: todas são cópias contemporâneas de uma mesma carta enviada por Francisco Xavier Angelo ao Coronel Antônio Bezerra de Sá Menezes. O cotejo entre elas permite verificar que há passagens desenvolvidas em uma carta e nas outras duas as mesmas passagens são abreviadas, o que poderia mostrar uma certa despreocupação em reproduzir com absoluta fidelidade a língua, embora o conteúdo da mensagem esteja fiel e no final da cópia encontre-se o “*está conforme*”:

(29) “...avendo já pra/ticado muitas hostilidades, pelos lugares por onde tem /transitado, eq' anossa gente que marxaraõ doSobral (C 83)

(30) “...avendo ja praticado m<sup>tas</sup> hostilidades/pelos lugares p' onde tem transitado, e q' anossa gente q' mar-/xaraõ do Sobral (C 84)

(31) “...avendo ja pra/ticado muitas ostilidades pelos lugares p' onde tem/transitado, e q' anossa gente q' marxaraõ do Sobral (C 85)

### **c) erros decorrentes de omissões de palavras ou de passagens do texto**

Muitas vezes, defeitos físicos nos textos repercutem em erros posteriores, ocasionando omissões substanciais em edições críticas dos textos. Outros erros são ocasionados por lapsos, por falta de atenção das pessoas que estão transcrevendo os textos, interferência da língua do escrivão. Nicolau (1985) lembra que é comum o amanuense, ao copiar um texto, realizar uma espécie de ditado interior que pode provocar a aparição de erros, nos casos de grafias cuja pronúncia tenha variado ao longo do tempo. Ocorrem também casos em que a

omissão surge em textos com séries idênticas, fazendo com que o copista (ou o pesquisador, no caso) omita o trecho inserido entre as duas séries iguais. Nos casos citados por Rumeu, Barbosa e Callou (2002), de edições de textos em que não existe 2ª via, ou o original, os autores alertam que cabe ao leitor/pesquisador, ao fazer o levantamento de ocorrências, decidir se manterá ou não dados coletados em contextos assinalados pela edição como duvidosos.

Nas já citadas cartas 83, 84, 85 há inúmeras passagens em que os copistas transcrevem de maneira diferente as mesmas palavras, revelando os hábitos fonéticos do escriba interferindo na escrita, o que poderia evidenciar o “ditado interior” de que trata Nicolau (1985). Nos trechos selecionados, verificam-se modificações na grafia (abreviaturas, junção de palavras, troca de letras) que implicam, além de alterações fonéticas (auxilho/auxilio; menhã/manhã; empedirmos/impedirmos), desvios relacionados com a morfossintaxe (poder/puder; faremos/fazemos) e com o próprio sentido dos textos:

(32) *rogando lhe o auxilio q' nos puder prestar afim de impedirmos (C 83)*

*rogando-lhe o **auxilio** q' nos **poder** prestar afim de **impedirmos** (C 84)*

*rogando-lhe **oauxilho** q' nos **puder** prestar afim de **empedirmos** (C 85)*

(33) *e amanhã faremos/tenção marxar com aquela Tropa, q' ja puder reu/nir tanto de Cavalaria (C 83)*

*e a menhã, fazemos tenção marxar com/aquella Tropa, que se poder/reunir tanto de Cavalaria (C 84)*

*e amanhã, fazemos tenção marchar com **aq<sup>a</sup>** Tropa, q' **sepoder rehunir**/tanto **adecavalaria** (C 85)*

No *corpus*, mesmo com o maior cuidado nas transcrições, falhas dessa natureza foram percebidas e corrigidas nas revisões.

#### **d) Erros interpretativos devidos à falta de fronteira vocabular**

Uma das primeiras dificuldades encontradas pelo leitor contemporâneo ao deparar com um texto de séculos anteriores é a existência de agrupamentos de palavras que hoje são escritas separadamente<sup>98</sup>: pronomes pessoais oblíquos e reflexivos que se ligam ao verbo, determinantes (artigos e possessivos) unidos aos nomes, e mesmo preposições e conjunções escritas sem separação, dando a impressão de serem indecomponíveis.

Nas cartas que compõem o corpus desse trabalho, por exemplo, é freqüente o aparecimento de palavras escritas sem fronteiras. Ocorre também a segmentação indevida de palavras. A junção de palavras em manuscritos coloniais, principalmente em escrita capital e minúscula carolíngia<sup>99</sup>, propicia cortes errôneos por parte do copista. Por outro lado, nos textos coloniais brasileiros, escritos quase sempre em cursiva (Acioli, 1994), a falta de fronteiras entre as palavras contribui para os deslizos na sua interpretação. O trecho seguinte pertence a uma carta enviada pelo governador de Pernambuco ao da Paraíba no ano de 1775, e traz uma série de instruções a respeito da apresentação de uma lista contendo o nome das pessoas obrigadas às ordenanças. Tais listas devem ser enviadas duas vezes por ano. No trecho destacado, a união das palavras **em cada um ano**, aliada à grafia da palavra **(h)um** torna a passagem ambígua: *cada (h)um ano* e *cada humano*

(34) *Capi/taens Mores mostras ás Comp<sup>as</sup> daSuajurisdiçãõ duas vezes em/ cadahumanno nos dias Santos dos dois mezes deJunho, eDezbr<sup>o</sup>, (C 13)*

Ainda na mesma carta, a passagem seguinte apresenta uma união de palavras que, ao leitor desatento, poderia ocasionar erro de interpretação. A junção das palavras, que de início, gera ambiguidade, é dissipada com a continuação da leitura: *estam os Filhos* ou *estamos Filhos*.

---

<sup>98</sup> Os autores pesquisados apresentam diversas denominações para a junção: conglomerados verbais (Pereira da Silva, 1998); juntura/segmentação (Imaguire, 1998); hipo e hipersegmentação (Silva, 1991).

<sup>99</sup> Sobre tipos caligráficos, ver Acioli (1994), Nicolau (1985), Berwanger e Leal (1995), Martins (1996)

(35) *aindaqnamestjam obrigados á ordenança, estamos Filhos, quesenaõ/acharem nos referidos Corpos.(C 13)*

Nas cartas mais recentes, a junção é menos freqüente, embora ainda apareça, como na passagem a seguir, de 1862:

(36) *Fico diposse do officio (C 179)*

A existência de variações na representação de uma mesma unidade gráfica, no interior de um mesmo texto ou no de textos diferentes pode ser resultante de fatores diversos, como a tentativa de grafar as palavras da maneira como são pronunciadas ou o pouco domínio da escrita. Além disso, não se pode esquecer que as relações estabelecidas pelos homens com os livros e com a leitura não são as mesmas de outras épocas, mesmo que modernamente essas relações pareçam quase imutáveis (Saenger, 1995)

Os processos cognitivos usados pelo leitor moderno para decifrar a página escrita não são universais: há diferentes maneiras de ler, variadas competências de leitura e modos diversos de conceber a relação com o texto escrito. A própria forma de apresentar o pensamento escrito também sofreu alteração ao longo da História<sup>100</sup>. A forma correta das palavras é sempre algo que se define socialmente e, em virtude dessa natureza de convenção social, o conhecimento da ortografia exige que o aprendiz saiba qual o funcionamento da norma ortográfica, além de conhecer o sistema da escrita alfabética<sup>101</sup>. Dessa natureza de

---

<sup>100</sup> A direção seguida pelos olhos ao acompanhar as letras variou de acordo com o lugar e com a época: no hebreu e no árabe, por exemplo, lia-se da direita para a esquerda, enquanto no japonês e no chinês percorriam-se as linhas em colunas, de cima para baixo; o maia lia alternadamente em pares de colunas verticais; na Grécia antiga, os escritos tinham linhas alternadas lidas em direções opostas, de um lado para outro, e o asteca tinha seus escritos que serpenteavam pela página, como num jogo de trilha, sendo a direção indicada por linhas ou pontos (Manguel 1997: 64).

<sup>101</sup> Fernando Tarallo (1990), em “Tempos lingüísticos”, chama a atenção do leitor para a existência, numa carta do século XVIII, de agrupamentos de palavras que para o leitor contemporâneo poderiam parecer totalmente *estranhos e irreconhecíveis*, a ponto de interpretá-los como indecomponíveis: trata-se de pronomes



convenção social, decorrem variados hábitos de escrita em cada grande período lingüístico. Abre-se aqui um parêntese para tecer algumas considerações sobre um tipos especial de junção de palavras: a *scriptio continua*, ou seja, a escrita sem espaços entre as palavras. Não se deve confundir a união e a segmentação de palavras decorrente do desconhecimento da grafia das palavras com a *scriptio continua*, a junção de todas as palavras de um texto, que ocorria na Antigüidade.

Nesse período, o livro era um rolo escrito em colunas com uma longa faixa de papiro ou pergaminho que o leitor ia lendo em voz alta, enquanto segurava com uma mão e desenrolava com a outra. Não se distinguiam letras maiúsculas e minúsculas e nem se usava pontuação. A leitura de um texto em *scriptio continua* tornava-se mais lenta, uma vez que o leitor, para verificar se as palavras foram corretamente separadas, sem o uso de espaços como marcos, precisava fixar a linha de texto impresso um número duas vezes maior que o normal (Fisher, apud Saenger, 1995). Para reter uma série ambígua de sons, o leitor dependia da memória oral, considerada uma etapa preliminar na construção do sentido, após o que ele podia esquecer rapidamente as palavras específicas e sua seqüência. A memória era basicamente utilizada para fixar o sentido geral das orações, das frases e do parágrafo (Saenger, 1998). Os textos em *scriptio continua* eram de difícil compreensão, provocando erros na leitura e na separação dos agrupamentos de sentido, o que tornava a oralização indispensável para captar melhor a sucessão das palavras, o sentido das frases e saber o momento de interromper a leitura com as pausas (Cavallo, 1998). A atividade oral ajudou também o leitor a guardar na memória aquela fração de palavras ou frase já codificada foneticamente, ao mesmo tempo em que se processavam as demais tarefas cognitivas, necessárias à compreensão do sentido do texto. Por outro lado, todos esses

---

personais oblíquos e reflexivos ligados ao verbo e dos determinantes (artigos e possessivos) ao nome, além de preposições e conjunções que se encontram na mesma situação. Esse fato permite estabelecer, que na primeira metade desse século *a estrutura da língua portuguesa previa a cliticização dos pronomes pessoais oblíquos e dos pronomes reflexivos ao verbo, e dos determinantes (artigos e possessivos) ao nome* (Tarallo, 1990:20-3).

fatores dificultavam a leitura, a escrita e a manipulação simultânea do manuscrito, fazendo com que o autor muitas vezes ditasse seus textos para serem escritos por um secretário.<sup>102</sup>

Em toda a Antigüidade coexistiram leitura oral e silenciosa<sup>103</sup>, embora a primeira fosse mais difundida. A leitura oral predominava como forma de permitir ao leitor superar as dificuldades decorrentes dos vários tipos de letras, muitas delas cheias de ornamentos, da ausência de pontuação e de maiúsculas, e dos pontos que indicavam a separação entre as palavras – *interpuncta* -, que até o século I d. C. foram utilizados em Roma. A leitura oral permitia, principalmente, tornar compreensível ao leitor o sentido de uma *scriptio continua* que, sem a enunciação em voz alta, seria ininteligível e inerte. Por outro lado, uma vantagem no uso da *scriptio continua* era propor um texto neutro ao leitor, que poderia marcar as divisões e pausas por iniciativa própria (Cavallo, 1998). No mundo antigo, não havia o desejo, característico da civilização moderna, de deixar a leitura mais fácil e rápida. Segundo Saenger (1995), os hábitos dos antigos no tocante ao processo de leitura eram orais e retóricos, não apenas pela necessidade, mas por gostarem de pronunciar os sons das palavras.<sup>104</sup>

A segmentação das palavras é uma invenção relativamente recente: segundo Saenger (1998), a *scriptio continua* se tornou norma a partir do final do século II e só no início do século VIII os espaços entre as palavras voltaram a ser empregados. Quando a escrita com palavras separadas foi adotada, aumentou o interesse pela composição manuscrita, já que permitia existir entre o autor e seu manuscrito a privacidade que não ocorria quando a redação dependia do ditado para um secretário.<sup>105</sup>

---

<sup>102</sup> Só a partir do século XI, são encontradas iluminuras mostrando os autores escrevendo de próprio punho (Chartier, 1999; Chartier e Cavallo, 1998).

<sup>103</sup> A leitura silenciosa também aparece documentada no início do século V a.C.

<sup>104</sup> Na Antigüidade e início da Idade Média, quando os textos eram compostos oralmente, o autor trabalhava pensando em textos que seriam lidos também em voz alta. No século XIV, quando os textos são criados em silêncio, os autores esperam que seus escritos sejam eles próprios lidos em silêncio (Saenger, 1998).

<sup>105</sup> No Império Romano, a atividade de ler e escrever era muitas vezes delegada a escravos habilidosos, que atuavam como leitores profissionais.

Saenger (1998) considera que a inexistência desses espaços foi consequência de não haver necessidade de uma rápida identificação das palavras, por três motivos: em primeiro lugar, os textos eram lidos em voz alta; em segundo, a leitura era feita a partir de um *corpus* limitado de texto e, em terceiro, a leitura era feita apenas por uma classe restrita, a maioria leitores profissionais.<sup>106</sup> Quando esses fatores deixaram de ser significativos, impôs-se o espaçamento, espalhando-se das Ilhas Britânicas, no início da Idade Média, para todas as regiões em que se empregava a escrita alfabética. Foram determinantes para o desaparecimento da *scriptio continua* o avanço da tipografia e a substituição das práticas de leitura em voz alta pela leitura silenciosa (Morais, 1999). Mas, segundo Svenbro (1998), apenas a introdução do intervalo entre as palavras não foi suficiente para a generalização da leitura silenciosa: foi no seio da escolástica que as vantagens da leitura silenciosa – rapidez, inteligibilidade – foram descobertas e passaram a ser exploradas em grande escala, mesmo esta prática ficando desconhecida da grande maioria da sociedade durante toda a Idade Média. Ainda por todo o século XIV, os copistas hesitavam em separar as palavras nos manuscritos em língua vernácula, mesmo que já estivesse ocorrendo nos textos latinos desde o início do século XII.

Outra alteração lingüística igualmente significativa decorrente da introdução dos espaços foi a mudança das convenções sobre ordem das palavras e sobre o reagrupamento de palavras gramaticalmente ligadas. Tomadas em conjunto, a separação e a nova seqüência das palavras facilitaram a veiculação das idéias, feita agora com precisão e sem ambigüidade. Ambas foram também pré-requisitos para se desenvolver a pontuação sintática. A adoção da escrita com palavras separadas foi importante em virtude de ter simplificado o processo de leitura, capacitando o leitor a perceber ao mesmo tempo o significado do texto e a informação codificada referente à sua interpretação gramatical, musical e intelectual. Dessa forma, o texto escrito fundado na separação entre palavras consagrou-se como o veículo de comunicação escrita de uma civilização caracterizada por um rigor intelectual superior (Saenger, 1995; 1998).

---

<sup>106</sup> Nos primeiros séculos da história da Roma antiga, por exemplo, a leitura estava restrita aos sacerdotes e nobres, que detinham os conhecimentos fundamentais, no que se referia ao sagrado e ao jurídico, dominando também o uso da escrita.

Pereira da Silva (1998) defende que, no período em que a escrita da língua portuguesa era essencialmente fonética, os conglomerados gráficos, isto é, a junção de palavras, refletiam parcialmente o ritmo da fala do manuscrito, que procurava transcrever as palavras da maneira como eram pronunciadas nas classes mais privilegiadas. O autor lembra que, como a escrita dos documentos antigos nem sempre é regular quanto à articulação e desarticulação das palavras, esse é um dos riscos que correm os que fazem a interpretação filológica: considerar rigorosamente a transcrição de textos antigos para o estudo da fonética, tomando por legítima uma grafia que não passa de um vício de escritura. Para o filólogo, a partir do estudo dos conglomerados gráficos, problemas filológicos podem ser solucionados, sejam relativos aos estudos fonéticos, fonológicos, ortográficos, históricos, etimológicos ou outros. A partir da análise de 971 conglomerados gráficos, na “Carta de Caminha”, de 1500 e em “Das vidas, e mortes dos Mongesi”, de meados do século XVIII, o filólogo verificou a posição dos vocábulos clíticos nas diversas classes gramaticais e concluiu provisoriamente, *que a fala brasileira do século XVIII, de acordo com o que mostram os conglomerados gráficos estudados, era mais lenta que a fala de Portugal na época do descobrimento do Brasil. O grande número de ditongações, elisões e crases registrado na Carta mostra que a pronúncia dos portugueses descobridores era mais veloz que a dos brasileiros de hoje e, se não nos enganamos, também do século XVIII.*

Esse parece ser o pensamento de Cagliari (1995), ao tratar da alfabetização, considerando que a união das palavras poderia refletir parcialmente o ritmo da fala, já que na fala não existe essa separação, a não ser quando marcada pela entonação do falante. Em muitas passagens das cartas, percebe-se uma certa dificuldade em lidar com o espaço gráfico do texto, de maneira semelhante a aprendizes. Sabe-se que crianças e redatores eficientes concebem o espaço gráfico de um texto de forma distinta.

Os critérios para a colocação dos espaços em branco na escrita alfabética são baseados nas classes morfológicas, ou seja, no conhecimento da própria palavra escrita convencional. Segundo Câmara Jr.(1977), a apresentação dos vocábulos na escrita se faz pelo critério formal, deixando-se entre eles um espaço em branco, já que mesmo quando não apresentam

pausa entre si num único grupo de força, cada um deles é considerado uma unidade mórfica *de per si*.

As estratégias de segmentação relacionam-se com aspectos discursivos, fonéticos, fonológicos e semânticos da língua oral. De acordo com Silva (1991), muitas das propostas de segmentação decorrem da tentativa de se representar graficamente a *expressividade discursiva* através de estratégias de segmentação com base na fala.<sup>107</sup> Por *segmentação*, entende-se o processo de divisão de um enunciado nos seus segmentos constitutivos. No que se refere ao aspecto sonoro, a segmentação pode ocorrer a partir de critérios físicos - quando a divisão parte de pontos de mudança acústicos ou articulatórios identificados como fronteiras de segmento - ou perceptivos - quando a divisão baseia-se na quantidade e na qualidade, muitas vezes refletindo as influências das unidades fonêmicas da língua.

No tocante à ortografia, são dois os tipos comuns de segmentação: segmentação para mais - a *Hipo-segmentação* - grupo com junção de duas ou mais palavras (no *corpus*, em maior número); e segmentação para menos - a *Hipersegmentação* - grupo com separação além da prevista pela ortografia.

Nas cartas em apreço<sup>108</sup>, com relação às unidades hipo-segmentadas, tende-se a juntar:

a) Um clítico a uma palavra<sup>109</sup>

(37) *seemprega - se emprega (C 2);*

*sefaz - se faz (C 2);*

*eidoneos - e idôneos (C 2);*

---

<sup>107</sup> Silva (1991:33), com base em Britton (1970), define a *função expressiva* da linguagem como a que se refere à atitude emocional do falante, o qual pode enfatizar parte de um enunciado de acordo com seu estado de espírito; por outro lado, utiliza o termo *discursivo* como a linguagem posta em ação, isto é, a língua assumida pelo falante.

<sup>108</sup> Há trechos em que, pelo fato de a letra ser bastante ornamentada, não ser possível distinguir se as palavras estão unidas ou se se trata de ornatos.

<sup>109</sup> Clíticos são todos os monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem.

*pereceme – parece-me ( C 4);*

b) Grupos de dois ou mais vocábulos –

(38) *Compenadeprizãõ = com pena de prisão (C 4);*

*eatendendoaser = e tendendo a ser (C 7);*

*edeter = e de ter (C 7);*

*deq' metem = de que me tem (C 8);*

*easpertendo = e as pretendo (C 10);*

Com relação às unidades hipersegmentadas, que ocorrem em um número bastante reduzido, se comparado às ocorrências hiposegmentadas, tende-se a separar uma sílaba de um vocábulo:

(39) *ea suadas – e assuada (C 113)*

*taõ bem – também (C 18)*

*e per suadido – e persuadido (C 53)*

*emdes fazer - em desfazer (C 53)*

Não foram registradas ocorrências em que todas as sílabas de um vocábulo fossem separadas. Verificou-se a existência de variações na representação de uma mesma unidade gráfica, tanto em um mesmo texto quanto em textos diferentes.

**d) Erros de categoria específica**

Muitos equívocos na interpretação de textos decorrem do desconhecimento de fatos lingüísticos específicos da época. Rumeu, Barbosa e Callou (2002) referem-se neste item, a uma situação específica dos finais do século XVIII, que é a ambigüidade que assumem certos termos, com relação às normas lusitana e brasileira da língua portuguesa. Diante de um vocábulo com sentidos diversos, um leitor contemporâneo pode interpretá-lo erroneamente, por não saber se quem conservou o sentido usual, na época de produção do texto foi o Brasil ou Portugal.

Do mesmo modo acontece com relação ao gênero das palavras. Nos textos selecionados, encontram-se palavras com o gênero gramatical diferente do atual, como a palavra *recruta*, que nas cartas de 1775 e de 1780 aparece no feminino:

(40) *ponto-os naintelligencia deobser-/varem inviolavelmente odisposto nelle, tanto adespeito das Recrutas/ quedevemtersemprepromptas, paraquando lhes forem pedidos, (C 14)*

(41) *As recrutas q' V S<sup>a</sup> remeteo foraõ entregues menos Antonio / Fe<sup>a</sup> de Figueiredo q. não veyo, dos q. vieraõ tornaõ (C 38)*

Nas duas cartas seguintes, a C 154, escrita em 1854, e a C 192, de 1868, a palavra já é encontrada no masculino, como se pode ver nas passagens seguintes:

(42) *Joaõ Franco/cujos recrutas saõ os seguintes Fran<sup>co</sup>/Joze, crioulo, de idade 27 an' Florencio/para que não haja falta quan-/do se torne elle necessario a os recrutas. (C 154)*

(43) *brevidade algum fardamento,/para que não haja falta quan-/do se torne elle necessario a os recrutas.(C 192)*

Diante de casos como os citados, comprova-se a importância de conhecimentos filológicos na análise de textos antigos, permitindo esclarecer dificuldades diversas encontradas em manuscritos dessa natureza. Por outro lado, é importante também que se observem quais os assuntos de que tratam e quais os propósitos comunicativos desses textos.

## **5.6 Os propósitos comunicativos das cartas**

As cartas analisadas tratam de assuntos referentes à administração das capitânicas, das vilas e de seus habitantes. Muitos fatos relatados nessas correspondências são citados por historiadores, como revoltas, problemas com bandos de marginais, conforme os exemplos:

(44) *encontrei a maior miscella-/nia possívelm creada p<sup>lo</sup> meu Companheiro /p<sup>r</sup> q' tendo com os mais Europeos desta Praia/fomentado a desordem de rivalid<sup>e</sup> entre Europeos, /e Brasileiros, fazendo partidos entre os Indios, e/outros nacionais, sobre q<sup>m</sup> pode influir, e lhes saõ/obrigados, Se tem conspirado contra todos os ha-/bitantes, q'se tem á toda prova adhirido aCauza (C 77)*

Em cartas do século XVIII, a preocupação do governador César de Menezes em completar o regimento de infantaria do Recife é assunto de diversas cartas:

(45) *Espero do zelo,/comq V.S<sup>a</sup> sedistingue no RealServiço continue aRemeter-me /dessa Capn<sup>ia</sup> doseo Governo q Sei he abundante degente, todas /as mais Recrutadas, que poder, com apossivel brevidade; pois tendo-/ já Regulado oRegimento deOlinda, mefoi preciso porOrdem/ de S. Mag<sup>e</sup> mandar delle duzentas eSincoentaPraças (C 17)*

Há ocasiões em que os autores apresentam pareceres acerca de determinados assuntos, muitas vezes solicitados em correspondências anteriores. Na passagem seguinte, de 1805, percebe-se claramente o posicionamento do autor do texto, o desembargador João Severiano, porque ele explicita a dúvida a que se referiu o interlocutor e, em seguida, deu o seu parecer sobre a suspensão de um oficial, ressaltando a importância do “ofício de Advogado”:

(46) *e sobre a du=vida em q V. Ex<sup>a</sup> está se aquelle official sus-/penso deveSer inhibido de advogar em virtude /das Culpas, de q não tem mostrado milhoram<sup>to</sup>,/é meu parecer q sim, porq sendo o officio de /Advogado taõ grave e melindroso, deveser occu-/pado por pessoas de conhecida prohib<sup>e</sup>, (C 55)*

Na carta seguinte, enviada de Coqueirinho em 1823, o autor, *Sebastião Soares da Roxa*, que não explicita cargo, passa a informação solicitada anteriormente, mas o sentido do texto fica dependendo do contexto de produção de modo semelhante aos textos orais, pois as informações não são explicitadas. Verifica-se que está respondendo ao interlocutor como se estivessem conversando: de início ele topicaliza o assunto e diz que não prejudica, mas



não fica claro para o leitor o quê nem a quem prejudica. Há também um caso de hipercorreção – o que *forem* servidos.

(47) *A respeito dos RoSsados dosSuplicantes,/oq' posso emformar aV<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> he q'/naõ projudica p' naõ em cluir nellas/Madeiras deConstruçãõ nem Pau-/Brazil Segundo olugar q'mostrãõ /aVista doque V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> mandaraõ oq/forem servidos. (C 107)*

No *corpus*, as cartas se prestam aos mais variados propósitos comunicativos<sup>110</sup>, que se distribuem predominantemente da seguinte maneira:

- solicitar algo, que pode ser informação, documento, apreciação, entre outros - 10 exemplares
- dar alguma opinião, parecer - 17 exemplares
- encaminhar (remeter)documentos, recrutas, presos - 45 exemplares
- notificar (comunicar decisão, ordem) – 16 exemplares
- dar instruções (ordenar) – 23 exemplares
- prestar esclarecimentos (justificar)– 12 exemplares
- nomear – 4 exemplares
- oferecer préstimos – 2 exemplares
- relatar algum acontecimento e pedir providências – 48 exemplares
- informar (recebimento, recrutas, presos) – 44 exemplares

Cumprе ressaltar que, na maioria das vezes, essas cartas estão atendendo a alguma solicitação ou ordem, isto é, já são respostas de correspondências anteriores. Nesse sentido, verifica-se que há um propósito maior e outros secundários, que servem de apoio, de argumento. Por exemplo, encontram-se cartas que, para justificar uma solicitação, expõem inicialmente a situação. Há, pelo menos 54 exemplares em que se percebe mais de um propósito, embora predomine um deles<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Como mostra Paredes Silva (1997), com base em Nichols (1984).

<sup>111</sup> Silveira (2002:110), em sua tese de doutorado, estuda o ofício contemporâneo, classificando-o de acordo com o propósito comunicativo: o de solicitação, o de encaminhamento, o ofício-convite, o de informação e esclarecimento. A autora analisa como se estruturam retoricamente, aplicando o modelo de análise proposto

Para verificar, no *corpus*, como os autores estruturam seus textos em função desses propósitos, as cartas serão agrupadas de acordo com os propósitos mais recorrentes, para, em seguida, serem observadas como se constituem. O grupo mais freqüente é o de *solicitação*. Nesse grupo estão incluídos os ofícios pedindo informações, préstimos documentos, autorizações, como o seguinte:

Quadro 13 - Exemplar de ofício de solicitação

Seqüências	Exemplar
(1) Vocativo	(1) Ill <sup>mo</sup> e Ex <sup>mo</sup> Snr
(2) Apresenta o motivo da solicitação	(2) <b>Tendo-se retirado</b> desta Villa a 12 de Dezembro p.p. o <b>Professor</b> de primeiras le- Tras Antonio da Costa Rego e Moura, <b>Enão tendo te hoje aparecido</b> para entrar no exercicio de suas funcõens, o q <sup>e</sup> tem causa- do notavel <b>atrasam<sup>to</sup></b> nos seus Alunnos taõ- bem principiados. Esta Camara (3) <b>vai ro-</b> <b>gar a V.Ex<sup>ca</sup> promptos providencias</b> (4) <b>afim</b> <b>de que os habitantes desta V<sup>a</sup> naõ vejaõ se-</b> <b>os filhos escravos da ignorancia</b> q <sup>e</sup> tanto aviltar o Cidadão livre
(3) Expõe a solicitação	
(4) Justifica a solicitação	
(5) Fecho	(5) Deus Guarde a V. Ex <sup>a</sup> m <sup>s</sup> na <sup>s</sup>
(6) Instituição/Local/Data	(6) <b>Paço da Camara Municipal da V<sup>a</sup> de</b> <b>Pianco em Secção Ordinaria de 12 de Ma-</b> <b>Io de 1834</b>
(7) Destinatário/Cargo	(7) Ill <sup>mo</sup> e Ex <sup>mo</sup> Senhor <b>Presidente da Prov<sup>ca</sup></b>
(8) Assinaturas	(8) Satornino Roiz dos Santos Feliz Joze de Arantes Manoel Leonardo de Oliv <sup>a</sup> Pedro Vieira de Castro Antonio de A <sup>Jo</sup> Souza

A oração “*Tendo-se retirado*”, que traz o motivo da solicitação (a ausência do professor e o atraso dos alunos) é introduzida por um verbo no gerúndio e não foi concluída. Ela separa-

---

por Swales e Bathia, que se baseia nos movimentos retóricos. Apresenta o conceito de *move*, útil para veicular os propósitos comunicativos do falante/escrevente, que é concebido como *um bloco de informação do texto que contém um propósito comunicativo particular menor e que serve a um propósito comunicativo maior do gênero*.

se da que exprime a solicitação (pedir providências) através de um ponto, quando claramente caberia uma vírgula. Essa é uma construção bastante freqüente nessas cartas. No caso, o problema poderia ser resolvido colocando-se uma vírgula no lugar do ponto. Outro modelo de ofício de solicitação é o que apresenta a carta seguinte:

Quadro 14 - Exemplar de ofício de solicitação

Seqüências	Exemplar
(1) Vocativo	(1) Ex <sup>mo</sup> Snr Presidente
(2) Apresenta o problema	(2) Da Sertidão junta verá V. Ex <sup>a</sup> o procedimento que obrou nesta V. <sup>a</sup> no Segundo dia de estado o Comandante do Distacamento da V. <sup>a</sup> de Sousa
(3) Relato das ocorrências	Francisco Afonso H <sup>er</sup> Bastos, e Sua Tropa; ep. <sup>a</sup> Que V. Ex. <sup>ca</sup> fique mais aofato passo a espor. §
(4) Justificativa do pedido	(3) <b>Trazia aquele Comandante</b> em Sua Companhia ou vinha p <sup>r</sup> omizeálo o Cabra M. <sup>el</sup> Dias omem facineroso, ep <sup>or</sup> tal reconhecido nesta V. <sup>a</sup> de Pombal, e Criminoso em querela de Adulterio, ep <sup>r</sup> . isso a Riquerimento do querelan
(5) Pedido de providências	Te omandei prender em Razaõ do meu oficio Pasando este pello Quartel do Sn <sup>r</sup> . Comandante Bastos estes e Seus Soldados ofizeraõ tomar afora de entre a escolta q <sup>õ</sup> . o Cunduzia
(6) Fecho/local/data	(4) <b>aoq<sup>õ</sup>. Medeu motivos</b> amandar o meu Escrivaõ Requisar lhe da parte da Justiça para me
(7) Assinatura/cargo	Entregar aquele Criminozo pois era sugeito a Justica, e este deu em Resposta ao Escrivaõ que Naõ Respondia a m <sup>a</sup> Requisição oq <sup>õ</sup> . (5) <b>levo ao Conhecimento de V. Ex<sup>ca</sup> para obrar Com a Justiça do Costume;</b> epaço a participar a V. Ex <sup>ca</sup>
(8) Destinatário/cargo	em Como Rezaõ do meu oficio passo a Devesar da Disistencia mais onaõ farei emquanto
	<b>V. Ex<sup>ca</sup> naõ me enteligenciar</b> p. <sup>r</sup> Resposta Sobre //
	Sobre taõ importante negocio (6) <b>D<sup>e</sup> G<sup>e</sup></b>
	<b>a V. Ex<sup>ca</sup> V.<sup>a</sup> de Pombal 28 de Fevereiro de 1826</b>
	(7) Ant <sup>o</sup> Fer <sup>e</sup> de Souza
	Juis Ordinário de Pombal
	(8) S. N. J. Ilm <sup>o</sup> Ex <sup>mo</sup> Snr.
	G. m. e m. na.
	Alexandre Francisco de Seixas Maxado
	Miriticimo Presidente do G. da Provincia
	da Cid. <sup>e</sup> da Paraiba do Norte
	Do Juis Ordinario da V. <sup>a</sup> de Pombal

Há documentos pedindo providências para os mais variados tipos de problemas: de vacinas a prisão de criminosos, de pagamentos de soldos a esclarecimentos. Geralmente este documento começa com uma justificativa ou com um relato dos acontecimentos que justificam o pedido para, em seguida, fazer a solicitação. Interessante verificar que nos documentos deste grupo aparecem as maiores variedades, tanto com relação à estrutura quanto aos níveis de domínio da escrita.

Outro tipo de propósito comunicativo muito freqüente é a *informação*. Nesses textos, o autor presta esclarecimentos e informações sobre pessoas, acusa recebimento de documentos, presos, recrutas, mapas, dá aviso sobre os mais diversos acontecimentos. Muitas vezes a informação decorre de um pedido feito através de ofícios ou requerimentos, que vêm citados. A seguir, vê-se um exemplar desses documentos:

Quadro 15 - Exemplar de ofício de informação

Seqüências	Exemplar
(1) Local /data	(1) Quartel do Destacamento da Guarda Nacional da Parahiba em 18 de Abril de 1871
(2) Vocativo	(2) Ill <sup>mo</sup> Sr.
(3) Reporta-se ao documento recebido;	(3) <b>Em resposta ao officio de V.S<sup>a</sup> de hontem</b> ordenando-me para que o Commandante da Guarda da Cadeia do dia 13, informe Qual a razão de não ter apresentado o Maior numero de força ao Carcereiro da Cadeia d'esta cidade quando Quis passar revista na mesma cadeia junto
(4) Presta a informação solicitada	(4) <b>remetto-lhe a informação do dito Tenente a qual confirmo, e V.S<sup>a</sup> deve saber que não sendo rendida a guarda do Quartel, e a de Palacio, não era possível aquella guarda ir completa</b> e isto deu-se por cauza de imbarque do Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque.
(5) Fecho	(5) Deus Guarde
(6) Destinatário/cargo	a V. S <sup>a</sup>
(7) Assinatura/cargo	(6) Ill <sup>mo</sup> Sr Capitão Joao Paes Barreto de Mello D. Ajudante d'ordens da Prezidencia
	(7) Joaquim _____ Per de Lima Cap <sup>m</sup> Com <sup>te</sup>

Cabe ainda destacar um grupo bastante freqüente de cartas que têm o propósito de comunicar uma decisão de alguma autoridade, dar uma ordem ou mesmo de dar instruções de diversos tipos. Naturalmente, documentos assim são emitidos por alguém hierarquicamente superior aos destinatários, como os governadores, presidentes da província, comandantes, etc. Neste grupo se insere a maioria dos produzidos no século XVIII que, como se sabe, foram enviados pela mesma autoridade (José César de Menezes). Estes textos apresentam uma estrutura variada, às vezes trazendo uma espécie de justificativa para o que foi pedido, outras vezes começando diretamente com a ordem e ainda ficando a ordem no final do documento:

Quadro 16 - Exemplar de ofício de informação (ordem, instrução)

Seqüências	Exemplar
(1) Justifica a ordem	<b>Como reconheço a distinta honra, desve</b>
(2) Ordem	Lo, eeficacia com q V. S <sup>a</sup> Seemprega no Real Serviço, ep <sup>a</sup> efeito deste Sefaz primeiro <b>gente para completar o Regimento desta Praça, e Olinda, por estarem ambos os ditos Regimentos taõ faltos della, q' dos mesmos não pude fazer hum só Reg<sup>to</sup> inteiro para mandar para onde S. Mag<sup>e</sup> foi servido, pois foi com-a diminuição de duzentos e oito homens; Ordeno a V. S<sup>a</sup> q' no seu destrito faça tirar, eme remeta com-a mayor brevidade humalista detodos os nossos Solteiros, desembaraçados, eidoneos parao Real Serviço, residentes no mesmo destrito, eq ainda não estiverem alistados em parte alguma; eoutrosim me remeta logo presos todos os vadios, q houver no mesmo destrito.</b>
(3) Fecho	D G A V S Recife 30 de Setem bro de 1774
(4) Assinatura	Joze Cezar de Menezes(rubrica)
(5) Destinatário/cargo	Senhor Jeronimo Joze de Melo e Castro Coronel Gov <sup>or</sup> da Cap <sup>ia</sup> da Paraiba

Também com freqüência são encontrados os ofícios de *encaminhamento*, por meio dos quais os mais diferentes documentos são enviados para apreciação, informação ou divulgação, prática tradicional e muito comum ainda hoje nas instituições públicas e

privadas. Além de mapas, relações, leis, ofícios, isto é, de variados documentos, as cartas também encaminham presos, soldados, recrutas e funcionários públicos diversos. De modo geral, apresentam a seguinte estrutura, com variações:

Quadro 17 - Exemplar de ofício de encaminhamento

Seqüências	Exemplar
(1) Encaminhamento do documento;	(1) Remeto a V. S <sup>a</sup> o Mapa incluso
(2) Informação da finalidade do encaminhamento do documento;	Pela formalidade do qual se faz presizo que V. S <sup>a</sup> (2) <b>mande</b> , com a possível brevidade, <b>tirar outro</b> , respectivo do districto Penal desta Capitania, e logo que estiver tirado o <b>envie Sem perda de tempo</b> à Secretaria deste Governo, mandando taõbem o que lhe agora vai.
(3) Fecho	(3) D G A V S R <sup>e</sup> 13 de Abril
(4) Assinatura	de <u>1774</u> .  (4) Joze Cesar de Menezes
(5) Destinatário/Cargo	(5) Snr. Jeronimo Joze de Mello e Castro Coronel Governador da Capitania da Paraiba

Além disso, são encontrados outros procedimentos, em documentos com o mesmo propósito, entre os quais, observam-se as seguintes ações:

- Trazem informações importantes sobre o conteúdo dos documentos;
- Fazem esclarecimentos, recomendações e advertências sobre o uso dos documentos;
- Fazem uma exposição sobre a situação que ensejou a remessa do documento;
- Submetem o documento à apreciação da audiência;
- Solicitam encaminhamentos ou divulgação dos documentos.

Os ofícios deste grupo, do ponto de vista lingüístico, apresentam estruturas variadas:

(48) *Remeto a V. S<sup>a</sup> o Mapa incluso (C 1)*

(49) *Com esta hade entregar a Vossa Senhoria o Portador ao / prezo (C 9)*

(50) *Da Carta Junta verá V. Ex<sup>a</sup> q ooficio/de Tabelaõ do Judicial e Notas (C 60)*

(51) *Pello Escrivaõ da Camara respectiva, faço remeter a VS as pau=/tas (C 102)*

Lingüísticamente, os propósitos comunicativos dos documentos estudados se expressam através de verbos performativos, indicando atos de fala diretos:

- (52) *Remeto a V. S<sup>a</sup> o Mapa incluso (C 1)*
- (53) *Ordeno a V./S<sup>a</sup> q' no seu destrito faça tirar, eme remeta C 2)*
- (54) *Informo a V.Ex<sup>a</sup> com a Resposta do Es/crivaõ da Ex<sup>am</sup> do Sup<sup>e</sup> (C 51)*
- (55) *Participo a V.S<sup>a</sup> que hum dia destes /em audiencia publica seme (C 63)*
- (56) *Emobservança do Respectavel officio de/[...] respondemos que nesta Villa (C 68)*

Aparecem também expressos por meio de construções perifrásticas, às vezes com verbos aspectuais, dando idéia de freqüência, geralmente entremeados de fórmulas de polidez:

- (57) *Tenho recebido de V. S. tres cartas, duas de/data de 16 (C 4)*
- (58) *He em conseq<sup>ca</sup> disso, e pr meachar/prezenteme noCargo de Juis Ordin<sup>o</sup> desta V<sup>a</sup>, q' vou /p meio, desta pedir a V. Exa haja de me conce-/der ter em minha (C 109)*

As cartas apresentam grande heterogeneidade de seqüências tipológicas<sup>112</sup>. Algumas trazem uma estrutura predominantemente narrativa, com informações sobre pessoas e acontecimentos partilhados pelos interlocutores. O trecho seguinte narra uma tentativa de assassinato ocorrida em 1814, no Recife. Estão presentes traços lingüísticos característicos da narração, como o verbo de mudança no passado, um circunstancial de tempo e de lugar:

- (59) *Em hum dia da semana paSsada, tendo/eu sahido de tarde, entrou hum homem nas cazas/da minha residencia com a espada dezembainha/da (C 65)*

---

<sup>112</sup> Por *tipo textual* entende-se, como em Marcuschi (2002:22), *uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Abrangem narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.*

As informações podem ser de diversos tipos, como na carta seguinte, de 1865, em que o comandante do batalhão transmite as notícias sobre Joaquim José, para que se decida se o mesmo deve ser aproveitado para o contingente da guarda nacional:

(60) *he elle casado, sem/filhos, mas de huã moral reprovada,/p'quanto na caza, em que mora com/sua mulher, tem huã, concubina; e pa-/ra que vivão ellas em harmonia, e não /briguem, aplica-lhes frequentemente/surras e cacetadas, pelo que V. Ex<sup>cia</sup> resolve-/ra o que julgar conveniente. (C 186)*

A exposição do problema é feita de maneira clara, sem dificuldade para o leitor moderno, mesmo considerando-se as peculiaridades da língua, como a grafia, por exemplo: **he**, **elle**, **huã**, **vivão**.

Há outras cartas em que predomina a argumentação. Na passagem seguinte, de 1821, Felis José de Almeida Albuquerque, “lavrador de algodons” foi convidado a dar seu parecer sobre a colocação de cercas para prender o gado. O agricultor apresenta três motivos para justificar sua opinião, favorável à conservação dos animais. De início, há uma certa ambigüidade, pois se tem a impressão de que falta uma palavra: *que se conservem os gados presos? Soltos?* A dúvida aumenta pela falta de pontuação. A sua opinião é a de que o gado deve ser conservado preso em cercas, mas só com a continuação da leitura seu ponto de vista fica claro.

(61) *Sendo convidado por Ordem de VVSS<sup>as</sup> para dar o-/meo voto e dizer dimeus sentimentos sobre Gados e Culturas/Como abitante deste Termo, e Lavrador dealgodons a 14 a-/nos tempo de minha moradia neste lugar Nao Sou Uza-/do ater esta satisfação por cauza demolestia rezaõ q' meobriga adizer oq' Sinto por escrita. He omeo parecer q' seconser-/vem os Gados ocorreme tres motivos q meparese justo...(C 67)*

Em seguida, aponta as vantagens de se plantar sem as cercas, na tentativa de convencer o(s) destinatário(s), no caso, as autoridades.



(62) *Se Autoridades os Il<sup>mos</sup> Ex<sup>mos</sup> Sen<sup>es</sup> do governo assim o determinarem Então florescerá acul-/tura e será hú continente de muita abundancia He inegavel agr<sup>de</sup>/vantagem q' tem o Cultor plantar, sem cercas, he do mesmo modo inegavel/q'todos os matos de boa (C 67)*

Encontram-se passagens descritivas— com verbo estático no presente e indicação circunstancial de lugar — como a seguinte, de 1826. A carta foi escrita pelo vigário da vila de Alhandra para atender a uma ordem imperial que pedia informações sobre os índios, seus costumes e sobre o local onde viviam:

(63) *Esta Villa de Alhandra está situada em hum terreno/apreciavel, hemuito abundante de pescarias nos Rios/que a Circulaõ, e Mangues adjacentes, onde os Indios/vaõ diariamente carangueijar, e dahitiraõ os seus sus-/tentos, (C 122)*

Atendendo à mesma ordem, o capitão-mor de Boa Vista, Francisco Inácio Pereira de Castro descreve duas aldeias. Vê-se que no desenvolvimento do parágrafo, o autor divide o assunto, falando de uma e de outra aldeia:

(64) *Nesta Capitania Mor há duas aldeias /de Indios huma na villa da Bahia de S. Miguel e outra/na Villa de Monte mor, am bos nos lugares propios desta/Capitania, por ser huma abordo da Praia e outra/abordo do Rio Mamang.<sup>e</sup> que muito utilizam pello/pescado de todas as qualidades, e de cultura, (C 119)*

Encontram-se passagens expositivas e informativas a exemplo das seguintes:

(65) *Esta Camara de conformidade com a Lei, remete a V. Ex<sup>ca</sup> a rela-/çaõ junta, na qual contem os nomes de cento e Secenta e seis/Jurados deste Municipio que foraõ apurados em Sessão de/15 do passado. (C 135)*

(66) *Participo a V. Ex<sup>ca</sup> que fica prompta a escada das tu//las maiores no Convento de Saõ Francisco d'esta Cidade/conforme me foi determinado p' Ordem de V. Ex<sup>ca</sup> em (C 139)*

Em certos casos, no lugar de prestar informações, os autores solicitam esclarecimentos diversos, como na seguinte passagem:

(67) *Desejo saber' seposso lansar mao/de alguns officiaes Interiores e/Soldados de Melhicias montada/p<sup>a</sup>. aorganização domeu Batalhão/principalm.<sup>te</sup> aquelles q' volunta (C 79)*

Do exposto, comprova-se a grande heterogeneidade de propósitos comunicativos que apresentam. A seguir, será feita uma caracterização geral das cartas, partindo dos fenômenos lingüísticos observados numa perspectiva histórico-textual.

### **5.7 Características gerais de cartas coloniais e imperiais, numa perspectiva histórico-textual**

Para se ter uma visão mais ampla dos textos deste trabalho, adota-se aqui a abordagem proposta por Oesterreicher (1994) e Stoll (1996), a partir dos conceitos de Coseriu. Em virtude da já citada variedade de habilidade com a escrita, as cartas serão estudadas separadamente: de início, faz-se uma caracterização geral das que se aproximam do *ideal de escrita* da época, de acordo com os modelos apresentados por Martinheira (1997) e Acioli (1994), que servirão de referência para um posterior cotejo entre os demais textos; em seguida, serão vistos os que divergem da tradição e que se assemelham ao que Oesterreicher denomina *competência escrita de cunho oral*. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa distinção ocorre apenas para efeito de análise, já que as cartas trazem diferentes graus de habilidade, nem sempre fácil de precisar.

Na análise, as características tradicionais das cartas serão vistas de uma perspectiva *histórico-textual*: do ponto de vista *histórico*, no nível das línguas, enfoca-se a língua portuguesa em cartas administrativas numa comunidade e tempo delimitados. Da

perspectiva *textual*, serão observados, de um lado, fenômenos relacionados ao *medium* de realização: por se tratar de textos *escritos*, apontam-se aspectos concernentes ao *meio gráfico*, como as convenções da estrutura formal dessas cartas, entendendo-se aqui as partes constitutivas típicas do gênero, a relação entre a grafia e o som; de outro lado, abordam-se problemas relativos à *concepção*, ou seja, à textualidade, entre os quais, a pontuação, a informatividade, intencionalidade, a intertextualidade, a situacionalidade.

Com relação às tradições textuais, deve-se observar que, segundo Coseriu, nas diferentes comunidades lingüísticas, existem modelos de produção e recepção de textos que são transmitidos historicamente. A forma dos atos normativos, por exemplo, obedece à disposição constitucional e a certa tradição: existem normas estabelecidas no período imperial brasileiro que ficaram mantidas no período republicano, a exemplo da obrigatoriedade de se colocar, no final dos atos, o número de anos transcorridos desde a Independência<sup>113</sup>. Algumas práticas, formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação e a estrutura dos certos documentos foram incorporados nas comunicações oficiais ao longo do tempo.<sup>114</sup>

No nível textual, conforme lembra Schlieben-Lange (1993), há uma maior variação com relação à obediência às normas. A obrigatoriedade depende do texto: ao lado de textos rituais, que devem ser repetidos literalmente, há os literários, que buscam exatamente romper com o já dito e suas normas. As cartas oficiais, embora não sejam como textos religiosos, por exemplo, que devem ser repetido, obedecem a uma certa padronização, embora permitam variações. De acordo com Oesterreicher (1994), os textos que correspondem ao ideal de escrita em geral buscam seguir as tradições textuais da sua época. Os autores entendem o alcance da cultura escrita, sabem da importância de produzir textos “adequados”, conforme o modelo textual em que se inserem, e querem produzi-los de acordo com as normas do gênero que adotaram, do ponto de vista de sua estrutura, seu

---

<sup>113</sup> Estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822.

<sup>114</sup> Os fechos para comunicações oficiais regulados pela Portaria nº 1 do Ministro da Justiça de 1937 só foram revogados pelo Decreto 100.000, em 11 de janeiro de 1991. BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1991).

estilo e seu léxico. Nesse sentido, então, é necessário saber quais são as normas textuais do gênero em uso no período e se os autores sabem observar essas normas em seus escritos.

Com relação ao nível da língua histórica, interessa verificar os fenômenos lingüístico-gramaticais — características fonéticas, ortográficas, morfossintáticas e léxico-semânticas — da língua *exemplar*, no sentido utilizado por Coseriu (1979, 1982), e se os autores conhecem e como utilizam a modalidade de língua considerada *adequada* para as cartas oficiais. Desse ponto de vista, as características dos textos serão examinadas tendo em conta a norma da época, de acordo com a 4ª edição da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em Lisboa em 1866 e a *Breve instrucçam para ensinar a doutrina Christãa, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Lingoa Portugueza e em sua Orthografia*, normas metodológicas para professores, escrita no século XVIII. Esta última constituiu um dos modelos em vigor até as últimas décadas do século XIX: foi utilizada como cartilha-catecismo na instrução primária (Andrade, 1978). Serão consideradas também outras fontes, como gramáticas históricas, a exemplo de Ali (1964), e outros estudos que focalizem a língua da época, listados na bibliografia.

### 5.7.1 Aspectos formais

Por se tratar do uso do gênero *carta* em épocas passadas, os aspectos formais, gráficos e paleográficos, serão enfatizados logo de início. Do ponto de vista paleográfico, verifica-se que os manuscritos seguem a tradição ibérica, com relação à tinta, caligrafia e material da escrita. A escrita, quase em colunas à esquerda do papel, traz regras<sup>115</sup> de diversas larguras, mas uniformes.

---

<sup>115</sup> Regra ( régua) o que permite traçar em *linha* reta; espaço entre duas paralelas onde se traça a escrita.

Encontram-se poucas cartas em opistografia — a escrita nos dois lados da folha. Normalmente, quando o assunto se estende em mais de uma página, a última palavra é repetida no início da página seguinte, possivelmente para evitar que seja adulterada.<sup>116</sup>

(68) *p.ª Resposta Sobre//Sobre taõ importante (C 2)*

(69) *autoridades avista pois //Pois da Onroza quadra(C3)*

Com relação à organização espacial, alguns aspectos sobressaem. Muitas vezes, mesmo quando de grande extensão, as cartas oficiais são redigidas apenas num só parágrafo, evidenciando a fraca percepção do funcionamento da escrita. Quando aparece, o parágrafo separa-se da margem através de um espaço em branco, sem sinal específico para marcá-lo. A primeira linha de algumas cartas apresenta letra maior que as demais; a margem direita tem aproximadamente 3 centímetros. Não há espaço na margem esquerda. Quando escritas em duas páginas, no verso há espaço mínimo para margem direita e, no entanto, existe espaço maior na margem esquerda. O afastamento da margem, principalmente em consultas do Conselho Ultramarino, tem a função de deixar espaço para os pareceres dos procuradores da coroa ou pareceres régios. Nos documentos selecionados que trazem um parecer da autoridade, esse parecer normalmente é colocado na parte superior esquerda do papel.

Com relação às formas convencionais externas, os documentos analisados seguem, no geral, a estrutura tradicional das cartas, com cabeçalho, saudação inicial (vocativo, seguido ou não de fórmula de cortesia), corpo do texto, fecho, assinatura, cargo, local e data, endereçamento. No entanto, ao longo dos anos, percebe-se uma modificação na parte inicial das cartas selecionadas. As mais antigas começam diretamente com a narrativa ou exposição, sem cabeçalho. Essas cartas, 42 ao todo, foram escritas no século XVIII, enviadas por um único autor, José César de Menezes. Não se pode determinar se o autor simplesmente não colocou o vocativo ou se as letras foram apagadas com o tempo (em

---

<sup>116</sup> Esta técnica, *chamadeira* ou *reclamo*, tinha a função de sinalizar a continuação do texto, evitando interpolações, fraudes e extravios do fôlio.

todas?!!!), já que o vocativo aparece em cartas de outros autores, contemporâneas às selecionadas, e em cartas do mesmo remetente estudadas por outros autores (Acioli, 1994). Veja-se um exemplar com essas características no seguinte quadro:

Quadro 18 – Partes constitutivas das cartas

<b>Modelo 1</b>	
(1) Narrativa ou exposição	(1) Em carta de 21 de Março do Corrente recebo a Cartade V S com aparte deque por culpa do patraõ, ePratico dera com a Gualera Nossa Senhora da Mizericordia, eSanta Anna Emhum banco de Area, aqual senaõ pode tirar, só sim otrem, emais pes Soas ecomo V S medis que o Vosso Pratico Joze Franc <sup>co</sup> fugira para esta Praça darei as providências precisas para ser prezo.
(2) Protocolo final: local e data (3) Fecho	(3) D G <sup>de</sup> A V S (2) Recife 23 de M <sup>co</sup> de 1775
(4) Assinatura	(4) Joze Cezar de Menezes
(5) Destinatário/cargo	(5) A Jeronimo Joze de Mello e Castro Coronel e Governador da Paraiba

A partir do ano de 1800, algumas cartas passam a trazer explicitamente um vocativo, enquanto outras não o trazem. O tratamento Senhor era exclusivo para o rei. Para as demais autoridades, hierarquicamente inferior, empregava-se Vossa Excelência ou Vossa Mercê, ou ainda Senhor governador, Senhor ouvidor. O tratamento usado é Vossa Excelência, ou Vossa Senhoria, geralmente destinado, segundo Acioli (1994), a administrador cujo cargo era hierarquicamente inferior. Os vocativos mais frequentes no *corpus* são os seguintes:

(70) *Ill<sup>mo</sup> Snr'*;

(71) *Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senhor*

(72) *Ill<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Senhor Gov<sup>or</sup>*

(73) ~~##~~ *Senr<sup>o</sup> D<sup>r</sup> Dez<sup>or</sup> Joaõ Severiano Maciel da Costa*

(74) *Ex<sup>mo</sup>, e D.<sup>mo</sup> Sn<sup>r</sup> Fran<sup>co</sup> Barboza Cord<sup>o</sup>*

(75) ~~III<sup>mo</sup>~~ Sn<sup>r</sup> Sarg<sup>mor</sup> Comm<sup>de</sup> Antonio Galdino Al'z daS<sup>a</sup>





O modelo a seguir é a composição mais freqüente, desde o primeiro registro no *corpus* em 1800: mais de 50% dos officios apresentam esta estrutura.

Quadro 19 – Partes constitutivas das cartas

<b>Modelo 2</b>	
(1) Vocativo	(1) III <sup>mo</sup> Sen <sup>r</sup>
(2) Narrativa ou exposição	(2) Pello Escrivão da Camara respectiva, faço remeter a VS as pautas das pessoas q haõ de Servir na Justiça os annos de 1824 thê 26 q tudo sefaz legalm <sup>te</sup> no dia 31 do mês passado de outubro em observancia do officio de VS da data de 9 dd <sup>to</sup> mês, os quaes vaõ p V.S. as limpar como ordena nom mesmo officio, e jumtam <sup>te</sup> as ballas com a competente bala
(3) Fecho	(3) D G <sup>e</sup> aVS (4) Villa Real do Brejo de Area 7 de 9bro de 1823
(4) Protocolo final: local e data	(5) Ill <sup>mos</sup> Sen <sup>r</sup> D <sup>r</sup> Fran <sup>co</sup> de Souza (Paraizo) Ouvidor G <sup>l</sup> e Corregedor da Comarca pella Lei
(5) Destinatário/cargo	(6) Joaq do Reg Toscano Brito Juis ordin <sup>io</sup>
(6) Assinatura/cargo	

Na maioria das cartas, o local e a data encontram-se no término do documento, seguidos do fecho, da assinatura do remetente e, por último, do nome e cargo do destinatário. Há casos em que aparece apenas a rubrica ou o sobrenome de quem assina o documento, muitas vezes de forma abreviada, dificultando a identificação. Normalmente o endereçamento segue no final da carta, constituído do nome do destinatário e do cargo exercido por ele. Raramente encontra-se o nome do destinatário no início da carta.

No corpus analisado, a cidade de onde é proveniente só começa a aparecer no princípio da carta a partir de 1822. O órgão ou repartição — câmara, secretaria, delegacia, ministério — que emitiu o documento só aparece no cabeçalho a partir de 1822, antes disso, há apenas uma ocorrência de 1807. Mesmo assim, o uso não é freqüente. Quando aparecem, vêm seguidos ou não do nome e/ou cargo do destinatário, como se pode ver a seguir:

Quadro 20 – Partes constitutivas das cartas

<b>Modelo 3</b>	
(1) Instituição/data	(1) Consistório da S <sup>ta</sup> Casa da Misericórdia 15 de Janeiro de 1863
(2) Vocativo	(2) Ill <sup>mo</sup> e Ex <sup>mo</sup> Senr'
(3) Narrativa ou exposição	(3) A este acompanha o mappa do movimento do Hospital da S <sup>ta</sup> Casa da Misericórdia, relativo ao anno proximo findo, e que V. Ex <sup>cia</sup> exigio por officio de 7 do corrente. Deixo de remetter as mais informações, que Pelo mesmo officio são por V. Ex <sup>cia</sup> exigidas, por Que no que dirigi a V. Ex <sup>cia</sup> em 10 de novembro do Anno findo, em resposta aos de V. Ex <sup>cia</sup> de 4, e 5 Daquelle mesmo mez foraõ satisfeitas as exigencias do Avizo Circular do Ex <sup>mo</sup> Senr Ministro do Imperio de 21 de Outubro d'aquellas informações devem ser repetidas novamente as farei chegar as mãos de V. Ex <sup>cia</sup> , a
(4) Fecho	(4) quem Deus Guarde mais annos.
(5) Destinatário/cargo	(5) Ill <sup>mo</sup> e Ex <sup>mo</sup> Senr D <sup>or</sup> Francisco d'Araujo Lima D. Prezidente da Provincia da Par <sup>a</sup>
(6) Assinatura/cargo	(6) O Pro Provedor Francisco José Rabêllo

Ainda no tocante à formalidade, um aspecto que desperta a atenção do leitor são os cumprimentos de despedida e os fechos. Esses cumprimentos apresentam uma estrutura mais ou menos fixa, podendo ser abreviados ou não, e são muitas vezes repetitivos. O fecho mais freqüentes nessas cartas é *Deos Goarde a Vossa Senhoria*, que pode aparecer de maneira abreviada e com variações:

(76) *D.G A V. S<sup>a</sup>*

(77) *D. G. a V. Ex<sup>a</sup> m. a.*

(78) *Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup> m<sup>t</sup> a<sup>n</sup>*

(79) *D. G. aV.Ex.p m<sup>tos</sup> /annos*

(80) *que D. g<sup>e</sup> //m̃ añ...*

### 5.7.2 A textualidade

Além das características formais, interessa verificar alguns aspectos relacionados à textualidade, principalmente nas cartas produzidas por produtores considerados inábeis com a escrita. Antes, porém, fazem-se considerações sobre este aspecto nas cartas consideradas *exemplares*, no sentido empregado por Coseriu, para servirem de referência no cotejo entre elas. Oesterreicher, quando tratou dos textos produzidos por soldados na América espanhola, comparou-os aos textos que correspondem ao **ideal de escrita**<sup>117</sup>, verificando que, em seus textos, os soldados tendem a escrever como falam, deixando transparecer elementos da língua falada na época, o que permite um melhor conhecimento das variedades diastráticas, diafásicas e diatópicas (Coseriu, 1980). Mesmo assim, textos dessa natureza não têm sido estudados na tradição da lingüística histórica

Como já foi tratado anteriormente, há diferentes propósitos comunicativos nas cartas e a maneira de atingir esses propósitos muitas vezes depende da habilidade dos autores com a escrita. Por se tratar de textos escritos, a redação não se encontra condicionada pela falta de tempo, possibilitando uma elaboração mais prolongada, com correções e melhorias no redigido, já que não existe a presença direta de um interlocutor. Em geral, os autores buscam seguir esses textos exemplares, procurando expressar-se claramente. Entretanto, comparando-se as diversas cartas, observa-se o aproveitamento desigual das possibilidades que a escrita oferece, a começar pela maneira como as idéias são expostas. Muitas apresentam o assunto de modo objetivo e sem trazer muita dificuldade para o leitor, enquanto outras apresentam as idéias de maneira confusa.

Nas cartas que correspondem ao ideal da escrita, do ponto de vista pragmático, a intenção do autor vem expressa de modo explícito. Percebe-se uma preocupação com a clareza e concisão: o assunto é geralmente introduzido logo no início, sem rodeios. Como exemplo,

---

<sup>117</sup> Do espanhol “ideal de escrituralidad” (Oesterreicher, 1994:156).

pode ser apontada a carta 119, de 1826, assinada pelo capitão-mor Francisco Inácio Pereira de Castro, em resposta a uma ordem imperial sobre os índios que habitam na localidade. O texto está dividido em três parágrafos, de acordo com a idéia: no primeiro, situa o assunto, fazendo referência à ordem que motivou a carta; no segundo, descreve as aldeias pertencentes à capitania, sua localização e em que podem ser aproveitadas; e, no terceiro, presta informações sobre os índios residentes na localidade e seus costumes, finalizando com um parecer sobre como esses índios devem ser “civilizados”. No texto, observa-se preocupação com a maneira de colocar as informações, como se percebe na passagem transcrita, em que o autor, considerando talvez que não foi bastante claro, faz uma correção, através de “digo”, e coloca de outra forma. Por outro lado, outros aspectos prejudicam o entendimento do texto por parte do leitor moderno: a pontuação, segundo o modelo da época; a grafia (*devercidade/diversidade*; *projudique/prejudique*); a junção/segmentação das palavras (*am bos/ambos*; *deagoas/de águas*). Eis o trecho:

(81) *Nesta Capitania Mor há duas aldeias /de Indios huma navilla da Bahia de S. Miguel eoutra/na Villa de Monte mor, am bos nos lugares propios desta/Capitania, por ser huma abordo da Praia eoutra/abordo do Rio Mamang.<sup>e118</sup> que muito utilizam pello/pescado de todas as qualidades, edecultura, digo Como-/tam bem pellas terras serem propias detodas as dever/cidade de cultura, sem que aestação do tempo ospro-/judique, por serem muito forte deagoas, segundo/omeo ver estam muito bem Aldeitados. (C 119)*

Já na carta C 139, de 1834, por exemplo, trata apenas de um assunto, que é exposto de maneira direta, objetiva, após o que o autor, o capelão do Mosteiro de São Bento, se despede com o fecho “Deus guarde a Vossa Excelências Felizmente”, de forma abreviada, o local e a data.

---

<sup>118</sup> Mamanguape

(82) *Participo aV.Exc<sup>a</sup> que huma parte deste Mos=/teiro que serve de Quartel apresenta hu=/ma total ruina, não se lhe acudindo com brevid<sup>e</sup>. (C 139)*

O trecho posterior faz parte da carta 44, assinada por um corregedor da Câmara, em 1800. É uma carta curiosa pois, à primeira vista, como está redigida em um só parágrafo e com a pontuação em desacordo com a atual, têm-se a impressão de que quem a redigiu não conhece as técnicas da escrita, nem leva em consideração o leitor. Entretanto, quando se lê em voz alta, percebe-se que as idéias são claras e expostas objetivamente, o que permite ao leitor atual entender facilmente o assunto tratado, mesmo que se considerem as dificuldades decorrentes da formalidade, do estilo burocrático e da diferença entre a escrita da época e a atual. Isso levaria à dedução de que a carta foi ditada, e que a pessoa que copiou a carta não tem amplo domínio das técnicas da escrita:

(83) *Quando esta Capitania estava anexa a de Per/nambuco, fui eu incumbido de crear duas Vi-las, hua nos Cariri com a denominação deVila /nova de SPedro do Intendente, eoutra na Povo/ação do jardim na Ribeira do Rio do Peixe, com/ adenominação de Vila nova deSouza; amoles/tia, q me obrigou aestar deCama des mezes me/embaraçou de por em execução hume, e ou(t)ra Crea/ção, eporque agora meaxo emvespera dejornadas/p<sup>r</sup> ocertaõ remeto aV.S. os Oficios, porque se não /ordenou a creação dasoltas V<sup>as</sup>, para medetermi/nar o q devo fazer, visto que esta hoje sepa/rada esta Capitania daquela. (C 44)*

Ainda na carta anterior (C 44), é interessante o uso de *esta* e *aquela* para se referir às capitânicas da Paraíba e de Pernambuco, citadas anteriormente no texto. Encontram-se também *uns* e *outros*, os particularizadores, na terminologia de Coseriu (1979). Já na carta posterior, de 1775, o autor trata do envio de recrutas para o serviço real: inicialmente faz referência a uma carta que recebeu do destinatário, juntamente com a remessa de um soldado, ao mesmo tempo em que faz algumas recomendações; em seguida, pede que seja feita outra remessa de soldados e enviada uma relação, de acordo com suas ordens, que passa a detalhar. Como ocorre nas cartas consideradas *exemplares*, a sucessão das idéias e

as informações são dispostas levando em conta as unidades de sentido. Aqui, expressões nominais catafóricas predeterminam a paragrafação:

(84) *...ordeno tãobem faça tirar no Seu destrito, eme/dirija, com amayor brevidade, /uma exacta Relaçã dividida/ nas Classes seguintes.*

*Primeiramente: Detodos os Navios(...)*

*Em Segundo lugar: Detodos os que fazem (...)*

*Em terceiro Lugar: Detodos os Marinhei-/ros (...)*

*Em quarto Lugar: Detodos os Pescadores, que/ habitaõ nos referidos Portos. (C 9)*

Nos textos escritos, o planejamento, em princípio, pode ocorrer de antemão, o que, segundo Oesterreicher (1994), favorece a uma expressão de grande densidade informativa. É o que se verifica em cartas como a C 13, que vem dividida em itens, de acordo com as recomendações feitas pelo autor:

(85) *Ordeno a V.S.<sup>a</sup>, que em Cumprimento de /Alvará com força deLey deS.Mag.<sup>e</sup> de 24 deFevereiro de/1764, mande aos Capitaens Mores dessaCapitania deSeo/governo, que no prefixo termo denoventadias continuos, eConta/dos daapresentaçã daordem de V.S<sup>a</sup> tenham nas Camaras do /seo Destricto as Listas de todas, ecadahuma das Comp<sup>as</sup> deseio /termo emhumLivro, queparaissohaverá rubricado eenser-/rado por Mez, sendo taõbemas Listas particulares decada /Comp<sup>a</sup> rubricadas, eassignadas pelos respectivos Capitaens.(C 13)*

Além disso, é sempre possível colocar informações suplementares, notas e apontamentos. Como exemplo, pode-se ver, ainda a carta 9, em que o autor, após concluir e assinar, acrescenta outras informações:

(86) *Com esta hade entregar a Vossa Senhoria o Portador ao /prezo Antonio Barbosa de Andrade, para V S o fazer re/colher acadea a ordem do Dr Ouvidor, para onde veyo re/metido davila de Alagoas. Dia eora ut supra.(C 9)*

O mesmo acontece neste outro exemplo — C 27 — do mesmo autor, que adiciona a informação após concluir a carta, inclui um pós-escrito:

(87) *PS: A carta inclusa pa os Govern.os in/terinos da Cap.nia do Ro Gr. fará V. Sa remeter/com a possivel brevide.~ (C 27)*

Outro aspecto a ser destacado é a coerência dêitica, isto é, na maioria dos textos, as relações temporais estruturam-se coerentemente e se estabelecem a partir da data colocada no final dos documentos. É o que se espera e o que se verifica nas cartas selecionadas: os autores preocupam-se em situar seus textos, colocando as datas, principalmente por se tratar de documentos oficiais, relacionados à administração governamental.

(88) *Temos presente oOfficio V. Ex.<sup>ca</sup> de 13 de Sbro. Proximo/ paSsado, edas Claras expreSonS doSeu contes to ficamos /aSsás entendidos(...)Quanto aos Seductores do Povo para arequi/Ziçaõ de 8 de Setembro, egnoramos quais Sejaõ./D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> aV. Ex.<sup>ca</sup> m.<sup>to</sup> na.<sup>os</sup> EmSeSsaõ de /19 de 8bro de 1826. (C 125)*

Na passagem seguinte, a data do documento encontra-se logo no início, *18 de Abril de 1871*, à qual as demais datas estão relacionadas:

(89) *Quartel do Destacamento da/ Guarda Nacional da Parahiba//em 18 de Abril de 1871*

*Ill<sup>mo</sup> Sr*

*Em resposta ao officio de V.S<sup>a</sup> de **hontem**/ordenando-me para que o Commandante/da Guarda da Cadeia **do dia 13**, informe (C 196)*

O contexto pode realmente definir o sentido do texto e orienta tanto a sua produção quanto a recepção. Coseriu (1979:228-9), falando da importância dos *entornos*, refere-se à *situação* como o “*espaço-tempo*” do discurso, enquanto criado pelo próprio discurso e ordenado em relação a seu sujeito, em outras palavras, *aquilo por que ocorrem o aqui e o ali, o isto*

*e o aquilo, o agora e o outrora, e por que um indivíduo é eu e outros são tu, ele, etc. De acordo com o autor, o que efetivamente se diz é menos do que se expressa e se entende a determinação com que se chama o mesmo termo depende inteiramente desse entorno e apenas em relação a ele adquire sentido; os pronomes substantivos só podem denotar graças à situação.*

Nas cartas estudadas, os produtores têm em mente um destinatário específico e, no momento de produção, compartilham do conhecimento necessário para identificar os referentes, não sendo preciso explicitar todas as informações. Por outro lado, o texto precisa trazer dados suficientes para ser compreendido com o sentido que o produtor pretende. Dessa maneira, um aspecto que aflora na leitura é a necessidade de que o leitor contemporâneo, não o destinatário das cartas, recupere o conhecimento de determinadas situações e acontecimentos aludidos pelo autor, para que o sentido da informação seja compreendido (Oesterreicher, 1999). Mesmo assim, há casos em que as pessoas, lugares e feitos se apresentam de tal forma que o leitor pode identificá-los com facilidade, como na carta 21, a seguir, que traz o nome e a função dos recrutas a que se refere o autor:

(90) *Fui entregue das Recrutas que V. S<sup>a</sup> me en/viou pelo Ajudante Manoel Carneiro e pelo Sargento / Francisco Xavier Ozorio, os quaes tendo obrigação de os /entregar Seguros nesta Praça namderaõ Conta do Dezertor/ Antonio daCosta Caetano, nem Francisco Pr<sup>a</sup><sup>119</sup> filho de /Gaspar Pr<sup>a</sup> / Estes dois cabos tem incorrido nas /penas, que determinao Cap' 23 do Regulamento edevem ser punidos (C 21)*

Como lembra Costa Val (1991) é necessário que o produtor do texto saiba com que conhecimentos do recebedor vai poder contar e não precisa explicitar no seu discurso. Tais conhecimentos podem advir do contexto imediato ou preexistir ao ato comunicativo. Nas cartas em estudo, há muitas referências a acontecimentos anteriores ou a correspondências

---

<sup>119</sup> Pereira



enviadas ou recebidas, denotando que o destinatário já conhece o assunto, pessoas ou locais citados.

- (91) *Nacarta de tres de Março do presente anno que Vossa Senhoria /me escreve; ahinda mereprezenta amimoria, eoque praticaraõ/ os-seos anteceSsores, e exercitavaõ osmais Governadores so/bordinados...” (C12)*
- (92) *Tenho recebido de V. S. tres cartas duas de data /de 16, e huma de 17, todas do corrente mez, a q /não tenho dado resposta ...(C 4)*

Outro aspecto que se ressalta são as freqüentes ocorrências de intertextualidade, em que o sentido de um texto depende do conhecimento de outro(s). Na maioria das vezes, a referência a leis, ofícios e a outras cartas é explícita e o autor retoma o que foi citado no documento, como na passagem seguinte, da C 6, de 1774:

- (93) *Nacarta q’ V. S<sup>a</sup> me remete nesta occasiã, /vem inclusa acopia de huma ordem Regia de 7 de Agosto/de 1739, q’ faculta ao Governo dessa Cap.<sup>ia</sup> a nomeaçã de/Almoxarife dacidade da Paraiba, precedendo proposta da Ca/mara (C 6)*

Do mesmo modo acontece na carta C 96, de 1823, em que o produtor demonstra preocupação em explicitar os acontecimentos, fazendo referência ao fato e ao despacho que trata do assunto:

- (94) *Tendo resp<sup>io</sup> aoVenerando desp<sup>o</sup> deVEx<sup>as</sup> emque meordenaõ respon=/der sobre acalumnioza representação q’ faz oAlferes Ant<sup>io</sup> Filipe co=/ntra mim, paSso areponder, ededuzir pelos artigos seg<sup>tes</sup> (C 96)*

Já na carta seguinte, é difícil precisar o assunto tratado porque o documento onde estaria a informação não foi encontrado. O autor não explicita todos os dados porque conta com o

conhecimento do destinatário sobre o assunto e com o documento anexo. Entretanto, sem essas informações, um outro leitor não vai saber a que se referem as palavras *caso*, *dele*, *informação*.

(95) *Em cumprimento do Respeitavel Despaixo/proferido no requerimento junto p V. /V. Ex<sup>cas</sup> informo, que vendo ocazo distante/desta Villa des oito leguas, e não tendo eu/conhecimento dele, mandei ao Com<sup>de</sup> da-/quele Destrito Joze Raimundo Vieira q' me informasse com verdade, cuja infor/mação remeto a VVEx<sup>cas</sup> incluza; sobre /o que V. Ex<sup>cas</sup> mandaraõ oq'forem servidos. Deus (C 108)*

Na carta subsequente, de 1805, o autor claramente leva em conta o conhecimento do recebedor sobre a resposta que o procurador da coroa teria dado, não considerando necessário esclarecer em que consiste essa resposta. Então, fica difícil para outro leitor saber qual é a resposta, quem é o suplicante, a quem o autor se refere, qual a data pedida pelo suplicante, e assim por diante:

(96) *Visto aresposta do D. Procurador daCoroa e Faz<sup>e</sup> não/dovido seconceda adata que o Sup<sup>e</sup> pede não prejudican-/do aterceiro, nem excedendo ataxa, sendo obrigado ade/marcar por este Juizo, por elle tomar posse naCom-/formidade das Reais Ordens que Seacham no Archivo/desta Provedoria (C 56)*

Com relação à coesão seqüencial, em muitas cartas, percebem-se construções em que ocorre a presença abusiva de *que* e de *e*. No longo exemplo a seguir, por exemplo, em alguns trechos, como os destacados, o uso do *que* poderia ser evitado. Verifique-se, no *corpus*, que a carta está escrita apenas em dois períodos, excluindo-se a fórmula de despedida:

(97) *Recebo a de V.S.<sup>a</sup> de 28 de Marco pro/ximo passado em que me da Conta, de que lhe chegando a noticia, que /aobra do Cabedelo se continuava sem*

aSegurança, eperfeição devida[...], emandara ex/aminar pelo Ajudante João Baptista, porter Luzes deArchitettura/**que** ofizera com oextracto **que** enviava (enviado), edepois correaõ mais alguas /noticias, sobre aaveriguação da mesma obra, **que** ainda senaõ chegaraõ/averificar (ainda não verificadas), fora assistir a Vestoria da mesma obra, eachava a Ponte[...] eQuarteis bem acabados, [...]epor isso menos duraveis, **equ**e as tampas exteriori<sup>te</sup> estavao /completas, inda **que** lhe diziaõ, que não tem o alicerce devido, eas explana/das, estavaõ tao bem perfeitas, [...]epeça, q̃. sobre ella /Sepuzera (postas sobre ela) easentaraõ os Mestres que levava, deque se esperase [...] para se ver se ligado, einduricado o argamasado, em que se assen/tou o Lagedo, [...]sofre o pezo das Carretas, sem se desconjuntar Achando/juntamente que na ditta Fortaleza haviahua caza dTijolo e Caza/do Com<sup>te</sup>, que o Mestre vendera a Telha [...], gas/tando a muita pedra de Alvenaria e CabeçaS, que ahavia namesma/Fortaleza, ehua grande porçaõ de cal, q. estava debaixo da abobada/aoque deitaSer responsavel o mesmo Mestre, naõ sendo da condição (C 41)

Encontrou-se o emprego de juntor sem tradição na língua escrita atual. A ocorrência desse juntor foi registrada por Pessoa (1997) em jornais do século XIX.

(98) *aqual senaõ pode tirar, só **sim** orem, emais pes/soas ecomo Vossa (C 11)*

Na análise dos textos, verificou-se o largo uso de *mesmo* (sozinho ou acompanhado) *o dito* (sozinho ou acompanhado), *sobredito(a)* como anafóricos. Algumas vezes esses termos parecem soltos, repetitivos, sem referir-se diretamente a algum termo da frase, o que pode constituir uma intenção de imitar um estilo diplomático ou formal. Às vezes, repete-se o pronome, como em na (C 36) - *ditos*; outras, vezes, muda-se o anafórico, como em (C 2) *ambos os ditos*, ou ainda em (C 53) - *mesmos*.

(99) *determinação da dita Junta, edeaplicar adita obra, /comfervor e zello(C 36)*

(100) *por estarem/ ambos os ditos Regimentos taõ faltos della, que dos mes-/mos naõ pude (C2)*

(101) *estavam duas pardas, estando o cu-/pado do preto em des fazer a mandioca em hum ralo, e-/goalmente axei hum porco morto, q' bem parecia ser/furtado (C 53)*

(102) *pelo sobredito Alexandre Xavier...(C 113)*

Ainda do ponto de vista dêitico, as relações espaciais encontram-se, na maioria das cartas, estruturadas coerentemente. É o que se percebe no uso dos demonstrativos *este, esta*, usados para referir-se ao que está próximo ao remetente, *esse, essa*, para o que está próximo ao destinatário e *aquela, aquela*, para o que está distante:

(103) *mas brevemente hirá para essa cidade(C 4)*

(104) *Nacarta que Vossa Senhoria me remete nesta occasião(C 6)*

(105) *devem ser feitas, estas e semelhantes nomeações(C 6)*

(106) *com todas aquellas providencias..."(C 6)*

Os possessivos e os dêiticos, segundo Coseriu (1979:222) são instrumentos verbais *situadores*, ou seja, eles vinculam as pessoas à situação, localizando-as em relação às circunstâncias espaço-temporais do próprio discurso. Silveira (2002), referindo-se à correspondência oficial contemporânea, observou que se evita o uso desses possessivos possivelmente para manter um certo distanciamento, neutralidade. Com relação ao uso dos possessivos nas cartas coloniais, verificou-se ora o uso do possessivo, ora o da expressão “*de V.S<sup>a</sup>*”, como se pode ver em:

(107) *Em vertude do Officio de V.Ex<sup>as</sup> de 26 de 7bro p<sup>a</sup> darse-lhe /o seu intr<sup>o</sup> cumprim<sup>to</sup> no ultimo de 8bro oq'tudo fis (C 100)*

(108) *Só afim de poderem servir osSeus afi/lhados, esquecendo-se do principal (C9)*

(109) *medeyxam seguro doseo afeto (C 10)*

(110) *mande aos Capitaens Mores dessaCapitania deSeo/governo, (C 13)*

*(111) Sendo convidado por Ordem de VVSS<sup>as</sup> para dar o-/meo voto (C 67)*

*(112) Em observancia do Off. de V. Ex.as (C 81)*

*(113) de levar q<sup>to</sup> antes a Respei-/tavel Pres<sup>ca</sup> de V. Ex<sup>ca</sup> os nossos trabalhos (C 91)*

No entanto, com relação aos pessoais anafóricos, não se verifica a ausência constatada por Silveira (2002) nos officios que estudou. Nas cartas coloniais, usa-se normalmente o **ele** (elle), como em:

*(114) E porq me consta q o mencionado Bacha/rel Manuel Pacheco de paiva, [...]para elle asim oficar entendendo. (C 3)*

*(115) O Antigo Provedor da Fazenda; emq V/ S<sup>a</sup> mefala,[...] pois /vendo eu q elle estava demorado, (C 4)*

*(116) Hum louco perigozo deveria Ser conser/vado na prizáo em que se acha; mas constando-/me que elle tem mulher e filhos nessaCapitania (C 65)*

### **5.7.3 A pontuação**

Neste tópico aborda-se a pontuação, focalizando-a do ponto de vista histórico, que permeia todo o trabalho. Analisa-se como era utilizada nos séculos XVIII e XIX, tomando por base a gramática de Barboza (1866). Em seguida, observa-se o emprego dos principais sinais de pontuação nas cartas. De um lado, a pontuação relaciona-se com o *medium* gráfico, já que envolve a escrita, com os sinais gráficos, e, por outro, relaciona-se com o *medium* empregado na oralidade, o fônico, já que envolve a pausa ou o ritmo. Em virtude dessa peculiaridade de que se reveste, considera-se oportuno abordá-la neste item, principalmente relacionando-a com a questão da textualidade. Muitas vezes excessiva e em outras escassa, a utilização indevida da pontuação pode dificultar o entendimento do sentido do texto, causando deformações sintáticas e modificação na formação, no ritmo e na musicalidade da

frase. Isso sem contar com a alteração no pensamento do autor, com repercussões no próprio fato histórico.

Para Pessoa (1997), a pontuação arbitrária em anúncios de jornais do século XIX poderia revelar um texto produzido para ser lido em voz alta, o que era freqüente no Brasil do período, apesar de uma cultura paralela mas não majoritária – que se valia da leitura silenciosa. Este autor defende que não se pode interpretar a distinção entre *medium* e *concepção* como absoluta, porque, nos textos semi-orais, o espaço entre os dois está definitivamente marcado pela influência do fônico e representado pelo gráfico pelo menos no nível da pontuação, porque esta, sendo um elemento de natureza medial, serve também para estabelecer a integratividade.

Rocha (1997) considera que há poucos trabalhos sobre pontuação, tanto do ponto de vista histórico quanto teórico: normalmente é tratada apenas do ponto de vista normativo, de uma maneira ingênua e impressionista, em decorrência da incerteza da relação entre a língua oral e a escrita. Além disso, há uma eterna discussão sobre se a pontuação é determinada pela gramática ou pela fonologia. Neste caso, segundo a autora, com base em Chafe, a pontuação teria como função primária assinalar a prosódia (ritmo, padrões de altura, acento e hesitações), que os autores têm em mente quando escrevem e que os leitores atribuem a uma peça de escrita.

Pessoa (1997) mostra que nos manuais escolares, para orientar os aprendizes há uma mistura de critérios: ao lado do aspecto retórico, em que se destaca a pausa ou a ênfase, aparece o critério sintático, através das regras para se proceder à pontuação. Assim, apontam-se como principais funções da pontuação a *organização sintática*, a *correspondência com o oral* e a *segmentação semântica*. Rocha (1998) alerta para o fato de que muitos erros de pontuação, principalmente entre redatores inexperientes, decorrem da pressuposição de que existe uma relação unívoca entre a prosódia da fala e a pontuação da escrita, de modo que os usos da linguagem falada possam ser transferidos para a escrita, sem alterações. Segundo a autora, é possível considerar um modo preferencialmente *falado*

de pontuação (pontuação prosódica) e outro preferencialmente *escrito* (pontuação gramatical) e, nesse sentido, é possível distinguir, como Chafe, leitores *orais*, que segmentam o enunciado em unidades menores, e leitores *silenciosos*, que aceitam trechos maiores sem pontuação.

As várias maneiras de pontuar decorrem não só da época ou do autor, mas parecem variar também de acordo com os diferentes povos (Rocha, 1998). Além disso, os estilos de pontuação ainda tem a ver com o tipo de leitura, se oral ou silenciosa (visual). Na sua origem, a pontuação relacionava-se aos textos sagrados, feitos para serem recitados. Nessa época, poucos tinham domínio de seu emprego e os sinais de pontuação eram utilizados na leitura em voz alta como “indicadores para respirar”, nos textos em *scriptio continua*. Os sinais que se usam para representar o supra-segmental, como o ponto de exclamação e interrogação exemplificam essa origem (Pessoa, 1997). Através dos séculos e de maneira gradativa, foram sendo feitas inovações no sistema de pontuação, até chegar à feição que tem atualmente. Seu uso envolvia diferentes profissionais: dos antigos escribas, passou pelo revisor de texto medieval e pelos escritores das diferentes épocas, até os atuais redatores e manuais de revisão dos grandes jornais, sempre intermediada pela instrução escolar. Durante muito tempo o leitor era quem segmentava e pontuava os textos.

Na Idade Média, geralmente as tarefas da escrita eram divididas: o *autor* se encarregava da composição do texto e ditava para que o *escriba* o copiasse, ficando o *editor* encarregado da edição do texto, o que poderia significar a adoção de sistemáticas diferentes de pontuação, de acordo com o *scriptorium*. Nesse período, apesar de seguir os padrões adotados na Antigüidade Clássica, difundiam-se duas orientações para a pontuação: a lógico-gramatical e a do ritmo respiratório.

Com o advento da Imprensa nos fins do século XV para o XVI, houve a padronização da escrita e a massificação da leitura visual, fazendo com que a pontuação se generalizasse. O impacto dessa descoberta, de acordo com Rocha (1997), provocou uma tendência do público impor-se sobre o privado, que só seria igualada à automatização da escrita com o

surgimento da informática. A imprensa trouxe caracteres e marcas específicas de pontuação, o aparecimento de normas editoriais e de novas profissões, como a de revisor do texto.

Segundo Pessoa (1997), na Idade Média a leitura era concebida de maneira diferente da forma como hoje se concebe: o texto escrito estava em função da oralização do que se escrevia, isto é, o texto era escrito para ser oralizado. Com o desenvolvimento da leitura silenciosa, o texto “ditado” para ser oralizado perdeu parte de seu sentido e a elaboração do texto sofreu uma profunda alteração. Do ponto de vista lingüístico, um dos níveis mais atingidos nessa alteração foi a pontuação porque, *se antes ela desempenhara um papel auxiliar na oralização do texto, posteriormente é dirigida em função da organização do seu conteúdo e se constitui em elemento de coesão textual, colaborando para a estruturação sintática do texto, constituindo-se dessa forma num instrumento auxiliar do desenvolvimento da cultura escrita nas sociedades modernas* (Pessoa, 1997:184).

Nos séculos XVII e XVIII, a pontuação baseava-se tanto pela orientação pausal quanto gramatical. A partir do Iluminismo, houve uma modificação também na relação entre autor e texto e no próprio conceito de autor. No século XIX, os editores de texto conheciam mais sobre pontuação que seus autores. Nesse século, começaram a surgir na França e na Inglaterra trabalhos dedicados à pontuação. Rocha (1998) lembra, com Chafe, que durante a maior parte do século XIX, as unidades de pontuação costumavam se identificar com as unidades de entonação da fala e por isso é comum se verificar nessa época a violação às normas gramaticais, especialmente separando o sujeito de predicado. Na *Grammatica philosophica*, Barboza recomenda que, para bem pontuar, deve-se conhecer bem *as partes da oração e da sua syntaxe e construcção*. Segundo este autor, a pontuação é a

arte de na escriptura distinguir com certas notas as diferentes partes e membros da oração, e a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom e inflexão da voz com que as deve pronunciar. (Barboza, 1866:57)



Barboza (1866) apresenta como primeira regra geral de pontuação a separação das palavras por um espaço em branco, o que nem sempre ocorre nas cartas aqui estudadas, como se viu anteriormente. As demais regras gerais apontam, entre outros, para o uso da pontuação no final das orações, de acordo com a entonação e também para o uso de uma pontuação mais fraca antes da mais forte, ou seja, a vírgula [,] antes do ponto e vírgula [;] e este antes dos dois pontos [:]. No trecho seguinte, por exemplo, essa é a ordem em que os sinais de pontuação aparecem, mas o emprego do ponto-e-vírgula (depois de *necessidade*) marca uma pausa um pouco forçada, talvez explicável pela distância em que se encontram os antecedentes do *que* (*carestia, falta*). Interessante, nesta passagem, é o emprego do sinal [=] para indicar separação de linha e para ligar o clítico ao verbo:

(117) *A carestia, emesmo afalta de Farinha, gene-/ro daprimeira neceSsidade; que sofrem os habitantes/deste lugar, fes que muitas pessoas hontem, me=/diSseçem que haviaõ mesmo a que Cazas com m<sup>tas</sup> /Sacas deFar<sup>a</sup> para se= exportarem para Pernambu-/Co, pedindo-me que eu fizeçe com que os dônos, ou /peSsôas dellas em carregadas vende-sem aopôvo q' /padeçia fome: não falta já das Continuadas bal/Ssas que por aqui passaõ, em<sup>mo</sup> que por aqui se=/embarçaõ; mais oestado actual de falta deste tam/importante genero, he conheçendo arasaõ damur=/muraçaõ do pôvo, pella falta de providençias aes-/te respeito, tomei oa Côrdo com municar a V.Ex<sup>a</sup>/a Continua exportaçaõ (C 131)*

Entretanto, não é o que se verifica no trecho seguinte, em que o ponto-e-vírgula aparece empregado indevidamente antes da vírgula. Percebe-se que o uso dos sinais de pontuação em muitos casos deixa o texto confuso (como o ponto-e-vírgula depois de *escreve, posteriores* e as vírgulas depois de *amimoria, antecessores*), ou deixando de pontuar onde há necessidade (depois de *inteiramente* “*emteiram<sup>te</sup>*”). Nesses casos, além de não seguir as regras da época, a pontuação assinala pausas que não necessitariam de serem pontuadas, contrariando as palavras de Barboza (1886:58), segundo o qual a pontuação *nunca deve ser superflua: o que se pode fazer com menos, não se deve fazer com mais*.

(118) *Nacarta detres de Março do presente anno que V. S./me escreve; ahinda mereprezenta amimoria, eoque praticaraõ /os-seos anteceSsores, e exercitavaõ osmais Governadores so/bordinados e paSso adizer que menaõ conformey nami/nha dicizaõ com aOrdem de 7 de Agosto de 1740. Ou/tras Ordens postriores; eamesma arecadação da Real/Fazenda, que tem os ultimos tempos mudaraõ, emteiram<sup>te</sup>/demodo mefirmaõ na rezulução quetomei: o que sertam<sup>te</sup> /naõ FaSso com outro experito, senaõ com ó deservir bem /a Sua Mag<sup>de</sup> F:..(C 12)*

Observe-se que o uso do ponto-e-vírgula no trecho seguinte dificulta a interpretação do texto, dando idéia de incompletude: neste exemplo (188), extraído da carta (C 2), a oração *causal* inicial vai recebendo inúmeros acréscimos, até parar bruscamente com o ponto-e-vírgula, seguido de espaço e a oração seguinte *Ordeno* iniciada por letra maiúscula. Vê-se que é essa a oração principal (*Ordeno*) e que vai completar a idéia inicial. Em seguida, o emprego do ponto-e-vírgula separando idéias distintas mas dependentes:

(119) *Como reconheço a distinta honra, desve/lo eeficacia com q [...]foi com-a diminuição de duzentos e oito homens; Ordeno a Vossa / Senhoria...” (C2)*

Tomando ainda por base o que afirma Barboza (1866:61), a vírgula só deve aparecer antes das conjunções *e, nem, ou, como, que* e outras semelhantes, se as palavras e frases ligadas por elas *excedem a medida commum de uma pausa ordinaria, pelas orações incidentes, e complementos que trazem consigo*; se são frases e palavras curtas e simples, a vírgula é desnecessária. Pelo que estabelece o autor, há casos específicos em que a vírgula deve aparecer, ou seja, quando há uma *pausa* que justifique. Nos exemplos coletados, há inúmeros casos em que se percebe a obediência à regra, como no trecho seguinte, de uma carta escrita em 1800, assinada pelo corregedor da câmara da Paraíba, em que o uso da vírgula antes de *e, ou* pode ser explicado pela entonação:

(120) *Que vague sem pastor, ou goarda, eque se-/naõ fizese aquela Cerca doCostume, eu opresence-ei, q<sup>do</sup>/apouco merecolhi da Junta da Justiça, eonaõ negou o-/damnador: que egoalm<sup>te</sup> cauzase aquele gado ograve /damno ás lavoiras dos queixosos, emprejuizo nota-/vel dosmesmos, eda-abundacia publica consta dos/Autos, e-eu taõ bem o-observei. (C 48)*

Nos exemplos a seguir, vê-se o emprego bastante freqüente nas cartas: o uso da vírgula antes do *e* em enumerações, e antes de *como*, *ou*:

(121) *Esta Villa, eseu contorno naõ/só as apresenta uma numeroza mocidade para/asprimeiras letras, como até para Gramatica/Latina, por que (C 69)*

(122) *Detodos os Marinhei-/ros, Grumetes, eMoços, asim Livres, como Escravos(C 9)*

(123) *sedevem taõbem declarar aquelles/ moradores, que forem dos Corpos Auxiliares, ou Cavallaria, eos Filhos varoens (C 13)*

Já na carta seguinte, de 1821, em estruturas semelhantes às anteriores, a vírgula não é usada antes do *ou*, embora a ausência não traga dificuldades para o sentido do texto. Entretanto, na mesma carta, o uso indevido de um ponto no lugar da vírgula separa a oração principal, iniciada por *Tenho*, da gerundial causal (*Sendo*), que fica incompleta:

(124) *Sendo este hu ramo taõ interessante ao Publico/aos direitos Reaes eaumento daNaçaõ. Tenho mais q' ponderar/aVVSS<sup>as</sup> q'p<sup>a</sup> abstar oabuzo empreterivel, q'Costuma aparecer en-/Vertude deq'q' Ordem estabelecida, fica Sem efeito epor isso lembro /aVVSS<sup>as</sup> ou aquem juntam<sup>te</sup> pertencer, q' ordenem q'/todo o Cultor q' haxar (C 67)*

Em certos casos, utiliza-se a vírgula separando-se orações dependentes, o que contraria uma das regras gerais apontadas por Barboza (1866:58): *não se deve colocar pontuação alguma entre as palavras que se modificam, ou concordando umas com outras, ou regendo-se*. No

entanto, há inúmeras passagens em que a vírgula aparece antes do *que*, separando orações subordinadas objetivas diretas, como a seguir:

(125) *Querendo dar principio a Devasa ordenada pelo Oficio/de VS de 3 do Corr<sup>e</sup>,  
ocorre me, que a Lei no Regim<sup>o</sup> dos Juises /Ordinarios, edefora encumbe (C 49)*

(126) *em que V. Ex<sup>ca</sup> ordena, que/ella faça por em estreita observança a/Lei de 3 de 8bro do  
anno passado (C 137)*

(127) *necessito, que V. Ex<sup>ca</sup> digne-se de (C 157)*

No período entre o século XV e o XVI, os dois pontos tinham um poder de separação entre o ponto-e-vírgula e o ponto. Por outro lado, verifica-se que, nas cartas, é raro o emprego dos dois pontos para indicar uma enumeração, como são usados modernamente. Na carta (C 96), após *seguintes* (*seg<sup>tes</sup>*) caberiam os dois pontos. Na carta 67, a seguir, datada de 1821, um “*lavrador dealgudons*”, residente há 14 anos no termo de Mamanguape, que havia sido convidado a opinar sobre a criação do gado sem o uso de cercas, impossibilitado de ir pessoalmente, expressa seu parecer por escrito. O texto apresenta flutuação na grafia, falta de concordância entre o verbo e o sujeito e a pontuação é insuficiente em alguns trechos (por exemplo, faltam os dois pontos depois de *justo*). De início, há uma certa dúvida quanto ao posicionamento do autor da carta, porém, com a continuação, na enumeração dos motivos, sua opinião vai ficando clara, o que permite supor que o autor, embora se expresse adequadamente na modalidade oral, não tem a mesma familiaridade com a língua escrita.

(128) *paSso aresponder, ededuzir pelos artigos seg<sup>tes</sup> Primeiro q’/nunca tive emtrigas, nem  
publicas, enem particulares comod<sup>o</sup> Alferes (C 96)*

(129) *He omeo parecer q’ Seconser-/vem os Gados ocorre me tres motivos q meparese justo  
1<sup>o</sup> por não/desgostar aos Criadores 2<sup>o</sup> pela precizaõ q’ há dasua Conserva-/çaõ p<sup>a</sup>  
Uzo deremedios 3<sup>o</sup> por prevençaõ dalgua’ falta extraordina-/ria q’possa haver. (C 67)*

Há casos do emprego dos dois pontos para marcar uma pausa intensa, a exemplo da passagem a seguir. Nela, o autor faz referência a uma carta que recebeu do destinatário e agradece a relação recebida anexa. O uso dos dois pontos confere à passagem uma certa economia sintática, já que evita o uso do conector, deixando-a sintética, amarrada.

*(130) Recebo a carta de V.S. de 16 do corrente mez com a Re/messa do soldado dezertor:  
Agradeço a Vossa Senhoria a relação, recomendo/lhe, que (C9)*

Com relação ao uso do ponto, é interessante observar que, em relação à vírgula, ponto-e-vírgula e dois pontos, é pouco utilizado. Com grande frequência, as cartas aparecem em um só parágrafo e um só período, trazendo, portanto, apenas o ponto final, como na carta seguinte, de 1834, escrita por um vigário do Mosteiro de São Bento, já citada anteriormente:

*(131) Participo a V. Exc<sup>a</sup> que huma parte deste Mosteiro que serve de Quartel apresenta  
huma total ruina, não se lhe acudindo com brevid<sup>e</sup> (C 141)*

Entre os sinais de pontuação, um dos menos usados foi o sinal de interrogação. Registrou-se a ocorrência em apenas quatro cartas:

*(132) Como pode esta pinhora ser desfeita por hum mandado demanu-tenção do Juizo  
Ordinario? (C 50)*

*(133) eque regimem lhes poderar ser p<sup>r</sup> este applica-/do? (C 118)*

*(134) “...p<sup>r</sup> omizeálo oCabra M.<sup>el</sup> Dias/ omem facineroso, ep<sup>r</sup> tal reconhecido /nesta V<sup>a</sup> de  
Pombal, eCriminoso ...” (C 112)*

Em muitas cartas, alguns sinais deixaram dúvidas. O *viraccento*, ou apóstrofe, estava muitas vezes empregado nas abreviaturas para assinalar a supressão da vogal final.

Por outro lado, surgem inúmeros trechos excessivamente pontuados:

(135) *casas do Coman=/dante, e da Abobada, e os quarteis, tudo da Fortaleza do=Cabedelo*  
(C36)

(136) *para ver sesaõ capazes para oServiço, enão virem homens doentes, /einuteis como*  
*agora (C38)*

Assim, com relação à pontuação, o que se pode verificar na apreciação das cartas é que em geral os sinais de pontuação são empregados com uma certa arbitrariedade, mesmo em se considerando a norma da época, o que torna difícil uma sistematização. Em muitas passagens, essa arbitrariedade pode ser explicada pelo fato de se tratar de produtores pouco conscientes da norma, que tendem a pontuar considerando as pausas da leitura oral.

## **5.8 Características lingüísticas**

Para fazer a análise lingüística desses textos, optou-se por escolher, entre as características apontadas pelos estudiosos pesquisados como peculiares à língua portuguesa da época, alguns aspectos mais evidentes relacionados à ortografia e sua relação com a fonética, peculiaridades léxico-semânticas, morfossintáticas, com ênfase na morfologia verbal. Observou-se que, do ponto de vista da língua histórica, no período da história do Brasil em que essas cartas foram escritas, até a metade do século XIX, os falantes da língua portuguesa ainda buscavam seguir o modelo da metrópole e os manuscritos refletem o caráter conservador da modalidade escrita da língua portuguesa. Era, então, interesse dos autores expressar-se de acordo com as normas cultas da língua, já que mediante o emprego de formas prestigiadas socialmente se pode alcançar a maior difusão e aceitação dos textos, corroborando o que Schlieben-Lange (1993:22) afirma: *para se fazer entender e, portanto, não se transviar da comunidade grupal*. Isso também é válido para os textos, embora seja

prevista a ruptura da norma em certos aspectos, já que se trata de manifestações individuais do falar. É importante considerar, além disso, que esses textos trazem um aspecto peculiar do ponto de vista lingüístico: a utilização da língua burocrática, isto é, o registro lingüístico da língua de uso comum na burocracia administrativa.<sup>120</sup>

Na época colonial, segundo Oesterreicher (1994), os que redigem textos burocráticos são em geral autores com certa prática no exercício de escrever: oficiais com seus secretários e escrivães, tabeliães. Esses autores estão guiados pelas tradições discursivas, pelo que Coseriu (1979a) chama de *saber falar como se fala* numa comunidade e segundo uma tradição. No entanto, como nessa época o papel da escola ainda não se sentia no sentido de reforçar a norma, esta orientação para com a norma é sempre bastante relativa. São abundantes, pois, flutuações e vacilações inclusive nos textos que correspondem claramente à concepção escrita. Em decorrência desses fatores, há no *corpus* uma grande variação no domínio do código escrito por parte dos autores.

### **5.8.1 Aspectos da ortografia**

Desde o Alvará Régio de 1770, a modalidade oficial da língua portuguesa ensinada nas escolas e em que os mestres nas Aulas de Letras obrigatoriamente instruíam os discípulos era o da “*Grammatica Portugueza de Antonio José dos Reis Lobato*”. De acordo com Fávero (1996), Lobato pode ser considerado um gramático de transição entre um período da

---

<sup>120</sup> Mendonça (1985) apresenta alguns estudos sobre as linguagens burocrática e jurídica, e aponta como características da burocrática: 1) *Abuso de nominalizações* – o estilo burocrático tradicional é impessoal, não se dirige diretamente ao leitor; se um ser humano é mencionado, ele o é através de um termo genérico ou de classe. O efeito é um estilo formal e abstrato. Reflete-se ainda no modo de centralizar-se no objeto inanimado da ação em vez de no agente da ação; 2) *Uso freqüente de jargões* – vocabulário específico com duplo objetivo para o grupo profissional que domina os conceitos transmitidos: a) indica a seus usuários, aqueles que não fazem parte do grupo; b) serve para facilitar a intercomunicação entre os membros de um grupo; 3) *Tom marcadamente legalístico* – decorrente de ser muitas vezes documento legal. Engloba muitas vezes

gramática latina e um de renovação filosófica, cujo principal representante é Jerônimo Soares Barboza. Este último publicou sua gramática em Lisboa em 1822, embora tivesse sido escrita pelo menos duas décadas antes. Barboza defendia o domínio das normas cultas como fator de prestígio, através da imitação e assimilação dos usos e costumes da corte:

Entre as diferentes pronúncias de que usa qualquer nação nas suas diferentes provincias, não se póde negar que a da côrte e territorio em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de regra [...]o uso porém da côrte não é o uso do povo; mas sim o dagente mais civilizada e instruida. Entre aquelles grassam pronúncias não menos viciosas que nas provincias, mas que os homens polidos estranham [...] e porisso não as emendam senão com o trato da corte, ou de pessoas que fallam tão bem como n'ella (Barboza, 1866:34-35).

Barboza propunha a adoção de duas ortografias: a *etimológica* e a *fonética* (da pronúncia), sendo a primeira reservada aos letrados e a segunda, aos iletrados. Na corte, a multiplicidade de pessoas e suas necessidades, estudos, profissões, talentos, negociações de toda a espécie:

requer um circulo maior de idéas, de combinações, de raciocínios, do que nas provincias, e por consequencia tambem um maior numero de palavras, de expressões e de discurso, cujo uso frequente e repetido emenda insensivelmente os defeitos que são custosos ao orgão e desagradaveis ao ouvido, e fixa os sons da lingua, que a falta de uso e de trato deixa incertos e inconstantes nas provincias e logares menos frequentados. (Barboza, 1866: 35)

---

arcaísmos, frases muito complexas - características da linguagem jurídica -, parágrafos demasiadamente longos (120 a 150 palavras), que sobrecarregam a capacidade humana de processamento da informação.



Esse gramático atestou a existência de “vícios da pronúncia”, registrando hábitos fonéticos peculiares de brasileiros, algárvios e minhotos, que acresciam, subtraíam e alteravam as vozes<sup>121</sup>, porém *ninguem como os rusticos faz tantas trocas de vozes uma por outras* (p. 35). Entretanto, também as pessoas polidas se enganavam na pronúncia das palavras, principalmente no uso do plural: o *ô* grande fechado pronunciado como no singular os nomes que tem dois *oo* na penúltima e última: *soccôrros, gostôso*, por *socorros, gostosos*, ou não fazendo exceção da regra dizem pelo contrário *espôso espósos, gôsto, góstos, lôgro, lôgros*.

Na *Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, ler e escrever aos meninos e ao mesmo tempo, os princípios da Lingoa Portugueza e da Orthografia*, assim se conceitua voz: *Huma vós ou huma dicção sam muytas silabas juntas que fazem hum sentido distincto e separado, como v.g. penna, tinta, papel, obreas* (apud Andrade, 1978:135).

Entre os casos de pronúncias consideradas viciosas por Barboza, principalmente as apontadas como próprias de brasileiros, detectaram-se no *corpus* refletidas na grafia das palavras:

- a troca do *a* grande pelo pequeno, como em *ativo* por *áctivo*, *sadio* por *sádio* e *vadio* por *vádio*.

(137) *ordeno a V.S<sup>a</sup>, que dos actuaes Advogados dessa Cidade /nomee omaiS activo, einteligente para Servir (C 32)*

(138) *todos os vadios, q houver no mesmo destrito.(C 2)*

- a pronúncia do *e* pequeno breve como *i* - são trocas cometidas caracteristicamente por brasileiros e algárvios e fartamente documentadas nas cartas:

---

<sup>121</sup> Aqui “vozes” está no sentido de sílaba.

(139) *pinhora (C 50), nomiado, intirino, inprego, supi-/riores (C 54), melhoram<sup>to</sup>(C 55),  
milhor (C 60).*

Por outro lado, encontra-se o inverso, a mudança de *i* em *e*, como em

(140) *sempre procuraõ os preñcipios dos seos Gintilismo, ep. q. o preñcipio/da sivilizaçãõ  
hé otimor, obediencia e fidilia<sup>de</sup> nehuma (C 120)*

*articipar aV.S<sup>a</sup> todos os movimentos/detaõ **emp**ortante negocio contando sempre (C 83)*

*requerimento **en**formo/que aSup<sup>e</sup> thé opresente tem çervido/(C 53)*

Ali (1964) considera essa pronúncia “recente, pedantesca e sem fundamento na tradição”, uma vez que, segundo o autor, até o século XVIII, encontra-se a grafia com **i**.

(141) *fazendo egoalment<sup>te</sup>/os necessarios Avizos, p<sup>a</sup> suspende as q’tiver distribuido (C 23)*

- do *ô* grande fechado por *õ* (til nasal) e o *u* oral pelo mesmo nasal; o autor aponta o uso no minhoto de *bõa* por *bôa*; *hua* por *uma* – No *corpus* foram encontradas a formas *alguas*, *alguas* em que ocorre a síncope do **m** e a desnasalização, e *alguma*, sem alterações, ambas as grafias em cartas diferentes (C 15; C 41)assinadas pelo mesmo autor:

(142) *por nam desejar Ser oneroso aos Povos mas destas nuncarecebi /algumas,  
enaintelligencia deque seriam(C 15)*

(143) *edepois correraõ mais alguas /noticias, sobre aaveriguaçãõ da mesma obra (C 41)*

(144) *filhos, mas de huã moral reprovada,/p’quanto na caza, em que mora com (C 186)*

de *pre* por *pro*, como em: **op**remitem (C 67); **re**zãõ (C 67) por *razãõ*.

(145) *satisfação por cauza demolestia rezaõ q' meobriga /adizer oq' Sinto por escrita.(C 67)*

Barboza (1986:36) explica que é nas consoantes onde surgem mais trocas. No *corpus* encontrou-se a troca do **z** por **s**, que poderia caracterizar a pronúncia *z* por *s* líquido, *quando se acha sem voz diante, ou no meio, ou no fim do vocábulo, dizendo myzterio, fazto, livroz novoz, em vez de mystério, fasto, livros novos*. Por outro lado, essa troca poderia retratar apenas um aspecto já ressaltado por Acioli (1994), de que quase não existe distinção entre o traçado do *s* e do *z* nos manuscritos brasileiros dos séculos XVIII e XIX, ora o primeiro aparecendo com haste, tornando-se longo, ora o segundo aparecendo sem haste, tornando-se curto, o que se comprova nas cartas analisadas. Então, em casos assim, torna-se difícil precisar se o que ocorre reflete um aspecto da pronúncia ou paleográfico. Ocorre também variação entre *ç* *ex*:

(146) *haviahua caza dTijolo e Caza*

(147) *os asacinos foraõ ao roxado /me procurar a primeira casa q' eles corerao (C 177)*

Outra mudança que ocorre, considerada por Barboza (1866) como o pior vício de todos, a que mostra mais rusticidade, é o de inverter os sons das palavras perturbando a ordem de suas sílabas. Observe-se que, este caso de violação ao que é considerado norma, do ponto de vista da correção idiomática, remete ao que Schlieben-Lange (1993) afirma ser o transgressor encarado como “bárbaro”. Os exemplos mais comuns encontrados no *corpus* foram:

(148) *Porem Ill<sup>mos</sup> Senr<sup>res</sup> deve cada hú ter emporpo-/çaõ aquelle, q' as Suas Comodidades opremitirem, demaneira q'po-/ssaõ os Cultores plantar sem Cercas, (C 67)*

(149) *setrancarão deoce este confilto p'q' o dele-/gado Liberato butou uma tropa nos [...]em fim nos estomios no /malhor confinação pocivel (C 177)*

(150) *reprehendemos, aspramentes (C 129)*

Essas divergências com relação à modalidade *exemplar* são apontadas como fenômenos distintivos do português brasileiro em relação ao português europeu (Coutinho, 1974:330), alguns sendo identificados como traços do falar caipira brasileiro (Amadeu Amaral: 1955, 47-64). São casos de:

(151) *redução de ditongos - lavoras (ou / ô)(C 67); rôbo (ou/ô) (C 129), cadea (ei/ê)(C 184; C 6)*

(152) *fechamento do e em i – imfermidade(C 94 ); obidiente (C 67); intirino (C 54);*

(153) *fechamento do o em u - tumar (C 81); cu/mando (C 129)*

(154) *alongamento da vogal - capais (C 81);*

(155) *palatalização – melhicias / milicias (C79); que/rinhaõ / queriam (C 127)*

(156) *ditongação – mais por mas (C 130)*

(157) *desnasalização – humhome (C 9)*

Historicamente, do ponto de vista da ortografia, é possível enquadrar essas cartas no período pseudo-etimológico da língua portuguesa, que, a exemplo das demais línguas românicas, buscava apoiar a grafia das palavras no Latim. (Lausberg, 1981). No entanto, segundo Vasconcelos (1946:97) em Portugal *não houve nunca, ortografia oficial, uniforme*. Muitos não iam além da pseudo-etimologia, verificando-se uma flutuação na escrita das palavras:

(158) *proffeçores (C 69), professores (C 122)*

*consequencia (C 130), concequencia (C 75)*

*Esçellenssias (C 68) , Excellemsias (C 65)*

*necessidade (C 69), necessidade (C 3)*

Segundo Garcia (1997), a ortografia portuguesa do século XV distinguia-se da do séculos seguintes, por seguir uma perspectiva sincrônica e simplificadora (principalmente levando-se em conta que muitos dos problemas ortográficos atuais não existiam à época, por exemplo, o som da letra *s* era diferente do som da letra *c* ou *ç*; o som do grupo **ch** era distinto do da letra **x**; e o som da letra **z** não se confundia com o som da letra **s** entre vogais. As primeiras gramáticas ortográficas do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros defendiam uma ortografia fonética. No século XVI, com o Barroco e com a necessidade de afirmação da língua portuguesa face ao castelhano, procurou-se uma perspectiva histórica, dando uma feição latina aos vocábulos portugueses e levando à implantação de uma ortografia etimológica. Essa é a postura defendida pelas gramáticas ortográficas da segunda metade do século XVI, de Duarte Nunes De Leão e Pero Magalhães de Gândavo. A polêmica entre a ortografia etimológica e a ortografia fonética permaneceu durante os séculos XVII e XVIII, e somente no século XIX, por influência das gramáticas filosóficas, percebeu-se a necessidade de regularização e fixação da ortografia portuguesa. Outras características ortográficas e paleográficas encontradas no *corpus*<sup>122</sup> são constantes em outros textos da mesma época.

a) O número de acentos gráficos nas palavras do *corpus* é restrito, principalmente nas cartas mais antigas. Entretanto, de acordo com as regras apontadas por Barboza (1866:28-34), muitas dessas palavras deveriam ser acentuadas.

*(159) se achar em diligencia fora dessa cidade, ordeno a V. S.<sup>a</sup>(C 3)*

*(160) Faz-se-me indispensavel lembrar a V. S.<sup>a</sup>(C 5)*

---

122 São características paleográficas presentes nos textos: a) o **r** apresenta uma única curva, confundindo-se com o **I**: ... *recrutas...*” (C 10). b) a letra **s**, quando dobrada, a primeira é longa e a segunda é curta, com uma espécie de espiral na parte anterior, prolongando-se para cima de forma levemente curva. d) o **s** final aparece ligado à letra anterior, eleva-se ligeiramente e uma parte curva é puxada para baixo. e) o **h** tem o aspecto semelhante ao **e** maiúsculo.

(161) *Acopia - a cópia (C 6); eeficacia – e eficácia(C 2); providencias – providências (C 84)*

Acioli (1994) atesta a diferença no uso dos sinais diacríticos: o circunflexo, por exemplo, ora indica sílaba tônica, ora é usado como crase, mas raramente indica som fechado.

(162) *pres<sup>e</sup> anno Calca-/rem apeês (pés) aos abitantes(C 113)*

(163) *o acompanharaõ, o q parecêo certo p<sup>r</sup> naõ (C 91)*

b) O acento agudo também é usado como crase.

(164) *fará dar ásua devida execuçaõ odito Alvara naforma (C 34)*

(165) *necessarias p<sup>a</sup> ásua devida execuçaõ, fazendo-me (C 34)*

c) O til tem a forma semelhante a um apóstrofo e é usado pra suprimir as letras *m* ou *n* nas sílabas nasais.

(166) *lugar por hu /anno. (C 3)*

(167) *aq' trata da jurisdiçãõ, que S. Mag Confere[...]ha dozedias, [...] hirá para (C 4)*

(168) *vêz q<sup>e</sup> fui proposto p<sup>a</sup> Cap.<sup>m</sup> dhua das Comp<sup>as</sup> do B.<sup>am</sup> (C 82)*

d) Letras maiúsculas são usadas arbitrariamente no início das palavras, mesmo não se tratando de nome próprio ou começo de orações. Esse uso é condenado por Barboza (1866). Por outro lado, muitas vezes, depois de ponto, são usadas letras minúsculas.

(169) *da Remessa das Listas dos Mossos Solteiros para as Labutas destes Regimentos, eem quanto Mas-se demoraõ (C 5)*

(170) *dedous doCorrente, emque prova (C 7)*

(171) *muytos mulatos, eNegros de Carapinha fechada, Só afim de poderem servir osSeus afilhados (C 9)*

e) Há inversão, em relação às formas atuais nas regras ortográficas que definem as terminações em *-ão* e *-am*. As terminações *-ães* e *-ões* escreviam-se sem til e com *-n*<sup>123</sup>. Barboza (1866) fala também da inconveniência de se colocar, no plural de nomes, o *n* como sinal de nasalidade, depois do ditongo: *saons, bons, tostoens, refens, ruins* em lugar de *sãos, bõos, refees, tostões, ruis*. No *corpus*, encontraram-se:

(172) *dos que vieraõ tornaõ ahir Manoel (C 37)*

(173) *prender os ladroens efacinorosos [...]porque nas maons de V. Ex<sup>cia</sup> se (C 116)*

(174) *semelhantes nomiaçoens-: devem custumar-/çe afazer aqui. eas expreçoens (C 12)*

d) Letras geminadas, muitas vezes supérflua, principalmente **l**, **n** (Vasconcelos, 1946; Ali, 1964), já que não representava um som diferente, exceto *rr* e *ss* (Barboza, 1866). Em latim, as consoantes geminadas ou dobradas soavam de maneira distinta das simples, fato comprovado pelos pares mínimos baseados na oposição entre a consoante simples x consoante geminada, como *agger* (monte) x *ager* (campo) (Garcia, 1997). Tais palavras evoluíram diferentemente do Latim para o Português: as consoantes geminadas em posição intervocálica simplificaram-se, como em *buccam* (boca), *gutta* (gota), enquanto as consoantes simples desaparecem, se são sonoras, a exemplo de *nudum* (nu), ou em geral sonorizam-se, se são surdas, como em *lacunam* (vida) (Cuesta e Luz, 1983:251-253). Como

---

<sup>123</sup> O sinal que marca a nasalização das palavras assemelha-se, em muitas ocorrências, a um *s* sobreposto por um *v* maiúsculo.

as palavras eruditas que ingressaram no português, a partir da segunda metade do século XVI, traziam a grafia latina, surgiram também as consoantes geminadas. Barboza (1866: 41) aconselha a que não se dobrem letras, vogais ou consoantes, no princípio e fim das palavras. Registrou-se a ocorrência de palavras geminadas no final da palavra em:

(175) *impedirmos a entra/da ao inimigo, e a menhã, fazemos tenção marxar (C 84)*

No meio das palavras, há vários exemplos de vogais e consoantes dobradas.

(176) *para quando seprecizar delles...”(C 37); na intelligencia della (C 28) ; aindollencia (C 120); sever condemnar (C 47); Sennado (C 67); Annos, .. (121).*

e) O **e**, quando 3ª pessoa do verbo *ser*, vem precedido de *h*;

(177) *he domesmo modo inegavel (C 66)*

(178) *que taõ indispensavel he para gloria e felicidade (C 71)*

f) O aparecimento dos grupos *ch*, *th*, *rh*, *ph*. Esses grupos, no latim, indicavam certas consoantes aspiradas do grego, embora há muito tempo elas já tivessem perdido a aspiração (Garcia, 1997). Nos textos, verificou-se o emprego desses grupos, como atestam os exemplos:

(179) *Authoridad<sup>e</sup> (C167), Parochiais (C 171), anarchias (C 79), phizico (C 156), athe (C 113)*

No tocante à separação de palavras, encontra-se o sinal de =. Muitas vezes este sinal se encontra no meio da linha, sem separar palavras, ou assinalando o final da linha.



(180) *mecomfirma mais nas palavras= onde secos/tumaõ fazer (C12)*

(181) *A Junta da Administra=ção e Arrecadação de Fazenda (C 36)*

Do exposto, verifica-se nessas cartas, com relação à ortografia, uma preocupação geral em grafar etimologicamente as palavras, conforme tendência da época. Entretanto, apesar de muitas dessas cartas serem escritas por profissionais que, pelo menos teoricamente conheciam as regras ortográficas, nem todos tinham conhecimento etimológico, o que, conforme Ali (1964:44) *supria-se, em matéria de geminação, com a fantasia e o capricho*. Além disso, há alguns problemas que poderiam estar associados ao desconhecimento das normas da escrita, permitindo nos textos interferência da oralidade: de um lado, ocorrem passagens em que os autores parecem escrever as palavras como as pronunciam, refletindo certos hábitos fonéticos já naquele tempo associados ao português brasileiro; e de outro, a julgar pela junção e segmentação das palavras, os autores deixam transparecer uma certa dificuldade em reconhecer as palavras dentro da cadeia sonora, percebendo-as, como um bloco indecomponível. Pela flutuação observada na grafia das palavras, às vezes numa mesma carta, é possível perceber que os que redigiam os textos sentiam dificuldade em relacionar os sons da fala às letras correspondentes.

### **5.8.2 Aspectos do léxico**

Do ponto de vista lexical, por tratar-se de cartas burocráticas oficiais, em que há uma padronização maior do que nas cartas pessoais, espera-se que os autores obedeçam aos modelos produzidos pela tradição, evitando o uso de variantes lexicais pouco conhecidas e aceitas na *região*, no sentido que lhe atribui Coseriu (1982) só em um espaço reduzido, ou de forma considerada diastrática ou diafásica ‘negativa’, mesmo porque o uso de uma dessas variantes pode causar problemas para o entendimento do texto. Nas cartas analisadas, é possível perceber esse fato. Na passagem seguinte, por exemplo, o autor reclama não poder aceitar o envio de tropas pedido anteriormente, porque o que ele

solicitou não foi atendido, em virtude de uma confusão com o sentido que a palavra *marítimo* adquiriu no Brasil, e explica:

(182) *maritimo e gente de Tripulação, q' he oseuverda/deiro significado, enão por Homens vindos do Reyno q he hu=ma acepçãõ de Idiotismo do Payz...*” (C16)

Em geral encontram-se palavras e expressões clássico-tradicionais, ligadas à língua literária na época, como é o emprego de *registrar* por “examinar”, *obséquio*, por “honra” (Pinto, 1988):

(183) *desejo muito dever a V. Ex.<sup>ca</sup> o **obsequio** de me dizer se com /effeito o dito Desertor chegou a essa cidade (C 64)*

(184) *cumpre somente **registrar** o exemplar no/livro, ou fazer em tudo as minhas vezes sob /minha responsabilidade (C 157)*

É interessante observar que ao longo do tempo alguns termos, expressões de polidez, fórmulas de abertura e encerramento foram sendo incorporados à linguagem burocrática, chegando a constituir chavões ou clichês. Muitos desses clichês<sup>124</sup>, já presentes nas cartas dos séculos XVIII e XIX, são bastante resistentes e podem ser verificados em ofícios de hoje, com pouca ou nenhuma variação. Atualmente, com a tendência de simplificação da linguagem em textos dessa natureza, tais elementos são vistos como um traço negativo pelos modernos manuais de redação oficial e empresarial, já que soam pomposos e rebuscados, como atesta Silveira (2002). Entretanto, nas cartas estudadas, não se pode esquecer ainda as relações de poder que estão por trás dessas expressões e da atitude subserviente, uma vez que muitas vezes o autor precisa dizer o que diz e do modo como diz para manutenção de seus cargos: espera-se dos militares que obedeçam aos seus superiores

---

<sup>124</sup> A definição de **clichê**, no Dicionário Lingüístico de Dubois (1993:112), do ponto de vista da estilística é *toda expressão rebuscada que constitui um desvio em relação à norma e que se acha vulgarizado pelo emprego bastante freqüente que lhe foi feito.*

e acatem suas ordens; do *humilde servo*, que seja preocupado com a *sagrada causa*, zeloso no serviço ao seu senhor, como em:

(185) *q' a/mayor honra q' pode ter hum vassalo he empregar-se no serviço do / Soberano (C 8)*

Do ponto de vista lexical, são bastante utilizados termos ou expressões como os que seguem, que já nas cartas, dada a recorrência, constituem lugares-comuns, muitos dos quais são apontados como peculiares à língua burocrática:

(186) *auxiliando Vossa Senhoria /esta importante diligencia com todas aquellas providencias (C11; C 106*

(187) *Ficando inteirado dessa comuni-/cação, aproveito a oportunidade para renovar a /V. Ex<sup>ca</sup> as seguranças de minha perfeita estima e/distincta consideração. (C 183)*

(188) *Prevalessome da oportunidade para a/presentar a V.E. os meos protestos de estima e conci/deração. (C 197)*

(189) *Vossa Senhoria meremeta com amayor brevida/de outro tanto numero de Recrutadas (C2)*

(190) *Em cumprimento do Respeitavel Despaixo/proferido no requerimento junto p V./V. Ex<sup>cas</sup> informo(C 106)*

(191) *Tenho a alta honra de accusar a recepção do/officio de V.E. de 13 do corrente (C 191)*

Outras expressões são bastante frequentes nas cartas em que o autor pede uma providência ou mesmo quando deseja o parecer da autoridade a quem se dirige:

(192) *pelo que V. Ex<sup>cia</sup> resolve-/ra o que julgar conveniente. (C 186)*

(193) *V. Ex<sup>a</sup> providenciará da melhor maneira. (C 185)*

(194) *até que V. Ex<sup>ca</sup> dê as pro-/videncias, que entender em sua sabedoria (C 178)*

(195) *mandar para onde Sua Majestade **foi servido**(C5)*

(196) *sAvista disto V.S./determinara, oque **for servido** (C 48)*

O léxico dessas cartas, além dos aspectos ligados diretamente à administração das freguesias, vilas e termos, pode desvendar a vida do cidadão comum por trás da autoridade: suas relações, seus interesses e seus problemas (saúde, educação, segurança pública), que se refletem em verbos, palavras e locuções como serão elencadas a seguir, sem qualquer medida estatística.

(197) *por quanto conheço, q' a/mayor honra q' pode ter **hum vassalo** he empregar-se no serviço do /**Soberano** (C 8)*

(198) *nesta Villa tem/ porção avistada democidade **capazes deexer-/serem as primeiras letras**, epelo mesmo modo/na Povoação da Serra da Rais deste termo (C 68)*

(199) *por fim rogar /a V. Ex<sup>ca</sup> se sirva tomar na devida /consideração os pedidos que me /faz aquella autoridade relati-/vamente o \_\_\_\_\_ **vaccinico para ser/applicado a população do mesmo /Districto** que está sendo accome-/ttido de **variola** (C 200)*

(200) *pelo que respeita as terras damesma/Vila, destinados p<sup>a</sup> asplantações dos /**índios**, que elas são suficientes para eles, huã vez, que semandem /expulsar os perten-/didos **foreiros** que nela seaxaõ sem satisfazerem ao fim/p<sup>a</sup> q **asarrendavaõ**, eque bem Longe de **civilizarem** os mesmos/Índios os poem em **perturbação**, e **dezordem**, por que são/da intima e mais abjeta plebe (C 43)*

Alguns termos se referem a diversos aspectos da vida militar (destacamento, infantaria, regimento), ou designam cargos, muitos dos quais já não existem (*furriel*, alferes,

ordenança, capitão-mor). Além desses, como não poderia deixar de ser, há registros de outras profissões como *corregedor, vedor, secretários*.

(201) *conciderando-me igualmente exclui-/do do posto de Sarg<sup>to</sup> Mor de Ordenanças Montada, e/comando do mesmo Regimento pella propoziçaõ, que/manda V. Ex<sup>a</sup> fazer de dois Esquadroens de Cavallaria/ Melicana com does Majores, emais Oficiais das quali-/dades (C 86)*

(202) *a fim de/ com tempo preparar-se com/brevidade algum fardamento,/para que não haja falta quan-/do se torne elle necessario a os recrutas. (C 192)*

O léxico utilizado revela também um mundo violento, de muita insegurança, em que as pessoas, autoridades ou não, viviam com medo, com questões relacionadas com a justiça. Pessoas que se escondem após terem cometido crimes, que escondem criminosos, que se escondem de criminosos. São freqüentes palavras relacionadas aos mais diferentes crimes (assassinatos, roubos, *assuada, acoitar, contrabandos*) e expressões relativas ao mundo judicial. Como exemplo, cita-se *homiziar*, que tem vários sentidos, entre os quais furtar à vigilância ou à ação da justiça:

(203) *Trazia aquele Comandante em Sua Com-/panhia ou vinha p<sup>r</sup> omizeálo oCabra M.<sup>el</sup> Dias /omem facineroso, (C 114)*

(204) *pelas mortes ea Suadas q' diariamente estão Co-/mitidos huma tropa (C 113)*

(205) *nenhum cidadão proba/pode ter segurança individual com roubos, as/saSsinos, eoutras perturbações, q' tem merecido/na attenção de V.Ex<sup>a</sup> (C 110)*

É possível verificar o sentido peculiar de determinadas palavras. A palavra *inteligência*, por exemplo, usada no sentido de combinação, ajuste, conluio, como no trecho abaixo: pontos naintelligencia deobser-/varem inviolavelmente odispoto nelle, (C 114)

(206) *fascine(o)roso (C 114), no sentido de facínora, usado como substantivo e adjetivo*

b) Também interessante é o sentido adquiridos por alguns verbos, como:

(207) *de que lhe consta/sabia aconsulta, parece mais acertado esperar (saber = conhecer)*

(208) *afim de ser sciente da /determinação da dita Junta...” (Ser= “ficar”, “tornar-se”)*

### 5.8.3 Aspectos morfossintáticos

Há uma tendência nas cartas exemplares, de uma perspectiva sintática em geral, à observância da integridade da oração, o que se comprova no esforço por expressar-se mediante estruturas complexas; aspira-se à correção gramatical. A carta escrita em 1871 pelo Vice-cônsul de Espanha na Paraíba, pode exemplificar essa preocupação em dividir o texto em parágrafos, de acordo com enfoque dado ao assunto. Eis os dois parágrafos iniciais da carta:

(209) *Tenho a alta honra de accusar a recepção do officio de V.E. de 13 do corrente mes no qual digna-se V.E. comonicar-me ter asumido o cargo de Vice Prezidente desta Provincia para o qual tomara posse na quelle m<sup>mo</sup> dia por impedimento do Ex<sup>mo</sup> Sr Senador Frederico de Almeida e Albuquerque.*

*Ao ter esta distinta honra não posso menos que pôr a disposição de V. E. os meos serviços, tanto officiais como particulares. (C 196)*

No tocante à sintaxe de concordância, percebe-se a predominância, em geral, de ocorrências que seguem a língua *exemplar*. São ocorrências que continuam o Latim culto escrito, no sentido de obedecerem à concordância *gramatical*, em detrimento da *ideológica* ou da *atrativa*. Algumas delas, já registradas em textos portugueses medievais (Fonseca, 1986), sobrevivem no português contemporâneo e são muitas vezes apontadas como marcas da língua falada atual ou como desvios das normas cultas do português europeu, constituindo características do português brasileiro.

Com relação à concordância do verbo cujo sujeito é o pronome relativo *que*, ensinam as gramáticas que a concordância deverá ser feita com o antecedente deste pronome. O trecho a seguir faz parte de uma carta dirigida à Junta Governativa, na qual o autor pede providências para problemas de segurança pública que ocorrem na Vila de São João. O pronome *que* funciona como sujeito do verbo merecer e tem como antecedente *cidadãos pacíficos e proprietários*, termos com que concorda:

(210) *contra cidadaos pacificos, e/Proprietarios, que não merecem, (C 78)*

No trecho a seguir, da C 69, a ausência da concordância gramatical pode ser explicada pelo não-uso do acento (verbo *ter*), o que era corrente na época.

(211) *pella falta demeios; que **tem** muitos Pais (C 69)*

No entanto, registram-se casos em que não ocorre a concordância gramatical, como nessa ocorrência em que o sujeito é o pronome relativo *que*, e o verbo deveria concordar com o antecedente, ou a falta de concordância nominal do pronome com o termo a que se refere:

(212) *susede com as mais **autoridades** /desta V<sup>a</sup> etermo **que malpode defender** suapisoas dos/ asaltos (C 113)*

Nas passagens seguintes, ambas com o sujeito posposto, observa-se: na primeira, o verbo (*achaõ*) concorda em pessoa e número – 3ª pessoa do plural – com o sujeito (*dois dezertores*); na segunda, além do verbo (*foraõ*), também os determinantes (as, mencionadas) e o atributo (agradáveis) estão concordando no plural, atendendo as normas cultas herdadas do latim.

(213) *meconsta que taóbm Se **achaõ dois dezertores**/ dos novos Recrutas. (C11)*

(214) *que lhe fo-/raõ muito agradaveis as mencionadas expressões da sua fidelidade (C 70)*

Do mesmo modo, do ponto de vista da concordância nominal, há uma tendência em seguir as normas cultas:

(215) *depois **depas/sados alguns dias** da Sua chegada.”(C3)*

(216) *nesta ocaiaõ/vem inclusa **acopia...**”(C11)*

(217) *acho /determinantes expressos em favor domeu parecer/ os §§ 25 e 26 do titº 48 do Liv. 1º das Ord. q é o /Regulamº dos Advogados e Procuradores. (C 54)*

Registram-se casos em que o verbo *haver*, no sentido existencial encontra-se flexionado, como ocorria em épocas anteriores do português. Esse uso não era desconhecido na Idade Média, embora não fosse generalizado (Fonseca, 1986) e ainda se verifica atualmente em um nível mais informal da língua. No uso contemporâneo do português brasileiro, encontra-se o emprego do verbo no plural, sobretudo se o tempo usado não é o presente do indicativo. Como se sabe, o verbo *haver*, usado impessoalmente, fica sempre na terceira pessoa do singular e ocorre quando empregado como sinônimo de *existir*. Esse uso já acontecia no Latim e no Português Medieval e no *corpus*, são inúmeras as ocorrências encontradas.



(218) *para quando sepresizar delles para as Tropas pagas **haveremnos** com abundan/cia (C 38)*

(219) *estas deverá /Vossa Senhoria fazer dos **mossos quehouverem** nessa cidade sem excepção de pessoa(C 39)*

No *corpus*, há preferência por construções com o verbo *haver*, em lugar de *ter*, seja como auxiliar, seja em orações existenciais; as construções existenciais com o verbo *ter* são apontadas como características do português brasileiro (Castilho, 1992)<sup>125</sup>.

(220) *vista a Resposta que dá o Mestre das Madeiras/Manuel Martins Beiris, denaõ **haver** carga para o di-/to Paquete senaõ nomes de Oitubro, (C 32)*

(221) *Epara remover as delongas, que a este respeito poSsaõ **haver**,(C 117)*

(222) *pela Collectoria deste Termo, de **haver** reco-/lhido a importancia de seu (C 179)*

(223) *se-/guido-me unicamente a ella sem a **haver** alterado em ponto algum.” (C 171)*

(224) ***queparaissohaverá** rubricado eenser-/rado por Mez,...” (C13)*

Com relação ao emprego dos tempos verbais, chama a atenção do leitor a predominância nas cartas estudadas do uso do mais-que-perfeito simples em detrimento do composto. Ambos os tempos verbais são utilizados para indicar uma ação no passado anterior ou simultânea a outra também no passado e, de acordo com Cuesta e Luz (1983), não há diferença nítida que matize o uso de qualquer das formas, indistintamente, apesar de reconhecerem o predomínio, na linguagem familiar contemporânea, da forma composta sobre a simples. As autoras lembram que as formas simples ainda continuam utilizadas na linguagem escrita, principalmente quando há preocupação com a elegância e quando se

---

<sup>125</sup> Sobre o uso de *ter* existencial, v. trabalho de Ilza Ribeiro em Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (UNICAMP, Kato e Roberts org), em que a autora atesta a presença desse uso desde o século XVI.

quer evitar ambigüidade existente, sobretudo na 3ª pessoa do plural, com o pretérito perfeito. Essa predominância do mais-que-perfeito simples se verifica em todo o *corpus*, sendo que, gradativamente, no decorrer do século estudado, começam a ser utilizada a forma composta. Veja-se a seguir o uso dessas formas verbais num trecho de uma das cartas, a de nº 41, escrita em 1780:

(225) *emandara ex/aminar (tinha mandado) pelo Ajudante Joaõ Baptista, porter Luzes deArchitetura/que ofizera (tinha feito) com oextracto [...], edepois correraõ (tinham corrido) mais alguas /noticias, sobre aaveriguação da mesma obra, que ainda senaõ chegaraõ ((tinham chegado)/averificar , fora(tinha ido) assistir [...].nação,porque tendo alguns tempos asentado o Lagedo, semovera (tinha se movido) chegan/do alevantar huma pedra so com opeso da Carreta, epeça, q̃. sobre ella /Sepuzera (tinha sido posta) sieasentaraõ[...] que levará (tinha levado), [...] que o Mestre vendera (tinha vendido) a Telha dellaS avarioS moradores, (C 41)*

Há uma clara preferência por procedimentos verbais neutros, evitando expressões dotadas de carga emocional muito acentuada. Esse aspecto está associado ao uso da linguagem burocrática, caracterizado pela impessoalidade, que é marcada, entre outros meios, pelo uso da voz passiva. A voz passiva focaliza o *objeto*, mais do que a *pessoa* e, em consequência desse enfoque no objeto da ação, ocorre o apagamento do agente e o distanciamento entre os interactantes. Esse recurso pode ser usado em textos atuais, segundo Mendonça (1985), para impor regulamentos e normas, além de denotar preocupação com a eficiência (decorrente da própria estrutura do sistema burocrático). Nos textos averiguados, observa-se o emprego da voz passiva, tanto analítica quanto sintética, como nos exemplos seguintes, em que é possível verificar que a ênfase na ação.

(226) *onde secos/tumaõ fazer semelhantes nomiaçoens-: devem custumar-se afazer (C 12)*

(227) *me foi remetido o Alvara de Ley (C 33)*

No período, também é constante o emprego de formas verbais compostas e perífrases verbais, denotadoras de duração. O uso de tempos compostos é freqüente no período:

(228) *não tenho dado resposta por ter havido expedições (C4)*

(229) *Tenho recebido de Vossa Senhoria (C4)*

(230) *e de seus conteúdos fico enten-/dido; fazendo immediatam<sup>te</sup> publicar efixar (C 97)*

Um aspecto peculiar desses textos é a construção do verbo *ficar* com o particípio *entregue*. Ali (1964: 153) explica que, na época, houve identificação entre os conceitos do particípio regular *entregado* e do antigo vocábulo *entregue*, servindo esse último a ser usado como particípio, e usado mais frequentemente que a forma *entregado*. O autor lembra também que *entregado* podia ser usado no sentido de confiado, resignado. No *corpus*, a construção e suas variantes, bastante freqüentes, aparecem logo no início das cartas:

(231) *Fico entregue devintene recrutas tãobemSei, q' amayor C 8)*

(232) *Fico entregue da Carta de V. S<sup>a</sup> de data (C 28)*

(233) *Fico entregue das cinco recrutas q<sup>e</sup> V S<sup>a</sup> mereme (C 39)*

(234) *Fui entregue das Recrutas que V. S<sup>a</sup> me en/viou pelo Ajudante Manoel (C 21)*

(235) *doque fico entendido, etudomais q<sup>lo</sup> V.Ex<sup>a</sup> foi servido/detreminarne (C 52)*

(236) *No dia 5 ., doCorr<sup>e</sup> fui entregue dos oss<sup>os</sup> de V. E<sup>as</sup> datados (C 98)*

(237) *Fico diposse do officio de V. Ex<sup>ca</sup> sub n<sup>o</sup>/2235 de 3 de Abril findo em que me (C 179)*

Ainda com relação ao emprego dos tempos verbais, verifica-se o freqüente uso do imperfeito, tempo que indica ação prolongada ou repetida com limites imprecisos.

- (238) *Em com sequencia do officio de V. Ex<sup>a</sup> de 18 de Fever<sup>o</sup>/esta Camara Municipal em sessao deoje **par-/ticipava** a V. Ex<sup>a</sup> que os Juizes Municipal (134)*
- (239) *Esta Camara recebeo o Officio de V. Ex<sup>ca</sup>/de 8 de Janeiro p.p., em que **certificava** /deestar V. Ex<sup>a</sup> (C 138)*
- (240) *Passando as minhas maõs o officio em reservado de /V. Ex<sup>cia</sup> em que **determinava** ao juiz de Direito da Com-/marca, (C 173)*
- (241) *deve V. S.<sup>a</sup> remeter-me huma Relaçãõ na/forma **q'heordenava** na minhaCarta de 21 de No=/vembro do anno proximo preterito./(C 24)*

Emprego freqüente do participio, principalmente com o verbo “achar”:

- (242) *fui tratar de meo livram<sup>o</sup> do proces-/so p. q. estava **pronunciado**, (C 189)*
- (243) *porque tendo alguns tempos **asentado** o Lagedo ( C 41)*
- (244) *que fosse recolhido a Cade/o que com efeito **seaxa executado**. (C 53)*
- (245) *mesmo estas **seaxaõ/sitiadas** eafome as fara (C 97)*
- (246) *quetodos os **queseachaõ encarregados**/ dos Cortes dodito Pau, (19)*

Há uma freqüência visível do uso de gerúndio no *corpus*, principalmente exercendo a função adverbial circunstancial, principalmente no início das cartas, para apresentar um fato, indicar tempo, causa. Muitas vezes, o entendimento dessa construção é dificultada pela pontuação indevida:

- (247) *Tendo m<sup>o</sup> prazer em prestar os meus quasi/enuteis serviços à Nação, apesar de passar p<sup>ca</sup>/encommodo de estar fora do seio da m<sup>a</sup> /fam<sup>a</sup>, deixando de administrar aboa eco-/nomia dam<sup>a</sup> casa, ficando assim prejudica/do nos intereSses della, afim de dar prom/pta e energica execução do Commando, aq'/estou encarregado p<sup>r</sup> esse Ex.<sup>mo</sup>*

*Governo, das/Orden<sup>cas</sup> desta V<sup>a</sup> sendo pois dito Com<sup>do</sup> /de um assiduo, elaborioso expediente. Vou/representar a V Ex<sup>cas</sup> q. soffrendo esses pre-/juisos, accrescer mais a continuada despe-/sa, q' tenho com papel no expediente /do m<sup>mo</sup> Com<sup>do</sup>, ep' isso parece de Razão(C 89)*

Além deste, outro uso registrado no emprego do verbo *estar* (*estar + gerúndio*), é apontada como característica do português brasileiro (Teyssier, 1994):

(248) *etodos os dias **estão desfilan=,do** para quem dos Pirineus (C 97)*

(249) *visto/que de novo **estão apparecendo** quadri-/lhas de ladroes de cavallos (C 200)*

(250) *nesta Ribeira do Patu **seestava ajuntando** /gente para ir aRio dopeixe (C 116)*

Verificou-se a presença de uma partícula negativa entre o verbo e o clítico. Alkmim (2002) observou esse fenômeno em anúncios de jornais do século XIX: a *interpolação*<sup>126</sup>, que já estava presente no português arcaico. Como exemplos, têm-se:

(251) *tão bem aeSsa Ex<sup>ma</sup> Junta aeste respeito, eu onão re-/cebi, emediSe opredito Ten<sup>te</sup> João Thomas Nobre,/que onão recebeo, cujo Ten<sup>te</sup> foi q<sup>m</sup> trouxe os ditos (C 90)*

(252) *eq<sup>do</sup> o não podesse conse/guir, mandesse-os debaixo de prisão (C 92)*

(253) *os Indios lhenão obede/cem (C 110)*

(254) *ao qual inda senão tinha da/do cumprimento, (114)*

(255) *que lhe não apre/sentarem Passaporte, remetendo logo ao Juis Or-/ (C 130)dinario*

---

<sup>126</sup> Alkmim (2002:180) definiu esse fenômeno, com base em Carreter, como *a adição de uma entidade lingüística qualquer em um texto, e mais especificamente, a utilização de diferentes tipos de constituintes entre o verbo e o clítico.*

#### 5.8.4 A frase

Do ponto de vista das estruturas frásicas, um aspecto que se pode observar na língua de escritores do século XVIII em geral, de acordo com Pinto (1988), é uma tendência à simplificação, ou seja, à busca de uma expressão mais simples e direta do pensamento. No entanto, nas cartas estudadas, ocorre um tipo de frase característico dos séculos XVI e XVII, que Garcia (1982) chama de *labiríntica* ou *centopéica*, como as seguintes:

(256) *A justissima Representação q'V. S<sup>a</sup> /mefaz arespeito da falta depagam<sup>10</sup> dos soldos, q'os oficia/es e Soldados dessa Guarnição experimentaõ há vinte mezes/me mereceo amais seria comtemplaçaõ, eme obrigou aordenar/aos Deputados desta Direcçaõ procurassem logo fazer aprom-/tar nessa cidade odevido pagamento, oq'elles assim pra-/ticaraõ dando aesse fim as providencias, q' constaõ da/carta incluza, q' V.S. verá mandarã entregar aos Depu-/tados dessa Administraçaõ, os quaes mandarã chamar, /epara na inteligencia dehirem sem perda de tempo entre/gando oq'nad<sup>127</sup> carta selhesdetermina tanto daq' tiverem/apurado das remessas antecedentes, como daq'fica já p<sup>a</sup>/selhes mandar; porem no cazo q'V.S<sup>a</sup> perceber amen/or di/ficuld<sup>e</sup>, ou demora na satisfaçaõ dos Deputados, espero/meavise Logo p<sup>a</sup> sem demora mandar prontificar opagam<sup>10</sup> /dessa Tropa pelo cofre daReal Fazenda.(C 34)*

Nessas passagens, a presença de períodos cheios de conectivos, inúmeras orações subordinadas umas às outras, resultam muitas vezes numa frase lenta, cansativa. O excesso de informações torna necessário que se leia e releia o trecho diversas vezes para lhe alcançar o sentido.

(257) *Participo á V. Ex<sup>as</sup>. q'entrando de mês neste/prezente Outubro, encontrei a maior miscella-/nia possivelm creada p<sup>lo</sup> meu Companheiro /p<sup>r</sup> q' tendo com os mais*

---

<sup>127</sup> na dita

*Europeos desta Praia/fomentado a desordem de rivalid<sup>e</sup> entre Europeos, /e Brasileiros, fazendo partidos entre os Indios, e/outros nacionais, sobre q<sup>m</sup> pode influir, e lhes saõ/obrigados, Se tem conspirado contra todos os há-/bitantes, q<sup>'</sup>se tem á toda prova adhirido aCauza/procurando-lhes incommodos perante V. Ex<sup>as</sup> com/pretextos falsos, vem como participando á V. Ex<sup>as</sup>/de huã ronda ligeira, p cujos factos se dignárao/a mandar proceder Devassa. (C 76)*

Também são freqüentes os casos de topicalização. Nas línguas de tópico, o falante de início oferece um quadro de referência seguido do comentário e de acordo com Pontes (1987), qualquer sintagma nominal pode ser topicalizado. A topicalização é apontada como uma característica do português brasileiro e merece uma discussão mais ampla, já que envolve vários fenômenos correlacionados, como o pronome cópia, a escassez da voz passiva e outros, o que poderá ficar para futuros trabalhos.

*(258) Os Escravos, de que trata ooficio de V.S<sup>a</sup> da data de hoje estaõ /na posse de Jose Corr<sup>a</sup> Botelho do Amaral desde que saio doCele-/bre Engenho de Gargau: Oactual Procurador do Morgado (C 50)*

*(259) A carestia, emesmo afalta de Farinha, gene-/ro daprimeira neceSsidade; que sofrem os habitantes/deste lugar, fes que muitas pessoas hontem (C 131)*

Viram-se até aqui alguns textos que se aproximam, em maior ou menor grau dos escritos que seguem as tradições discursivas do período colonial e imperial brasileiros. A seguir, observam-se outros que se distanciam dessas tradições, em decorrência da inabilidade do escrivão ou do autor do textos, em relação à modalidade escrita *exemplar*.

### **5.9 Competência escrita de cunho oral: divergências do modelo tradicional**

Neste item, serão focalizadas algumas cartas que se distanciam do modelo tradicional, do padrão das cartas coloniais, apresentando divergências da norma escrita culta e trazendo marcas de língua falada, normalmente evitadas em situações formais. As divergências

apresentadas muitas vezes comprometem a textualidade e alguns traços aqui destacados constituem elementos que as aproximam em certos aspectos do falado concepcional e podem ser compatíveis com os textos dos soldados cronistas do século XVI estudados por Oesterreicher (1994): a *competência escrita de cunho oral*.<sup>128</sup> Trata-se, como se viu, de pessoas com pouco domínio da escrita que, graças a circunstâncias históricas, tornaram-se produtores de textos.

Considerando-se o limitado acesso à escrita que havia na época, não é de se estranhar que traços de oralidade transpareçam, refletidos na pontuação e na preferência por determinadas construções, o que também denuncia a já citada inabilidade de seus autores<sup>129</sup>. É para os textos desses autores *semicultos* e sem prática no ofício de escrever que se chama a atenção agora. O propósito nesse item é apresentar aspectos em que se distinguem dos textos exemplares e em que medida estes escritos apresentam traços de uma oralidade concepcional. Muitos trechos transcritos são longos, para que o leitor possa ter uma visão

---

<sup>128</sup> Na análise, é fundamental distinguir claramente as características da língua oral, atentando-se para o fato de que não é suficiente a ausência de literariedade ou a presença de erros para dotar a língua de um texto de oralidade e coloquialidade. Como afirma Aguillar (1996: 379), *si aún no hemos logrado establecer con claridad los rasgos distintivos de lo oral en la lengua de hoy ¿ cómo vamos calificar de 'coloquiales' y de próximos a la lengua oral a tales o cuales escritos del pasado*.

<sup>129</sup> A maioria das cartas busca manifestar uma linguagem cuidada, elaborada. No entanto, em algumas delas, é possível encontrar outros níveis de língua que não são habituais nesse tipo de textos — cartas oficiais — em que, através de incorreções, seria possível rastrear mudanças, já que, segundo Aguillar (1996: 377), *a incorreção é um dos maiores indícios de mudança*. Entretanto, ainda segundo o autor, não basta a presença de incorreções, nem a ausência de literariedade para dotar de coloquialidade ou oralidade a língua de um texto. *Oral* supõe um modo de enunciação, de produção da linguagem, enquanto *coloquial* refere-se à interação conversacional, além da conotação de descuidado, informal, o que nem sempre é o caso da conversação. A julgar quase exclusivamente com a dicotomia literário/não literário, e ao identificar este último com o coloquial, incluem-se formas linguísticas altamente codificadas, inclusive em sua constituição, mas que carecem de literariedade, assim também como formas não literárias, em princípio, mas nas quais se destaca sobretudo a presença de erros, faltas...em suma, inabilidade para manejar as estruturas habituais da língua escrita, e ainda da língua em geral.



melhor do que se está tratando. De qualquer forma, a carta, na íntegra, está no volume dedicado ao *corpus*, de acordo com a numeração entre parênteses no final do exemplo.

Ao se confrontarem os textos produzidos por autores *semicultos* com os de autores profissionais, percebem-se importantes diferenças com relação às tradições e normas discursivas. Oesterreicher (1994) explica que, mesmo que os primeiros já conheçam a estrutura das cartas oficiais e estejam sujeitos às condições da comunicação escrita — como podem planejar antecipadamente o texto, melhorá-lo com notas e apontamentos —, muitas vezes seus textos refletem diversos aspectos e graus da linguagem de proximidade. E mesmo apresentando características próprias do gênero e mesmo se tratando de cartas escritas por intermediários, no caso, escrivães, profissionais da escrita, esses textos trazem passagens que os distanciam dos *exemplares*. Tal distanciamento pode ser explicado pelas próprias circunstâncias de produção, pelo fato de que, nem todos os níveis da burocracia eram ocupados por profissionais com habilidade na escrita. Como se viu, acontecia, muitas vezes, de o escrivão alugar o cargo a um serventuário que fazia o trabalho por uma parte fixa do salário recebido pelo primeiro. Não surpreende, como mostra Oesterreicher (1994), que as características do tipo ideal de escrita sofram alterações e modificações significativas nos textos de autores *semicultos*, diferenciando-os do padrão. Essas modificações, provocadas por sua afinidade com a oralidade concepcional, ocorrem quando são os próprios *semicultos* que escrevem, e ainda quando ditam. Vejam-se algumas ocorrências:

Comparando as cartas 174 e 175, que pedem providências às autoridades pelo assassinato de Delfino Batista de Melo e Antonio Tavares de Oliveira Cabral. Na primeira (C 174), escrita em 1862, o autor, irmão de um delegado assassinado, relata o crime e pede proteção às autoridades. O texto, além de refletir a angústia, a emoção e o envolvimento do autor (uso do diminutivo *-filinhos*; refere-se à vítima como o *meo mano*), denota a inabilidade com a escrita padrão ou *exemplar*, no sentido que emprega Coseriu (1995), o que se percebe por alguns aspectos: em primeiro lugar, pela falta da concordância verbal (*eafamilha setrancarão*); pelo desconhecimento da grafia (*nois, preciguídos, noços,*

*filinhos/filhinhas*), pelo uso da variante popular, mesmo em se tratando de uma correspondência formal, com a escolha das palavras e expressões (*butou/botou*); em segundo, o relato dos acontecimentos é feito atropeladamente, as frases são simplesmente agregadas umas às outras ou unidas por *e*, ou *que* continuativo, como se estivesse contando oralmente o acontecimento (*que quem defendeu foi o Castro mais o filho; e de lá..., e a família se trancaram..., e sequestrou, e morreu e os q' vieram...*) e pela circularidade das ideias.

(260) *hontem pelas 3 oras do dia asacinarão o meo mano Delfino/e An<sup>to</sup> Tavares e toudos nois fomos **preciguídos** e jurados/ q' acabaõ com a **familha** Bap<sup>ia</sup> e nos vemos sem SoCorro./Peço a V. S<sup>a</sup> pello oSanticimo Sacram<sup>to</sup> q' nos acuda com /gente e mande a touda apreça participal na Vila do Ca-/riri do juiz de Direito e ao promotor q' pelo amor de D<sup>s</sup> /nos socorra com amahior Brevidade pocivel q'senão /não só **seremos vítima como noços famílias, mulher-/res e filhos pos eles hontem **quizirão matar m<sup>a</sup> mu-/lher e meos filinhos** q' q<sup>m</sup> os Defendeo foi o Castro /mas o filho e o S<sup>r</sup> P<sup>e</sup> Vicente q' puderão a reda-los com/os juéelhos no xão eu e os filhos maxos estavam (...)*** e os asacinos foraõ ao **roxado**/me procurar a primeira casa q' eles corerao **fo-/am<sup>a</sup> e a família se trancaram deoce este conflito** p'q' o dele-/gado Liberato **butou** uma tropa butou uma tropa nos Gu-/abirabas e sequestrou um deste depois em armas atirou na /tropa e morreu e os q' vieram aqui foi fazerem (C 177)

Ainda na carta 174, verifica-se um distanciamento do padrão de cartas burocráticas, de que se espera a “neutralidade”, a “impessoalidade”. Nela, a emoção, a revolta e a indignação são perceptíveis pelas expressões de súplica, como a expressão *com os joelhos no chão* no trecho anterior e no trecho seguinte, através das expressões de forte carga emocional, apontadas por Stoll (1996) como um fenômeno típico do *falado concepcional* (*pelo Santíssimo Sacramento, pelo amor de Deus*), e da referência à mulher e aos filhos, que em muitas ocasiões ocorre para comover. Em textos dessa natureza, segundo Stoll, os meios utilizados pelos autores para expressar-se (o exegero das comparações, metáforas) os impedem de produzir um texto “neutro”. Além disso, mesmo apresentando-se no meio

gráfico e trazendo características da escrita, permitem vislumbrar uma clara relação com a oralidade concepcional.

(261) *Peço a V. S<sup>a</sup> pello oSanticimo Sacram<sup>o</sup> q'nos acuda com/gente e mande a touda apreça participol na Vila do Ca-/riri do juiz de Direito e ao promotor q'pelo amor de D<sup>s</sup> /nos socorra com amahior Brevidade pocível q'senão /não só seremos vítima como noços familias, mulher-/res e filhos...* (C 174)

Na carta 175, o autor trata do mesmo assassinato de Delfino Batista de Melo e Antonio Tavares de Oliveira Cabral e pede providências. Apesar de usar adjetivos e expressões que demonstram indignação, como *sanguinolenta*, *barbaramente assassinados*, *facinorosos*, predominam expressões mais formais e neutras (*levo ao conhecimento*, *requisito garantia das autoridades*, *dê as providências*). Nessa carta, é possível perceber um menor envolvimento emocional, um certo distanciamento, reconhecível pelo uso de termos formais, mais freqüentes em textos burocráticos.

(262) *Levo ao conhecimento de V. Ex<sup>ca</sup> a sangui-/nolenta scena que se acaba de dar em a Villa/de Teixeira.* (...) “*Convindo em a caso presente dar/as providencias ao meo alcance, nestadata requisito ao Comandante superior /desta Comarca na força da Guarda nacio-/nal para garantia das restantes au-/toridades do Teixeira, até que V. Ex<sup>ca</sup> dê as pro-/videncias, que entender em sua sabedoria.* (C 175)

De acordo com Schlieben-Lange (1993:28), ao se observarem textos originados em meios “semi-orais”, quando produzidos por pessoas recém-alfabetizadas, ou mesmo que tratam de temas ainda não trabalhados por escrito, verifica-se, além da insegurança ortográfica, que esses autores continuam a confiar na *continuidade do funcionamento das técnicas do falar*, nas quais se esteia a *comunicação oral*, ou seja, não há preocupação com a pontuação, nem em estabelecer por escrito um quadro de referência espacial, temporal e pessoal no meio do qual, segundo a autora, ele pudesse mover-se textualmente. É o que se percebe em trechos,

em que o autor não sabe empregar suas indicações no momento justo e coloca as informações primordiais e acessórias no mesmo nível, produzindo um emaranhado de fatos e o tornando seus comentários contrários ao que pretendia.

A carta 113, assinada por Francisco Leite da Cruz, juiz ordinário de Pombal, que pede providências contra uma quadrilha que vive perturbando a ordem pública com roubos e assassinatos. Toda a narrativa é feita de um fôlego só, dificultando a leitura: não faz parágrafo e usa apenas um ponto em 30 linhas. As idéias vão sendo acrescentadas, agregadas umas às outras, dando a impressão de que o autor está ditando a carta para outra pessoa escrever. Outro aspecto que prejudica o entendimento do texto é a arbitrariedade no uso de maiúsculas (*oRegente, ea Suadas*) e na segmentação das palavras (*amdematar adeis*). Além disso, há incompletude das orações, como acontece logo com no início da carta: o autor começa com *Oestado infilis...*, deixando o leitor na expectativa de que o pensamento vai ser concluído com o acréscimo da oração principal; mas ele introduz outras idéias e outras informações, desviando o assunto e causando mais problemas para a compreensão (*Omeme fascineroso, tendo já perisido, e já foraõ aasacinar, e se conservao*). É possível deduzir que a carta estava sendo copiada à medida em que as idéias fluíam na mente do autor que as ditava imediatamente. Além disso, pode-se deduzir que o autor não consegue aproveitar as vantagens da escrita (Stoll, 1996), entre as quais a possibilidade de corrigir as falhas sem deixar marcas, de planejar e de melhorar o texto: é o que se verifica na passagem grifada, em que transparecem no texto marcas de correções. Alguns traços as aproximam de textos escritos por iniciantes em produção textual, que apresentam dificuldade por não ter consciência e ao mesmo tempo a competência para identificar as marcas do processamento do texto escrito no seu produto final (Pessoa, 1997:189). O trecho transcrito é bastante longo, para que possa refletir os aspectos apontados:

(263) *Oestado infilis emque deprezente seacha esta Villa eseu /termo pelas mortes ea Suadas q' diariamente estão Co-/mitidos huma tropa de Omens armados ou para me /espresar de Cabras fascinerosos vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos Comd<sup>es</sup> daquela Villa espesialmente oRe/gente Joze Fran<sup>o</sup> da Silva Cap<sup>Mor</sup> Joze Dantas e Luis*

*/José da Cunha Comandado esta patrulha p. Manu-/el Alves Afonso **Omeme** fasineroso edemuitas culpas /que unido Com Alixandre Xavier de Azevedo pertendem matar aalguns Sidadoens deste termo **tendo já /perisido** miseravelmente João de Ant. Barreto eVi -/dal Cristalino nas sanguinolentas ma'os de dizaseis/Cabras eSeu xefe Manuel Alves Afonso nestes dizem /publicamente eseus mandatorios q'ainda amdema/tar adeis pessoas deste termo e já foraõ aasacinar ao/Alferes José de Sá em Sua propria Casa oque teria /acontisido seeste nao' estivese com bastante gente em /casa em sua defeza q' p. isso temerao' e se **conservao'**/nesta opozisao deste termo para odaVilla de Souza /neste azilados pelo sobredito Alexandre Xavier, ena /queles notridos p' aquelas autoridades (C 113)*

Em exemplos como o anterior e como o próximo, o desenvolvimento das idéias não é linear, apresenta digressões e circularidade: dados que se repetem, explicações redundantes, fazendo, com que, em alguns casos, a informação só seja entendida com a leitura oral. Isso leva à suposição de que foram ditados ou produzidos para serem lidos em voz alta. No relato a seguir, fatos principais e secundários se misturam.

*(264) Eng<sup>o</sup> Curral de Sima reparto trezentos/homens q' levava em tres tropas emarxei com huma /**porem nada sefes** em tremos em ditos lugares no dia/30 as 11 oras da noute e sahimos no 1<sup>o</sup> de 9bro de/menhã delegençando com todo ocuidado naõ só/pellas cazas como nos Matos recolhendo aTropa/tudo q<sup>o</sup> seachava de homens p<sup>a</sup> naõ hirem com a/ver este homem só se poderá prender com a tropa /de 10 ou 12 peças q' com grandeza de povos **nada se/faz antes** serve de avizo os povos daqueles lugares/todos sabem onde existe o tal Galvaõ izento o Com-/md<sup>te</sup> de Varje Gr<sup>de</sup> José Freitas aq<sup>m</sup> V.Ex<sup>a</sup> querendo/determinar-lhe esta ordem elle naõ tem de q<sup>m</sup> se/fiz p<sup>m</sup> eu tenho Ten<sup>te</sup> capas digno de naõ temer/a valentia do Galvaõ (C 99)*

A própria estrutura desses textos sofre alteração, chegando-se a omitir seus elementos constitutivos, como destinatário, local data, vocativo, fecho e autor. Muitos escrevem sem considerar os parágrafos, passando bruscamente de um assunto a outro, como é o caso da carta seguinte, escrita em 1823 por um sargento da vila de Sousa, apresentando um só

parágrafo. Começa diretamente com o assunto a ser tratado, sem o vocativo. Do ponto de vista gráfico, inúmeras palavras são (1) escritas sem espaços entre elas, ou separadas indevidamente, evidenciando o pouco contato com a escrita. Do ponto de vista fonético (2) encontram-se o fechamento do *e* em *i* (*Ceará/Ciará*), a metátese (*preparo/perparo*), a redução do ditongo *ai > a* (*caixa/caxa*). O autor vem falando sobre documentos recebidos que prestam informações sobre fatos acontecidos no Ceará, mas há um corte brusco no seu relato, quando ele introduz *e a rapidez com que se pede o auxílio nada se pode fazer, por faltar...*Veja-se que a partir daí o autor muda o assunto e passa a prestar outras informações:

*(265) Do Offício, e copias inclusas, que recebi, verá V. Ex<sup>a</sup> oes/tado das coisas na Provincia do (2)Ciará, eas Tropas que mar/xam, e com (1) arapidês com que (1)sepede o auxilio nada/se pode fazer, por faltar totalmente nesta Villa todo/(2) perparo para aguerra, armamento, munição, e (2) caxa/militar, V Ex<sup>a</sup> queira (1) de terminar oque foi servido, a lem/deque, me concidero dispensado desta deliberação pelo que/a caba de a contesser.(C 86)*

O trecho seguinte, por exemplo, é de uma carta enviada por um Comandante de Polícia, no ano de 1826. Nela verifica-se o uso desses períodos longos a que se refere Garcia (1982). Por outro lado, vê-se que a pontuação até certo ponto arbitrária, levando em conta a entonação e não as regras gramaticais, dificultam a captação do sentido do texto (o ponto [...] antes de *já*; a ausência de um sinal de pontuação antes de *vou*), a escrita das idéias em um só parágrafo, são fatores que levam a considerar o texto mais próximo à oralidade concepcional.

*(266) “Pormeaxár no cargo de Com<sup>te</sup> de Policia p<sup>r</sup> /Portaria que V.Ex<sup>cia</sup> sedignou proporme,/ etendo em vista as Instruçoens que deste/ Governo V. E<sup>xcia</sup> tem dirigido Vou participar a V. Ex<sup>cia</sup> o estado deploravel em q se /axá este Destr<sup>o</sup> manxado por homens /mal considerados do Destr<sup>o</sup> Limitrofe/aodePombal que he VillaNova de Souza,/ e não sei p que intendido desde 1817 / a 1824, eathé adata deste pres<sup>e</sup> anno Calca- /rem aopeês aos abitantes em geral m<sup>to</sup> principalmente aosmais bem considerados /só pelo*

*ciume que tem desi empenha-/rem que aqueles dequem são elles /innimigos . Já por terem Roubado as Fa-/zendas destes asSsacinado aou/por serem parentes dos primeiros ditos (C 113)*

Com relação à coesão textual, há alguns aspectos a observar. Nos trechos seguintes, por exemplo, a conexão entre os enunciados se faz por meio de seqüenciadores típicos do texto oral. Entre orações ou períodos que dão continuidade ao texto – destaca-se a repetitiva presença da conjunção *e*, que aponta possivelmente para a elaboração do texto sob forma de ditado, em que as idéias são simplesmente agregadas umas às outras. No trecho selecionado, a oração vai recebendo acréscimos através do articulador *e*, com poucas relações lógicas:

*(267) Eu fui proposto por este Sena/do com responsabiliã dos meus abúzos de Ordem de V.Ex<sup>a</sup> , /Com.<sup>de</sup> G<sup>e</sup> da Pulicia desta Villa, e procurando de V.Ex<sup>a</sup>/a escuza q'exigiaõ as molestias, **que** padesso, eoutros moti/vos, **que** aesperiencia me fazia prever, e já estou (...) eoficiando a Ill<sup>ma</sup> Ex<sup>ca</sup> Junta p medar as instruçoens/p<sup>a</sup> o meo governo, á contesse por resposta domeo Oficio ser/eu injuriosamente á piadas do d<sup>o</sup> Com<sup>do</sup> daPulicia pella/mesma Exma Junta do Governo, e provido nelle muito /judiciozam<sup>e</sup> (C 86)*

Neste trecho, a utilização do conectivo aditivo deixa a idéia solta, dando a impressão de que o autor lembrou-se de acrescentar algo novo, sem relação com o que foi dito anteriormente ou simplesmente que o texto foi ditado para que outra pessoa escrevesse.

*(268) eoque praticaraõ os-seos anteceSsores, e exercitaraõ osmais Governadores subordinados e paSso adizer que menaõ conformey naminha dicizaõ com aOrdem de 7 de Agosto de 1740. Outras Ordens postriores; eamesma arecadação da Real Fazenda (C 12)*

*O que* polivalente empresta um sentido vago à frase, mas muitas vezes o autor intervém com comentários metatextuais para esclarecer o que quer dizer. Encontram-se também várias ocorrências de **que**, algumas com função adversativa, outras, porém, com função meramente continuativa, como sucede neste exemplo a seguir.

(269) *eles hontem quizerão matar m<sup>a</sup> mu-/lher e meos filinhos q'q<sup>m</sup> os Defendeo foi o Castro*

Na passagem que segue, o autor refere-se aos recrutas enviados pelo destinatário. Observe-se que as informações sobre cada um deles vão sendo introduzidas sem pausas, dificultando a compreensão. Entretanto, com a leitura em voz alta, a dificuldade se desfaz.

(270) *foraõ entregues menos Antonio/ Ferreira de Figueiredo que não veyo, dos que vieraõ tornaõ ahir Manoel Mendes /e Joze Gonçaves por doentes como aVossa Senhoria mostro pela certidão incluza eLou/renço da Cruz por ser Indio enaõ dever servir nas Tropas pagas sem a qualidade / degente (C1)*

Ocorrências semelhantes são encontradas na carta 127, além do que o autor parece contar com o conhecimento prévio do destinatário a respeito do assunto, omitindo informações, o que deixa o texto obscuro. Nesse trecho, o autor usa palavras que pouco esclarecem o assunto tratado:

(271) *A desciperaçã emque mevejo, pelos embustes, Sediciosos/Com que o Senado da Villa Nova deSouza, do Cumando /daminha Capitania Mor manquina/imfluir partidos Contra aminha Authoridade/afavor do per tendente o Cap<sup>m</sup> José Fer<sup>a</sup> da Silva, cu/jos factos Só mepromitem, levar a Presença Au/gusta de S.M .I.C(?), o rôbo que semiper tendo fa/zer por Calunias, e Sinistros mêios aqueixar me /do Seguinte?" (C 127)*



Conforme já foi posto anteriormente, o sentido de muitos textos depende do conhecimento prévio do leitor, de outros textos, ou dos entornos (Coseriu,1987). Tratando-se de textos de épocas passadas, fica mais difícil reconstituir o contexto em que foram produzidos, em virtude de serem os fatos, as pessoas, os lugares, em sua maioria, desconhecidos para outros leitores que não o destinatário. Quando os fatos não são explicitados, o prejuízo para o entendimento se torna muito maior. E se o autor da carta não situa, não esclarece, muito do sentido do texto se perde. Em passagens como a seguinte, de 1823, pode-se comprovar essa ocorrência: o autor faz referência a um requerimento. Certamente, para o destinatário da carta, o texto não deixaria margem a dúvidas, uma vez que ele conhecia o requerimento a que se refere, o contexto e o próprio conteúdo da carta, porém outro leitor que não o destinatário fica sem saber: a) quem é o *suplicante*; b) por que *parece ter razão*; c) qual o *ofício que serve*; d) *de quanto é o ordenado*; e) quais são as gratificações, ou *emolumentos* que tem o ofício.

*(272) O Supp<sup>e</sup> parece ter razão no seo reg<sup>to</sup>/por isso que o Ordenado he em verdade peque/no, eprezentemente muito poucos ou nenhum /emolumentos tem no Off<sup>o</sup> q'serve, sendo tal-/ves ainda o mesmo ordenado com q' foi cri-/ado oOff<sup>o</sup> He oq' posso informar aV<sup>as</sup>/que rezolverã o q' mais justo parecer (C 101)*

Num caso como o seguinte, fica difícil entender o texto, entre outros motivos, por haver problemas com relação à coesão textual: o referente do pronome *nellas* não se encontra no texto e não é possível definir, no contexto à que se refere.

*(273) A respeito dos RoSsados dosSuplicantes,/oq' posso emformar aV<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> he q'/naõ projudica p' naõ em cluir nellas/Madeiras deConstrução nem Pau-/Brazil (C 105)*

Viu-se com Coseriu (1979a) e Schlieben-Lange (1993) que as comunidades lingüísticas fornecem modelos para produção e recepção discursiva, principalmente com relação à

escrita e que o falante busca expressar-se de modo a ser compreendido pelo outro. Além disso, muitos fatores são determinantes no sentido de poderem alterar a língua, entre os quais podem-se apontar, com Coseriu (1979a). Os autores *semicultos* têm conhecimento dessa tradição discursiva (leram ou escutaram) e buscam utilizar os modelos textuais oferecidos por ela, porém não dominam as técnicas, não dominam o “saber”, e por conseguinte, produzem textos *inadequados*. No caso de algumas cartas do *corpus*, muitas autoridades da época conhecem a correspondência vinda da metrópole, que serve de modelo para suas cartas e por isso deve ser “imitada”, querem produzir textos semelhantes, mas não têm competência textual e lingüística (com relação à modalidade escrita *exemplar*) para isso. Observa-se então um emprego abusivo de certos clichês, expressões da linguagem burocrática ou mesmo de certas construções sintáticas que terminam por sobrecarregar o texto. Na carta seguinte, por exemplo, enviada por um tenente coronel do batalhão de Pilar, o abuso de redundâncias e repetições constituem um estorvo para o leitor moderno:

(274) mandei orde aos Com<sup>es</sup> das Comp<sup>as</sup>/q. applicassem<sup>130</sup> todos os meios de emcarinhamento/p<sup>a</sup> q. viesse p<sup>r</sup> sua vont<sup>e</sup>, eq<sup>do</sup> o não podesse conse/guir, mandesse-os debaixo de prisão, o q. ago=/ra acaba de suceder com Eugenio Marinho Fal/cão, o qual remetto p<sup>a</sup> q. V.Ex<sup>sa</sup> o mande ins=/truir, mandando-o conservar p<sup>r</sup> alguns dias /de baixo de prisão athe desenganar-se apezar/de q. elle dis q. via p<sup>r</sup> m<sup>to</sup> sua vont<sup>e</sup> de que du=/vido. (C 92)

Na carta 148, o remetente inicia a carta com um *realmente*, como se estivesse conversando e contando com o conhecimento do destinatário. O papel desse modalizador epistêmico está relacionado com a veracidade dos fatos (Koch, 2002).

(275) *Realmente a Presidencia/recomendou a Junta Clas-/sificadora de escravos do/muni<sup>o</sup> de Souza, que nos/temos do Decreto n<sup>o</sup> 6341 de/20 de setembro de 1846, pro-/cedesse*

---

<sup>130</sup> Rasura demonstrando correção no texto: o autor havia escrito **p** e corrigiu para **a**.

*ao serv<sup>o</sup> da classifica-/ção daquelle m<sup>mo</sup> mun<sup>o</sup>, in-/cluindo o número de escravos/strictamente necessario para/a applicação da quota para/isso distribuida.*

Em outras passagens, na tentativa de expressar-se de modo preciso, o autor utiliza determinadas expressões que terminam por deixar o texto fatigante:

*(276) passo a Informar a V. Ex.<sup>a</sup> Os-/Custumes e inclinaçóns destes Indios saõ pesemos, p. q. só seemclinaõ p.<sup>a</sup>/o mal. notempo emq. viveraõ debaxo da disciplina dos Padres Missionarios, tinhaõ outros Comportamentos, Segundo atradição das Pessoas/mais antigos, p. q. tinhaõ temor, e obediência aos ditos Padres; q. com/todo o disvelo vigiavão sobre ...”(C 118)*

Em algumas cartas, há passagens muito confusas, de difícil compreensão. Em trechos como o seguinte, a ausência de informações denota que o autor tem em pouca conta os acontecimentos e as necessidades do leitor, não se preocupando em fornecer as informações necessárias para ser entendido:

*(277) por senaõ emcontrar com ade /28 de Janeiro, equando digo que esta mecomfere anome/ação de Almojarife hé emJunta. Acarta escrita ao Pro/vedor inda meconfirma mais nas palavras= onde secos/tumaõ fazer semelhantes nomiaçoens-: devem customar-/çe afazer aqui. eas expreçoens deamizade não devem/influir no Serviço. (C7)*

Há casos em que o autor não demonstra saber utilizar as possibilidades do texto escrito e, em consequência, surgem trechos muito desordenados, com digressões ou expressões repetitivas, denotando falta de planejamento. A carta 113, a seguir, foi escrita por um juiz ordinário da cidade de Pombal que, preocupado com os inúmeros crimes que acontecem em sua cidade e pelas ameaças de morte que vinha sofrendo, juntamente com as demais autoridades, escreve ao presidente da província pedindo providências. A narração dos fatos

deixa transparecer a indignação e a revolta, através da escolha das expressões com que se refere aos bandidos (*cabras fascinosos, orrorosos omesideos, corja infernal, malvados* que se opõem a *autoridades, sidadoens*) e modalizadores afetivos (*enfelizmente*), ao mesmo tempo em que afirma acreditar que seus pedidos serão atendidos:

(278) *huma tropa de Omens armados ou para me /espresar de Cabras fascinerozos vindos do Rio do Peixe man-/dados pelos Comd<sup>es</sup> daquela Villa especialmente oRe/gente Joze (...) Omem fasineroso edemuitas culpas /que unido Com Alixandre Xavier de Azevedo perten/dem matar aalguns Sidadoens deste termo tendo já/perisido miseravelmente João de Ant. Barretoe Vi –/dal Cristalino nas sanguinolentas ma'os de dizaseis Cabras eSeu xefe Manuel Alves Afonso nestes dizem/publicamente eseus mandatorios q'ainda amdema/tar adeis pessoas deste termo eja foraõ aasacinar ao /Alferes José de Sá em Sua propria Casa oque teria /aconticido seeste nao' <sup>131</sup> com bastante gente em /casa em sua defeza q' p. isso temerao' e se conservao'/nesta opozisao deste termo para odaVilla de Souza /neste azilados pelo sobredito Alexandre Xavier, ena/queles notridos p<sup>r</sup> aquelas autoridades.[.. ] Emfelizmente acabara este Pais nas mãos dos orro/rosos omesidios eSeV. Ex<sup>a</sup> não providenciar eproteger / os sidadoens deste termo, ã poder nesta isperansaeqmea/nimeia levar a prezensa de V. Ex<sup>a</sup> pedindo a Jus/tisa do Custume (C 113)*

Em passagens como as anteriores, as repetições de palavras denotam uma certa inflexibilidade do autor para variar a expressão. Resultam expressões de carga emocional, traço típico do *falado concepcional*. Já na carta seguinte, o autor que viveu o acontecimento, quer apresentar os temas sugestivamente, mas os meios de expressão que utiliza, hipérbolos, metáforas, metonímias e comparações drásticas, vão de encontro a sua pretensão de imparcialidade.

---

<sup>131</sup> Provavelmente falta uma palavra nesta passagem.

(279) *O Re<sup>do</sup> P<sup>e</sup> Joaq<sup>m</sup> Go=/mês integerrimo Patriota antes da MiSsa Conventual em=/consequencia danoticia afirma fizera huma falla ao povo/dentro no Oratorio dam<sup>ma</sup> Serra, alem de outras, desvanecen=/do a horrivel noticia do noSso inimigo. Martiniano, q' in fundio/hum terror Panico ao rude povo, q' conheceu a verd<sup>e</sup> exem-/plada p<sup>lo</sup> Re<sup>do</sup> com am<sup>ma</sup> Escriptura Sagrada . Depois da=/MiSsa em particular p<sup>lo</sup> gás, que tem a Patria, dissera o menciona=/do Re<sup>do</sup> q' Martiniano chupara páo, a páo em Remuneraçãodoq' nos dezejava[...]mandara vir huma escolta de faccinerosos/contra oinimigo Martiniano e outros da Serra, aonde exis=/fl. 2/existira a soldadesca armada dias, e dias tremendos;/emq' o povo amedrontado, eacegmentado no sisma dava mostras de=/voltar ao partido inimigo, evacilante ainda viu p<sup>a</sup> sua ma/doutrina. Tendo cumprido com o meu dever, eentregue à=/Vossas Ex<sup>cas</sup> comoleg<sup>mos132</sup> Pais p<sup>a</sup> providenciarem, (C 105)*

O trecho seguinte traz um exemplo de um período prolixo, cheio de lugares-comuns (*filho zelozo, e cidadão pacífico, sagrada cauza*) com pormenores que pouco esclarecem o fato que o autor quer citar e com frases confusas, que terminam por prejudicar a interpretação do texto. A interrupção da ordem lógica da frase (*cujos deveres... de filho zeloso*) causa uma quebra na expectativa do leitor, que precisa reler várias vezes o texto para entender o sentido:

(280) *Chêo do amor da Patria, aq.<sup>m</sup> respeito com Maen, cujos deveres,/ainda q' não os saiba explicar, porém faSsaõ ver a VoSsas Ex<sup>cas</sup> /de filho zelozo, e Cidadão pacifico, q'deseja a prosperid<sup>e</sup>, segu=/rança; eadiantam<sup>lo</sup> da sagrada cauza do noSso Brazil, faSso cer-/to a VoSsas Ex<sup>cas</sup> o seg<sup>te</sup> (C 105)*

Também com relação à sintaxe, aparecem de modo claro em cartas dos *semicultos* os atropelos contra a integridade da oração e correção gramatical, infrações que podem ser indícios de falta de planejamento, quando não, demonstrar interesse em ressaltar partes da oração (Stoll, 1996). Encontram-se casos em que não se faz concordância gramatical, como

---

<sup>132</sup> Como legítimos pais

na seguinte ocorrência em que o sujeito é o pronome relativo *que*, e o verbo deveria concordar com o antecedente (autoridade):

(281) *susede com as mais autoridades /desta V<sup>a</sup> etermo que malpode defender suapisoas dos/asaltos (C 113)*

O sujeito plural, na concordância gramatical, leva o verbo também para a primeira pessoa do plural. Entretanto, na ocorrência seguinte, o verbo concorda com o termo mais próximo, na terceira pessoa. Na passagem, a proximidade com *ausências* leva o verbo para o plural, e não com o sujeito da oração *tolerância*, no singular.

(282) *e p'q'atoleran-/cia destas ausencias **podem** produzir maiores desorde's (P 56)*

No trecho seguinte, à primeira vista, sente-se uma certa ambigüidade com relação ao referente do *que*. pois é difícil precisar se se refere a *Manoel Ferreira* ou a *Autos*, possibilitando interpretações divergentes, embora a leitura atenta logo desfaça a ambigüidade:

(283) *Manoel Ferr<sup>a</sup> confesou como consta dos Autos, q mandei vir am<sup>a</sup> presença/ter solto sincoenta, eseis cabesas (C 48)*

No trecho a seguir, as orações são agregadas umas às outras, com poucas relações lógicas, deixando indícios de que o texto foi produzido oralmente e transcrito sem alterações. O modo como as informações são colocadas faz pensar que o autor vai narrando, à medida que os fatos vêm à memória (observe-se *presinciando o Filho do Ramos...*), sem considerar a possibilidade de planejar o texto previamente.

(284) *foi me atacar/com palavras enjuriosas, e dep<sup>s</sup> /disse-me que vinha dar um re-/cado, tornando a dizer-lhe que/naõ viesse, tornou a dirigir-me/as m<sup>mas</sup> palavras, e a miaçou-me/com hum páo que trazia na maõ,/presinciando o Filho do Ramos, e hum/Marujo Portugues que se acha a/bordo, entãõ pedi a dous soldados...”(C160)*

Na passagem seguinte, “... **do qual** espero me fará...” por “...**o qual** espero me fará...” apresenta ao mesmo tempo falha na regência verbal e na relação entre os termos, pois sua opção acabou deixando sem antecedente expresso o pronome **qual**, embora, pelo sentido, refira-se a *favor*. O autor não faz a elisão do **me + o**. Observe-se que tanto **o** quanto o relativo **qual** têm como referente **favor**.

(285) *Quero hoje receber de Vosse um favor do qual espero me ofará, p<sup>r</sup> o naõ ser dificultozo.” (C 199)*

Os textos desses autores trazem muitas vezes casos de redução no emprego dos recursos da língua. Essa redução na conjugação verbal, freqüente em nível popular, em que tempos verbais são empregados por outros, é geralmente apontada como marca peculiar do *português brasileiro*<sup>133</sup>. Vejam-se os exemplos seguintes:

a) o presente do indicativo usado pelo presente do subjuntivo (*ignora* por *ignore*):

(286) *Capitam cha/mado Bento Carado, que talvez ignora quem saõ os acoi/tados (C6)*

b) o pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (*devia fazer* por *deveria fazer*):

---

<sup>133</sup> Pinto (1992:9), discordando da *hipótese evolucionista* do português brasileiro, grandemente debatida no Romantismo, considera que traços como esses explicam-se como: a) *traços preferenciais* dos brasileiros dos que existem ou existiram em Portugal (colocação pronominal, por exemplo); b) *casos de redução*, no emprego dos recursos da língua (o que ocorre, por exemplo, na conjugação verbal, em nível popular); c) *acréscimo* de unidades lexicais (indianismos e neologismos, por exemplo).

(287) *Logo devia fazer, de tudo o pertencente á Provedoria no dia 20 do corrente lhe ordenei, que dentro de oito di/as me havia de apresentar certidão de ter feito aentre/ga compenadeprizãõ. (C4)*

c) o presente do indicativo pelo futuro do presente, embora este último seja predominante, a exemplo do que ocorre atualmente:

(288) *q'naõ fazem senão arrumar a ignorancia, que/breve chegaõ Tropas de Portugal, e balteraõs os /enthuziastas do Brazil ( C 76)*

d) do futuro do subjuntivo pelo infinitivo (*poder* por *puder*):

(289) *va-me Vossa Senhoria mandando todos quantos asua eficaz diligencia poder conseguir..." (C5)*

A carta seguinte, enviada pelo Senado da Câmara da Vila do Conde em 1826, trata de assuntos relacionados aos índios da região e traz inúmeros problemas. Inicia-se com *Este Senado vendo o desmazello...*, deixando a expectativa de que a idéia seja concluída, o que só vai acontecer muito depois (*Nomemos*). Antes disso, vai acrescentando pormenores, fornecendo informações sobre o antigo regente, de maneira que fica difícil captar o sentido. Essa dificuldade se agrava com o uso do tempo verbal (presente do subjuntivo) por outro (pretérito perfeito do indicativo), pontuação inadequada (ausência de vírgulas separando *Joao Alexandreno Pas Barreto*), uso arbitrário de letras maiúsculas (*Estava Servindo, aEste*) e emprego inadequado de *suposto*.

(290) *Este Senado vendo o desmazello q' ha na/Nacao India p' falta deter Regente pr<sup>a</sup> os/deregir p' que o Regente que Estava Ser/vindo Joao Alexandreno Pas de Br<sup>etio</sup>, Se/reterou desta Villa sem que apresenta/ce aEste Senado despacho de V. Ex<sup>a</sup>/enem ao Comm<sup>te</sup> Geral, deixando fazer as/Suas vezes ao Capitaõ José Ignacio da Tri/ndade oqual naõ tem agelidade para/o dito emprego p' os Indios lhenãõ obede/cem e como*



*Este Sen<sup>do</sup> tem p<sup>r</sup> o breg<sup>am</sup>/reprezentar a V.Ex<sup>a</sup> afim do bem pubelco /e Serviço a Sua M. I \_\_ Nomemos a/Joaquim Francisco de Araujo que Supos/to ser pardo he casado com huma India/e tem praça nosmesmos (C 110)*

Nas cartas dos semicultos, ao lado de expressões e construções características da língua burocrática da época, encontram-se variantes diafásicas, diatópicas e diastráticas, reconhecíveis em vários níveis: fonético-gráfico, morfossintático, lexical. A construção seguinte traz uma regência verbal apontada atualmente como peculiar ao português brasileiro (Castilho, 1992), o uso da preposição *em* com verbos de movimento:

*(291) “Xegando nesta Vila doPombal aos 25 deste/mês de 8bro Manoel Lopes Band<sup>ra</sup> Escrivaõ do/Crime e Civel desta d<sup>a</sup> Vila...” (C 58)*

Diante do exposto, considera-se que essas cartas se enquadram no conceito de *competência escrita de cunho oral*, apresentado por Oesterreicher (1994) e seguidores, já que nelas os autores nem sempre sabem cumprir as convenções da tradição discursiva, tanto com relação à forma dos textos quanto à variedade lingüística, a burocrática. Observou-se que os autores dos textos sentem a necessidade de utilizar a modalidade *exemplar* da língua para obter maior aceitação de seus textos, mas neles encontram-se formas, construções, expressões que as afastam do padrão, dentre as quais, destacaram-se neste estudo os aspectos fonético-gráficos, sintáticos, lexicais e textuais. Por apresentarem tais divergências, textos dessa natureza têm sido deixados de lado na tradição da lingüística histórica. Mas exatamente esse constitui o maior interesse para o melhor conhecimento das variedades diafásicas, diastráticas e diatópicas do período considerado como inicial do português brasileiro.

## CONCLUSÃO

Para analisar as características gerais das cartas administrativas oficiais dos séculos XVIII e XIX, relacionadas à Paraíba, duas tarefas se fizeram necessárias: primeiro, organizar um *corpus* que servisse de base para essa análise, relacionando os textos ao contexto sócio-histórico em que foram produzidos e, em seguida, proceder a uma retomada dos estudos históricos e textuais, enfatizando aqueles voltados para a língua portuguesa. Essa retomada teve o propósito de verificar quais os objetivos, métodos e teorias em que se fundamentaram e também de que maneira os textos têm sido trabalhados pela lingüística histórica ao longo dos tempos.

Viu-se, de início, que os objetivos dos estudos históricos centraram-se na preservação das obras literárias dos grandes escritores e na explicação da língua utilizada nesses escritos, considerada um modelo a ser seguido; posteriormente, nos séculos XIX e início do século XX, voltaram-se para o estudo de documentos românicos escritos e para a reconstrução da história das línguas, através do estudo comparativo entre elas. Na lingüística contemporânea, desenvolvem-se teorizações sobre a mudança lingüística em geral e em relação a línguas específicas. A descrição do percurso dos estudos textuais e históricos se reveste de importância neste estudo cuja perspectiva de análise envolve aspectos sociais e textuais na investigação histórica.

O processo de seleção e transcrição dos textos, ainda inéditos, que compõem o *corpus*, resultou de um lento processo de leitura filológica, ao qual se seguiu uma caracterização geral dos textos que o constituem e da sociedade que os produziu. Por esse motivo, além da explicitação dos conceitos necessários ao desenvolvimento desse estudo, buscou-se traçar articulações entre a história social do Brasil e da Paraíba, enfatizando problemas ligados à burocracia, à instrução em geral, à escolarização e ao acesso à escrita. Este é um aspecto inovador, pois, segundo Burke (1993: 9), *com um pouco de exagero, pode-se dizer que, até alguns anos atrás, os estudos históricos da linguagem ignoravam seus aspectos sociais, enquanto os estudos sociológicos da linguagem ignoravam sua história.*

Cumprer ressaltar ainda que alguns aspectos por si mesmos poderão constituir focos de pesquisas mais aprofundadas. Com relação às questões que afloram sempre que se pretende constituir um *corpus* para o estudo da língua de épocas anteriores, destacam-se os referentes aos critérios de seleção, ao gênero textual escolhido, ao grau de formalidade ou informalidade dos textos, à época selecionada, aos seus produtores, em resumo, aos textos que podem ser considerados uma fonte confiável para a análise lingüística. No caso deste trabalho, a opção por cartas oficiais considerou sua natureza de documento ‘datado e localizável’ em circulação na época e, apesar de sua formalidade, importantes para o estudo da língua escrita em uso na Paraíba no período estudado. Procurou-se construir um *corpus* com documentos em uso, que pudessem retratar a realidade lingüística e sócio-cultural da época, refletindo os diferentes graus de instrução dos seus autores, que versassem sobre assuntos diversos e fossem provenientes de várias regiões do estado. Do cotejo entre eles, foi possível observar a variante lingüística usada, qual o modelo que seguem e também em que aspectos divergem.

Os manuscritos relacionados à burocracia administrativa, que circulavam no Brasil na época colonial, tinham como modelos os textos produzidos em Portugal e os autores procuravam redigir de acordo com a cultura escrita, a fim de obterem aceitação de seus escritos. Os documentos selecionados demonstram essa preocupação e, em geral, buscam seguir as tradições discursivas do gênero adotado, preservando uma certa regularidade no que se refere ao tipo de registro, às convenções, à composição. Por outro lado, são textos que se prestam aos mais diferentes propósitos e variam de acordo com quem escreve e para quem se dirigem: ofícios, requerimentos, carta régia, lei, pareceres.

Do ponto de vista da paleográfico e diplomático, observou-se que os manuscritos são influenciados pela tradição ibérica, para o que contribuiu a introdução, pelos portugueses, da escrita cursiva latina na redação de documentos, num período em que a imprensa se difundia e decaía a produção manuscrita do livro.

As cartas deste *corpus* inserem-se numa situação de formalismo, de controle social e de uso da linguagem relacionada ao poder. As relações sociais são, então, marcadas pelas conveniências — espera-se das pessoas que exercem os cargos públicos que pensem no interesse geral, no interesse do rei — e a linguagem, principalmente a língua escrita, é utilizada para regular essas relações, o que se evidencia pelas restrições refletidas na padronização dos textos e na formalidade no uso da língua. Por esse motivo, a despeito da formalidade de que revestem, essas cartas merecem destaque entre os inúmeros documentos importantes historicamente produzidos no Brasil no período colonial, no sentido de refletir a língua usada em uma região, pelo seu caráter de documento datado e localizado.

A análise do *corpus* evidenciou também uma grande diversidade em relação ao nível de domínio da variante escrita: ao lado de pessoas que demonstram habilidade na redação de textos burocráticos, há outros que denotam pouca experiência no manejo com a escrita. Essa inabilidade, mesmo se tratando de profissionais da escrita, como os escrivães, ou pessoas letradas em geral, se explica pela situação em que vivia a sociedade brasileira da época, com pouco acesso à escrita, dificuldade de instrução e poucas pessoas com um bom nível de escolaridade.

Enquanto alguns textos trazem claramente os propósitos comunicativos para que foram escritos — precisão no uso do vocabulário, linguagem clara e objetiva — outros se mostram confusos, cheios de digressões, circularidade, redundância, flutuações gráficas. São muito dependentes do contexto de produção e evidenciam que o autor não domina modalidade escrita, não tem habilidade para explorar os recursos para contextualizar a escrita. Por isso, muito do sentido se perde, uma vez que foram escritos para um destinatário determinado e fica dependente do conhecimento prévio do destinatário sobre o assunto tratado. Esses textos se encaixam no que Oesterreicher (1994) classifica de “competência escrita de cunho oral”. São documentos, a nosso ver, de grande importância para o estudo histórico das línguas, pois permitem reconstruir a modalidade da língua falada de uma determinada época ou região, através de traços dessa modalidade que deixam transparecer.

Diante do que o contexto revelou e do que foi observado nesses textos, inclusive da tipologia do *corpus* utilizado e das conclusões a que se chegou, espera-se ter dado uma contribuição para o conhecimento do uso da língua. Espera-se também que outros trabalhos possam usar o *corpus* organizado. Caberia então aos novos autores aprofundar a análise, apresentar mais dados, não só deste gênero, mas até de outros, para que com isso se possa melhor entender como ocorreram esses processos de produção textual em épocas passadas, como é que eles revelam os usos da língua, o domínio e a produção lingüística nessas épocas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: *Leitura, história e história da leitura*. ABREU, Márcia (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fafesp, 2000.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio de José Antônio G. de Mello. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; UFPE, Ed. Universitária, 1994.

AGUILAR, Rafael Cano. Lenguaje ‘espontáneo’ y retórica epistolar en cartas de emigrantes españoles a Indias. In: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, T., OESTERREICHER, W. y ZIMMERMANN, Klaus (eds.) Frankfurt em Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1996.

ALKMIM, Tânia. *Sociolinguística: parte I*. In. MUSSALIM, Ana e BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol.1, São Paulo: Cortez, 2001.

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

\_\_\_\_\_. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1978.

ALMEIDA, J. Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4 ed fac-similar. Brasília: Senado Federal, João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1994.

ALVES, Virgínia Colares. *A decisão interpretativa da Fala em Depoimentos judiciais*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife.

ANDERSON, Tait (1996). *Sobre o desenvolvimento histórico da diferenciação das línguas portuguesa e brasileira*. Tübingen: Ibero-România, n° 42.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. (1915) São Paulo: Saraiva, Ed. Da Universidade de São Paulo. 1978

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês de Maria Hermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, (1979/1992) pp. 276-326.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *O contexto dos textos coloniais*. In: ALKMIM, Tania Maria (org.) *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 421-31

BARBOZA Jerônimo Soares, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 4ª ed., Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1866.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Estudos do Texto e do Discurso no Brasil*. DELTA v.15 n. especial São Paulo 1999

BARROS, Maria Cândida D. M., BORGES, Luiz C. e MEIRA, Márcio. *A língua Geral como identidade construída*

BAXTER, Alan N. e LUCCHESI, Dante. *A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil*. IN: Estudos Lingüísticos e Literários, n. 19, p. 65-84, mar. 1997.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 33. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

BENTES, Anna Christina. *Lingüística Textual*. In: MUSSALIM, F. e BENTES, Anna C. (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. V. 1, São Paulo: Cortez, 2001.

BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.

BOTTÉRO, Jean e MORRISON, Ken. *Cultura, pensamento e escrita*. Trad. Rosa Maria Boaventura (francês) e Valter Lellis Siqueira (inglês). São Paulo: Ática, 1995.

BRANDÃO, Helena N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. BRANDÃO, Helena Nagamine (org). São Paulo: Cortez. Coleção aprender e ensinar com textos; vol 5, p. 17-45, 2000.

BRASIL, Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*; 5 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 1998.



BRASIL, Presidência da República. *Manual de Redação da Presidência da República*; Gilmar Ferreira Mendes et al. Brasília: Presidência da República, 1991.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BURKE, Peter. e PORTER, Roy. (orgs.). *História Social da Linguagem*; trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/Cambridge, 1997.

BURKE, Peter. A arte da conversação. Trad. Alvaro Luis Hattner. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BYRNON, Theodora. *Historical Linguistics*. Cambridge University Press, 1996.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e lingüística*. 8 ed. São Paulo: Scipione, 1995.

CAMACHO, Roberto G. *Sociolingüística: parte II*. In. MUSSALIM, Ana e BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. vol.1*, São Paulo: Cortez, 2001.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 8 ed. Petrópolis –RJ: Editora Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

\_\_\_\_\_. *Línguas européias de ultramar: o português do Brasil*. IN: *Dispersos*. Sel. e intr. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

\_\_\_\_\_. *Princípios de Lingüística Geral*. 4 ed. ver. e aum. 7 impressão. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

CARDOSO, Suzana Alice M. *A Dialectologia no Brasil: Perspectivas*. DELTA, v.15 n. especial São Paulo, 1999.

CARDOSO, W. & CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. São Paulo. Ática. 1993.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Corpus diacrônico do português brasileiro*. Lisboa: 1º Encontro Internacional da AILP, 2001.

\_\_\_\_\_. Projeto de história do português de São Paulo. In: *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO, Ataliba T. de. (org). Vol. I: Primeiras idéias São Paulo: Humanitas/FAPESP, p. 61-76, 1998.

\_\_\_\_\_. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

CASTRO, Ivo. *Curso de História da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta. 1991.

CAVALCANTE, Berenice. *Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII*. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 53-66, jan/dez. 1995.

CAVALLO , Guglielmo. Entre *vollumen* e *codex*: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger.(orgs.). *História da leitura no mundo*

*ocidental*. Vol. 1 Trad. Fulvia M. L. Moretto (italiano), Guacira Marcondes Machado (francês), José Antônio de Macedo Soares (inglês). Ver. Téc. Maria Thereza Fraga Rocco. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. 2 Trad. Cláudia Cavalcanti (alemão), Fulvia M. L. Moretto (italiano), Guacira Marcondes Machado (francês), José Antônio de Macedo Soares (inglês). Ver. Téc. Rodolfo Ilari, Ingedore G. V. Koch (alemão). São Paulo: Ática, 1999.

CHACON, Lourenço. (1998) *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fafesp. 2000.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes.- São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999. 1ª reimpr.

\_\_\_\_\_. (org.) (1945) *Práticas da leitura*. Trad. de Cristiane Nascimento, Intr. de Alcir Pécora. 1ª reimpressão. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. As práticas da escrita. In: *História da Vida privada/ da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras. p. 113-161, 1995

COSERIU, Eugenio. *A língua literária*. *Agália*, 41, 1995, p. 57-60

\_\_\_\_\_. *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. 2 ed. Trad. Agostinho dias Carneiro; rev. téc. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. –Rio de Janeiro: Presença, 1987.

\_\_\_\_\_. *Lições de lingüística geral*. Trad. Evanildo Bechara, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

\_\_\_\_\_. *O homem e a sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira., Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.

\_\_\_\_\_. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1979a.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos, 1740 –1794* Recife: Secretaria do Interior e Justiça/ Arquivo Público Estadual, 1954.

COSTA VAL, Maria das Graças. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 6.ed.rev. 7 impr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

CUESTA, Pilar Vázquez e LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1983

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares S.A., 1975.

CUNHA, M. A. F. *Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal*. In: *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. MARTELOTTA et alii. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CUNHA, M. A. F da & OLIVEIRA, N. F. de. *Da lingüística imanente à lingüística da fala*. *Vivência*, v.8, n.1, p. 39-50, 1994.

CUNHA, Maria Angélica F. da., OLIVEIRA, Mariângela Rios de e VOTRE, Sebastian. *A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe*. Comunicação Coordenada no I Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos. João Pessoa: UFPB. 1997.

DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor 'comum' no século XVIII. In: Roger Chartier (org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Revista Acervo, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 1-2, p. 13-18, jan/dez. 1995.

DIAS, Epifânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1959.

DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. (org. e apresentação de Ingedore Vilaça Koch). 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DUCROT, O. & TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa, D. Quixote, 1973.

DUCROT. Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. Tradução de Le dire et le dit.

ELIA, Sílvio . *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Estado actual del proyecto Historia del Español de América y Canarias*. In: CASTILHO, Ataliba. *Para a história do português brasileiro*. Vol. I - Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 1998, p. 53- 60.

ESPÍNDOLA, Lucienne C. *Uma leitura semântico-pragmática da carta de Pero Vaz de Caminha*. Graphos: revista da Pós-Graduação em Letras. João Pessoa, Pb: Idéia Editora, Ano V, n. 1, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 4 ed. São Paulo: Cortez. 1998

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1996.

FERNANDES, Irene Rodrigues e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB. – p. 106, 1999.

FONSECA & FONSECA. *Pragmática linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1977.

FONSECA, M. C. A. P. *A concordância verbal na Demanda do Santo Graal*. Dissertação de mestrado. UFPB: João Pessoa, 1986.

GALVÃO, A. M. de O. “A palmatória era a sua vara de condão”: práticas escolares na Paraíba (1890 – 1920). In: *Modos de ler e formas de escrever*. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). Belo Horizonte: Autêntica. p. 119 – 142, 1998.

GARCIA, Afrânio da Silva *O acordo ortográfico de 1995: seus antecedentes, seus pontos positivos e negativos, suas possíveis conseqüências*. Revista Philologus – set. – dez 9 (1997), 3 (9): 5-14.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 10ª edição. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1982.

GAUGER, H. 'Escribo como hablo'. *Oralidad en lo escrito*. In. *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, T., OESTERREICHER, Wulf e Klaus ZIMMERMANN (eds.). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GONÇALVES, Regina Célia et al. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. Coleção História temática da Paraíba. Vol. 3, 1999.

GOODY, Jack. *La logica de la escritura y la organización de la sociedad*. Versión española de Inmaculada Alvarez Puente. Revisión técnica de Jesús Albores. Madrid: Alianza Editorial. p. 241, 1990.

GUI, Gregory R. Sobre a natureza e origens do português popular do Brasil. IN: *Estudios sobre Espanhor de America y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, p.226-44, 1989. (Tradução provisória de Maria Marta Pereira Scherre, fev. 1995).

GUIMARÃES, E. *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil*. In *Relatos*. Nº 1 Campinas: Unicamp. 3, Agosto -1994.

HANSEN, J.A. *Leituras coloniais*. In: *Leitura, história e história da leitura*. ABREU, Márcia (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fafesp, 2000

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.

HORA, Dermeval da.& PEDROSA, Julienne L. R. *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

IMAGUIRE, Lígia Maria Campos. *Abordagem de erros de segmentação e junção de palavras em crianças das quatro primeiras séries do primeiro grau: investigação lingüística*. Revista Philologus. Mai/ago, 4(11) 80-89, 1998.

KIERNAN, Victor. Línguas e conquistadores. In: BURQUE, Peter e PORTER, Roy.(org.) *Linguagem, indivíduo e sociedade; história social da linguagem*; trad. de Álvaro Luiz Hattner – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 259-283, 1993.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *A interação pela linguagem*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento da Lingüística Textual no Brasil*. DELTA v.15 n.especial São Paulo 1999

\_\_\_\_\_. *Interferências da oralidade na aquisição da escrita*. Trab. Ling. Apl., Campinas (30): 31-38, Jul/Dez, 1997.



\_\_\_\_\_. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Aquisição da escrita e textualidade*. In: Caderno de Estudos Lingüísticos., Campinas-SP, (29): 109-117, Jul./Dez, 1995.

KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER , Wulf e ZIMMERMANN (eds). *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

LEAL, José. *Itinerário Histórico da Paraíba*. 2 ed. FUNCEP/A União. S/D.

LEROY, M. *As grandes correntes da Lingüística Moderna*. Trad. Izidoro Blikstein, José Paulo Paes e Frederico Pessoa de Barros. Ed. rev. E aum., São Paulo: Cultrix, 1977.

LYONS, John. *Lingua(gem) e lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza, Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981.

LOBO, Tânia. Depoimento sobre a constituição de um corpus diacrônico. In: *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO, Ataliba. (org.) Vol. I: Primeiras idéias São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998.

LOPES, José Loureiro. Uma história da educação na Paraíba. In: NÓBREGA, Evandro, AGUIAR, Wellington e MELO, José Otávio de A.(coord.) *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande-PB: GRAFSET, 1987.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português: Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao XVI (Com referência à situação do galego moderno*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da Leitura*. Trad. Pedro Maia Soares., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam*. Recife: UFPE. Mimeo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Fala e escrita: características num continuum tipológico*. Proposta incluída no projeto integrado para o CNPq. Mimeo. Recife: UFPE. 1995-1998.

\_\_\_\_\_. *Linguística textual: o que é e como se faz*. Recife, UFPE, 1983.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.

MARQUESI, Sueli Cristina. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

MARTINHEIRA, José J. Sintra. *Tipologias documentais da Administração Central no Antigo Regime*. Monografia de Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Arquivística e Documentação. Torre do Tombo, Lisboa, 1997.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua Portuguesa*. V. Século XIX. São Paulo: Ática, 1988

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2 ed. ilustr., revista e atualiz. São Paulo: Ática, 1996.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

MATEUS, Maria Helena Mira. *O horizonte da investigação sobre o português*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística.

MATTOS E SILVA, R.V. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de *corpora* para o Projeto “Para a história do português brasileiro”. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 17-37

\_\_\_\_\_. *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. In: ALKMIM, Tania Maria (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. 443-64.

\_\_\_\_\_. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. I. Primeiros estudos, Tomo I. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II. Primeiros estudos, Tomo I. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Orientações atuais da Lingüística Histórica Brasileira*. DELTA, v. 15 n especial. São Paulo: versão impressa. 1999

\_\_\_\_\_. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO, Ataliba. Vol. I - Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/Fapesp. p. 61- 76, 1998.

\_\_\_\_\_. *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.

\_\_\_\_\_. Diversidade e Unidade: a aventura lingüística do Português. In: CASTRO, Ivo (org.). *Curso de História da Língua Portuguesa: leituras complementares*. Lisboa : Universidade Aberta, 1991.

\_\_\_\_\_. "A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões". ABRALIN: 17, 73-85.

MEDEIROS, Maria do Céu e SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba- das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Editora Universitária./UFPB. p. 130, 1999.

MELLO, José Antônio Gonçalves de e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. prefácio de Leonardo Dantas Silva. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1997.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. "*Cartas à redação*": *uma abordagem discursiva*. Tese de doutorado. Campinas-SP, UNICAMP/IEL, 1999.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. Ed. Melhorada e aum., Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MELO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 6 ed. (fac-símile). João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

MENDONÇA, Neide Rodrigues de Sousa. (1985). *Um estudo da prosa institucional. Subsídios para a desburocratização lingüística*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE

MORAIS, Artur Gomes. *Ortografia: ensinar e aprender*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1999.

NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira. (1993) *Sobre as origens do português popular do Brasil*. IN: D.E.L.T.A., Vol.9. Nº Especial. Brasília: ABRALIN. pp.437-454

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICOLAU, Pere Quetglas i. *Elementos basicos de filología y lingüística latinas*. Barcelona: Editorial Teide, 1985.

NIZZA DA SILVA. Maria Beatriz. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In ABREU, Márcia (org.). 2000. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fafesp. 1999.

NUNES. J. Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Clássica, 1960.

OESTERREICHER, Wulf. *Autonomización del texto y recontextualización. Dos problemas fundamentales de las ciencias del texto*. Mimeo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología.* IN: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica.* KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

\_\_\_\_\_. *El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta en la historiografía indiana.* In: Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlín. Lüdtke, J. (comp). Frankfurt am Main: Verveurt/Madrid: Iberoamericana. p. 155-190, 1994.

OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *Epistolografia e linguagem: estudos preliminares.* Revista Philologus – maio-ago., 3(8):28-38, 1997.

OLIVEIRA, Elza Regis de, MENEZES, Mozart Vergetti de e LIMA, Maria da Vitória. (orgs.) *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia.* Fortaleza: BNB.ETENE. p. 176, 1985.

OLIVEIRA, Gilvan M. de. (1998). Última fronteira: a língua portuguesa no Brasil meridional. In: CASTILHO, A. *Para a história do português brasileiro.* Vol. I – Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/FAPESP, p. 211-227, 1998.

OLIVEIRA E SOUSA, Pe. Eurípedes Olímpio. *Noções de Gramática e de língua portuguesa.* 2 ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira AS. Companhia Editora Nacional, 1957.

OLSON, David & TORRANCE. *Cultura escrita e Oralidade*. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

OMENA, Nelize P. e BRAGA, Maria Luísa. *A gente está se gramaticalizando?*

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. 2. Ed. rev. e aum. Campinas –SP: Pontes, 1987.

PAIVA, Dulce de Farias. *História da língua portuguesa: século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1989.

PAREDES SILVA, V. I. Quando escrita e fala se aproximam: uso do pronome de terceira pessoa em cartas pessoais. In: *Variação e discurso*. Alzira Tavares de Macedo *et alii*. (orgs). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 85-95, 1997.

\_\_\_\_\_. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I.V. & KAZUE, S.M.B. *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal:EDUFRN., 1997, p.118-126.

PARKES, M. Ler, Escrever, Interpretar Texto: Práticas Monásticas na Alta Idade Média. In: *História da leitura no mundo ocidental*. CAVALLO, G. e CHARTIER, Roger (Orgs). Vol 1. Trad. Fulvia M. L. Moretto (italiano; Guacira Marcondes Machado (franc.; José Antônio de Macedo Soares (ingl.), Ver. téc. Maria Thereza Fraga Rocco. São Paulo: Ática, 1998.

PEREIRA DA SILVA, José. *Conglomerados gráficos e o ritmo da fala (de Pêro Vaz Caminha ao século XVIII)*. 2 - Revista Philologus, ano I. 2ª ed. Rio de Janeiro: CiFEFiL, [1998], p.17-26.

PESSOA, Marlos Barros. *Da carta a outros gêneros textuais* In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, p. 197-205, 2002.

\_\_\_\_\_. Oralidade concepcional na imprensa do Recife no Século XIX. In: MATTOS E SILVA. *Para a história do português brasileiro*. Vol. II, Tomo I – Primeiros estudos, p.25-38, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os modos de falar do escravo nos anúncios de jornal*. Confluência. Rio de Janeiro: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Separata. Nº 20 - 2º semestre de 2000.

\_\_\_\_\_. Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade na primeira metade do século XIX. O caso do Recife, Brasil. *Philosophische Dissertation der Neuphilologischen Fakultät Tübingen, 1997*.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. *O português popular escrito*. São Paulo: Contexto. 1990

PINTO, Irineu F. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol. I. Paraíba do Norte: Imprensa oficial (1908).

PINTO, Irineu F. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol. II. Reprodução da edição de 1916, com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos. João Pessoa: Editora Univeristária, 1977.



PINTO, Rolando Morel. *História da língua portuguesa: século XVIII* - São Paulo: Ática, 1988.

POSSENTI, S. *Concepções de sujeito na linguagem*. In: Boletim da Abralim, 13. São Paulo: USP/Abralim, 1993, pp.45-55.

\_\_\_\_\_. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RAMOS, J. Seleção do *corpus* para o estudo da língua portuguesa na Capitania de Minas Gerais no século XVIII. In: MATTOS E SILVA. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II. Primeiros estudos, Tomo II. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP: FAPESP, 2001. p . 264-265.

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira. A organização escolar*. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

RIBEIRO, I. Quais as faces do português culto brasileiro? . In: ALKMIM, Tania Maria (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP,. pp 359-381. 2002

RIBEIRO, I. e REBOUÇAS, S. “As cartas da Santa Casa de Misericórdia – 1860 a 1863.” In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, p. 49-75,- 2002..

RIO DE Janeiro (estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776: Marquês do Lavradio*. Correção ortográfica Hamilton Elia, Celso Pires e Maria Augusta Camargo da Rocha. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

\_\_\_\_\_. *Lingüística Geral*. Trad. Elizabeth Corbetta A. Cunha e outros; coord. de Neusa M. Carson, Elizabeth Heuser e Wilson Chrisóstomo Guarani. 2 ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1981.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. *Pontuação e formato gráfico do texto: aquisições paralelas*. In: D.E.L.T.A. Vol. 12, nº 1, São Paulo: EDUC. p. 1-34, 1996.

\_\_\_\_\_. *O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva*. In: D.E.L.T.A v. 13 nº 1, São Paulo:EDUC, fev. 1997

ROBERTS, Ian e KATO, Mary.(org). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Frenando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, Ângela Cecília Souza. “Língua falada e língua escrita”. In: *Análise de textos orais*. PRETI, Dino.(org.) São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

RODRIGUES, José Honório. *A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial*. In: *Humanidades*:vol I, n. 4, julho/setembro de 1983.

ROSA, Maria Carlota. *Línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras*. IN: Revista de Estudos Lingüísticos de Belo Horizonte, vol.6, n. 2, p.97-149, jul./dez.1997.

RUMEU, Márcia; BARBOSA, Afrânio; CALLOU, Dinah. *Textos coloniais na América portuguesa e seus problemas*. In: ALKMIM, Tania Maria (org.) *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 433-42.

SAENGER, Paul. "A separação entre palavras e a fisiologia da leitura." *Cultura escrita e Oralidade*. OLSON, David & TORRANCE. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTANA NETO, João Antonio de. *Algumas características da morfologia verbal nas Atas da Câmara*. Cadernos do CNLF. Série IV, nº 1. 28 de agosto a 1º de setembro de 2000. <http://www.filologia.org.br>

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de Corpus: histórico e problemática*. DELTA. [online]. 2000, vol.16, no.2 [citado 07 Agosto 2002], p.323-367.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Curso de Linguística Geral*. Trad: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 20ed, 1995.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Trad. Fernando Tarallo [et al.] - Campinas,SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_.La construcción des champs déitiques dans la sémi-oralité. In: VAN DEYCK, R. *Diachronie et Variation Linguistique. La deixis temporelle, spatiale et personelle*. Communication & Cognition. 115-128, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. e. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Viagem através da Província da Paraíba..* João Pessoa: Secretaria de Educação/Secretaria de cultura, Esporte e Turismo, 1985.

SILVA, Ademar. *Alfabetização: A escrita espontânea.* São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao ensino de Português: morfologia.* São Paulo: Cortez, 1983

SILVA NETO, Serafim da. (1988) *História da língua portuguesa.* 5 ed. Coleção Linguagem. Rio de Janeiro: Presença/ INL, 1988.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil.* 4 ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1977a.

\_\_\_\_\_. *Manual de Filologia Portuguesa.* 3 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977b.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Filologia Portuguesa.* São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1956a.

\_\_\_\_\_. *Textos medievais portugueses e seus problemas.* Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1956.

SILVEIRA, Maria Inez M. *Estudo sócio-retórico do ofício – gênero textual da correspondência oficial e empresarial.* Tese de doutorado. Recife, Pe: UFPe, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. Poder e Política na Paraíba: colônia e império. In: *Estrutura do poder na Paraíba.* SILVA, Rosa Maria Godoy da. et al. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. p.140, 1999.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa: segunda metade do século XVI e século XVII* - São Paulo: Ática, 1987.

STOLL, Eva. *Competencia escrita de impronta oral en la crónica soldadesca de Pedro Pizarro*. In: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds.). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

SVENBRO, Jesper. A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: *História da leitura do mundo ocidental*. CAVALLO, G. e CHARTIER, R. São Paulo: Ática, 1998.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa socio-lingüística*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TAUSTE, Ana M. V. *Español coloquial: expresión del sentido por aproximación*. IN: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds.). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. 6 ed. Portuguesa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994.

TOBIAS, José Antônio. *História da educação brasileira*. 3 ed São Paulo: IBRASA, 1986.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Trad. Eliza Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes. p. 305, 1980.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas-SP, 1991.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na Literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, C. M. *Lições de Filologia Portuguesa*. Nova edição da 'Revista de Portugal' - Série A - Língua Portuguesa - Lisboa. 1912.

VASCONCELOS, J. L. *Estudos de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1911.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. NOVAIS, Fernando A e SOUZA, Laura Mello. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da Segunda metade do século XVIII*. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 19-52, jan/dez., p. 19, 1995.

\_\_\_\_\_. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: *Leitura, história e história da leitura*. ABREU, Márcia (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fafesp. 2000.

VOTRE, S. J. et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ. 1996

WEINRICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin. *Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Andréia Caricchio Café, Gustavo Ribeiro da Gama, Odilon Pinto Mesquita Filho, Ricardo Tupiniquim Ramos. Salvador: 1998. Tradução não comerciável.

WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao português*. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, INL, 1961.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A "literatura" medieval*. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993